

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO (Fundaj)
Diretoria de Pesquisas Sociais (Dipes)
Coordenação-Geral de Estudos Sociais e Culturais (CGES)
Oficina de Segurança, Justiça e Cidadania

ASSOCIAÇÃO JUÍZES PARA A DEMOCRACIA (AJD)

O CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE PERNAMBUCO NA LINHA DE MONTAGEM DA DEFESA SOCIAL SOB FOCOS DE LENTES

RELATÓRIO

Recife, 2014

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Fundação Joaquim Nabuco - Biblioteca)

C822 *O Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco na linha*
de montagem da defesa social sob focos de lentes: relatório/
Ronidalva de Andrade Melo; coordenação geral; Augusto
Amorim; Aline Castilho.– Recife: Fundação Joaquim
Nabuco, Editora Massangana, 2014.
416 p.:il. color.

ISBN 978-85-7019-643-9

1. Corpo de Bombeiros, Pernambuco. 2. Defesa Social. I. Melo,
Ronidalva de Andrade. II. Amorim, Augusto. III. Castilho, Aline.
IV. Título

CDU 614.842.83 (81)

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO (Fundaj)
Diretoria de Pesquisas Sociais (Dipes)
Coordenação-Geral de Estudos Sociais e Culturais (CGES)
Oficina de Segurança, Justiça e Cidadania

ASSOCIAÇÃO JUÍZES PARA A DEMOCRACIA (AJD)

O CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE PERNAMBUCO NA LINHA DE MONTAGEM DA DEFESA SOCIAL SOB FOCOS DE LENTES

RELATÓRIO

PESQUISADORES

Ronidalva de Andrade Melo (**coordenação-geral**)

Augusto Amorim

Aline Castilho

Ivone Medeiros (fotografias)

Laura Hamonyta (fotografias)

REDAÇÃO DO RELATÓRIO FINAL

Ronidalva de Andrade Melo

Augusto Amorim

Aline Castilho

REVISÃO TEXTUAL

Tereza Pereira

Recife, 2014

Sumário

SIGLAS E ABREVIATURAS	9
APRESENTAÇÃO	11
INTRODUÇÃO	23
A TRANSVERSALIDADE ENTRE A DEFESA SOCIAL E A DEFESA CIVIL	33
SOBRE A DEFESA SOCIAL	34
SOBRE A DEFESA CIVIL	38
ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA DA DEFESA SOCIAL E DA DEFESA CIVIL NO BRASIL	42
BOMBEIROS, OS SOLDADOS DO FOGO	53
O CORPO DE BOMBEIROS EM OUTROS PAÍSES	55
O CORPO DE BOMBEIROS NO BRASIL	60
A CARACTERIZAÇÃO DO CORPO DE BOMBEIRO COMO ORGANIZAÇÃO MILITAR E BUROCRÁTICA	64
O PAPEL DO CORPO DE BOMBEIROS NO SISTEMA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL	70
O PERCURSO HISTÓRICO DO CORPO DE BOMBEIROS EM PERNAMBUCO	79

O CORPO DE BOMBEIROS NA SDS-PE E NO PROGRAMA PACTO PELA VIDA	93
O CBMPE SOB O FOCO ORGANIZACIONAL	105
O ORGANOGRAMA DO CBMPE	107
A ESTRUTURA FÍSICA DAS UNIDADES ANALISADAS	111
OS RECURSOS TECNOLÓGICOS DISPONÍVEIS	113
OS RECURSOS HUMANOS	118
A ORGANIZAÇÃO E O FUNCIONAMENTO DO TRABALHO DOS BOMBEIROS NA RMR	120
OS BOMBEIROS SOB FOCOS DE LENTES	125
INCÊNDIO	127
O 1º GRUPAMENTO DE INCÊNDIO (1º GI)	127
O 2º GRUPAMENTO DE INCÊNDIO (2º GI)	155
A SEÇÃO DE BOMBEIROS DE SUAPE	181
A UNIDADE DESCENTRALIZADA DE BOMBEIROS DE JARDIM ATLÂNTICO	207
BUSCA, SALVAMENTO E AÇÕES TÁTICAS	231
O GRUPAMENTO DE BOMBEIROS DE BUSCA, SALVAMENTO E AÇÕES TÁTICAS (GBSAT)	231
ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR	273
O GRUPAMENTO DE BOMBEIROS DE ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR (GBAPH)	273
A UNIDADE DESCENTRALIZADA DE BOMBEIROS DE SÃO LOURENÇO DA MATA	303
A UNIDADE DESCENTRALIZADA DE BOMBEIROS DE IGARASSU	318

SALVAMENTO MARÍTIMO	339
O GRUPAMENTO DE BOMBEIROS MARÍTIMO (GBMAR)	339
FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO	371
O CENTRO DE ENSINO METROPOLITANO II (CEMET II)	371
CONSIDERAÇÕES FINAIS	401
REFERÊNCIAS	409
APÊNDICE (relação de gestores entrevistados)	413

SIGLAS E ABREVIATURAS

1º GI – 1º Grupamento de Incêndio

2º GI – Grupamento de Incêndio

ABT – Autobomba Tanque

Acides – Academia Integrada de Defesa Social

AIS – Áreas Integradas de Segurança

AJD – Associação Juizes para a Democracia

APH – Atendimento Pré-Hospitalar

CAO – Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais

CBMERJ – Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro

CBMPE – Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco

Ceibom – Centro de Ensino e Instrução de Bombeiros Militares

Cemet I – Centro de Ensino Metropolitano I

Cemet II – Centro de Ensino Metropolitano II

CFO – Curso de Formação de Oficiais

Ciods – Centro Integrado de Operações de Defesa Social

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Codecipe – Coordenadoria de Defesa Civil de Pernambuco

Codecir – Coordenadoria de Defesa Civil do Recife

Conpdec – Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil

CVLI – Crime Violento Letal Intencional

Dircon – Diretoria de Controle Urbano

EPI – Equipamento de Proteção Individual

EPRs – Equipamentos de Proteção Respiratória

Funase – Fundação de Atendimento Socioeducativo

Fundaj – Fundação Joaquim Nabuco

GBAPH – Grupamento de Bombeiros de Atendimento Pré-Hospitalar

GBMar – Grupamento de Bombeiros Marítimo

GBSAT – Grupamento de Bombeiros de Busca, Salvamento e Ações Táticas

GLP – Gás Liquefeito de Petróleo
IPT – Instituto de Pesquisas Tecnológicas
LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias
Ligabom – Liga Nacional dos Bombeiros Militares do Brasil
MI – Ministério da Integração
MPPE – Ministério Público de Pernambuco
NTA – Núcleo de Treinamento Aquático
PEC – Proposta de Emenda Constitucional
Pibic – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PAM – Plano de Auxílio Mútuo
PNDEC – Política Nacional de Defesa Civil
PNPDEC – Política Nacional de Proteção e Defesa Civil
PNSP – Plano Nacional de Segurança Pública
Pronasci – Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania
QCG – Quartel do Comando Geral
RMR – Região Metropolitana do Recife
SDS-PE – Secretaria de Defesa Social de Pernambuco
SEDS DH – Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos
Sedec/Recife – Secretaria Executiva de Defesa Civil do Recife
Senasp – Secretaria Nacional de Segurança Pública
Samu – Serviço de Atendimento Móvel de Urgência
SVA – Suporte de Vida Avançado
Sindec – Sistema Nacional de Defesa Civil
Sinpdec – Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil
SVB – Suporte de Vida Básico
TFUSP – Taxa de Fiscalização de Utilização de Serviços Públicos
TPEI – Taxa de Prevenção e Extinção de Incêndio
UBPLP – União dos Bombeiros dos Países de Língua Portuguesa
UFPE – Universidade Federal de Pernambuco
UFRPE – Universidade Federal Rural de Pernambuco
UPAs – Unidades de Pronto-Atendimento
UPE – Universidade de Pernambuco

APRESENTAÇÃO

O relatório da pesquisa *O Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco na linha de montagem da defesa social sob focos de lentes* é parte de um conjunto de produtos (relatórios de pesquisa e videodocumentários) gerados pelo projeto guarda-chuva *A Linha de montagem da defesa social sob focos de lentes*, iniciado em 2011, por meio da Oficina de Segurança, Justiça e Cidadania parceria firmada entre a Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj) e a Associação Juízes para a Democracia (AJD), sob a coordenação dos pesquisadores Ronidalva de Andrade Melo.

O objetivo do projeto é elaborar um diagnóstico sobre a situação geral do funcionamento do sistema de defesa social no Estado de Pernambuco, considerando as suas deficiências e os seus avanços sob uma ótica de prestação de serviços condizentes com os reclamos da cidadania brasileira.

Além do Corpo de Bombeiros, foram pesquisadas outras nove instituições que compõem o sistema de defesa social em Pernambuco: a Secretaria de Defesa Social de Pernambuco (SDS-PE), a Polícia Militar, a Polícia Civil, a Polícia Científica, a Fundação de Atendimento Socioeducativo (Funase) e o Sistema Prisional, todos no âmbito do Poder Executivo estadual. Instituições autônomas, como a Defensoria Pública do Estado, o Ministério Público estadual e o Poder Judiciário estadual completam o grupo de instituições pesquisadas.

O projeto *Linha de Montagem da Defesa Social sob Focos de Lentes* resulta das ações da Oficina de Segurança, Justiça e Cidadania (também uma parceria Fundaj/AJD) que, desde 2005, se propôs à criação de um espaço de discussão com outros setores da sociedade, a respeito da defesa social no Estado de Pernambuco, centrando-se nos temas pertinentes ao funcionamento dos

subsistemas de segurança e de Justiça do Estado, bem como de suas relações com a efetivação dos direitos e a necessidade de democratização das instituições estatais.

Ao longo da última década, a parceria Fundaj/AJD promoveu (e promove) importantes debates que suscitaram a necessidade da produção de conhecimentos empíricos aprofundados sobre os problemas pontuais existentes nos subsistemas de segurança e de justiça. Com esse intuito, a oficina foi responsável pelas pesquisas: *Flagrantes do nepotismo no Poder Judiciário de Pernambuco*, *Representações sociais do Poder Judiciário em Pernambuco* e *A Defensoria Pública na visão dos atores envolvidos na justiça comum*.

Contudo, durante o processo de elaboração desses estudos que, inicialmente, privilegiaram os órgãos que integram o subsistema de justiça, verificou-se que muitos problemas enfrentados por essas instituições no âmbito judicial, no atendimento às demandas da sociedade, não possuíam caráter isolado, mas estavam relacionados às deficiências dos serviços prestados por outros órgãos do Estado com os quais se articulam.

Diante disso, e como forma de dar continuidade e aprimoramento à discussão lançada primeiro no âmbito do projeto Oficina, tornou-se indispensável a realização de um estudo sobre o tipo de atuação do Estado diante de questões, como segurança, justiça e punibilidade, entendidas a partir de um cenário de integração entre as suas instituições que compõem conjuntamente o denominado sistema de defesa social.

Assim, o projeto *Linha de montagem da defesa social sob focos de lentes* tem a sua proposta orientada pelos pressupostos que perpassam o modelo da defesa social, sendo este compreendido como um movimento não doutrinário, prático e universal, por sua capacidade de enxergar o fenômeno criminal de modo crítico, multidisciplinar e pluridimensional, a fim de retirar da alçada exclusiva do Direito Penal a função de único instrumento capaz de conter a violência em si. Ao invés disso, a defesa social entende que

a elaboração de políticas públicas de segurança e defesa social faz parte de um processo que envolve a ação conjunta entre o Estado e a sociedade de forma estratégica, bem como a articulação entre os órgãos que compõem todo o sistema de defesa social, para o enfrentamento e o controle dos fatores que circundam e contribuem para a caracterização do fato criminoso.

A partir da lógica de funcionamento de uma linha de montagem, semelhante ao modelo fabril, as ações do Sistema de Defesa Social de Pernambuco são entendidas dentro de um processo sistêmico e organizadas em etapas de produção contínua, tendo em vista um produto final. Esta linha de montagem possui um “núcleo duro,” formado pelos diversos órgãos que integram, respectivamente, os subsistemas de Segurança, de Justiça e de Punibilidade/Ressocialização: os quatro órgãos operativos que integram a Secretaria de Defesa Social (SDS-PE) – Polícia Militar, Polícia Civil, Polícia Científica e Corpo de Bombeiros – e as instituições que se articulam a essa Secretaria, no âmbito do programa estadual de segurança pública, o Pacto Pela Vida, que são a Fundação de Atendimento Socioeducativo (Funase) e o Sistema Prisional, sob a coordenação do Poder Executivo estadual, e mais o Ministério Público, a Defensoria Pública e o Poder Judiciário.

Essa articulação e a relação de interdependência entre os componentes do “núcleo duro” da linha de montagem no desempenho das funções em cada uma das etapas do processo contribuem para a qualidade e a eficiência na resposta às demandas sociais. Contudo, é comum verificar na esfera estatal a existência de uma série de entraves de naturezas diversas, que dificultam ou impossibilitam a concretização do modelo de defesa social no desempenho das funções de todos os órgãos, em determinados casos, em decorrência da desestruturação material, pessoal e física, bem como a real desarticulação das instituições, terminando por desaguar numa deficitária prestação de serviços à sociedade e, conseqüentemente, no comprometimento do sistema como um todo.

Com base nesta verificação, o diagnóstico sobre este sistema deve conter informações a respeito da situação geral da estrutura física e tecnológica, de recursos humanos e de funcionamento dessas instituições para que, a partir da análise dos avanços e retrocessos no Sistema de Defesa Social, seja produzido um material completo que sirva como subsídio ao Estado, para a revisão e a melhoria da prestação de seus serviços. Para isso, são definidas categorias empíricas gerais que servem como critério de análise dos dados coletados, por meio da pesquisa de campo realizada em cada um das instituições: a sua caracterização quanto à missão, objetivos e serviços prestados; a estrutura física das unidades analisadas; os recursos tecnológicos disponíveis; os recursos humanos; e a organização e o funcionamento do trabalho.

O procedimento metodológico adotado na pesquisa *Linha de montagem da defesa social sob focos de lentes* se apoia na noção de Complementaridade de Métodos (CAMARGO, 1982), que consiste no uso de diferentes técnicas, ao invés de apenas uma, com a finalidade de responder à totalidade de questões colocadas pelo problema de pesquisa e inibir a possibilidade do surgimento de lacunas durante a análise dos dados coletados em campo. Neste sentido, o instrumental utilizado consiste na produção de material iconográfico, por meio do registro fotográfico e audiovisual das estruturas físicas e tecnológicas das instituições pesquisadas, entrevistas semiestruturadas com os gestores e agentes públicos dessas instituições e o levantamento de dados secundários, que permitam o conhecimento total do sistema, a fim de compreender o entorno das instituições, os princípios sob as quais estão estabelecidas e o contexto social no qual estão inseridas.

Com relação aos depoimentos dos gestores de cada instituição, faz-se necessário destacar a contribuição de Palmer (1982), ao orientar que a formulação do roteiro de entrevista semiestruturado, com aparência de um “bate-papo natural,” permite que o pesquisador estabeleça o controle e o direcionamento de perguntas,

orientado pelo objetivo da pesquisa. Esta percepção parte da advertência de Cottle (1982) de que o entrevistado deve se sentir livre para falar, para que se possa conhecer a sua real intenção e o verdadeiro significado das suas palavras. Para isso, o pesquisador deve dominar alguns termos técnicos para obter a habilidade de averiguar os significados sociais contidos na fala do entrevistado, que deve ser encorajado a discutir as suas experiências de forma natural. Na perspectiva de que uma imagem pode ser mais “eloquente” do que muitas entrevistas, as imagens produzidas em campo podem ser confrontadas com o conteúdo das falas dos gestores e, assim, melhor qualificar e categorizar a realidade investigada.

No presente relatório, as lentes estão especialmente voltadas para o Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco (CBMPE), órgão operativo da SDS-PE, que atua por meio do serviço de resgate, como uma das forças auxiliares do Programa Pacto Pela Vida, cuja meta estruturante é a diminuição da taxa de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI) em todo o Estado.

Na pesquisa, percebeu-se que a função do Corpo de Bombeiros está mais relacionada às atividades da defesa civil, ainda que, em Pernambuco, a instituição seja uma das forças operativas do Sistema de Defesa Social, por seu papel específico no subsistema de segurança pública. Por outro lado, é interessante ressaltar que os pressupostos, os conceitos e os procedimentos que orientam a formação dos modelos teóricos, aplicados, tanto à defesa civil, quanto à defesa social, ampliam, por si só, a própria noção de defesa da vida, de forma complementar, a ponto de a defesa social e a defesa civil poderem ser entendidas como faces de uma mesma moeda. Esta compreensão, por sua vez, reforça que a motivação do trabalho dos bombeiros é, acima de tudo, salvar vidas em quaisquer circunstâncias.

Em Pernambuco, o Corpo de Bombeiros executa as suas ações em quatro especialidades: a) *combate a incêndio*, ação considerada o carro-chefe das atividades da corporação; b) *busca e*

salvamento e ações táticas, por meio do serviço de resgate de vítimas confinadas em locais ou presas em ferragens (por exemplo, em acidentes com automóveis), bem como o salvamento em altura e a remoção de cadáveres em rios; c) *atendimento pré-hospitalar*, com maior atuação no resgate de vítimas de acidentes automobilísticos e de homicídios; e d) *salvamento marítimo*, por meio do trabalho dos guarda-vidas que atuam principalmente nas praias.

Pelo fato de ser constitucionalmente responsável pela execução das ações de defesa civil, o CBMPE, mesmo vinculado institucionalmente ao Sistema de Defesa Social, exerce as suas atividades, de determinada maneira, num contexto que exige certa ambivalência. Isso se dá pelo fato de o CBMPE não ser o órgão responsável pela principal atividade da SDS-PE, exercida pelas polícias, e por não manter nenhuma ligação formal com a Secretaria Executiva de Defesa Civil, responsável pelo planejamento e outras ações pontuais nos cenários de risco e de desastres em que os bombeiros atuam somente como agentes de apoio e execução. Entende-se, portanto, que o quadro vivido pelo Corpo de Bombeiros no Estado de Pernambuco suscita, por si só, uma série de questionamentos sobre a sua real contribuição como agente operativo da SDS-PE e como força auxiliar do Pacto Pela Vida.

Os dados produzidos na pesquisa correspondem à realidade do CBMPE no ano de 2012 e início de 2013. As idas a campo ocorreram entre os meses de outubro de 2012 e abril de 2013. Dez unidades de bombeiros foram visitadas no Recife e em sua Região Metropolitana do Recife (RMR), sendo cinco grupamentos (unidades-sede), quatro unidades descentralizadas e uma unidade de ensino e instrução.

Durante essa fase da pesquisa de campo, além dos registros fotográficos e audiovisuais da estrutura física de cada uma das unidades, foram realizadas entrevistas com os seus gestores ou responsáveis designados por seus superiores, para esta função. Os entrevistados são: o comandante geral do CBMPE, coronel Carlos Eduardo

Poças Amorim Casa Nova; o diretor-geral de operações do CBM-PE, coronel Daniel Ferreira Filho; o comandante de bombeiros da RMR, coronel Manoel Teles da Silva; o comandante do 1º Grupamento de Incêndio (1º GI), tenente-coronel Alfredo José Batista da Silva; o subcomandante do 2º Grupamento de Incêndio (2º GI), major Rodrigo Leal de Albuquerque Melo; o comandante do Grupamento de Bombeiros de Atendimento Pré-Hospitalar (GBAPH), tenente-coronel Gustavo Walter Falcão; o comandante do Grupamento de Busca, Salvamento e Ações Táticas (GBSAT), tenente-coronel Almir da Rocha Silva; o comandante do Grupamento de Bombeiros Marítimo (GBMar), major André de Souza Ferraz Alves; o comandante da seção de bombeiros de Suape (unidade descentralizada), capitão Sandro Bartolomeu Cintra Borba; o comandante da unidade descentralizada de bombeiros de São Lourenço da Mata, capitão Eduardo Araripe Pacheco de Souza; o comandante da unidade descentralizada de bombeiros de Igarassu, capitão Wagner Pereira da Silva; e o responsável designado pelo comando do Centro de Ensino Metropolitano II (Cemet II), subtenente Eduardo Lopes Corgosinho.

Em todas as visitas, a equipe de pesquisa foi guiada pelo gestor do grupamento de bombeiros ou por algum praça ou oficial designado para a tarefa, que ofereceu informações sobre o seu funcionamento geral da unidade. Em tais ocasiões, foram realizados também os registros fotográficos e audiovisuais de toda a estrutura física das unidades, com a exceção de ambientes com acesso restrito por motivo de segurança, ou nas situações em que o gestor simplesmente proibiu a entrada da equipe, mesmo ciente do acordo de cooperação entre Governo do Estado e a Fundaj, geralmente com a justificativa de que o local não estava organizado adequadamente e que a produção iconográfica dessas instalações poderia prejudicar a imagem da instituição como um todo.

A maioria das entrevistas foi realizada no gabinete dos gestores ou em áreas abertas das unidades de bombeiros nas quais também

foram feitos os registros em fotografia e audiovisual. Nas entrevistas com os gestores e na análise dos dados iconográficos, buscou-se compreender, sobretudo, a missão e os objetivos das unidades de acordo com a especificidade dos serviços prestados, a estrutura física, a distribuição de efetivo e a disponibilidade de equipamentos necessários ao seu funcionamento, o orçamento repassado pela SDS-PE, a Taxa de Prevenção e Extinção de Incêndio (TPEI), bem como as dificuldades e as facilidades para a execução das atividades. A partir disso, procurou-se compreender a percepção que os bombeiros têm sobre a sua participação no atual arranjo institucional do Governo de Pernambuco e sua própria atuação como órgão operativo da SDS-PE e agente executor das ações da defesa civil.

Com a finalização da etapa da pesquisa de campo e da revisão teórica que aborda, entre outros tópicos, a relação entre os modelos da defesa social e da defesa civil, verificou-se a necessidade de entender a relação do Corpo de Bombeiros com a Secretaria de Estado de Defesa Civil. Assim, de forma complementar, foram realizadas entrevistas com o coordenador-executivo da Coordenadoria de Defesa Civil de Pernambuco (Codecipe), tenente-coronel Cássio Sinomar Queiroz de Santana, e com a gerente geral de Atenção Social, Keila Ferreira, representando a pessoa do secretário executivo de Defesa Civil do Recife (Sedec/Recife), tenente-coronel Adalberto Freitas Ferreira.

A pesquisa bibliográfica, o trabalho de campo e a redação deste relatório, com orientação dos pesquisadores Ronidalva de Andrade Melo e Augusto Amorim, foram em parte viabilizados pelo convênio entre a Fundação Joaquim Nabuco, por meio do seu programa de iniciação científica, e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que possibilitou a concessão de três bolsas consecutivas à estudante do curso de Bacharelado em Ciências Sociais da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), Aline Castilho Gomes

Ribeiro, que atuou como principal pesquisadora de campo. Os créditos fotográficos, em sua maioria, pertencem à pesquisadora Ivone Medeiros, da Coordenação-Geral de Estudos Econômicos e Populacionais da Fundação Joaquim Nabuco, e a Laura Hamonyta, bolsista Pibic/Fundaj. Para a revisão do texto deste relatório de pesquisa, a equipe contou com o trabalho dedicado de Tereza Pereira.

Ao longo do processo, contribuiu para a pesquisa o professor e líder do Centro de Ensino, Pesquisa e Extensão sobre Desastres (Ceped) da UFRPE, Gilberto Faria, que mediou o conhecimento prático da equipe de pesquisa com a temática da defesa civil, ao possibilitar a participação do grupo nas discussões do Fórum de Defesa Civil, promovido pelo Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça em Defesa da Cidadania (Caop/Cidadania), sob a coordenação do promotor de Justiça, Marco Aurélio Farias da Silva. Para a elaboração da pesquisa teórica, destaca-se ainda a colaboração do pesquisador da Fundaj, Neison Freire, pela valiosa indicação de textos e publicações sobre a temática da construção social do risco, e por ter sido o agente facilitador no contato com outros pesquisadores importantes na área, como a geógrafa Dra. Claudia Natenzon da Universidade de Buenos Aires que ajudaram a enriquecer a discussão sobre a atuação dos bombeiros nos cenários de desastres.

Além deste relatório, a pesquisa também tem como resultado a produção do videodocumentário *Chama o Bombeiro!*, com direção de Augusto Amorim, com roteiro deste e de Aline Castilho, Ronidalva Melo e Conceição Campos, com edição de imagens de Hélio Moura Filho. O vídeo mostra a estrutura física, as condições de funcionamento das unidades de bombeiros e as entrevistas com os seus gestores. Para a realização deste documentário, a equipe de pesquisa contou com o apoio da Massangana Multimídia Produções, produtora audiovisual vinculada à Diretoria de Memória, Educação, Cultura e Arte da Fundação Joaquim Nabuco,

responsável pela gravação da pesquisa de campo, ação essencial a este projeto. Por isso, agradecemos ao profissionalismo dos funcionários Cleyton Roberto Oliveira, Júlio Ribeiro, Alberto Almeida, Xisto Ramos, e do estagiário Antonio Henrique de Sena.

É imprescindível que se destaque também o apoio de muitos funcionários do quadro administrativo da Fundaj, que sempre contribuíram de forma significativa e sem os quais não haveria possibilidade de viabilizar uma pesquisa deste porte: Jucedí Leite, Ariane Riveca, Rosiane Pessoa dos Santos, Jaqueline Ferreira Mendes, Tâmara Maciel, Manoel Nascimento Barbosa, Ivanildo Roberto da Silva, Antônio de Souza e Valdir Salvador da Silva.

É importante ressaltar ainda o apoio do CBMPE que colaborou da melhor forma durante todo o processo de planejamento e de execução da pesquisa. Dirigimos especiais agradecimentos ao comandante Casa Nova, por promover a aproximação entre a equipe e a corporação, ao revelar a sua disponibilidade em contribuir com a pesquisa; ao chefe de Comunicação, tenente-coronel Valdy Oliveira e toda a equipe do Centro de Comunicação Social (CCS), que intermediou os contatos com os gestores das unidades de bombeiros, ao disponibilizar, inclusive, alguns documentos e vídeos institucionais utilizados na edição do documentário da pesquisa. Igualmente, agradecemos a oficiais e praças dos grupamentos e unidades descentralizadas, que receberam a equipe de pesquisadores e contribuíram com informações preciosas sobre o funcionamento da corporação e a importância dos bombeiros na sociedade. Além desses nomes, destacamos o apoio do chefe de Gabinete da SDS-PE, Claudio Borba, que contribuiu com o seu depoimento e com a disponibilização de dados estatísticos sobre o Programa Pacto Pela Vida.

Por fim, queremos reforçar que a importância da elaboração do presente diagnóstico consiste na necessidade de se refletir sobre a situação do Sistema de Defesa Social em Pernambuco. Na década de 2001 a 2020. Por isso, ao final deste relatório, após a

apresentação de todos os resultados produzidos na revisão teórica e na pesquisa de campo, constam algumas sugestões de iniciativas que podem vir a ser consideradas como propostas para melhorar a estrutura geral e o funcionamento institucional no que diz respeito à prestação do serviço do Corpo de Bombeiros, durante a década citada possibilitando um parâmetro para estudos posteriores. As propostas aqui apresentadas estão de acordo com o dever institucional da Fundação Joaquim Nabuco e com o acordo de cooperação firmado com o Governo do Estado, de contribuir para o fortalecimento da cidadania.

INTRODUÇÃO

Quando a maioria das pessoas se refere ao Corpo de Bombeiros são imbuídas da representação social produzida sobre a instituição e, principalmente, do personagem, que é o bombeiro. A própria expressão “chama o bombeiro!”, utilizada no título do videodocumentário que resultou desta pesquisa, denota a confiança depositada numa instituição, que tem a tragédia, a aflição e o sofrimento como sentimentos que explicam a sua própria razão de ser.

A criação dos primeiros corpos de bombeiros desde a Grécia antiga e da Roma do imperador Nero se explica pela ocorrência de incêndios que escapavam ao domínio do homem e, por isso, suscitavam ações emergenciais, antes promovidas pelos próprios cidadãos, depois por equipes organizadas para esse fim e, mais tarde, transformadas em ações de prevenção, por meio de medidas de segurança. Ou seja, desde o início, o trabalho dos bombeiros é caracterizado como uma atividade ligada à capacidade de intervenção em cenários de risco e de desastres pelo uso de técnicas especiais e da tecnologia utilizada para salvaguardar as vidas e o patrimônio.

Considerando as devidas diferenças relacionadas à formação dos corpos de bombeiros em distintos países do mundo, é inegável a existência de um legado único que inspira confiança e precisão, na prestação dos seus serviços, e que delega ao bombeiro o *status* de profissional diferenciado. Em muitos países, o Corpo de Bombeiros figura como uma instituição que incorpora valores e sentimentos, ligados ao heroísmo, e que estão socialmente representados na imagem de profissionais dotados de habilidades especiais e sempre dispostos a se arriscar, para salvar vidas a qualquer hora e em qualquer circunstância. No entanto, é comum que essa representação

muitas vezes se sobreponha a outros fatores que são indispensáveis para o bom funcionamento de qualquer instituição. Isto porque, as condições da estrutura dos corpos de bombeiros definem a sua própria capacidade de atendimento e o nível de confiança da população na instituição, direcionando, por exemplo, a criação de normas internacionais para estabelecer o parâmetro de recursos mínimos necessários para promover a eficiência na atuação dos bombeiros.

Essa explicação prévia é necessária para a compreensão da pesquisa *O Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco na linha de montagem da defesa social sob focos de lentes*, cujo objetivo é realizar o diagnóstico desta instituição, a partir da análise da sua estrutura física, tecnológica, de pessoal e do funcionamento, a fim de detectar os avanços e os retrocessos da sua atuação como força operativa da Secretaria da Defesa Social de Pernambuco (SDS-PE), no âmbito do Programa Pacto Pela Vida. Além disso, compreendê-lo também como órgão de execução das ações de defesa civil.

Nesse contexto, tem-se a necessidade de promover a desconstrução da imagem que o senso comum tem do Corpo de Bombeiros, por meio da representação social do heroísmo, para realmente observá-la como uma instituição que depende diretamente de condições estruturais, materiais, e de pessoal, para a execução do seu trabalho de modo eficaz. Esta premissa desperta a atenção para a urgência da realização de estudos que abordem a questão da estrutura e das condições de trabalho dos corpos de bombeiros no Brasil. Essa proposta, apresentada de forma inédita nesta pesquisa sobre o Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco (CBMPE), promovida pela Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj), caminha nesse sentido: o de melhor compreender uma instituição tão admirada e reconhecida no país como um todo, mas com foco em apontar para a necessidade de melhorias urgentes.

No Brasil, os corpos de bombeiros são, predominantemente, organizações militares estaduais, porém são percebidos de forma

diferenciada no campo militar, por conta da construção social do bombeiro como uma categoria de policial que é “querido pela população.” Uma das evidências desse argumento é que na pesquisa anual, realizada pelo Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (Ibope), para medir o Índice de Confiança dos brasileiros nas instituições, o Corpo de Bombeiros sempre esteve no topo do *ranking*, seguido pelas Igrejas e as Forças Armadas, ainda que, entre os anos de 2009 e 2013, tenha se verificado uma queda de 88 para 77 pontos percentuais nesse levantamento. Ainda que seja relevante como um “termômetro social que reflete o clima atual do país,” segundo definição da coordenadora da pesquisa do Ibope, Márcia Cavallari, o Índice de Confiança Social (ICS)¹ não expõe informações mais aprofundadas que ajudem a inferir sobre os aspectos que envolvem a estrutura material e tecnológica oferecida aos bombeiros (IBOPE, 2013).

A necessidade de se produzir estudos desse tipo se apoia, portanto, no fato de que os bombeiros são atores atuantes nos cenários de risco, tanto quanto na posição de agentes públicos que realizam o resgate de pessoas e patrimônios, como nas hipóteses em que, não estando devidamente aparelhados e treinados, podem representar um agravante na situação de risco. Em outras palavras, os corpos de bombeiros também podem vir a se tornar um dos agentes desencadeadores do risco, quando, diante da estrutura deficitária ou, de forma mais ampla, diante da negligência do Estado, a população é exposta a eventos recorrentes e, muitas vezes, com efeitos catastróficos, mas que

¹ A medição do ICS é realizada anualmente pelo Ibope Inteligência, com o objetivo de monitorar a evolução da confiança da população em diferentes setores da sociedade das esferas pública e privada, além de segmentos da sociedade civil. No último levantamento, feito em 2013, foram entrevistadas 2.002 pessoas com mais de 16 anos em 140 municípios brasileiros. Os resultados detalhados deste índice podem ser consultados no *site* do Ibope www.ibope.com.br.

poderiam ter sido evitados por meio de medidas de prevenção e da manutenção material e pessoal das corporações.

De forma pioneira, em abril de 2013 foram divulgados os resultados do Projeto Brasil Sem Chamas,² revelando dados alarmantes sobre as condições de trabalho dos corpos de bombeiros no Brasil, resultado da falta de atenção dos gestores estaduais em relação à manutenção das corporações e, portanto, em relação à segurança da população de forma geral. O projeto brasileiro, inspirado no relatório norte-americano America Burning Report (1973), tem o objetivo de realizar o diagnóstico do serviço de combate a incêndio relacionado a aspectos técnicos e econômicos, a partir da coleta de dados sobre os números de ocorrências, perdas materiais, mortes, custos para prevenção e tratamento de vítimas e movimentação do mercado na área, além de servir para fomentar a criação do marco legal que viabilize a realização do Programa Nacional de Segurança contra Incêndios no país.

De acordo com o diagnóstico do Brasil Sem Chamas (Ministério da Ciência e Tecnologia/Instituto de Pesquisas Tecnológicas/SP, 2005/2010), apenas 11% dos municípios do Brasil possuíam uma unidade do Corpo de Bombeiros (DO VALE, 2011). É importante salientar que o diagnóstico contabilizou apenas o número de corporações existentes no país, com foco somente nos grupamentos de incêndios, que são o carro-chefe das ações dos bombeiros, pois os grupamentos de outras especialidades, como busca e salvamento, salvamento marítimo e atendimento pré-hospitalar são praticamente inexistentes na maioria das cidades do país. Assim, o estudo contabilizou ainda que cerca de 4.800 municípios

² Os principais resultados desta pesquisa foram divulgados na reportagem exibida pelo programa televisivo Fantástico (REDE GLOBO DE TELEVISÃO, 2013). Na matéria telejornalística, o coordenador do Projeto Brasil Sem Chamas e pesquisador do IPT, José Carlos Tomina, divulgou mais informações sobre o diagnóstico que, em 2013, apresentou um aumento de 11% para 14% no número de municípios que possuem Corpo de Bombeiros.

não possuíam sequer um grupamento de bombeiros (TOMINA, 2013).

Coincidentemente, a divulgação desses e outros dados sobre a falta de estrutura dos corpos de bombeiros ocorreu dois meses após o grande incêndio ocorrido na Boate Kiss, na cidade de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, em janeiro de 2013, quando mais de 240 jovens morreram vítimas de um grande incêndio provocado por uso indevido de fogos de artifício no interior de uma casa noturna. Como foi verificado posteriormente, um dos fatores desencadeadores dessa tragédia diz respeito à falta de fiscalização prévia dos bombeiros. Nessa mesma época, a repercussão da exibição televisiva nacional da reportagem especial sobre o Projeto Brasil Sem Chamas, com os resultados da pesquisa e depoimentos de especialistas e de comandantes de algumas corporações, gerou mal-estar entre gestores de outros estados, pela exposição da falta de condições mínimas de trabalho, como veículos e equipamentos, da falta de preparo e do parco efetivo que atua na maioria das cidades brasileiras.

Esse fato fez reacender a discussão sobre se o serviço dos bombeiros, e, mais especificamente, o serviço de combate a incêndio, teria ou não a capacidade para atender à população de modo satisfatório e qual a atenção destinada a esse serviço no país. Um dos argumentos a esta constatação foi a forma como o Corpo de Bombeiros constituiu uma peça chave no inquérito policial, que se instaurou após a tragédia de Santa Maria, o que, com base nas investigações, comprovou como uma das causas, além do uso indevido dos fogos no local, a falta de fiscalização por parte dos bombeiros e, somada a isso, a má execução de algumas ações durante o socorro às vítimas.

Como o caso da boate Kiss, no Rio Grande do Sul, despertou a comoção nacional, ao ser amplamente veiculado pela imprensa, foi possível perceber como no decorrer do processo os vários atores envolvidos se acusavam mutuamente e formavam um grande

círculo que impossibilitava a indicação de somente um acusado. Ao mesmo tempo, iniciou-se uma verdadeira onda de fiscalizações em praticamente todas as boates do Brasil como forma de compensação pelo ocorrido, o que terminou por lançar uma série de questionamentos, ao colocar em xeque, não somente a capacidade técnica do Corpo de Bombeiros na fiscalização, mas a forma como o Estado lida com as questões que envolvem o planejamento das ações de prevenção e que deveriam estar orientadas para uma análise mais ampla dos diversos fatores que antecedem a ocorrência de tragédias, como a de Santa Maria e que, pelo menos teoricamente, deveriam orientar seus agentes para uma melhor compreensão sobre os riscos.

Depois da tragédia da boate Kiss e da pesquisa realizada pelo IPT, torna-se quase imperativa a necessidade de uma reavaliação do trabalho realizado pelos bombeiros no Brasil, para que seja adotado um parâmetro mínimo de condições estruturais de funcionamento, não somente para a área de combate a incêndio, mas para as demais especialidades. Comparado o relatório ao American Burning Report, que resultou na aprovação de leis e na criação de uma Academia Nacional de Bombeiros, os estudos produzidos e as tragédias sucessivas que ocorrem no Brasil, seja por motivo de incêndio, ou por desastres relacionados às chuvas e inundações, costumam cair no esquecimento, tornando-se invisíveis. Debates mais sistematizados sobre a atuação dos bombeiros em cenários de risco, como o diagnóstico elaborado pelo IPT, são recentes, e a maioria dos estudos sobre esses profissionais está mais relacionada às áreas de conhecimentos específicos, como a Psicologia, a Sociologia do Trabalho e os estudos sobre o exercício do atendimento pré-hospitalar.

Por outro lado, os estudos produzidos sobre os riscos tendem a incluir os corpos de bombeiros no grupo das organizações que, como outras instituições de emergência, empresas de seguro e governos, tendem a definir os desastres, não como um processo social, mas em termos do que se pretende fazer sobre o ocorrido,

geralmente, quando mais nada pode ser feito. Nessa perspectiva, os bombeiros tendem a ser reconhecidos apenas como os agentes que atuam como eles próprios definem, na “ponta de lança,” ou seja, sem participação direta no planejamento das ações da defesa civil, mas dependendo, obrigatoriamente, do empenho do Estado, não somente por meio de investimentos nas corporações, mas também em políticas públicas fundamentais para a garantia da segurança global. E essas ações se dão de forma compartilhada entre o Estado e a sociedade, por meio das ações de prevenção e, num sentido mais amplo, numa maior atenção nas áreas de saúde, saneamento básico, educação, segurança pública e moradia, entre outros serviços. Isto porque, como foi dito no início, as ações dos bombeiros são destinadas a salvar vidas em qualquer situação.

Diante desse quadro, a pesquisa *O Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco na linha de montagem da defesa social sob focos de lentes* se lança na perspectiva de entender, como, em determinados casos, a interjeição “chama o bombeiro!,” como foi comprovado no diagnóstico do Projeto Brasil Sem Chamas, pode significar o não atendimento exatamente pela ausência da estrutura física, tecnológica ou de efetivo indispensáveis ao bom funcionamento do serviço dos corpos de bombeiros. De antemão, deve-se esclarecer que a inclusão do CBMPE no projeto *Linha de montagem da defesa social sob focos de lentes* se deu de modo desafiador, uma vez que as demais instituições abordadas no programa de pesquisa pertencem ou se relacionam diretamente com os subsistemas de Segurança Pública, de Justiça e de Punição/Ressocialização, que formam o sistema de defesa social do Estado de Pernambuco: Secretaria de Defesa Social, polícias militar, civil e científica; sistema prisional; Funase; Defensoria Pública, Ministério Público e Poder Judiciário, enquanto o Corpo de Bombeiros se situa mais visivelmente na esfera da defesa civil.

Este estudo adota uma perspectiva diferenciada diante do que já foi produzido sobre os bombeiros no Brasil e em comparação

com as pesquisas das demais instituições abordadas no projeto *Linha de Montagem*, porque oferece uma visão aprofundada sobre a natureza e a prática do Corpo de Bombeiros, mais relacionada à defesa civil, mas que também atua como força operativa da defesa social na diminuição das taxas de homicídios, com base na meta estruturante do Pacto Pela Vida, o programa estadual de segurança pública. Diante deste quadro, o primeiro impacto sentido pela equipe de pesquisa se deu pela falta de material bibliográfico acessível para a construção, não somente da trajetória histórica do CBMPE, mas também a respeito da evolução do serviço de bombeiros no Brasil, sem contar com a inexistência de estudos que tratem da relação entre a defesa civil e a defesa social. Neste sentido, a Fundação Joaquim Nabuco se torna pioneira na produção do diagnóstico que aponta para a necessidade de aperfeiçoamento do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil e, especificamente, do Corpo de Bombeiros.

O relatório aqui apresentado possui cinco partes que se destinam à discussão, ponto a ponto, dos aspectos teóricos, históricos e das entrevistas e dados coletados em campo durante as visitas às dez unidades do Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco (CBMPE), divididas em quatro especialidades, localizadas na Região Metropolitana do Recife (RMR).

A primeira parte, “A transversalidade entre a defesa social e a defesa civil,” é dedicada à apresentação e à discussão do referencial teórico, a partir do cruzamento entre os princípios, os pressupostos e os procedimentos compartilhados contidos nos modelos das duas defesas. Com isso, pretende-se entender a prática dos corpos de bombeiros inserida na lógica da transversalidade existente entre o modelo da defesa social e da defesa civil em contraponto à prática efetiva, respectivamente, no âmbito do Ministério da Justiça, por meio do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci) e do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (Sinpdec).

A segunda parte, “Bombeiros, os soldados do fogo,” apresenta um breve histórico sobre como se desenvolveu a atividade dos bombeiros em alguns países, com os principais fatos e descobertas tecnológicas que contribuíram para a transformação e a institucionalização do serviço de bombeiros. Este quadro é apresentado em contraponto com a especificidade das características da formação do Corpo de Bombeiros no Brasil. Em seguida, é traçado o perfil da instituição enquanto uma organização militar e burocrática, e o papel que o Corpo de Bombeiros exerce atualmente no âmbito do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (Sinpdec).

A terceira parte, “O percurso histórico do Corpo de Bombeiros em Pernambuco,” é dedicada à história desta corporação, com foco na sua caracterização institucional e organizacional.

A quarta parte, “O Corpo de Bombeiros na SDS-PE e no Programa Pacto Pela Vida,” descreve de forma mais aprofundada a inclusão e o papel desempenhado pelo Corpo de Bombeiros no arranjo institucional que o Governo de Pernambuco definiu para a Secretaria de Defesa Social do Estado (SDS-PE), colocando-o como força auxiliar do Programa Pacto Pela Vida. Há também um maior detalhamento sobre a estrutura organizacional dos bombeiros no Estado, com a apresentação da sua missão, objetivos e organograma, bem como uma descrição das suas quatro especialidades de atendimento no Estado, a estrutura básica dos grupamentos, o aparato tecnológico, os recursos humanos e como se dá o funcionamento dos seus serviços na Região Metropolitana do Recife (RMR).

A quinta e última, “Os bombeiros sob focos de lentes,” constitui a parte mais importante da pesquisa, por se tratar do diagnóstico a respeito da corporação em si, e por conter todo o material fotográfico produzido durante as visitas às unidades de bombeiros acompanhadas das descrições e do conteúdo das entrevistas com os gestores, separados de acordo com as especialidades: incêndio,

atendimento pré-hospitalar, busca, salvamento e ações táticas, salvamento marítimo e centro de formação.

Por último, são apresentadas as considerações finais da pesquisa, com a inclusão de sugestões formuladas pela Fundação Joaquim Nabuco, a partir do contato com a realidade estrutural e o funcionamento do CBMPE, nos anos de 2012/2013.

A TRANSVERSALIDADE ENTRE A DEFESA SOCIAL E A DEFESA CIVIL

A defesa social e a defesa civil constituem modelos para a defesa da vida de modo completo e abrangente. A motivação dos bombeiros é, especificamente, salvar vidas, o que corresponde à própria natureza das ações da defesa civil, mas também às da defesa social, como forma de reiterar a importância da prevenção, cujos dispositivos indicadores são comuns às duas defesas, respectivamente: a ambiência de risco e a ambiência criminosa, características que compõem os cenários nos quais atua o Corpo de Bombeiros. Por isso, torna-se importante entender a defesa social e a defesa civil como faces da mesma moeda. São dois modelos de atuação inter-relacionados e indissociáveis. Em ambos, o ser humano é o objeto, sujeito indivisível que ora habita um ou outro cenário, quando não faz parte dos dois. A sua segurança e as garantias básicas de cidadania não podem ser compreendidas como objetos isolados de uma ou de outra defesa.

Com base nessa premissa, Melo (2012) teoriza a respeito da dualidade do ser humano, que se expressa, então, em certas situações, como indivíduo (o homem físico/biológico), e, noutras, como cidadão (o homem social/político). De acordo com a autora, o indivíduo é caracterizado como o corpo físico que contém os componentes que organizam a vida biológica e psicológica, marcas do seu existir no mundo, o que o torna o objeto principal da defesa civil. Essa noção é bem explicitada no que tange à defesa civil quando das situações de prevenção, emergência e remoção de vítimas de desastres, em que a principal preocupação é a garantia da sobrevivência das pessoas afetadas. Nesses casos, as ações de intervenção direta da defesa civil estão mais associadas ao trabalho de equipes médicas do sistema de saúde, as quais, em circunstâncias

específicas de trauma, intervêm para garantir a integridade da vida humana.

Por outro lado, Melo define o cidadão como objeto da defesa social, porque este incorpora todos os componentes básicos da organização da vida social e política do ser humano. Tradicionalmente, as ações de segurança pública têm como foco principal a atuação ostensiva da polícia para a proteção do patrimônio e a manutenção da ordem pública, mas os pressupostos da defesa social se baseiam na efetivação da justiça, por meio da garantia de direitos, o que torna a segurança pública apenas um dos aspectos da noção de defesa social, esta mais ampla e abrangente. Assim, a ideia de indivisibilidade deriva do fato de que, isoladamente, o ser humano não deve ser objeto de uma ou outra defesa. Embora analisada didática e metodologicamente sob perspectivas de disciplinas específicas, não há como compreender a vida humana separadamente, apenas como indivíduo (âmbito da defesa civil) ou somente como cidadão (âmbito da defesa social). Logo, não há como enxergar a defesa social sem o entrecruzamento com a defesa civil, ainda que esta aconteça institucionalmente de forma paralela ou acessória daquela, conforme se desenvolve no Estado de Pernambuco.

SOBRE A DEFESA SOCIAL

O modelo da defesa social representa um grande passo da política criminal e uma evolução na história do Direito Penal, por estar relacionado a um dos maiores desafios da humanidade no século XX: a discussão sobre os métodos de prevenção e de repressão da violência. Iniciada como um movimento que, em 1954, foi rebatizado de Nova Defesa Social em função do livro homônimo de autoria de um de seus idealizadores, o filósofo francês Marc Ancel, lançado no mesmo ano (*La défense sociale nouvelle*), as discussões propostas nesse período propugnam por um novo modo de pensamento, por meio de “uma tomada de consciência acerca de necessidades sociais

e éticas novas, em face das antigas estruturas e de tradições obsoletas” que entendem a pena de privação de liberdade como a única alternativa para a contenção da violência (Ancel apud Araujo Junior, 1991, p. 66). Desta maneira, Araujo Junior (1991) define a Novíssima Defesa Social,³ a segunda fase da discussão iniciada por Ancel, e que evoluiu para uma etapa posterior no final dos anos 1960, como um movimento não doutrinário, prático e universal, por sua capacidade de enxergar a criminalidade de modo crítico, multidisciplinar e pluridimensional.

De modo objetivo, a noção de defesa social, por meio de seus postulados, se propõe à realização de um constante exame crítico a respeito das instituições, sobretudo as do Estado, com o objetivo de promover a sua atualização e melhoria.⁴ Essa percepção é adotada com o intuito de contribuir para uma visão mais ampla e multidisciplinar sobre o fenômeno criminal para retirar da alçada do Direito Penal a atribuição de único instrumento capaz de conter a violência e estruturar um novo sistema de política criminal “que garanta os direitos do homem e promova valores essenciais da humanidade” (1991, p. 69).

Essa perspectiva que prega a intervenção nos fatores indutores da criminalidade, portanto, se contrapõe ao modelo da segurança pública, que prioriza as suas ações sobre o fato criminoso em si, modelo associado aos movimentos de Lei e Ordem,⁵ corrente antagonista à defesa social, com foco na repressão, por meio do

³ Denominação de Roberto Lyra (Op. cit.).

⁴ Correntes mais radicais relacionadas ao movimento defendem até mesmo a extinção das instituições prisionais.

⁵ Este movimento se contrapõe ao de defesa social, pois aposta na repressão através modelo punitivo-retributivo que pretende coloca numa arena os criminosos e os *homens de bem* para justificar a prisão e, em alguns casos, a pena de morte como única alternativa para conter a onda criminoso sem considerar, no entanto, os inúmeros fatores que direta ou indiretamente induzem o crime. De modo diferente, a defesa social propõe o tratamento bifronte da criminalidade para que ilícitos de pequena monta entrem no processo de descriminalização, mas que os crimes cometidos, por exemplo, contra a economia e o Estado nos caos de abuso de poder e corrupção, sejam, estes sim, criminalizados, Op.cit., p.70-1.

modelo punitivo-retributivo e que tende a estabelecer a oposição entre criminosos e “homens de bem” para justificar instrumentos, como a prisão ou a pena de morte. Assim, Melo (2000, p. 507-508) diferencia os conceitos de segurança pública e de defesa social, delimitando as suas respectivas áreas de atuação:

à defesa social interessa ultrapassar a repressão simplesmente, a investigação que elucida, a punição que segrega, para se preocupar com a multicausalidade do crime, propondo-se a intervir nas raízes dessas causas, para controlar a incidência do fato criminoso. Numa outra perspectiva, a segurança pública trabalha repressivamente o ocorrido, dando-lhe corpo e movimento e oferecendo juízo de valor sobre ele, o que implica punição. A defesa social incorpora esta tarefa e expande, tentando compreender o mundo do crime para atacar os seus nichos reprodutores.

Conforme Melo (2000), a criminalidade atua significativamente nos espaços nos quais o Estado se ausenta, agindo de forma mais complexa e formando o que outro filósofo francês, Michel Foucault, chamou de contrapoder, por sua capacidade de agir em rede e de modo desafiador. Neste caso, a questão não seria acabar com a violência, o que caracteriza algo impossível, mas mantê-la em nível suportável. Para tanto, Melo defende que o desafio maior deve ser o de prevenir o crime, fazendo uso de um conhecimento mais abrangente sobre o mundo da criminalidade, isto é, “olhar através das lentes do mundo do crime” para que se possa compreender a lógica por trás da criminalidade, a fim de dispor de técnicas para prever a ação criminosa (Foucault apud Melo, 2000, p. 504-5). É esta a análise que concentra os principais pontos da discussão sobre o modelo da defesa social e que contribui para a compreensão do seu funcionamento na perspectiva de uma linha de montagem, que congrega várias instituições para além das polícias.

Assim sendo, o sistema de defesa social pode ser entendido como uma linha de montagem que possui um “núcleo duro” (polícias, defensoria pública – e privada –, Ministério Público, Poder Judiciário, etc.), que deve agir de forma integrada e articulada, mas que, em função da precariedade interna e externa inerente às instituições, não é capaz de funcionar para conter a “linha de montagem do crime.”⁶ O equívoco mais recorrente é quando se coloca a polícia como protagonista desse sistema que, de fato, possui um poder preponderante no seu papel ostensivo de conter a criminalidade. O problema ocorre quando este papel se torna exclusivo, o que distancia dos pressupostos e postulados que a defesa social propõe. Dessa maneira, no modelo da defesa social, a polícia precisa ser repensada enquanto instituição, caso almeje deixar de ser um mero detentor de criminosos para, finalmente, passar a intervir na dinâmica do crime, interditando a manutenção e a proliferação (MELO, 2007).

De acordo com Melo (2000), a violência agrega muitas categorias que vão desde a negação e a exclusão social perpetrada pelo Estado, por não efetivar direitos básicos (saúde, educação, saneamento básico, abastecimento de energia elétrica, urbanização, acesso ao esporte, cultura, lazer, etc.), até o desrespeito aos direitos das chamadas minorias – negros, mulheres, idosos, homossexuais e crianças, entre outras. Ainda de acordo com Melo (2012), portanto, não há como desvincular as ações da defesa social e as ações da defesa civil, uma vez que os dois modelos devem atender aos mesmos pressupostos, quais sejam: a) O compromisso com a lei, a ética e os valores essenciais da humanidade; b) a prática da lógica da complexidade; c) o uso da ciência e da tecnologia; e d) o poder

⁶ A linha de montagem do crime abrange esferas específicas, como o mundo infantil (maus-tratos, crimes sexuais, uso criminoso da criança); o mundo juvenil (violência de jovens contra jovens, uso de linguagem violenta que denota angústias como resultado de carência afetiva e falta de perspectivas para o futuro); e o mundo adulto (ameaça à vida, à integridade física e ao patrimônio, tráfico de drogas, corrupção, etc.).

de articulação contínua e indistinto com todo e qualquer ente apto a colaborar.

SOBRE A DEFESA CIVIL

A defesa civil também tem como objetivo principal o estabelecimento da normalidade social após a ocorrência de eventos adversos ditos naturais ou resultantes da ação humana, ainda que, diferentemente da defesa social, não tenham surgido como um movimento organizado em torno de determinada corrente teórica. De forma geral, pode-se afirmar que a defesa civil está relacionada a uma série de estratégias desenvolvidas pelo homem, com o intuito de antever e de se preparar diante da iminência de eventos extremos e, também, como forma de promover ações emergenciais, com o objetivo de minimizar as suas consequências e os seus efeitos sobre os atingidos.

De fato, a defesa civil como modelo de ação promovida pelos governos e organizações profissionais e voluntárias surgiu no período entre a Primeira (1914-1918) e a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), diante da ocorrência de bombardeios em diversas cidades dos países envolvidos no conflito. Conforme Armin Augusto Braun (2006, p. 8-9), episódios devastadores, como o ataque japonês à cidade chinesa de Xangai (1937) e o bombardeio promovido pela aviação alemã à cidade de Guernica, em 1937, durante a guerra civil espanhola, serviram como ponto de partida para o planejamento de uma série de medidas, por parte do governo britânico, para a criação das primeiras organizações que vieram a consolidar a ideia e o modelo da defesa civil:

A destruição de Guernica confirmou os estudos anteriores precipitou a tomada de uma série de medidas pelo governo britânico, tendo em vista o iminente início de mais uma guerra na Europa. O Ministério do Interior criou uma organização chamada Air Raid Precautions ou Precauções contra Ataques Aéreos, que imediatamente iniciou as atividades planejadas,

como: remoção de crianças das áreas de Londres e sudeste da Inglaterra para o interior do país; construção de abrigos subterrâneos públicos e incentivos à construção de abrigos particulares; distribuição de máscaras contra gases e capacetes de aço; treinamento de pessoal para combate a incêndios, prestação de primeiros socorros, e salvamento de vítimas sob escombros. Outras instruções eram difundidas em larga escala para a população: ensinar a limpar os sótãos de materiais combustíveis; cobrir as janelas para escurecer as ruas; grudar fita adesiva nos vidros para evitar estilhaçamento e conhecer os toques de alarme e de fim do ataque.

Durante a Segunda Guerra Mundial, tornou-se ainda mais evidente a necessidade da consolidação da defesa civil, uma vez que os complexos industriais se tornaram alvo de grandes bombardeios que chegavam a destruir quarteirões inteiros. Além disso, o nível de urbanização das grandes cidades atingidas e o aumento da densidade demográfica tornavam a população cada vez mais vulnerável aos bombardeios que, neste caso, não objetivavam um alvo específico e, sim, a destruição em massa.

Diante da devastação provocada por esses ataques, a Inglaterra criou uma organização denominada Civil Defense, com o objetivo de orientar a população e minimizar os danos materiais causados pelos inimigos. Embora a Inglaterra tenha sido a primeira a institucionalizar esse tipo de serviço durante a Segunda Guerra, outros países como o Japão também mantinham um sistema eficiente de proteção civil com alto grau de organização e mobilização, tendo sido de grande importância na evacuação de boa parte da população de algumas cidades vizinhas após a explosão das bombas atômicas nas cidades japonesas de Hiroshima e Nagasaki (1945). Essa mobilização permitiu, por exemplo, que as cidades atingidas pudessem restabelecer a produção das indústrias em 70%, após dez dias da ocorrência da tragédia (BRAUN, 2006).

Dessa maneira, segundo Melo (2012), pode-se apontar para a coexistência de conceitos que se entrecruzam e se complementam a partir da compreensão dos modelos de defesa social e de

defesa civil, impondo-se uma perspectiva mais abrangente, como a noção global de defesa da vida que se dá por meio de ações compartilhadas entre o Estado e a sociedade, como par dialético e parceiros indissociáveis. Assim, no contexto de ação, tanto da defesa social, quanto da defesa civil, a utilização da palavra “combate” é inadequada, pois se refere a uma lógica de guerra, de confronto direto. Por isso, a noção de “enfrentamento” aplicada às duas defesas supõe a existência de estratégia, de inteligência e de operacionalidade necessárias às ações de fiscalização e de vigilância. Nesse contexto, Estado e sociedade se tornarão aptos a desenvolver participação ativa, visando o bem público e a normalidade social (MELO, 2012).

A defesa social e a defesa civil podem ser compreendidas, respectivamente, a partir das noções de “ambiência criminosa” e de “ambiência de risco.” A ambiência criminosa é concebida por Melo (2012) como um conjunto de fatores sociais, políticos, econômicos, patológicos, psicológicos e excludentes em geral, que articulados no coletivo ou de forma singular, individual, induzem à prática da delinquência, do ilícito, do crime ou de provocação da desordem. A ambiência criminosa é o foco das ações da defesa social e deve ser compreendida como um dispositivo indicador da “violência vermelha,” esta uma categoria diretamente relacionada à prática do ilícito, ou seja, da atividade criminosa, que danifica a vida social e despreza o contrato que rege a ordem e a normalidade social (MELO, 2000).

Já a defesa civil tem a sua atuação dirigida à ambiência de risco que pode ser caracterizada como aqueles territórios que não possuem as condições adequadas para a garantia da segurança individual e coletiva, constituindo-se num dispositivo indicador da “violência branca,” isto é, a ausência do Estado na assistência e na promoção dos direitos e serviços básicos à cidadania. No entanto, essa ambiência de risco (foco da defesa civil) pode vir a desencadear, num determinado contexto, numa ambiência criminosa

(foco da defesa social), uma vez que a falta de serviços básicos acarreta uma maior probabilidade para a incidência da violência vermelha. Por isso, Melo (2012) entende que tanto a defesa social, quanto a defesa civil devem ter suas ações orientadas pelos mesmos pressupostos, por meio dos seguintes procedimentos: 1) Programas de ações compartilhadas pelo Estado e pela comunidade; 2) Ações dirigidas à ambiência criminosa e à ambiência de risco, visando torná-las saudáveis; 3) Empreender ações múltiplas que atinjam toda a malha social; 4) Trabalhar a rede institucional, unindo o âmbito público e o privado; 5) Investir em todas as áreas de conhecimento, não se limitando apenas ao conhecimento produzido tradicionalmente sob a forma de estatísticas e teorias, doutrinas ou normas do Direito.

Essa compreensão de que a defesa social e a defesa civil são modelos complementares e interdependentes evidencia-se na produção de um dos mais notórios membros da defesa civil no Brasil, idealizador da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil, e autor de vários livros e manuais sobre o assunto, Antônio Luiz Coimbra de Castro, quando aponta que o papel da defesa civil é garantir a “segurança global da população,” definida por Castro (2004, p. 166) como um “conjunto de medidas, objetivando garantir o direito à vida, à saúde, à segurança pública e à incolumidade das pessoas e do patrimônio, em todas as circunstâncias e, em especial, em circunstâncias de desastre,” sendo este “um dever do Estado, direito e responsabilidade da cidadania,” o que compreende, portanto, as ações da defesa social.

Com base nesta primeira revisão histórica sobre os modelos da defesa social e da defesa civil, pode-se inferir a respeito do cenário ao qual o Corpo de Bombeiros se vincula pela natureza da atividade que desempenha. Sendo assim, a natureza da ação do Corpo de Bombeiros o vincula à defesa civil como um dos seus principais agentes, por salvar vidas em circunstâncias diversas, mas que, igualmente, o coloca como agente da defesa social,

em especial na segurança pública, quando é o responsável por atender e resgatar vítimas de crimes. Atualmente, essa é a caracterização da atuação dos corpos de bombeiros no Brasil a ser apresentada no desenvolvimento do sistema de defesa social dos estados e no Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (Sinpdec), a partir da análise entre o que é planejado do ponto de vista teórico e a efetiva prática das instituições envolvidas nas políticas públicas do setor.

ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA DA DEFESA SOCIAL E DA DEFESA CIVIL NO BRASIL

As primeiras políticas públicas apoiadas nos pressupostos teóricos da defesa social e da defesa civil fazem parte da história recente do Brasil e têm como marco inicial o processo de redemocratização pós-regime militar (1964-1985). Ainda assim, não se pode afirmar que as políticas públicas voltadas para a prevenção dos riscos de desastres e da violência, respectivamente, são totalmente orientadas pelos pressupostos das duas defesas.

No caso da defesa social, esses princípios se encontram pulverizados nas diversas práticas das secretarias de defesa social (ou de segurança pública) dos estados federados, que se valem desses princípios, como forma de legitimar socialmente a prática da segurança pública,⁷ que numa análise mais detida está longe de corresponder ao que de fato é compreendido como defesa social. Neste contexto, a promulgação da Constituição Federal de 1988, denominada Constituição Cidadã, significou também o início de um longo debate sobre as ações de repressão e, sobretudo, da prevenção da violência.

⁷ Assim como este relatório sobre o Corpo de Bombeiros, o projeto *Linha de montagem da defesa social sob focos de lentes* também produziu uma pesquisa sobre a Secretaria de Defesa Social de Pernambuco, que aborda a história, a estrutura e o funcionamento desta instituição na promoção de políticas públicas de prevenção e enfrentamento da violência em Pernambuco.

A Constituição brasileira utiliza a nomenclatura “segurança pública” no título do Capítulo III e no *caput* do artigo 144, com referência ao Corpo de Bombeiros no inciso V, quando relaciona esse instituto jurídico como atribuição das polícias militares e dos corpos de bombeiros, não fazendo menção ao instituto da defesa social (BRASIL, 2011). Mesmo levando em consideração a necessidade de integração dos órgãos de segurança em nível institucional, evidencia-se que as atuais ações práticas de planejamento e de coordenação no âmbito da segurança pública ainda não consideram o contexto no qual a ambiência criminosa é, antes de tudo, uma ambiência de risco.

Carvalho e Silva (2011) explicam que nas últimas décadas houve uma considerável redução do papel do Estado no controle econômico e social, mas que em relação à segurança pública, o movimento foi de ampliação dos instrumentos de controle. A ascensão do Estado liberal significou a ampliação do “Estado penalizador e assistencial” que deve responder à “insegurança social gerada em toda parte pela dissociação do trabalho assalariado” e do “recuo das proteções coletivas,” com ações de repressão à criminalidade, que afetam os segmentos da população excluídos do mercado de consumo (CARVALHO; SILVA apud WACQUANT, 2011, p. 60). Sobre isso, cabe ressaltar que, no Brasil, o processo que levou à redemocratização não contou com a participação direta da sociedade para a construção de uma política de segurança pública. Por isso, é comum pensar no ideário da segurança pública no Brasil, no que se refere à adoção dos pressupostos da defesa social, apenas como um documento sem aplicabilidade efetiva:

O sistema de segurança pública brasileiro em vigor, desenvolvido a partir da Constituição Federal de 1988, estabeleceu um compromisso legal com a segurança individual e coletiva. Entretanto, no Brasil, em regra, as políticas de segurança pública têm servido apenas de paliativo a **situações emergenciais**, sendo **deslocadas da realidade social**,

desprovidas de perenidade, consistência e articulação horizontal e setorial (CARVALHO; SILVA, 2011, p. 62, grifo nosso).

Mesmo assim, é importante reconhecer que, de modo geral, a redemocratização favoreceu a criação de uma política de segurança diferente do modelo imposto pelo governo militar. O primeiro passo foi dado mais de dez anos depois da abertura política, durante o Governo de Fernando Henrique Cardoso, em 2000, com a criação do Plano Nacional de Segurança Pública (PNSP).⁸ No âmbito do Ministério da Justiça, foi criada no Governo FHC, em 1995, a Secretaria de Planejamento de Ações Nacionais de Segurança Pública (Seplanseg), transformada, em 1998, na atual Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), com o objetivo de trabalhar de forma articulada com todos os estados da federação, a fim de pôr em prática a Política Nacional de Segurança Pública (CARVALHO; SILVA, 2011, p. 62-3).

Outra mudança foi promovida já no início do primeiro mandato do presidente Luís Inácio Lula da Silva, em 2003. O primeiro Plano Nacional sofreu modificações, principalmente no que diz respeito às ações de política carcerária. Embora a segurança pública seja uma competência do Estado, a política referente a ela foi elaborada pela Organização Não Governamental (ONG) Instituto da Cidadania, por meio do Projeto de Segurança Pública para o Brasil, tendo como base a reforma das instituições de segurança pública e a implantação do Sistema

⁸ O Plano Nacional de Segurança Pública (PNSP) é a primeira política pública democrática de segurança no Brasil e um marco estratégico, por estimular a aplicação da tecnologia para o aperfeiçoamento dos órgãos de segurança pública. O plano é composto por 124 ações divididas em 15 compromissos que abrangem medidas, como combate ao narcotráfico e ao crime organizado no âmbito dos governos federal, estaduais e modificações no plano institucional, como a implantação do Sistema Nacional de Segurança Pública (BRASIL, 2001). Por outro lado, o PNSP foi alvo de inúmeras críticas e ficou conhecido como um avanço tímido diante da complexidade do problema da segurança pública no Brasil, principalmente por não traçar metas e orçamento para a sua execução.

Único de Segurança Pública (Susp), com a intenção de promover a articulação dos órgãos, favorecendo as ações preventivas e as políticas públicas voltadas para a juventude.

No início do segundo mandato do presidente Lula, em 2007, houve mais uma modificação, quando o Governo Federal instituiu o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci). Diferentemente do Plano Nacional instituído no Governo anterior (Fernando Henrique Cardoso), o Pronasci se mostra mais bem estruturado, no sentido de apresentar diretrizes, metas e objetivos, ao estabelecer a finalidade das suas ações na implementação dos programas. O Pronasci tem como foco o jovem em situação de risco e de vulnerabilidade social que o expõem à criminalidade. Desta forma, o programa corresponde ao modelo de defesa social, quando se preocupa com a multicausalidade da violência e as suas raízes socioculturais, a prevenção, o enfrentamento e o controle, por meio da identificação de grupos vulneráveis. No entanto, esse modelo não é isento de críticas, conforme se verá mais adiante, apesar de que aponta para uma desconstrução da ideia da punição como a única solução para a questão da violência:

Este conjunto de questões, somadas à cultura hegemônica que codifica pessoas, que etiqueta negros, pobres e jovens como criminosos, que trabalha com o endurecimento da penalização e o recrudescimento da ação policial, leva à necessidade de pensar em que medida o Pronasci consegue incidir na **cultura de segurança disseminada na sociedade e nos aparelhos policiais**. Seria de se esperar que o programa tivesse entre suas ações prioritárias e metas principais o **enfrentamento desta concepção dominante**, somado à promoção da aplicação de **penas alternativas**, aplicação de medidas em meio aberto, enfim, um conjunto de medidas para enfrentar a postura conservadora que marca o debate sobre este tema (MOVIMENTO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS, 2007, p. 9, grifo nosso).

O Pronasci foi implementado, primeiramente nas, 11 regiões metropolitanas mais violentas do Brasil (a do Recife incluída), com base nos números fornecidos pelos Ministérios da Justiça e da Saúde. O Ministério da Justiça é responsável pela coordenação e gestão do programa, tendo suas ações acompanhadas e avaliadas pela Fundação Getulio Vargas (FGV). Em 2012, a previsão de investimento no programa foi de 600 milhões.

Desde 2007, o programa beneficiou direta ou indiretamente 3,5 milhões de pessoas, entre profissionais de segurança pública, jovens e as suas famílias, por meio de programas, como “Mães da Paz” (incentivo para que as mulheres de comunidades se envolvam nos projetos) e “Reservista-Cidadão” (bolsa para a formação de policiais e agentes penitenciários de baixa renda) (MOVIMENTO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS, 2007).

Contudo, a referência mais forte das ações do Pronasci seja a instalação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) em comunidades cariocas, que, de certa forma, são alvo de críticas por sua forma de retomar o “controle territorial de forma autoritária,” além de servir, de certa forma, como “instrumento, tanto ao confinamento da pobreza, quanto ao exercício dos direitos básicos da cidadania” (CARVALHO; SILVA, 2011, p. 65).

Neste sentido, o Ministério da Justiça, órgão superior responsável pela Secretaria Nacional de Segurança Pública, entende defesa social, entre outras atribuições, como a “prestação de serviços de segurança pública e de defesa civil” (SEGURANÇA PÚBLICA, 2012). O Ministério da Justiça define a segurança pública como:

Uma atividade pertinente aos órgãos estatais e à comunidade como um todo, realizada com o fito de proteger a cidadania, prevenindo e controlando manifestações da criminalidade e da violência, efetivas ou potenciais, garantindo o exercício pleno da cidadania nos limites da lei.

Por sua vez, a defesa civil é:

Um conjunto de medidas que visam prevenir e limitar, em qualquer situação, os riscos e perdas a que estão sujeitos a população, os recursos da nação e os bens materiais de toda espécie, **tanto por agressão, quanto em consequência de calamidades e desastres da natureza** (SEGURANÇA PÚBLICA, 2012, grifo nosso).

Logo, para o Ministério da Justiça, as polícias militares, as polícias civis e os corpos de bombeiros militares são órgãos do sistema de segurança pública. À Polícia Militar compete a atividade de polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; à Polícia Civil, a função de polícia judiciária, que apura os ilícitos penais; e, ao Corpo de Bombeiros, cabe a execução das atividades de defesa civil, além de outras atividades previstas em lei, conforme consta na Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 2011).

A partir dessas premissas, é interessante perceber que o Ministério da Justiça entende a segurança pública como uma atividade sistêmica que abrange as ações repressivas e preventivas de natureza policial e não policial, como, por exemplo, o provimento de iluminação pública. Sob esse aspecto, tais ações encontram eco nos pressupostos, tanto da defesa social, quanto da defesa civil, pois ambas lidam com situações de risco e vulnerabilidade, relacionadas respectivamente às noções de violência branca e violência vermelha. Apesar desse exemplo positivo, os princípios da defesa social, em sua maior extensão, são mais perceptíveis no plano doutrinário e menos no plano de ações efetivas da esfera governamental (federal, estadual, municipal). Pelo menos nesse aspecto, a defesa civil parece ter melhor efetividade, uma vez que se constitui num sistema que articula União, estados e municípios,⁹ mas que,

⁹ Conforme a Medida Provisória nº 384, a implementação dos programas, projetos e ações do Pronasci será executada de forma integrada pelos órgãos e entidades federais envolvidos, e pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, que a ele se vincularem voluntariamente, mediante instrumento de cooperação federativa. Diferentemente da defesa civil que estabelece um sistema com os três entes federativos (União, Estados e Municípios).

ainda assim, enfrenta dificuldades no planejamento e na execução das ações que envolvem diretamente o Corpo de Bombeiros.

As ações da defesa civil estão historicamente associadas às medidas de intervenção em momentos de emergência, após a ocorrência de desastres que, na maioria das vezes, poderiam ter sido evitados por meio de medidas de prevenção e de planejamento. Pode-se afirmar, de forma mais incisiva, que a defesa civil, enquanto modelo de política pública para ações de prevenção, emergência e reconstrução, somente ganhou projeção após as enchentes e os deslizamentos de terra ocorridos, em janeiro de 2011, na região serrana do Estado do Rio de Janeiro.

Esse fato, que ficou conhecido como um dos maiores desastres naturais do Brasil, com mais de 700 pessoas mortas e outras centenas de desaparecidos, desalojados e desabrigados, resultou numa maior organização das ações e dos planos de emergência no âmbito do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (Sinpdec). Contudo, a esfera de planejamento da defesa civil ainda permanece isolada de outras esferas de planejamento do desenvolvimento nacional, sem falar na falta de articulação com o universo da defesa social. Isso ocorre em parte porque, no Brasil, a defesa civil tem sua história marcada como um ciclo de ações intermitentes, o que, até certo ponto, contribuiu para a sua caracterização atual como uma política em constante modificação e em busca de consolidação.

As primeiras medidas da defesa civil para a proteção da população no país também surgiram no contexto da Segunda Guerra Mundial, devido ao ataque dos navios de passageiros Arará e Itagiba, que resultou na morte de 56 pessoas. Por isso, em 1942, o Governo Federal criou o Serviço de Defesa Passiva Antiaérea, que estabeleceu a obrigatoriedade do ensino da defesa passiva em todos os estabelecimentos de ensino, público ou privado do país. Logo em seguida, em 1943, o Serviço de Defesa Passiva Antiaérea foi transformado em Serviço de Defesa Civil, sob a supervisão da Diretoria Nacional do Serviço da Defesa Civil, do Ministério da Justiça

e Negócios Interiores. O próprio Serviço de Defesa Civil e suas diretorias regionais e no Distrito Federal, porém, foram extintos em 1946, sendo retomados somente em 1966, em razão das enchentes que atingiram o Rio de Janeiro, apenas como grupo de trabalho que viria a articular, por meio do Decreto nº 722 de 18/11/1966, o Sistema Estadual de Defesa Civil e as coordenadorias regionais em todo o país (DEFESA CIVIL NO MUNDO, 2012).

Assim, pode-se afirmar que as primeiras políticas públicas propriamente ditas voltadas para a defesa civil fazem parte da história recente do Brasil e têm como marco o processo de redemocratização, iniciado ao fim do governo militar (1964-1985). O passo mais significativo ocorreu em 1988, com a criação do então Sistema Nacional de Defesa Civil (Sindec), a partir do Decreto nº 97.274/1993. O passo seguinte foi a criação da Política Nacional de Defesa Civil (PNDEC), publicada no *Diário Oficial da União*, em 2 de janeiro de 1995, que continha as diretrizes, metas, planos e programas que orientam e dão forma às ações da defesa civil, no âmbito federal, estadual e municipal (DEFESA CIVIL NO BRASIL, 2012).

Com as alterações feitas pela Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012, foi instituída a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC) que dispõe sobre o (novo) Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (Sinpdec) e sobre o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil¹⁰ (Conpdec). A inclusão do termo

¹⁰ Com o novo Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC), não houve grande alteração do Decreto nº 7.257, de 4 de agosto de 2010, que estabelecia o antigo Sistema Nacional de Defesa Civil (Sindec). O atual Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil (Conpdec) continua como órgão colegiado integrante do agora Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil, com responsabilidade de elaborar as diretrizes da política nacional. Este conselho se reúne em plenário com os representantes e suplentes do Ministério da Integração Nacional (coordenador do conselho), da Casa Civil da Presidência da República, Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, Ministério da Defesa, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Ministério das Cidades, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Ministério da Saúde, Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, além de representantes dos estados, do Distrito Federal, dos municípios e da sociedade civil (BRASIL, 2010).

“proteção” sugere uma referência ao modelo internacional de defesa civil, mas não implica grandes modificações na organização do sistema, a não ser pelo detalhamento das competências dos três entes federativos (União, Estados e Municípios) e da nova categorização dos desastres. Assim, os estados devem executar o que determina a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil em âmbito territorial e instituir o Plano Estadual de Proteção e Defesa Civil em articulação com a União e os municípios. Estes, por sua vez, também são responsáveis por executar e coordenar as ações do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil no âmbito local, em articulação com a União e os estados (BRASIL, 2012).

Embora a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil oriente as ações de defesa civil nos três níveis da federação, é evidente a separação entre os que planejam as ações no âmbito local (coordenadorias estaduais e municipais) e aqueles que de fato as executam, como, por exemplo, os corpos de bombeiros. Esta situação é ainda mais visível, quando, na ocorrência de desastres, há o envolvimento da defesa civil e de agentes operativos, como as polícias, vinculados à área de segurança pública. Assim é que ocorre o inevitável confronto de pontos de vista entre os diversos atores envolvidos nas ações de defesa civil. Segundo Norma Valencio (2009), os desastres são eventos que expõem as tensões que existem entre os diferentes níveis do Sistema Nacional, ao confrontar, respectivamente, as diversas racionalidades (civil e militar) que tradicionalmente se manifestam no interior do sistema. Assim, a defesa civil:

formatou-se como instituição militarizada, mas não se assume contemporaneamente como tal, gerando relativa opacidade frente à sociedade brasileira. À aparência civil, com agentes à paisana e organograma dissociado das forças militares de origem de parte considerável do seu quadro, nos três níveis de governo, implica uma essência militarizada, na qual as relações hierárquicas são vistas como ideias e razão pela qual um desastre, entendido como desordem de um cenário, busca na obediência estrita do civil à restauração da ordem (2009, p. 27).

Ainda que a defesa civil não tenha em seus pressupostos a proibição da atuação de agentes militares, uma vez que essa é a característica da maioria dos órgãos de defesa civil no mundo, por estarem vinculados ao desenvolvimento de ações estratégicas promovidas pelo Exército (o caso do Brasil), esse tipo de organização sugere a tendência à hierarquização das funções, dificultando a participação da sociedade. Essa situação entra em confronto direto com a perspectiva do modelo democrático consolidado com a Constituição Federal de 1988 e que serviu de base para a criação do próprio Sistema Nacional. O descompasso entre Estado e sociedade se torna evidente no âmbito das decisões proferidas no interior do Sistema Nacional, quando se admite a participação dos representantes das populações que vivem em áreas de risco, tanto compreendendo a violência branca, quanto a violência vermelha, mas que cujas demandas não são inteiramente satisfeitas, por conta da ação de forças políticas que atuam no interior do sistema.

Sob esse aspecto da participação da sociedade junto ao Estado, verificou-se a ausência de uma arena de discussão institucionalizada. A realização das conferências na área de segurança pública e de defesa civil no âmbito dos três entes federados, por exemplo, pode ser caracterizada como um processo ainda em construção e que tende a estabelecer funções aos atores envolvidos, sem que haja uma real articulação como é previsto no modelo, tanto da defesa social, quanto da defesa civil. Nesse contexto, o estudo sobre o Corpo de Bombeiros, como agente de execução da defesa civil, e também como órgão operativo do sistema de defesa social em Pernambuco, partiu da premissa de que a sua atuação não poderia se desenvolver de forma desarticulada à esfera de planejamento da própria defesa civil, nem de outras políticas públicas relacionadas à garantia da cidadania e dos direitos humanos. A seguir, aborda-se a caracterização do serviço de bombeiros em alguns países do mundo ocidental, em comparação ao modelo praticado no Brasil.

BOMBEIROS, OS SOLDADOS DO FOGO

A imagem mais emblemática do trabalho realizado pelo Corpo de Bombeiros é aquela referente à atividade de combate a incêndios. A profissão do bombeiro – conhecido como “soldado do fogo” – tem a sua trajetória ligada habitualmente a catástrofes, sobretudo às relacionadas a esse fenômeno. Com o processo de crescimento e de verticalização das cidades, aumentou a ocorrência de incêndios, bem como se tornou comum o homem utilizar o fogo para fins não necessariamente sustentáveis, com o objetivo de dominar o meio ambiente, como, por exemplo, se valer da técnica de atear fogo em matas para espantar a fauna, com vistas à construção civil. Assim, o historiador Apolinário Ternes (2007, p. 55) relaciona a história do serviço de extinção de incêndios à própria simbologia do fogo na história da humanidade. De acordo com ele, há mais de dois mil anos, “o fogo tem sido o mais importante e permanente instrumento no processo civilizador,” por ter se tornado um símbolo sagrado em muitas culturas, mas principalmente por estar associado a situações de destruição que poderiam e deveriam ser evitadas.

A criação dos primeiros grupos para a extinção de incêndios nas civilizações mais antigas está diretamente relacionada à necessidade de controlar a ação destrutiva do fogo também por meio de regras para prevenção dos incêndios, que constantemente causavam prejuízos à economia. Sobre isso, Wolfgang Hornung, em *História dos bombeiros* (apud TERNES, 2007), indica o ano de 1200 a.C como o primeiro registro em hieróglifos sobre medidas de proteção contra o fogo no Egito. Outras referências no mesmo livro dão conta desses grupos na Grécia Antiga, onde a experiência e o conhecimento dos bombeiros eram cruciais para se encontrar água com maior facilidade nos poços, riachos e cisternas da cidade de Atenas. Nesse período, os bombeiros

utilizavam *quadrigas* (carruagens puxadas a cavalo) para se locomover, com grande mobilização de escravos, estes os primeiros bombeiros, que, em revezamento, deslocavam baldes de água por caminhos distantes mais de um quilômetro do local do incêndio (TERNES, 2007).

Na Roma de 27 a.C., antes do imperador incendiário Nero, existiam grupos como o *triunviri nocturni*, responsáveis por apagar os incêndios. Entre os anos de 63 a.C e 14 d.C, no império de Júlio César Octavio, foram criadas as *cohortes vigilum* formadas por sete grupos, cada uma com mil homens, responsáveis pela proteção dos 14 bairros da cidade. Também nesse período, a legislação romana dispunha de uma série de regras para a construção das moradias que estabeleciam o afastamento regular entre as casas, a proibição do uso de produtos inflamáveis, o limite de altura dos prédios em 30 metros e a obrigação dos moradores em dispor de cisternas com água, como precaução para casos de incêndio (TERNES, 2007).

As mesmas técnicas para a extinção de incêndios utilizadas na Grécia Antiga, como o uso de quadrigas e o revezamento de baldes e vasilhames com água, continuaram sendo praticadas em várias partes do mundo, pelo menos até o fim da Idade Média. Posteriormente, na Europa, a transformação do comércio e da vida urbana e o processo de industrialização favoreceram a produção de tecnologias para a criação das primeiras bombas hidráulicas utilizadas para apagar incêndios, e que culminaram por batizar a profissão.

Os primeiros corpos de bombeiros da era moderna surgiram entre o fim do século XVI e início do século XVII. É o caso dos *corps des pompiers* na França, formado durante o reinado de Luís XVI, entre 1638 e 1715, que já utilizava a bomba de incêndio de Van Der Heydens, o seu inventor, criada em 1699. Contudo, o grande impulso para a modernização e aplicação de novas tecnologias no serviço de combate a incêndio foi mais bem desenvolvido após a Revolução Industrial, com a substituição dos baldes com água por mangueiras de tecido, e a invenção dos caminhões-tanque, das autobombas e das

roupas antichamas utilizadas pelos bombeiros. Sobre isso, destaca-se também a contribuição da indústria alemã, na segunda metade do século XIX, para o setor de equipamentos e veículos para bombeiros: marcas célebres ainda hoje, como a Magirus e a Metz, respectivamente, produtoras de escadas e bombas hidráulicas (TERNES, 2007).

Mesmo que em qualquer época tenha havido a formação quase espontânea de grupos com a incumbência de extinguir incêndios, não se pode afirmar que os corpos de bombeiros tenham uma história linear em todo o mundo. Na interpretação de historiadores, a existência e os parâmetros norteadores da atividade dos bombeiros são influenciados pela cultura local e a estrutura política oferecida às corporações (COSTA, 2002). Além disso, há de considerar que a própria atividade do corpo de bombeiros evoluiu para outras especialidades, além do combate a incêndios. Nessa perspectiva, ao longo desse capítulo será apresentado um panorama resumido do perfil organizacional dos corpos de bombeiros de alguns países, a fim de propor a reflexão, em contraponto com a história, a estrutura organizacional e o tipo de atuação dos Bombeiros no Brasil.

O CORPO DE BOMBEIROS EM OUTROS PAÍSES

Sobre a história do Corpo de Bombeiros, uma questão é unânime: a sua atividade somente se tornou possível, e foi transformada, com a expansão da indústria e da tecnologia. Esse incremento sobre os equipamentos e veículos permitiu a expansão do serviço de bombeiros para várias áreas de atendimento, como salvamento aquático, busca e resgate de pessoas presas em ambientes confinados, resgate de animais e atendimento pré-hospitalar, entre outras. Contudo, conforme Ternes (2007), em seu estudo sobre os “soldados do fogo,” a eficiência dos corpos de bombeiros não depende somente da produção tecnológica, mas de uma série de fatores, como a celeridade necessária para a prestação do serviço, o que

depende da forma como as corporações estão estruturadas e a importância que adquirem em cada país.

Sobre esse aspecto, é importante destacar algumas questões relacionadas à história e à forma como surgiram os corpos de bombeiros em outras partes do mundo e como se diferenciam da organização e da prática dos bombeiros no Brasil. Na maioria dos países, os primeiros bombeiros eram formados por cidadãos comuns que passaram a formar grupos de voluntários. É o caso, por exemplo, do primeiro Corpo de Bombeiros voluntário da América, criado em 1736 na Filadélfia, Estados Unidos, por iniciativa de Benjamin Franklin. Já em Portugal, a história do Corpo de Bombeiros contou com a participação de um brasileiro, Guilherme Gomes Fernandes, considerado “o maior bombeiro do mundo,” responsável juntamente com outros idealistas, em 1794, pela criação da Associação dos Bombeiros Voluntários do Porto, que forneceu as bases para o movimento português de defesa civil, a partir da multiplicação de grupamentos voluntários no território português (TERNES, 2007).

No entanto, essa origem comum no voluntariado não restringe os corpos de bombeiros a apenas essa categoria. Diante da escassez de estudos comparativos sobre a situação das corporações no mundo em relação ao modelo militar adotado no Brasil, o pesquisador Carlos Marcelo D’isep Costa (2002) destaca-se por seu estudo elaborado sobre as principais categorias de bombeiros. Em geral, os corpos de bombeiros podem ser classificados como militar ou civil. Na classificação militar, estão agrupadas as categorias de Forças Auxiliares (Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar) e Forças Armadas (Marinha, Exército e Aeronáutica). Já a classificação civil concentra a maioria das categorias de bombeiros (os profissionais, os voluntários, os mistos e os policiais) (COSTA, 2002). Para uma melhor compreensão da divisão dessas categorias e o tipo de atuação de cada uma delas, Costa (2002) elaborou o seguinte quadro explicativo:

Categorias dos Corpos de Bombeiros

Corpos de Bombeiros		
Classificação	Categorias	Tipos de Organização
Militar	Militares*	Organizações Bombeiros Militares. Órgãos das Organizações Policiais Militares. Órgãos das Forças Armadas (Marinha, Exército e Aeronáutica).
Civil	Profissionais**	Organizações Públicas. Organizações Privadas.
	Voluntários***	Entidades sem fins lucrativos.
	Mistos	Organizações mistas, onde parte é voluntária e parte profissional.
	Policiais*	Órgão das Polícias Federais.

Nas categorias Militares e Policiais, as organizações são públicas.

*** O termo Profissional é aqui utilizado para categorizar os Bombeiros Cívicos, o que não quer dizer que os Bombeiros Militares e Policiais não sejam profissionais no verdadeiro sentido. Neste trabalho, portanto, os Corpos de Bombeiros Profissionais referem-se a Bombeiros Cívicos.*

**** Nos Corpos de Bombeiros Voluntários, a não remuneração é a característica principal, entretanto, por questões operacionais, encontram-se "Bombeiros Voluntários" remunerados nas funções de motoristas e atendentes de chamadas (telefonistas) nos centros de operações, por exemplo.*

Fonte: Costa (2002).

Não se pode afirmar de modo generalizado que todos os corpos de bombeiros do mundo são voluntários, mas que essa categoria, juntamente com os bombeiros profissionais, é predominante na maioria dos países. Mesmo assim, podem existir, num mesmo país, corpos de bombeiros voluntários, profissionais e militares, ainda que, este último, não seja o mais comum. Tem-se como exemplo a história dos *corps des pompiers*, criado como uma organização militar, em 1815, na cidade de Paris. Contudo, mais recentemente, soube-se que os corpos de bombeiros da França, chamados *Sapeurs-Pompiers*, são classificados como civis e militares. Os civis se dividem entre as categorias de voluntários (*volontaires*) e de profissionais (*professionnels*), estes últimos constituindo-se como a maioria no país. Os militares estão presentes na Brigada *Sapeurs-Pompiers* que pertence ao Exército, e no Batalhão de *Marins-Pompiers* da Marinha francesa (COSTA, 2002). Outros países também mantêm paralelamente à categoria de voluntários e/ou

profissionais, bombeiros militares, como se pode verificar na Argentina e em Portugal.

Na Argentina, os corpos de bombeiros estão divididos nas categorias de bombeiros policiais (Polícia Federal), bombeiros voluntários e bombeiros militares (órgão integrante da Armada Argentina, o equivalente à Marinha de Guerra). Cada uma das categorias possui atribuições específicas, mas o maior contingente é de bombeiros voluntários (COSTA, 2002). Um caso à parte na categoria de voluntários são os chamados *cascos blancos*, que realizam missões humanitárias geralmente fora da Argentina.

Em Portugal, existem corpos de bombeiros voluntários e profissionais e a organização varia de acordo com a natureza jurídica das entidades que os mantêm. No país, existem também os bombeiros mistos (uma parte voluntária e outra parte profissional) e os bombeiros militares, os Sapadores, que são mantidos pelo Estado português. Ainda assim, o maior contingente permanece, sendo o da categoria dos voluntários (COSTA, 2002).

Na Alemanha, ao contrário da França onde existiu primeiramente uma corporação organizada nos moldes militares, os corpos de bombeiros se formaram a partir dos clubes ginásticos em que os sócios se colocavam à disposição da população a ponto de substituírem os bombeiros obrigatórios, com a fundação do primeiro Corpo de Bombeiros Voluntários, em 1841, na cidade de Meissen. Somente dez anos depois, em 1851, em Berlim, foi criado o primeiro Corpo de Bombeiros profissional (TERNES, 2007). O que diferencia os corpos de bombeiros da Alemanha, Portugal e dos Estados Unidos em relação ao Brasil, sem dúvida, é a organização, estrutura, tipo de atuação, estatuto e o tipo de treinamento (COSTA, 2002). Nesses países, as unidades dos corpos de bombeiros estão situadas em distritos que correspondem a municípios e, embora às vezes estejam subordinados a um órgão central, há melhor eficiência na prestação de serviços, por se tratar de uma

área previamente delimitada e monitorada por um número de bombeiros que corresponde às necessidades da população.

Para citar a realidade dos corpos de bombeiros no contexto latino-americano, pode-se destacar a trajetória e o tipo de organização adotado pelos corpos de bombeiros do Chile. O primeiro Corpo de Bombeiros criado no país, em 1851, na cidade de Valparaíso, também foi de caráter voluntário (TERNES, 2007). No Chile, os bombeiros voluntários e as corporações são instituições privadas, com personalidade jurídica, estatuto próprio, sendo vinculadas à Junta Nacional dos Corpos de Bombeiros do Chile e financiadas pelo Governo federal, governos locais, e pelo apoio da população que contribui nas campanhas para arrecadação. Diferentemente do Brasil, os bombeiros chilenos executam todas as ações de combate a incêndio, resgate de vítimas em acidentes automobilísticos, com produtos perigosos e elevação de estruturas colapsadas após desmoronamento, mas não realizam atendimento pré-hospitalar, pois esse é um serviço de responsabilidade das equipes do Serviço de Saúde do Estado (COSTA, 2002).

O ponto mais relevante do exemplo chileno é o nível de organização que, como voluntários, mantém um nível de estrutura padrão para o funcionamento das unidades, bem como de sua estrutura física com a disponibilização das plantas para delimitar o espaço mínimo de cada construção (PORTAL BOMBEROS DEL CHILE, 2014). Com isso, não se pretende defender o modelo dos corpos de bombeiros voluntários como o ideal, mas trazer à luz uma reflexão ainda pouco estimulada sobre algumas possíveis mudanças de “desenho” organizacional, diante da “singularidade” da realidade do Corpo de Bombeiros no Brasil, conforme aponta Costa (2002) e Ternes (2007), que, com a exceção de algumas corporações de voluntários concentradas em maior parte nas regiões Sul e Sudeste do país, é totalmente estruturada sobre o modelo militar.

O CORPO DE BOMBEIROS NO BRASIL

No Brasil, os corpos de bombeiros são organizações militares estaduais, em sua maioria, autônomas,¹¹ e, constitucionalmente, responsáveis pela execução das atividades de defesa civil. Durante a busca de referências bibliográficas para a elaboração desta pesquisa, foi possível constatar que, de fato, o primeiro serviço de extinção de incêndio das Américas surgiu no Estado de Pernambuco, em 1636, no período da invasão holandesa na região, sendo considerada a origem histórica do atual Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco (CBMPE).¹² No entanto, essa referência consta apenas como registro histórico desse tipo de atividade, uma vez que, após a expulsão dos holandeses, existiram vários outros grupos encarregados de combater incêndios, principalmente na região portuária do Recife, mas sem formação institucional (CAVALCANTI, 2007). Por isso, considera-se que o primeiro serviço formal para a extinção de incêndios no Brasil tenha sido o Corpo de Bombeiros da Corte, criado em 1856, que deu origem ao atual Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro (CBMERJ), e que serviu de modelo organizacional, seguido por todas as outras corporações do país.

Contudo, antes da criação do Corpo de Bombeiros da Corte também existiram outros serviços de combate ao fogo na cidade do Rio de Janeiro, devido ao nível de urbanização que ocasionou uma série de episódios de incêndios com efeitos catastróficos em alguns prédios públicos. Em 1763, ano da transferência da capital do Brasil de Salvador para o Rio de Janeiro, ocorreu a criação do Arsenal da Marinha do Rio de Janeiro, pelo vice-rei Antônio Alvarez da Cunha, o conde Cunha, sendo este o responsável pela

¹¹ Entre os anos de 2012 e 2013, período que compreende a elaboração desta pesquisa, apenas quatro Estados mantinham corporações de bombeiros que eram orgânicos das polícias militares: São Paulo, Bahia, Rio Grande do Sul e Paraná.

¹² A história do CBMPE é apresentada no capítulo seguinte.

criação da primeira guarda de combate ao fogo vinculada a esta organização militar. Com isso, o efetivo do Arsenal da Marinha foi encarregado, primeiramente em caráter provisório, pela extinção de incêndios na cidade, em razão da experiência que possuíam com os incêndios nas embarcações. Depois, em 1797, com a emissão de um alvará régio que incumbiu o Arsenal da Marinha de realizar permanentemente o serviço de combate a incêndios em terra e no mar, o que foi confirmado, em 1808, por meio de decisão do infante D. Carlos, almirante da Marinha, nomeado por seu tio, o príncipe regente D. João (PORTAL DO CBMERJ, 2014; TERNES, 2007).

Com a formação dessa primeira guarda de incêndio, em 2 de julho de 1856, por meio do Decreto nº 1.775, assinado por D. Pedro II, considerado até hoje o patrono dos corpos de bombeiros do Brasil, foi criado o Corpo de Bombeiros Provisório da Corte. Essa nova configuração reuniu, sob a mesma administração, as seções de incêndio que já existiam no Arsenal da Marinha, no Arsenal de Guerra, na Repartição de Obras Públicas e na Casa de Correção. Como naquela época a corporação respondia somente pela atividade de combate ao fogo, os bombeiros contavam apenas com uma bomba a vapor destinada especialmente à extinção de incêndios à beira-mar e em navios, e parco material composto basicamente de quatro bombas manuais, algumas escadas, baldes de lona, mangueiras e cordas (TERNES, 2007; PORTAL DO CBMERJ, 2014).

No início, apesar de ser militarmente organizado e aquartelado, o Corpo de Bombeiros Provisório da Corte não era considerado uma instituição militar. Por isso, seus oficiais não podiam utilizar insígnias no quartel e, quando concorriam em serviço com autoridades militares, eram vistos apenas como soldados. A militarização da corporação ocorreu somente em 15 de julho de 1880, por meio do Decreto nº 7.666, confirmado em 1881, que concedeu patentes militares para os oficiais bombeiros. Com a Proclamação

da República, em 1889, a corporação passou a se chamar Corpo de Bombeiros do Distrito Federal. Mais tarde, em 1960, com a transferência da capital do país para Brasília, a corporação teve o nome alterado mais uma vez para Corpo de Bombeiros do Estado da Guanabara. A última modificação ocorreu em 1975 com a fusão entre a Guanabara e o Estado do Rio de Janeiro, quando se deu a formação do atual Corpo de Bombeiros do Estado do Rio de Janeiro (TERNES, 2007; PORTAL DO CBMERJ, 2014).

Um fato interessante a destacar é que, embora tenha servido como modelo para a criação das demais corporações no Brasil, os corpos de bombeiros do Rio de Janeiro e do Distrito Federal foram os únicos que, com o passar dos anos, não foram incorporados às polícias militares. Isto porque a formação militarizada do Corpo de Bombeiros da Corte se deu tão somente pelo fato de ter sido o Arsenal da Marinha a instituição nomeada para essa função, em razão de sua experiência nas ações de combate a incêndio nos navios e pelo domínio das técnicas de manuseio das primeiras bombas hidráulicas que chegaram ao Brasil. No restante do país, as corporações geralmente eram formadas como organizações civis financiadas por empresas de seguro para garantir a segurança da carga e descarga e do armazenamento nos portos das principais cidades, sendo, depois, transformadas em instituições militares.

Alguns autores atribuem essa assimilação dos bombeiros pelas polícias militares, então chamadas de Força Pública, como uma reação aos movimentos que se iniciaram, a partir de 1922, com a Revolta dos Dezoito do Forte de Copacabana (CAVALCANTI, 2007). Já outros estudiosos, como Apolinário Ternes,¹³ dão

¹³ A visão desenvolvida por Apolinário Ternes é de que a influência do modelo do voluntariado, como parte da influência da cultura alemã no Sul do Brasil, contribuiu para a formação dos corpos de bombeiros voluntários que, de fato, são bastante atuantes e mais numerosos nos Estados do Sul do que em outras regiões do país. Embora essa tese não tenha sido claramente defendida por Ternes, é evidente a tendência de alguns autores em reforçar essa diferenciação do Sul em contraponto ao modelo de colonização portuguesa predominante, ao descrever a trajetória dessa região, como um capítulo à parte na história

destaque a questões culturais que remetem ao modelo de colonização praticado no Brasil e à sua influência sobre a estrutura administrativa do Estado, com consequências sobre a formação dos corpos de bombeiros militares, como uma categoria predominante se comparados com a categoria dos voluntários comumente adotados na maioria dos países:

Contrariamente ao que ocorre na Europa, no Brasil a base de todo o sistema de bombeiros centra-se nos corpos estatais profissionalizados, com uma grande maioria de instituições do gênero ligadas às secretarias de segurança dos estados. Apesar da colonização europeia, a partir de meados do século passado, o Brasil não se destaca pela criação de bombeiros voluntários. Com certeza, explica-se esse fato em razão da cultura burocrática e paternalista transplantada de Portugal, ao tempo do Brasil Colônia e Império, onde cabe ao Estado, sempre, providências relacionadas com a segurança e a proteção do patrimônio, quer seja público ou privado (TERNES, 2007, p. 68).

Assim, a maioria dos corpos de bombeiros permaneceu como orgânicos das polícias militares por pelo menos 70 anos, até que, no processo de redemocratização do Brasil, em meados da década de 1980, as corporações, quase de forma sucessiva, empenharam-se na elaboração de Proposta de Emenda Constitucional (PEC), com o objetivo de obter autonomia. Sobre esse aspecto, Costa (2002) explica que no país há uma distinção entre as idades das corporações de acordo com a data da formação e a data da sua emancipação, como sendo, respectivamente, a “idade institucional” e a “idade organizacional.” É importante ressaltar que essa mudança se deu apenas sob o aspecto da emancipação em relação às polícias militares, o que não resultou substancialmente numa mudança organizacional, nem na desmilitarização dos corpos de bombeiros. Costa (2002) descreve a situação organizacional dos

do Brasil, o que, em maior proporção, pode ser verificado no sentimento separatista atrelado à noção de uma suposta superioridade cultural.

corpos de bombeiros no Brasil como uma trajetória de dificuldades estabelecidas inicialmente por sua condição de subordinação a normas impostas por outra instituição, no caso, as polícias militares, e, depois, pelos diversos entraves às mudanças organizacionais que persistem mesmo após a sua emancipação. Essa questão desperta a necessidade do aprofundamento sociológico a respeito da caracterização dos corpos de bombeiros, como organização militar e burocrática.

A CARACTERIZAÇÃO DO CORPO DE BOMBEIRO COMO ORGANIZAÇÃO MILITAR E BUROCRÁTICA

Após o processo de emancipação das corporações, os corpos de bombeiros tornaram-se uma instituição militar autônoma, ainda assim, estruturada segundo o modelo organizacional burocrático estabelecido, a partir da racionalização do tempo e do trabalho, por meio de regras, funções e competências fundamentais para o funcionamento de qualquer organização. No Brasil, os corpos de bombeiros militares são uma categoria predominante e atuam de acordo com as demandas políticas dos estados federados, sem a intervenção de um órgão superior que integre procedimentos, linguagem e doutrina comum às corporações.¹⁴ Ainda que o militarismo seja apontado como um fator que impõe dificuldades ao Corpo de Bombeiros brasileiro e o coloca em “desvantagem” com relação à capacidade e à eficiência das corporações de outras partes do mundo (em sua grande maioria pertencente à categoria profissional ou voluntária), há de se afirmar que nem todas as dificuldades advêm desta condição identificada como “peculiar,” por parte de alguns estudiosos. Por outro lado, discute-se se o militarismo

¹⁴ A exceção ocorre apenas por meio da atuação conjunta em cenários de risco e de desastres em consonância com as diretrizes da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC), mas que, mesmo assim, expõe as falhas de uma interação pouco articulada e coerente com os pressupostos do próprio modelo de defesa civil.

associado à estrutura burocrática impõe barreiras às mudanças organizacionais tidas como desejáveis pelas corporações, mas difíceis de serem alcançadas.¹⁵

Antes de recorrer à definição de organização militar, é imprescindível se deter sobre a teoria geral das organizações. As organizações podem ser definidas como “instituições sociais cuja ação dos seus membros é dirigida por objetivos, sendo projetadas como sistemas de atividades e autoridade, deliberadamente estruturadas e coordenadas, atuando de forma interativa com o ambiente que as cerca” (MORAES apud COSTA, 2002, p. 32). No entanto, essa definição, apesar de abrangente, pode parecer estática, ao se levar em consideração que as organizações não se resumem a uma combinação de esforços para a obtenção de um resultado final, mas a uma estrutura complexa que envolve fatores inerentes à divisão do trabalho e à coordenação das atividades, o que implica, necessariamente, a existência de relações de poder no âmbito interno e externo. De forma ainda mais específica, Costa (2002) se utiliza das Teorias da Burocracia e Clássica da Administração para caracterizar as organizações militares, em particular os corpos de bombeiros, como organizações burocráticas que requerem um entendimento específico sobre a sua formação, a fim de que se possa melhor entender o seu funcionamento, para identificar as possibilidades e as dificuldades de se implementar as mudanças apontadas como necessárias pela maioria dos seus gestores.

As organizações militares são organizações burocráticas e, como tal, estão estruturadas a partir de regras e procedimentos regulares, por meio da divisão de tarefas e da hierarquização caracterizadas pela impessoalidade para a obtenção de um fim comum.

¹⁵ No Brasil, ainda são escassos os estudos sobre os corpos de bombeiros enquanto organizações burocráticas e militares, principalmente após os movimentos de emancipação, o que expõe a necessidade de aprofundamento sobre o assunto. Em meio à literatura pesquisada para a produção deste relatório, destaca-se o estudo já mencionado de Carlos Marcelo D'Ísep Costa.

Na história das teorias organizacionais, a “metáfora da máquina,” de Gareth Morgan (Morgan apud Costa, 2002, p. 35), serve para ilustrar como as primeiras invenções mecânicas influenciaram na formação das organizações militares como um protótipo da organização mecanicista. A partir da análise dos modelos das Legiões Romanas e das armadas europeias do século XVI, Costa explica que as inovações tecnológicas serviram de inspiração para os exércitos e o perfil característico das organizações militares, como a adoção do treinamento sistemático e da disciplina, a criação de uma linguagem própria de comando, a utilização de equipamentos padronizados, a especialização de tarefas, a ampliação e a padronização de regulamentos e o uso de patentes e uniformes.

Numa perspectiva semelhante, Max Weber, no início do século XX, aponta para o desenvolvimento da indústria e a proliferação de formas burocráticas de organização como um fator que contribuiu significativamente para a rotinização do trabalho, o que também pode ser entendido como uma forma de dominação, à medida que os funcionários/operários deixam de ser vistos como seres humanos únicos e passíveis de falhas:

Weber caracteriza a burocracia como uma forma de organização que enfatiza a precisão, a clareza, a regularidade, a confiabilidade e a eficiência e que para se atingir estas características é necessário divisão de tarefas fixas, supervisão hierárquica, regras detalhadas e regulamentos. [...] As organizações militares apresentam ênfase muito forte na estrutura, o que é, também, uma característica marcante da Teoria da Burocracia. A estrutura burocrática salienta o controle e a previsibilidade das funções específicas nas organizações. Esta estrutura altamente formalizada, especializada, centralizada e dependente dos processos de trabalho torna-se adequada para atingir a “eficiência” do trabalho/produção e, conseqüentemente, da própria organização (COSTA, 2002, p. 51).

No entanto, o funcionamento das organizações nem sempre se dá com total previsibilidade, principalmente no que se refere

ao comportamento dos seus integrantes, o que pode caracterizar a sua “ineficiência.” Conforme Robert K. Merton (apud COSTA, 2002, p. 52), essa ineficiência é resultado das “disfunções” que são decorrentes justamente do excesso da burocratização, também traduzido pelo excesso de formalismo e rigidez e que, em alguns casos, é ocasionado pela resistência das organizações em ceder às mudanças.

No caso das organizações militares, essas modificações tornam-se ainda mais difíceis, principalmente porque toda a sua formação é baseada nos princípios da hierarquia e da disciplina. Com o passar do tempo, as organizações militares sofreram modificações e deixaram a estrutura em formato de pirâmide, para adotar o modelo do tipo *linha staff* no qual as responsabilidades dos órgãos de comando (linhas de comando) são distribuídas entre as assessorias (estado-maior) com a incumbência de planejar e coordenar a execução de tarefas específicas. Ainda assim, pode-se afirmar que as organizações militares, norteadas por conceitos de engenharia militar, contribuíram para a formação dos princípios gerais da Teoria Clássica da Administração que ainda orientam instituições, como o Corpo de Bombeiros, como unidade de comando, hierarquia, amplitude de controle, centralização da autoridade, subordinação dos interesses individuais aos interesses gerais, espírito de união (espírito de corpo), entre outros (COSTA, 2002, p. 38-9).

No Brasil, mesmo após a emancipação dos corpos de bombeiros das polícias militares, percebe-se que o rompimento com o vínculo institucional não resultou em maiores mudanças, principalmente no que diz respeito à categoria que permanece militar. Ainda hoje, por força dos dispositivos constitucionais e infraconstitucionais, os corpos de bombeiros, ao lado das polícias militares, são denominados como forças auxiliares e reserva do Exército. Atualmente, a escala hierárquica do Corpo de Bombeiros possui treze níveis e corresponde à adotada pelo Exército brasileiro, com a

única diferença no fato de este possuir mais três níveis de oficiais gerais:

Escala Hierárquica dos Corpos de Bombeiros Militares

		Postos
		Oficiais
Tenente-Coronel BM		
Major BM		
Intermediários	Capitão BM	
	1º Tenente BM	
Subalternos	2º Tenente BM	
	Aspirante a Oficial BM*	
	Graduações	
Praças	Subtenente BM	
	1º Sargento BM	
	2º Sargento BM	
	3º Sargento BM	
	Cabo BM	
	Soldado BM	

*Os Aspirantes a Oficial são considerados Praças Especiais até a promoção ao posto de 2º Tenente. Aqui eles figuram como oficiais subalternos, apenas para facilitar a forma de apresentação da escala hierárquica.

**Não estão incluídas na escala hierárquica as demais Praças Especiais constituídas pelos Alunos dos Cursos de Formação de Oficiais, Sargentos e Soldados.

Quadro elaborado a partir do Decreto-Lei nº 667/1969.

Fonte: Costa (2002).

Para Costa (2002), essa configuração do Corpo de Bombeiros no Brasil, como organizações militares, tem como base institucional a hierarquia e a disciplina que submete as corporações a uma situação peculiar em comparação a outros países. O autor não aponta somente o militarismo como a principal motivação para o “engessamento” da instituição, mas a estrutura burocrática como um fator que limita as suas possibilidades de se autogerir e que maximiza as dificuldades de implementação e mudanças

militares. [...] No caso das Organizações Bombeiros Militares, a questão não deve ser tratada As organizações

militares, a exemplo das organizações em transformação, não podem conceber um modelo rígido, hierarquizado, mecanizado, onde a comunicação seja sempre de cima pra baixo e as informações sejam privilégios do topo da pirâmide, apesar de toda a sua história e tradição. Desta forma, as evoluções, inovações e os princípios oriundos da gestão contemporânea devem ser acompanhados e almeçados pelas organizações de maneira diferente, mesmo porque **a questão central não é eliminar o militarismo** e consequentemente a burocracia, mas fazer com que os Corpos de Bombeiros Militares tornem-se mais flexíveis e com capacidade de aceitar mudanças com seriedade, sem hesitação (COSTA, 2002, p. 42-3, grifo nosso).

Assim, outros fatores podem ser destacados, como o alto grau de institucionalização das organizações militares e as questões culturais relacionadas às tradições dessas instituições, como o fato de as ações do Corpo de Bombeiros serem alçadas a feitos de heroísmo cotidianamente e de a própria imagem do bombeiro ser caracterizada como sobre-humana. Como pode ser verificado nos resultados da pesquisa elaborada por Costa (2002) e nas entrevistas realizadas no âmbito deste estudo sobre o Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco (CBMPE), a maioria dos gestores tende a apontar o militarismo como um ponto desencadeador de certas dificuldades à execução de algumas operações, por exemplo, no que diz respeito à rigidez da hierarquia na qual prevalece o grau da patente, ao invés do conhecimento e da experiência do militar envolvido naquela tarefa. Por outro lado, é comum verificar no conteúdo das entrevistas que algumas vezes o impasse não se concentra na questão do militarismo, mas sim no tipo de gestão e no arranjo institucional,¹⁶ na qual a corporação se insere. Essa questão é apontada pelo comandante-geral

¹⁶ O CBMPE não possui autonomia plena, uma vez que está submetido à Secretaria de Defesa Social de Pernambuco (SDS-PE), o que, conforme alguns gestores, coloca a corporação em condição desfavorável, dentre outros fatores, em relação ao orçamento destinado à secretaria que é fracionado com as outras três forças operativas da pasta (Polícia Militar, Polícia Civil e Polícia Científica). Este assunto é detalhado no capítulo seguinte.

do CBMPE, coronel Casa Nova (2012), em depoimento dado à pesquisa:

Eu sempre digo que a história dos bombeiros no Brasil é uma história meio complicada porque eu posso ter bombeiro até paramilitar, mas não militar. Eu tenho bombeiros que têm farda, que têm disciplina, hierarquia, que têm gestão e que não são militares. A condição de militar pra gente, culturalmente falando, ela pode ter um peso. Disciplina e organização. Mas talvez não gestão. Às vezes pode até atrapalhar no processo por algumas situações de ordem militar. Coisas que nós precisamos ter é conhecimento, disciplina e hierarquia, sim. Sempre. Independentemente de ser militar. Porque o que impera no bombeiro é conhecimento. [...] E no mundo o bombeiro não é militar. Os bombeiros mais eficientes que têm no mundo são os alemães, os americanos, os finlandeses e o japoneses. Nenhum deles é militar.

Outra questão relevante e que se concentra na esfera burocrática do CBMPE, a exemplo do que ocorre nas corporações de outros estados da federação, diz respeito às reivindicações por planos de cargos e carreiras para os bombeiros no exercício das suas funções. Em conversas com militares de patentes inferiores (soldados, cabos e sargentos), conhecidos como praças, verificou-se que há, entre estes, sentimentos de desestímulo e impotência diante da rigidez característica das organizações militares, mesmo que, por vezes, esses profissionais sejam mais experientes e tenham mais conhecimento prático em determinadas situações de risco.

O PAPEL DO CORPO DE BOMBEIROS NO SISTEMA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

A questão mais presente quanto à análise do papel desempenhado pelo Corpo de Bombeiros no Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (Sinpdec) advém do fato de que os bombeiros executam ações de defesa civil embora não pertençam efetivamente a esta. Institucionalmente, é estabelecida uma

“divisão de tarefas” no âmbito das ações da defesa civil, em que os bombeiros participam apenas das ações efetivas de “execução,” geralmente após a ocorrência dos incidentes quando não há quase nada mais a ser feito.

Tal situação expõe o que está previsto na Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC), que determina a articulação entre os entes federados e vários órgãos e entidades, dentre eles, os corpos de bombeiros, envolvidos nas ações de planejamento, prevenção, socorro, assistência e reconstrução, com o objetivo de evitar ou minimizar os efeitos desses eventos, a fim de preservar o bem-estar social (BRASIL, 2012). Contudo, contrariamente ao que é estabelecido na legislação, detecta-se a clara separação dos papéis, o que descaracteriza a imagem da defesa civil como um conjunto de ações articuladas, pois a prática contribui, em determinados momentos, para a diluição das responsabilidades entre as forças envolvidas, o que coloca em xeque a eficiência do sistema como um todo.¹⁷

Um dos problemas apontados por Elida Séguin (2012, p. 210) consiste na dificuldade de se pôr em prática o que está previsto na legislação sobre a defesa civil. De acordo com a autora, no Brasil ainda persiste “uma lenda de que existem leis que pegam e leis que não pegam,” quando, na verdade, existem leis que são mais amplamente divulgadas que outras, como é o caso do Código de Defesa e Proteção ao Consumidor, o que não aconteceu com a Lei nº 12.608/2012, que institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC). Uma das críticas ao sistema diz respeito exatamente à concentração de esforços empreendidos pelo Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (Sinpdec) para liberar verbas em casos de emergência ou de calamidade pública, ao invés de

¹⁷ Este subtópico se detém a respeito da discussão sobre o papel desempenhado pelo Corpo de Bombeiros no Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (Sinpdec). A história e a descrição minuciosa sobre a organização deste sistema estão contidas na primeira parte deste relatório.

estabelecer conceitos e definições que contribuam para a gestão dos riscos, atuando de forma preventiva.

Além disso, Séguin (2012, p. 225) cita dentre as mudanças previstas em lei, mas que não foram implantadas, a que regulamenta o serviço militar alternativo como um órgão que atuaria de forma integrada com o órgão federal responsável pelas ações de proteção e defesa civil e que, portanto, atuaria de forma paralela aos corpos de bombeiros militares. Segundo ela, é

inegável a interdependência dos desastres naturais com a omissão na fiscalização do uso e ocupação do solo, da especulação imobiliária e a carência de políticas públicas de habitação popular. A incapacidade de gerir riscos e de dar uma resposta pronta ao evento agrava os seus efeitos. A Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012, editada quando o país ainda estava sob o impacto emocional do desastre da Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro, supre uma lacuna, porém não será suficiente para alcançar o objetivo colimado de segurança civil se não for acompanhado de ações efetivas, como a implementação do Serviço Militar Alternativo no combate a tragédias, entre outras coisas. Falhas regulatórias estão sendo analisadas após os eventos danosos, quando deveriam ocorrer revisões periódicas nestes temas para que as normas estejam sempre acompanhando o estado da técnica (SÉGUIN, 2012, p. 210).

Embora a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNP-DEC) oriente as ações de defesa civil nos três níveis da federação, é evidente a separação entre os que planejam as ações no âmbito local, as coordenadorias estaduais e municipais, e aqueles que de fato as executam, como, no caso, os corpos de bombeiros. Esta situação é ainda mais visível, quando, com a ocorrência de desastres, acontece o inevitável contato e confronto entre racionalidades distintas no âmbito da defesa civil. Por isso, Norma Valencio (2009) entende os desastres como eventos que expõem as tensões que existem entre os diferentes níveis do Sinpdec, ao confrontar a

racionalidade civil e a militar que se manifestam histórica e politicamente no interior do sistema.¹⁸ Isso se explica pelo fato de que, no Brasil, a defesa civil

formatou-se como instituição militarizada, mas não se assume contemporaneamente como tal, gerando relativa opacidade frente à sociedade brasileira. À aparência civil, com agentes à paisana e organograma dissociado das forças militares de origem de parte considerável de seu quadro, nos três níveis de governo, implica uma essência militarizada, na qual as relações hierárquicas são vistas como ideias e razão pela qual um desastre, entendido como desordem de um cenário, busca na obediência estrita do civil à restauração da ordem (VALENCIO, 2009, p. 27).

No contato com agentes da defesa civil e bombeiros durante a elaboração deste estudo, percebe-se como os discursos são diferentes e muitas vezes entram em choque, levando-se também em consideração que nessa esfera organizacional se desenvolvem relações de poder. É comum verificar que muitos bombeiros ocupam cargos, como coordenadores ou gerentes da defesa civil nos estados, o que, para alguns agentes, representa um choque de visão, uma vez que existiriam tentativas de aplicação da hierarquia e da rigidez militar no trabalho da defesa civil.

Por outro lado, vê-se claramente uma situação de “divisão de tarefas” entre os três níveis (União, Estados e Municípios) do Sinpdec, que tem o Corpo de Bombeiros como um tipo de força de apoio nas ações da defesa civil. Geralmente, essa situação é vista com certo incômodo pelos bombeiros, uma vez que, doutrinariamente, eles são parte da defesa civil e, portanto, teriam condições de participar mais ativamente nos processos de planejamento e coordenação das ações.

¹⁸ É curioso que, como o Corpo de Bombeiros, a defesa civil no Brasil tem a sua história vinculada a uma organização militar, no caso, à Aeronáutica, por meio da implantação, em 1942, do Serviço de Defesa Passiva Antiaérea (PORTAL DA DEFESA CIVIL, 2012).

Essa questão apresenta ainda um agravante, conforme aponta Ternes (2007) e Costa (2002): mesmo após o processo de emancipação, os corpos de bombeiros permaneceram como organizações militares, normalmente subordinadas às secretarias de segurança pública. É o que acontece atualmente no Estado de Pernambuco, no qual o Corpo de Bombeiros, pouco tempo após a emancipação, foi integrado à Secretaria de Defesa Social, distanciando-se, no arranjo institucional do Estado, da Secretaria Executiva de Defesa Civil, que está subordinada à Secretaria da Casa Militar. Essa noção de “divisão de tarefas” é bem incorporada pela maioria dos bombeiros que quase sempre tentam reforçar o papel da corporação na execução das ações, pois em muitos estados a gestão da defesa civil é realizada por um oficial de bombeiro. É o que se percebe, por exemplo, na fala do diretor-geral de Operações do CBMPE, coronel Daniel Ferreira Filho (2012):

O Corpo de Bombeiros, dentro do sistema, tem sua atribuição bem definida. O Corpo de Bombeiros, a competência do Corpo de Bombeiros em relação ao sistema de defesa civil, ele tá muito ligado às ações de resposta, não é? Então, o Brasil é um país *sui generis*. Porque é um continente na verdade. Então, como existe o Pacto Federativo, nós vamos perceber vários estados com estruturas diferenciadas. Aqui no nosso Estado, por exemplo, a defesa civil é uma secretaria executiva da Secretaria da Casa Militar. Tem estados que existe uma Secretaria de Estado de Defesa Civil que o secretário acumula com a função do comandante do Corpo de Bombeiros.

Quando questionado sobre o contexto no qual os bombeiros se sentem mais à vontade, se como uma das forças operativas da defesa social na SDS-PE, ou como agente de execução da defesa civil, coronel Daniel aponta para uma provável insatisfação da corporação ao estar incluída nesse arranjo organizacional que, às vezes, não favorece a sua instituição, embora ele entenda que, pelo menos teoricamente, as duas defesas se proponham ao mesmo objetivo:

Não é defesa social ou defesa civil, é qual a estrutura que está posta. A estrutura institucional. Organizacional. Por que pode estar de repente dentro de uma estrutura de defesa civil, mas a estrutura não atender às nossas necessidades. Entendeu? Primeiro é definir isso. Independentemente de defesa ser defesa social ou defesa civil. O importante, o mais importante é qual a estrutura, qual o desenho organizacional que é previsto. Em relação à atividade, há uma interface maior com a defesa civil. Não resta dúvida. Por quê? Porque até muitas vezes a gente observa o seguinte: se eu for falar de defesa social para o leigo, para o cidadão comum, é difícil ele associar com bombeiro. Muito difícil associar com um bombeiro. Já os mais esclarecidos, que têm um nível cultural, que já estudaram muito a temática, vão saber que, com certeza, defesa social é muito maior que defesa civil, muito maior que bombeiro. Inclusive, doutrinariamente, a defesa civil, doutrinariamente, ela estaria até dentro da defesa social (DANIEL, 2012).

Na perspectiva do campo de ação da defesa civil estadual, o tenente-coronel Cássio Sinomar Queiroz de Santana, bombeiro militar e coordenador-executivo da Coordenadoria de Defesa Civil de Pernambuco (Codecipe), reitera a noção de “divisão de tarefas” entre a defesa civil, o Corpo de Bombeiros e outros órgãos e entidades de apoio. Quando questionado se existem momentos nos quais o CBMPE e a defesa civil estadual promovem encontros para discutir e elaborar estratégias de planejamento e execução, a exemplo do que ocorre no Programa Pacto Pela Vida, o tenente-coronel Cássio Sinomar (2014) é enfático:

Hoje realmente não existe esse monitoramento como é feito pelo Pacto. Mas, porque as ações já estão bastante definidas. O Corpo de Bombeiros e o da defesa civil. O Corpo de Bombeiros já sabe das ações. É diferente de ficar uma vez por mês fazendo mapeamento, monitoramento... Não é papel dele. É papel da defesa civil do município. Fazer todo o mapeamento e repassar para o Corpo de Bombeiros. “Ali tem uma área de risco.” “São essas áreas de risco.” “Vocês estão preparados se ocorrer alguma coisa naquilo ali?” Então, hoje, não existe esse “sentar.” Esse monitoramento. Porque até acompanhamento... Precitaria, sim. Agora sim. Chegar uma Operação Inverno, por exemplo, tá chegando o inverno. Sempre temos

uma reunião. Colocamos os coordenadores municipais de defesa civil, colocamos o Corpo de Bombeiros, colocamos Celpe (Companhia Energética de Pernambuco), Compesa (Companhia Pernambucana de Saneamento)... Colocamos todo mundo junto pra todo mundo se conhecer e dizer: “Ó, se eu precisar, com quem é que eu falo? Com quem eu entro em contato? Como é que eu faço?” E todos os anos, a gente se reúne na época da operação da quadra chuvosa. A gente se reúne pra fazer as ações de defesa civil.

Em contrapartida, verificam-se propostas e movimentos internos, no âmbito do CBMPE, que pretendem uma mudança organizacional que transforme a defesa civil em secretaria de Estado específica, com vistas a uma reorganização do Sinpdec, a partir da criação de uma rede de esforços voltada para o fortalecimento da defesa civil nos municípios:

Entre a União, o dinheiro que ela libera, a fiscalização que ela faz, entre o tempo que o ministro tem de sair daqui e vir pra uma ocorrência, e o prefeito e a estrutura de defesa civil é um espaço muito grande. Se não houver no estado uma rede de proteção social e proteção civil que dialogue através dos coordenadores regionais de território e de área com as cidades, com o governador, olhando para a União, tudo vai ser muito mais difícil. Eu não vou conseguir fazer as etapas de prevenção e preparação nas cidades que, quem fortalece a defesa civil são as cidades. É a base. É como a saúde. Tá aí o sistema o SUS (Sistema Único de Saúde) pra ensinar. Então, o Sistema Único de Defesa Civil, o famoso UDC, ele só existiria se essa rede existir, forte, fazendo a interligação, a compactação entre o Governo federal, os seus planejamentos e seus recursos, porque sem eles a gente não consegue socorrer as pessoas. Atender aqui. E a estruturação da base seriam as prefeituras. E essa estruturação teria que ser no nível de secretaria executiva ou uma secretaria estadual (CASA NOVA, 2012).

Diante do exposto, observa-se uma vontade nas corporações de pertencer ou, pelo menos, de participar mais ativamente do sistema de defesa civil. Há um choque evidente entre a representação social do bombeiro, tido como herói pelo senso comum, e a rotina do seu trabalho, que envolve a atuação em cenários de

risco e situações as quais o contexto organizacional nem sempre entra em acordo com a perspectiva que as corporações gostariam de adotar. Isso se reflete, por exemplo, na questão de investimentos em equipamentos e pesquisas para o aprimoramento da tecnologia utilizada pelos bombeiros, e que pode ser considerada o maior diferencial da sua atividade.

Essa questão foi apontada, inclusive, pelo comandante geral do CBMPE, coronel Casa Nova (2012), quanto à necessidade de criar um centro tecnológico de emergência e defesa civil, que tenha como objetivo incentivar estudos junto à comunidade acadêmica para o desenvolvimento de equipamentos de uso dos corpos de bombeiros, a exemplo do que acontece em países, como a Holanda, que fomenta a comunicação entre as universidades e empresas para produzirem desencarceradores hidráulicos, equipamentos utilizados para retirar ferragens no resgate de vítimas em confinamento, como acidentes automobilísticos, ou no desabamento de estruturas.

Tal quadro deixa claro que há grande diferença entre os corpos de bombeiros no Brasil e no mundo, o que pode estar ou não relacionado à forma como a sociedade lida com as suas instituições, nas relações históricas que mantém e que subsidiam a sua compreensão sobre a prestação de serviços públicos. Persiste no país a noção de que a defesa civil (incluído o serviço dos bombeiros) é obrigação exclusiva do Estado. O comandante geral do CBMPE ressalta essas diferenciações entre países e o quanto ainda se faz necessário à integração horizontal e plena do serviço de bombeiros na sociedade brasileira:

Mas há uma diferença implícita que nem o pessoal daqui enxerga. Mas eu já enxergo ela pelo tempo que eu tenho de serviço. [...] Se entrar alguém aqui no quartel e subir na viatura ou pegar na viatura, o soldado vai dizer assim: “Sai daí! Quem é você?” Isso aqui no Brasil. Se for na Europa, ele vai chegar e vai dizer: “Puxa! A nossa viatura é bonita, né? Você quer subir? Você quer ir na cabine da viatura?” Por que isso?

Porque na Europa, por uma questão cultural, quem institui os bombeiros não começou nem com o governo, começou com a população. O comércio. Todo mundo, pagando um pouquinho. E a viatura, quando ela é comprada, pertence ao povo. Aqui é o Estado que banca. Não tem o bombeiro voluntário. [...] Então eles [a população] gostam da gente porque a gente cumpre o serviço. A gente chega pra ajudar. E isso são anos e anos e anos. E o bombeiro é o salvador. Mas esse sentimento humanitário de entender essa relação da população, nós ainda não... O bombeiro precisa ser mais comunitário. O bombeiro precisa estar mais na sociedade e não montar um quartel e ficar: “Eu sou o bombeiro e quando tiver um problema, é só avisar” (CASA NOVA, 2012).

O PERCURSO HISTÓRICO DO CORPO DE BOMBEIROS EM PERNAMBUCO

A história do serviço regular de extinção de incêndios em Pernambuco, tal como na maioria dos Estados do Brasil, não possui trajetória linear, uma vez que antes da criação dos corpos de bombeiros, na sua estrutura institucionalizada, existiram vários outros grupos, em diferentes épocas, encarregados desta atividade. Isso se explica pelo fato de que, até a criação do Corpo de Bombeiros da Corte, por quase 200 anos, as populações das cidades e vilas mais desenvolvidas economicamente se organizavam de forma quase improvisada para financiar as primeiras companhias de incêndio encarregadas da extinção do fogo que, depois, passaram à responsabilidade de empresas de seguro estrangeiras.

Nesse contexto, Pernambuco possui certo destaque por ter sido o local onde se formou o primeiro serviço regular de incêndio, em 1636, ano que compreende o período da invasão holandesa na região. Mesmo após a expulsão dos holandeses e com a formação de outros serviços de combate a incêndio, essa data é considerada um marco referencial do início das atividades dos bombeiros, sendo utilizada inclusive no brasão do atual Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco (CBMPE), criado oficialmente em 1887.

Para empreender essa abordagem sob o foco histórico, houve dificuldades que, como foi possível verificar, são amplamente compartilhadas por outros estudiosos do Corpo de Bombeiros no Brasil, por conta da diversidade das fontes e do caráter diferenciado da formação das corporações em cada Estado brasileiro. No caso do CBMPE, a única fonte encontrada e utilizada neste relatório foi o livro *Guerreiros da Paz*, de Carlos Bezerra Cavalcanti, que, por sinal, também figura como a única publicação contendo

diversos dados históricos, desde a criação do primeiro serviço de bombeiros.

A origem histórica do Corpo de Bombeiros Militar remonta ao período da invasão holandesa (1630-1654) em Pernambuco, com a cidade do Recife como o centro do domínio batavo pela Companhia das Índias Ocidentais. A criação do primeiro serviço regular de extinção de incêndios das Américas, a Companhia dos *Brantmeesters* (Mestres de Incêndios), ocorreu oficialmente no dia 7 de agosto de 1636. De acordo com Cavalcanti (2007), o próprio episódio da invasão foi marcado por incêndios nas cidades do Recife, de Olinda e de Igarassu, como uma medida estratégica para o domínio do território.

Os *Brantmeesters* eram basicamente um grupo encarregado de fiscalizar e elaborar uma relação com o número de imóveis da cidade, a fim de contabilizar os valores a serem pagos aos vigias responsáveis por emitir o aviso e combater os incêndios. Naquele período, a cidade do Recife já contava com um número relativamente grande de construções e, por isso, foi dividida em dois distritos, norte e sul, e os vigias, em número de quatro, recebiam em média 18 *florins*¹⁹ por mês. Essas taxas eram cobradas no comércio e nas igrejas nas quais os sinos também eram utilizados como alarmes para os incêndios que, naquela época, diante da falta de estrutura adequada para o socorro, eram controlados de forma precária com o uso de todo tipo de recipientes, como latas e panelas com água (CAVALCANTI, 2007).

Com a expulsão dos holandeses em 1654, percebe-se a existência de um hiato, não somente na história da Companhia dos *Brantmeesters* que, naturalmente, deixou de existir, mas no próprio processo para a consolidação de um serviço formal e contínuo de extinção de incêndios. Assim, Cavalcanti (2007, p. 29-36)

¹⁹ *Florim*: antiga unidade monetária dos Países Baixos (WEB DICIONÁRIO, Disponível em: <<http://www.webdicionario.com/florim>. Acesso em: 28 abr. 2012).

descreve que, entre a criação da Companhia dos *Brantmeesters* e a formação do atual CBMPE, verifica-se o aparecimento de outros serviços, embora sem caráter permanente, que eram acionados nos momentos mais críticos ou após incêndios de grandes proporções, que causavam prejuízos e preocupavam principalmente os proprietários de depósitos e estabelecimentos comerciais localizados na área do Porto do Recife. Cavalcanti afirma (2007) que no decorrer do século XVIII, por exemplo, eram comuns os relatos publicados nos jornais sobre incêndios em armazéns no porto da cidade, atribuindo os prejuízos à falta de preparo das companhias, o mau estado das bombas hidráulicas utilizadas na época, e mesmo à ação de criminosos que, intencionalmente, ateavam fogo nos imóveis.

Assim, com base no estudo do material reunido por Cavalcanti (2007), pode-se afirmar que os serviços de extinção de incêndio do século XVII e XVIII eram como espécies de “equipes de emergência” que não se assemelham em quase nada com o trabalho desenvolvido pelos corpos de bombeiros modernos, nem na sua forma mais embrionária. O que acontecia de fato era uma distribuição de tarefas, entre as mais diferentes instituições, sem nenhum tipo de preparo e de material adequados para exercer qualquer função mais específica. Estas ações, conforme a descrição de Cavalcanti (2007, p. 29), envolviam quase sempre várias instituições, como a Polícia, a Repartição de Obras Públicas, o Arsenal da Marinha e o Arsenal de Guerra, que arrematavam capatazes, dentre eles, muitos escravos, responsáveis pela fiscalização e combate ao fogo.

Até o início do século XX, era comum que as igrejas emitissem o sinal de alarme sempre que houvesse algum incêndio. Este sinal era emitido com um número determinado de badaladas dos sinos, dependendo da freguesia que estivesse sendo atingida pelo fogo, sendo o sacristão ou o guarda da igreja os responsáveis por colher o depoimento da pessoa que lhe deu o

aviso, levando-a até a autoridade policial para que esta a premiasse pela atitude, se verdadeira ou, sendo falsa, a punisse. Uma destas situações é citada por Cavalcanti (2007), a partir da transcrição de uma notícia sobre um dos serviços de extinção de incêndio, publicada na *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano* (IAHGP), e que contém detalhes sobre como era dado o aviso e como se organizavam as pessoas encarregadas por cada ação.

Logo que se der o anúncio de incêndio, correrá ao lugar o diretor das Obras Públicas com seus engenheiros e trabalhadores e tomará a direção do trabalho relativo à extinção do fogo, **empregando os meios que a arte aconselhar em casos tais**, dando à Presidência, parte oficial de quando tiver ocorrido. Ao sinal do incêndio, o inspetor do Arsenal da Marinha mandará, com a possível prontidão, o seu ajudante com a bomba e trabalhadores respectivos. O diretor do Arsenal de Guerra também enviará artífice e a bomba; apresentar-se-á, sem demora, no lugar do incêndio, ao capataz da alfândega, com bomba e trabalhadores da capatazia, **devendo os operários e trabalhadores destas três estações levarem consigo escadas e baldes para carregar água**. O comandante da Polícia, delegados, subdelegados, com seus respectivos inspetores e o capataz da freguesia, deverão se apresentar com a gente de sua capatazia, munidos de vasilhames para conduzirem água. Os Corpos da Guarda Nacional, ao sinal de incêndio, formarão lugares de suas paradas e ali permanecerão até segunda ordem da Presidência, enviando algum reforço ao Chefe de Polícia logo que o reclame. [...] das praças da Companhia de Cavalaria serão, imediatamente, destacadas uma ordenança à disposição do diretor das Obras Públicas e mais duas à do Chefe de Polícia (REVISTA DO IAHGP apud CAVALCANTI, 2007, p. 31-2, grifo nosso).

A partir deste relato, pode-se ter noção da quantidade de autoridades envolvidas na atividade de combate a incêndio, atualmente uma competência exclusiva do Corpo de Bombeiros, e de como sofriam com problemas relacionados à falta de meios apropriados e de pessoal capacitado para as ações. Percebe-se, ainda,

como era comum o uso indiscriminado de simples vasilhames, ao invés de bombas hidráulicas que, embora já existissem naquela época, não eram adquiridas pelas autoridades em quantidade suficiente ou as mangueiras não apresentavam boas condições de uso. Esta situação, de acordo com Cavalcanti (2007, p. 43), estendeu-se até a segunda metade do século XIX, quando a população clamava por um serviço de extinção de incêndios regular e institucional que fosse mais eficiente, o que ocorria quase sempre após episódios catastróficos, como o grande incêndio do Teatro de Santa Isabel, em 1869, na área central do Recife, que resultou no ano seguinte na criação da Companhia de Sapadores Bombeiros.²⁰

Essa companhia, criada por meio de uma resolução sancionada pelo então vice-presidente da Província do Recife, o desembargador Francisco de Assis Pereira Rocha, já apresentava alguns aspectos semelhantes ao trabalho dos bombeiros atuais no que diz respeito ao caráter das ações de salvamento e de preservação do patrimônio, bem como à condição inicial de subordinada à administração pelo Corpo de Polícia, o que colocava algumas limitações quanto à sua estrutura organizacional (CAVALCANTI, 2007).

Em seu estudo, Cavalcanti (2007) transcreve os 16 artigos desta resolução que estabelecem a estrutura e a organização básica da Companhia de Sapadores Bombeiros. Inicialmente, a companhia contava com um efetivo de 80 praças e um capitão comandante que deveria ser um engenheiro encarregado de dirigir os trabalhos de extinção de incêndios, bem como de instruir os seus comandados, podendo nomear ainda quatro sargentos dentre o número total de praças. O efetivo dos praças era dividido entre

²⁰ O termo “sapador” é definido pelo autor como os “que abrem fossos ou trincheiras” (CAVALCANTI, 2007, p. 130). No jargão militar, a expressão se refere aos soldados que desempenham tarefas de engenharia militar encarregados, por exemplo, pela instalação de minas terrestres, construção de fortificações e demolições. No âmbito civil, o termo pode ser utilizado para designar bombeiros que desenvolvem funções semelhantes aos sapadores militares. Em alguns países, como Portugal, por exemplo, o termo serve para designar os bombeiros da categoria militar mantidos pelo Estado português.

quatro seções, com sedes nos atuais bairros do Recife, de Santo Antônio, de São José e da Boa Vista, com 20 homens em cada e o comando de um sargento. Os equipamentos operacionais disponíveis eram proporcionalmente divididos para todo o efetivo que, naquela época, contava com quatro bombas hidráulicas, oito tonéis montados sobre rodas que serviam para o transporte de água e alimentação das bombas, mangueiras e cintos de salvamento, escada, picaretas, machados, entre outros utensílios (2007, p. 45-6).

O aspecto mais curioso diz respeito às condições de funcionamento e de orçamento para a manutenção do efetivo da Companhia de Sapadores Bombeiros. Isto porque era mantida uma “caixa de socorros” para os seus membros que eventualmente se acidentassem durante o serviço: deveria contar com 2% do vencimento de todos os membros da companhia, um benefício líquido anual de uma loteria, os 50% de qualquer gratificação concedida aos bombeiros após a extinção de um incêndio e a quantia de, no máximo, 30 mil réis, destinada à companhia, pelo presidente da Província. Ainda de acordo com a resolução, quando não estivesse a exercer a função como bombeiros, a companhia estava sujeita a ser utilizada no serviço de polícia urbana nas áreas circunvizinhas das suas seções nos limites do Recife. Além disso, conforme a jurisprudência, afirma Cavalcanti (2007, p. 46), os praças deveriam receber os mesmos vencimentos do Corpo de Polícia e estavam submetidos ao mesmo regimento, sendo subordinados às ordens do chefe de Polícia, o que demonstra, desde aquela época, a dependência característica da formação dos corpos de bombeiros no Brasil e a dificuldade em promover qualquer mudança organizacional que possa oferecer algum tipo de autonomia à instituição.

A formação da Companhia dos Sapadores Bombeiros se deu em 1870, mas o dispositivo legal de sua criação entrou em vigor somente alguns anos depois. Mesmo com a criação dessa companhia, os episódios catastróficos dos incêndios continuaram a ocorrer na cidade, agravando ainda mais a situação das empresas de

seguro responsáveis pelos cálculos dos prejuízos dos imóveis destruídos pelo fogo e pelo ressarcimento dos seus segurados. Com isso, as notícias sobre a falência de várias seguradoras ganhavam as páginas dos jornais da província, expondo o impasse entre as empresas e os seus clientes, uma vez que crescia a desconfiança sobre os acordos firmados em face das circunstâncias da ocorrência dos incidentes. Isto acontecia por conta do aumento do número de incêndios criminosos os quais as empresas de seguro eram judicialmente obrigadas a arcar com os prejuízos. Diante disso, na intenção de aprimorar o serviço de extinção de incêndios do Recife e se proteger de supostas fraudes, foi ativada, em 20 de outubro de 1887, com o incentivo das empresas de seguro, a Companhia de Bombeiros da Cidade, com sede no Recife, que serviu como base para a formação do atual CBMPE (CAVALCANTI, 2007, p. 49).

Apesar de ter sido ativada somente em 1887, a Companhia de Bombeiros da Cidade já havia sido criada com base na Lei nº 1654, de 26 de maio de 1882, com a previsão de investimento inicial de 25 mil réis, para a compra de materiais e para o pagamento dos vencimentos do seu efetivo (CAVALCANTI, 2007). No entanto, de acordo com um relatório oficial redigido pelo então presidente da Província de Pernambuco, Francisco Maria Sodré Pereira, no dia 1º de março de 1883, a liberação desse investimento foi vetada por um dispositivo da Lei de Orçamento da época. No relatório, que é transcrito no estudo feito por Cavalcanti (2007, p. 49-51), o presidente da Província relata a dificuldade em ter “de buscar realizar este grande melhoramento, mesmo a par de penúria dos cofres provinciais,” o que, segundo ele, o impulsionou a fazer “um apelo generoso às Companhias de Seguros,” como também, “ao poder público, interessados em bem resguardar os capitais e a propriedade do crime.” No total, cinco companhias de seguro aceitaram contribuir, em caráter de empréstimo, com o valor total de 25 mil réis a ser pago em duas parcelas pela Província, com juros correspondentes nos dois anos seguintes. Além disso, houve

outros investimentos, como a quantia de cerca de 40 mil réis aplicados pela Caixa Econômica, para a instalação do serviço de bombeiros (CAVALCANTI, 2007, p. 53).

Como todas as corporações de bombeiros do Brasil, a Companhia de Bombeiros da Cidade foi estruturada segundo o modelo do Corpo de Bombeiros Provisório da Corte,²¹ com sede no Rio de Janeiro, então capital do império, de onde foi enviado, ainda em 1887, a pedido do presidente da Província de Pernambuco, o seu primeiro comandante, o capitão Joaquim José de Aguiar. Inicialmente, a companhia foi instalada em duas casas no antigo Largo da Concórdia, onde atualmente está localizada a Praça Joaquim Nabuco, no bairro de Santo Antônio, área central do Recife. Com a demolição desses imóveis para a realização de uma reforma do bairro em 1896, a companhia foi transferida para o antigo Cais do Capibaribe, atualmente Cais José Mariano, no bairro da Boa Vista. Em 1922, a Companhia de Bombeiros foi dissolvida e transformada em Corpo de Bombeiros de Pernambuco, tendo sua sede transferida, em 1930, para o endereço do atual Quartel do Comando Geral (QCG) do CBMPE, na Avenida João de Barros, também no bairro da Boa Vista (CAVALCANTI, 2007, p. 50-3).

A princípio, o efetivo que formava a primeira linha de oficiais dirigentes era composto de dois oficiais, além do capitão comandante: um tenente coadjuvante (provavelmente, o que seria atualmente o subcomandante) e um alferes de almoxarife, encarregado de prestar apoio logístico. Além destes, havia um primeiro sargento chefe de serviço, responsável pela elaboração das escalas de serviço, controle do efetivo e documentação, e um segundo sargento, que exercia a função operacional de graduado responsável pelo comando da tropa no combate a incêndios. Ainda compunham esse

²¹ Em seu livro, *Guerreiros da Paz*, Cavalcanti (2007) nomeia como Corpo de Bombeiros Imperial o que na verdade seria o Corpo de Bombeiros Provisório da Corte. Não se sabe ao certo porque o autor escolheu esta denominação, mas se trata da mesma instituição.

efetivo mais dois cabos de esquadra, chefes de bomba, 23 bombeiros e um corneteiro (CAVALCANTI, 2007, p. 54-6).

É importante frisar que, apesar dos investimentos para a compra de equipamentos, como bombas manuais e veículos para o transporte de materiais, bem como de metragens de mangotes, lonas e esguichos, a corporação ainda sofria com a falta de aparelhos de qualidade superior, com a falta de estrutura da cidade e a precariedade do abastecimento de água. Conforme a descrição de Cavalcanti (2007, p. 53-6) de um relatório da comissão fiscal para a instalação do Corpo de Bombeiros de Pernambuco, é apontada a necessidade de vários metros de mangueiras que suportem a alta pressão da água dos encanamentos da cidade do Recife, além de uma parrelha de animais para a condução de uma bomba maior. O autor relata que embora houvesse a obrigatoriedade do fornecimento de água à alta pressão, a cargo da Companhia do Beberibe em qualquer ponto da cidade, conforme previsto em lei de 1885, esse abastecimento era bastante precário e, somado às condições das estradas, exigia o esforço sobre-humano destes primeiros bombeiros:

Admira como se deu por instalado o serviço sem uma bomba a vapor, sem aparelhos de salvação com escadas apropriadas e somente com o material insuficiente fornecido pelas Companhias de Seguro. [...] Ao badalar dos sinos das igrejas, avisando, convencionalmente, o sinistro, os componentes da guarnição tomavam sobre os ombros as escadas e bombas manuais, sustentavam as caixas pelas alças, contendo esguichos, ferramentas e demais materiais e, empurrando o carrinho de mangueiras, saíam desabalados pelas ruas da cidade com destino ao local da ocorrência, num barulhento, de certa forma, trágico e, paradoxalmente, pitoresco séquito, demonstrando a grande abnegação e intrepidez que peculiarizam os homens do fogo (CAVALCANTI, 2007, p. 53-6).

Como foi possível constatar neste estudo, tais condições figuram como uma característica persistente na história do Corpo de Bombeiros em Pernambuco, principalmente após a anexação da

corporação à Polícia Militar, na época, Força Pública do Estado, tendo sido este o motivo para a transferência da sua antiga sede para a Avenida João de Barros nos 72 anos que se seguiram até a sua emancipação, em 1994. Cavalcanti (2007, p. 80) aponta que a então Companhia de Bombeiros da Cidade foi dissolvida, por meio da Lei nº 1531, de 5 de julho de 1922, quando foi transformada em Corpo de Bombeiros de Pernambuco, sendo seis dias depois anexada à Força Pública, até que, em 1926, passou a ser subordinada, assim como era a Força Policial, à Chefatura de Polícia. Antes desse processo de anexação, o Corpo de Bombeiros era uma instituição independente administrativamente e que mantinha diálogo direto com o presidente da Província. Após a Revolução de 1930, que destituiu Estácio Coimbra do governo, a sede da corporação foi finalmente transferida para a Avenida João de Barros onde funcionava o antigo Regimento de Cavalaria da Polícia Militar que, com a inclusão dos bombeiros, foi transformado no Grande Agrupamento Misto Cavalaria/Bombeiros (CAVALCANTI, 2007, p. 80).

Essa transição, no entanto, não ocorreu sem que houvesse perdas significativas para a corporação, conforme aponta Cavalcanti (2007), não somente sob o aspecto administrativo e de investimentos, mas também de reconhecimento do valor do trabalho dos bombeiros na sociedade. Como não existem tantos registros publicados ou não tão acessíveis que detalhem os acontecimentos desse período em que o Corpo de Bombeiros foi orgânico da Polícia Militar com a descrição do processo que resultou na sua emancipação, foi necessário recorrer aos depoimentos de bombeiros mencionados no estudo feito por Cavalcanti (2007), aos registros das entrevistas com os gestores do CBMPE, bem como de informações obtidas com os praças durante a realização da pesquisa de campo.

Assim, ainda que esses depoimentos não figurem como fonte histórica, a ponto de constituírem um referencial teórico e,

considerando as devidas diferenças de interpretação sobre os fatos ocorridos, entende-se que essas declarações possuem legitimidade enquanto documentos que retratam um momento e que, por isso, compõem a memória da instituição. Nesse sentido, é o caso do relato de um ex-comandante da corporação, coronel Gilberto Montezuma de Andrade, sobre a história do CBMPE, presente no estudo feito por Cavalcanti (2007), que contém detalhes sobre as condições degradantes de trabalho dos bombeiros lotados no antigo grupamento de cavalaria da Polícia Militar, ainda na primeira metade do século XX:

Durante a existência do Agrupamento, os bombeiros faziam parte de piquetes de Cavalaria e efetuavam patrulhas. Segundo informações de velhos companheiros, constantemente, ao saírem de seus serviços de combate a incêndio, completavam o efetivo dos piquetes, apenas afileando esporas sobre as perneiras Paraná e trocando seus capacetes e cintos vermelhos por capacetes policiais (modelo francês) e cintos de couro com suspensórios, armando-se com sabres de Cavalaria, ou seja, em atitude contraditória, aqueles soldados discriminados, que sempre lavavam o esterco das baias, completavam o efetivo dos garbosos Cavalários (MONTEZUMA apud CAVALCANTI, 2007, p. 95).

Em seu relato, coronel Montezuma narra a história do CBMPE como uma sequência de episódios nos quais são destacados os nomes de outros comandantes que protagonizaram momentos importantes da história da corporação. O ex-comandante narra a história da instituição como uma trajetória de altos e baixos relacionada à condição de subordinação, primeiro à Força Pública e, depois, à Polícia Militar. Nesse relato, são elencadas várias situações que apontam, dentre outras coisas, para as condições precárias de trabalho que os bombeiros enfrentaram no período da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), seguida de uma pequena melhora na década de 1950, com a extinção do serviço de lavagem das baias dos equinos, o que conferiu, segundo ele, uma “elevação da moral

da tropa e da sua imagem junto à população” (apud CAVALCANTI, 2007, p. 97).

No entanto, a instabilidade com que a corporação era conduzida e a tensão permanente entre os gestores do Corpo de Bombeiros e da Polícia Militar pelo comando da corporação resultavam, já na década de 1960, na baixa autoestima da tropa. O coronel Montezuma afirma que, embora houvesse mudanças, “nós, os bombeiros, continuávamos a ser olhados como lavadores de baias” e atribui isso à própria característica do fardamento dos soldados “de mescla azul, de péssima qualidade, semelhante aos uniformes dos sentenciados da Casa de Detenção,” situação em que, conforme a transcrição de comentário feito por outro coronel do CBMPE, o praça se assemelharia a qualquer pedinte se aquele estendesse o capacete para receber esmolas na Ponte da Boa Vista (MONTEZUMA apud CAVALCANTI, 2007, p. 98).

Os relatos do coronel Montezuma também são os que melhor explicam o processo de emancipação do CBMPE. O movimento de emancipação foi iniciado como uma reivindicação por parte de alguns delegados de polícia e componentes da então Comissão de Segurança Pública na ocasião do processo de redemocratização política do Brasil, iniciado em 1985, com o fim do regime militar, e que permitiu a instauração da Constituinte Estadual de 1988. Segundo Montezuma, o objetivo inicial era propor uma emenda que criaria o Sistema de Segurança Pública, subordinado a uma secretaria com essa denominação, composta pelos órgãos subordinados, no caso: a Polícia Militar, a Polícia Civil, a Diretoria de Corpo de Bombeiros e a Diretoria de Polícia Técnica (hoje, Polícia Científica). Diante da possibilidade de ver o Corpo de Bombeiros transformado numa diretoria a ser dirigida por funcionários civis oriundos de outros órgãos da secretaria e não por bombeiros, houve uma divergência entre os militares que desejavam a emancipação a qualquer preço e aqueles que, como o coronel Montezuma, postulavam a autonomia plena da corporação. Assim, houve uma

aliança entre os militares desse último grupo que conseguiram derubar a polêmica proposta de emenda (CAVALCANTI, 2007, p. 105).

Após esse episódio, a tentativa foi de caminhar rumo à emancipação, mesmo na condição de subordinação à Polícia Militar, agora com uma estratégia montada com interesse não no rompimento em si, mas na diferenciação do Corpo de Bombeiros do ponto de vista institucional. A partir dessa premissa, o primeiro passo consistiu na implantação de matérias de aperfeiçoamento para bombeiros no Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais (CAO). O segundo passo foi a criação do Curso de Formação de Oficiais (CFO/BM), exclusivo para os bombeiros que, a partir de então, seria separado do curso oferecido para policiais militares. Essas modificações que resultaram, inclusive, na criação do serviço de atendimento pré-hospitalar, conforme consta no relato do coronel Montezuma, favoreceram que fosse criado, em 1993, um movimento iniciado por grupo de coronéis que se reuniram no gabinete do Comando Geral do CBMPE com o apoio do então comandante, coronel Francisco Roberto Pedrosa Monteiro, com o objetivo de mais uma vez reivindicar a emancipação da corporação. Desta vez, o movimento obteve a aderência dos oficiais e praças da Polícia Militar e o apoio político de um parlamentar que se incumbiu de convencer o governador Joaquim Francisco, chefe do Executivo na época, a enviar um Projeto de Emenda Constitucional à Assembleia Legislativa, aprovado por unanimidade no dia 22 de julho de 1994 (CAVALCANTI, 2007, p. 107-9).

Com a emancipação, o CBMPE passou a ter *status* de secretaria de Estado, mantendo comunicação direta com o Governo do Estado, sem interferência ou subordinação a qualquer outra secretaria. No entanto, esta situação permaneceu somente até o ano de 1999, quando a corporação foi anexada à recém-criada Secretaria de Defesa Social (SDS-PE), tornando-se, assim, um de seus quatro órgãos operativos, juntamente com a Polícia Militar, a Polícia

Civil e a Polícia Científica. Como foi possível perceber durante o período de elaboração deste estudo, os setores de direção do CBM-PE, bem como os gestores dos grupamentos localizados na Região Metropolitana do Recife (RMR), que foram visitados na fase da pesquisa de campo, é comum detectar falas que se referem a essa transição entre a emancipação e a integração à SDS-PE, como uma “nova” perda da autonomia.

Essa última afirmação está apoiada no argumento de que o Governo do Estado destina maior atenção, inclusive orçamentária, para a questão da violência urbana, principalmente o que se intensificou após a criação, em 2007, do programa estadual de segurança pública, Pacto Pela Vida, gerenciado pela SDS-PE, e que tem o Corpo de Bombeiros como órgão de apoio. A partir desse dado, verificou-se a necessidade de uma melhor compreensão sobre o papel desempenhado pelos bombeiros na SDS-PE e no Programa Pacto Pela Vida, cujo pressuposto é o arranjo institucional na qual a corporação está inserida e que tende a aproximá-los ou afastá-los dos modelos da defesa civil e da defesa social, de acordo com o foco das suas ações.

O CORPO DE BOMBEIROS NA SDS-PE E NO PROGRAMA PACTO PELA VIDA

Nesta parte do relatório, pretende-se fornecer as bases para uma reflexão sobre a participação institucional da corporação dos Bombeiros militares no contexto político-administrativo que ora se desenrola. Constitucionalmente, agentes de execução das atividades da defesa civil, o CBMPE também atua, em Pernambuco, como agentes operativos do sistema de defesa social e do programa estadual de segurança pública, o Pacto Pela Vida. Para isso, além da referência bibliográfica, são apresentados dados, contendo informações obtidas por meio de entrevistas com os principais gestores da corporação e da Secretaria de Defesa Social do Estado de Pernambuco (SDS-PE).

A criação da Secretaria de Defesa Social de Pernambuco (SDS-PE), em 1999, resultou de uma mudança na perspectiva até então adotada pelo Governo estadual nas ações centradas na área de segurança pública, com a intenção de incorporar os pressupostos do modelo de defesa social no enfrentamento da violência, a partir da compreensão mais ampla desse fenômeno e por meio da integração entre os órgãos competentes. Nesse contexto, a integração do Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco (CBMPE) à SDS-PE significou a formalização institucional do trabalho conjunto que os bombeiros sempre executaram ao lado da Polícia Militar, da Polícia Civil e da Polícia Científica, ou seja, o de salvar vidas em quaisquer circunstâncias.

A formalização desse vínculo entre os quatro órgãos que atualmente compõem a secretaria trouxe consigo, no entanto, o peso histórico da vinculação do Corpo de Bombeiros à defesa civil. Nesse sentido, o ponto de impasse não diz respeito à integração em si, uma vez que, do ponto de vista do modelo teórico, os bombeiros

também incorporam os pressupostos da defesa social, mas se refere ao arranjo institucional no qual a corporação foi inserida após a sua inclusão na SDS-PE, a responsável em nível governamental pela gestão do programa estadual de segurança pública, o Pacto Pela Vida, do qual o Corpo de Bombeiros também constitui uma das forças de apoio.

Criado em 2007, o Programa Pacto Pela Vida teve como uma das suas primeiras ações a realização do Fórum Estadual de Segurança Pública, que resultou no Plano Estadual de Segurança Pública (Pesp-PE). As decisões que traçaram os objetivos, as metas, as ações, os gestores, os parceiros e os prazos para a implementação e a vigência dos projetos que compõem o programa ocorreram a partir da formação de câmaras técnicas e plenárias, por meio de debates articulados entre especialistas, acadêmicos, militantes de organizações da sociedade civil com atuação na área de segurança pública e gestores públicos federais, estaduais e municipais (GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO, 2007). No plano institucional, o Pacto Pela Vida se apresenta como “uma política pública de segurança transversal e integrada” que “deixa para trás o tempo de ações desarticuladas, destinadas à resolução de problemas pontuais, e inaugura um novo tempo no combate à criminalidade” (GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO, 2012). Assim, a meta estruturante do programa é:

construir um conjunto de ações SISTÊMICAS de curto, médio e longo prazo, que, definindo e monitorando responsabilidades, busque interromper o crescimento da **violência criminosa** em Pernambuco e iniciar um progresso na redução contínua e progressiva de tal violência, especialmente dos crimes contra a vida. **QUANTITATIVAMENTE**, A META BÁSICA É REDUZIR EM 12% AO ANO AS TAXAS DE MORTALIDADE VIOLENTA INTENCIONAL EM PERNAMBUCO, A PARTIR DE MAIO DE 2007 (GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO, 2007, grifo nosso).

Na lógica de enfrentamento da violência criminosa em Pernambuco, o Pacto Pela Vida é claro quanto à sua formulação estratégica baseada na tradicional concepção de segurança pública. Ainda que o documento base ressalte a importância de valores associados ao modelo da defesa social – a “transversalidade e a integralidade das ações de segurança pública;” a “articulação entre Segurança Pública e Direitos Humanos;” e ações que conciliem a “qualificação repressiva e coercitiva,” com “aspectos de prevenção social e específica da criminalidade violenta” –, o Pacto Pela Vida privilegia a atuação das forças policiais como as mais qualificadas para atuar na principal meta do programa: a redução dos índices de Crimes Violentos Letais e Intencionais (CVLI), sigla utilizada em Pernambuco para denominar os crimes de homicídios (PACTO PELA VIDA, 2007, p. 13).

Assim, embora no plano institucional o programa se mostre preocupado com a “prevenção social do crime e da violência,” por meio de ações multidisciplinares que busquem “aumentar os fatores de proteção e diminuir os fatores de risco à violência,” voltadas para as comunidades em situação de risco, ou ainda, a “prevenção situacional do crime,” que envolve projetos de infraestrutura (por exemplo, iluminação pública, transporte coletivo e áreas de lazer), a visão empregada sobre o planejamento e execução dessas estratégias privilegia a intervenção da Polícia como mantenedora da ordem (GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO, 2007, p. 116-141).

Inicialmente, a inclusão do Corpo de Bombeiros no Programa Pacto Pela Vida foi motivo de questionamentos por parte das demais forças integrantes da SDS-PE, uma vez que, entendendo a segurança pública como prioridade, não haveria espaço para a execução das ações dos bombeiros, pelo seu vínculo histórico com a defesa civil. Entretanto, ainda nas reuniões que serviram para definir as diretrizes e as metas do programa realizadas na presença dos demais órgãos operacionais, o Corpo de Bombeiros apresentou o

seu plano de contribuição para o Pacto na intenção de convencer os gestores da importância do trabalho dos bombeiros, especificamente do serviço de atendimento pré-hospitalar no atendimento às vítimas de homicídios.

Esse plano, intitulado de Projeto Resgate, tem como foco a diminuição do tempo-resposta, que é o intervalo necessário entre a chegada do socorro e a remoção da vítima de homicídio para um hospital ainda com vida, com o objetivo de contribuir com a meta estruturante de 12% na taxa de CVLI. Contudo, é necessário reforçar que essas ações ocorrem em apoio ao trabalho das polícias, uma vez que os bombeiros atuam na chamada “zona fria” que, nesse caso, compreende outras especialidades, como a de combate a incêndios para a preservação de possíveis provas criminais, conforme ressalta o comandante geral do CBMPE, coronel Carlos Eduardo Poças Amorim Casa Nova:

[Nesse] programa, o Pacto Pela Vida, o bombeiro [...] tem um papel importante na medida em que, através do Projeto Resgate, a gente tenta viabilizar a chegada rápida de ambulâncias, socorristas, de médicos e paramédicos [...], pra que a gente possa garantir a sobrevivência de qualquer cidadão pernambucano, seja ele vítima ou não. Para que os hospitais possam receber essas vítimas e tratá-las para que elas não morram. E, inclusive, isso ajuda até o sistema criminal de justiça. Por quê? Por exemplo, se o bombeiro chega num local de incêndio e apaga rápido, a gente mantém mais as provas. Se a gente tem um acidente de avião, morrem algumas pessoas e a gente chega rápido, a gente consegue manter os corpos não tão dilacerados e a identificação é mais fácil de fazer para entregar às famílias.

Situações semelhantes podem ocorrer quando os bombeiros atuam em caráter de apoio às operações estritamente policiais, como, por exemplo, em casos de rebeliões em presídios ou operações para apreensão de drogas, conforme foi relatado em entrevista pelo diretor-geral de Operações do CBMPE, coronel Daniel Ferreira Filho:

Uma rebelião num presídio é uma ação policial. Mas existem ações em que o Corpo de Bombeiros também atua numa situação dessas. Por quê? Porque numa rebelião, pode ter o quê? Ter incêndio. Ser ateado fogo. Nas alas, nos pavilhões... Então é necessária a atuação do bombeiro? É necessário. A parte do atendimento pré-hospitalar. Pode alguém se machucar? Pode. Então, nesse tipo de ocorrência, ela não é ocorrência de natureza de bombeiro, mas o bombeiro dentro do sistema de defesa social, ele apoia a operação policial. [...] A integração facilita a prestação de serviço e nós, na verdade, nas operações policiais, nós entramos em apoio. [...] Agora, nós ficamos numa zona que a gente chama de “zona fria,” aguardando que o conflito seja estabilizado, através das forças policiais. E na hora que for estabilizado o conflito, aí a corporação chega com o nosso carro de incêndio pra fazer a nossa parte.

Diante do que foi traçado como objetivo e com base nos pressupostos que orientam o foco das ações do programa, verifica-se, porém, que o Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco encontra-se em certa desvantagem com relação aos outros órgãos operativos da SDS-PE e às demais instituições (Defensoria Pública, Ministério Público, Poder Judiciário, Sistema Prisional e Funase) que se articulam à secretaria no âmbito do Pacto Pela Vida. Inicialmente, isso acontece por conta da natureza das suas atividades. Num segundo momento, em função do arranjo institucional no qual a corporação está inserida, que a mantém afastada da estrutura da Secretaria Executiva de Defesa Civil, que está subordinada à Secretaria da Casa Militar, por sua vez ligada diretamente ao gabinete do governador.

A detecção destas desvantagens se deu mediante a análise da atuação dos bombeiros sob três aspectos: o planejamento, que está voltado quase exclusivamente para as ações ostensivas de enfrentamento à violência, com base em dados estatísticos; a estrutura física, tecnológica e de pessoal do Corpo de Bombeiros, que não atende às necessidades do serviço de atendimento pré-hospitalar (a principal contribuição dos bombeiros no Pacto) e das demais especialidades; e o tipo de atuação específica de apoio que não reflete,

necessariamente, em resultados expressivos para o programa como um todo.

O planejamento das ações do Pacto Pela Vida é elaborado a partir da divisão do território pernambucano em 26 Áreas Integradas de Segurança (AISs), com cinco destas áreas localizadas somente na capital e mais outras cinco distribuídas nos 14 municípios da Região Metropolitana do Recife (RMR). De acordo com o chefe de Gabinete da SDS-PE, delegado Cláudio Borba, cada uma dessas dez AISs abrange um determinado número de bairros que possuem um batalhão ou uma delegacia seccional, sob o comando de um delegado especial ou um delegado da Polícia Civil no topo da carreira, que possa conduzir o trabalho de forma integrada com a Polícia Militar para atingir as metas estipuladas nas reuniões de câmara realizadas semanalmente.

Essas reuniões contam com a presença de todos os órgãos operativos da SDS-PE e do governador do Estado para a análise dos resultados obtidos, a fim de diagnosticar os principais problemas, num balanço mensal, com o intuito de aperfeiçoar as ações ou apontar as boas práticas que podem ser implementadas em outras áreas. Resumidamente, o planejamento dessas ações é realizado em duas etapas: o estratégico, que compreende a realização de obras e investimentos; e o operacional, que engloba as ações dos órgãos operativos que atuam de forma integrada nas AIS, como forma de atingir as metas estabelecidas mês a mês.

Conforme a explicação dada pelo chefe de Gabinete da SDS-PE, Cláudio Borba, o Corpo de Bombeiros se insere na etapa do planejamento operacional, com foco na intervenção, por meio do serviço de atendimento pré-hospitalar, o que confere um papel diferenciado com relação às forças policiais na diminuição da taxa dos crimes violentos letais intencionais (CVLI):

O Corpo de Bombeiros tem um papel importante, pelo seguinte: eu digo que a polícia toda vez que age – isso eu aprendi na minha vida profissional como policial – que a polícia

toda vez que age: a civil e a militar, ela normalmente desagrada 50% das fases envolvidas, já é desagradável pelo trabalho da polícia. O Corpo de Bombeiros, por sua vez, não! O Corpo de Bombeiros, ele tem um trabalho diferenciado, por quê? Por que quando ele age, ele age salvando vidas... [...] Qual o planejamento deles? Qual a meta deles? **A meta deles é salvar determinados números de vidas por AIS e isso, esse planejamento, essa meta é estabelecida de acordo com o número de violência, o número de criminalidade que é apresentado por área** e aí assim... A meta deles, especificamente, é tentar resgatar e tentar salvar vidas... Então aquelas pessoas, aquelas vítimas de homicídios, tentativa de homicídios que estão na rua que acabaram de sofrer lá o atentado, de sofrer o crime, de sofrer a tentativa de homicídios, a perspectiva deles como meta, o objetivo deles é buscar e resgatar essas vítimas, levar para o hospital e dar entrada no hospital com vida (grifo nosso).

Vê-se, no entanto, que o papel diferenciado desempenhado pelos bombeiros, o qual se mostra relevante no que diz respeito ao esforço da corporação em contribuir e influenciar na meta estabelecida pelo Pacto Pela Vida é, em certo sentido, avaliado de forma incompleta pela SDS-PE, pois a ação dos bombeiros é dimensionada somente a partir dos ditames estabelecidos para a área de segurança pública. Neste sentido, o Corpo de Bombeiros responde apenas como força de apoio, sem influenciar diretamente no planejamento, que, por sua vez, os afasta do próprio modelo de defesa social que se pretende praticar no Estado. Essa constatação já se mostrava coerente, ao observar as informações contidas no diagnóstico feito antes da implantação do programa e que expõe em números a situação de cada uma das forças operativas da secretaria. Nesse relatório, que corresponde ao ano de 2003, o Corpo de Bombeiros representava apenas 7% do efetivo total da defesa social em Pernambuco, apresentando franca desvantagem com relação à distribuição do seu efetivo, se comparado com a média nacional. Naquela época, o levantamento apontou que, em Pernambuco, eram 4.151 habitantes para apenas um bombeiro contra a média nacional de 2.865 habitantes para

um bombeiro (GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO, 2007, p. 56-7).

Além da questão do efetivo, outras dificuldades foram apontadas pelos gestores do Corpo de Bombeiros, entrevistados durante a elaboração deste estudo: os obstáculos à aquisição de equipamentos e o melhoramento na estrutura física das unidades, o que, segundo eles, resultam das prioridades estabelecidas pela SDS-PE para a área de segurança pública. Esta situação está bastante nítida, por exemplo, na fala do comandante responsável pelas unidades operacionais do Recife e da Região Metropolitana, coronel Manoel Teles da Silva, quando expõe de forma sucinta qual o papel do Corpo de Bombeiros na SDS-PE, considerando-se a especificidade do trabalho dos bombeiros em relação ao foco das ações da secretaria:

A Secretaria de Defesa Social, dentro do seu planejamento, do seu levantamento estratégico, ela define quais são as atividades ou qual o papel da instituição Corpo de Bombeiros pra cumprir aquilo que já é definido na Constituição Federal como atividade específica do Corpo de Bombeiros, que é: ações de combate a incêndios, salvamentos, salvamentos aquáticos, terrestres e em altura, e ações de defesa civil também. [...] Então é uma atividade extremamente cara que gera um custo muito alto para o Estado. Analisando e trazendo também, associando já para o lado político, o econômico como político, já dá pra associar e perceber que para o gestor é mais prático investir 200 carros de polícia a adquirir apenas um carro de bombeiro. Isso faz o gestor pensar na hora de fazer investimento. Aí gera todo um processo de convencimento, de justificativa para que a entidade acabe adquirindo os recursos necessários.

De modo semelhante, o diretor-geral de operações do CBM-PE, coronel Daniel Ferreira Filho, ressalta a existência de algumas dificuldades de ordem política, econômica e social, as quais se chocam com a priorização dos investimentos nas demais forças operativas, por parte da SDS-PE. É interessante perceber como essas dificuldades são incorporadas à realidade do Corpo de Bombeiros,

que se vê como um serviço caro ao Estado e distante do apelo social concentrado no combate à criminalidade, o que, por si só, explicaria a falta desses investimentos. Para Ferreira Filho:

Existe uma dificuldade natural. Porque hoje nós fazemos parte de um sistema aqui no Estado, que é o sistema de defesa social que congrega vários órgãos. A Polícia Militar, a Polícia Civil, a Polícia Científica e o Corpo de Bombeiros. [...] Porque os investimentos necessários para que nós atuemos é muito grande. Se forem comparar os custos da nossa atuação, ela é mil vezes mais do que o custo com outros órgãos. Uma viatura de incêndio é caríssima. Coloca aí uns 500 mil reais. E é uma viatura que ela vai estar aquartelada. Esperando, de preferência, que nunca seja utilizada. Então, nós temos essa dificuldade porque o orçamento é limitado. Da Secretaria de Defesa Social. Um orçamento que é limitado e ainda tem que ser rateado de acordo com mil e uma prioridades. E nós sabemos que a demanda da população para a redução da violência, redução da criminalidade... Há um clamor muito grande em relação a isso. Então, não há de ser diferente em relação a orçamento. O orçamento para as ações policiais, ele tende a ser maior.

Embora alguns gestores justifiquem essa situação, afirmando que após a inserção do Corpo de Bombeiros no Pacto Pela Vida houve alguma melhora na estrutura da corporação, a maioria admitiu que esses investimentos concentraram-se na especialidade do Atendimento Pré-Hospitalar (APH). Esta informação, no entanto, pode ser facilmente refutada, ao levar em consideração que esses investimentos não resultaram numa mudança sensível da estrutura tecnológica e de pessoal. Conforme salientou o gestor responsável pela unidade descentralizada de bombeiros de Jardim Atlântico, em Olinda, tenente Helton de Lira Zovka, apesar da aquisição de algumas viaturas, um número significativo do efetivo de outras especialidades teve de ser transferido para o APH, por conta das prioridades do Pacto Pela Vida, prejudicando outros setores do Corpo de Bombeiros.

Ainda assim, se tal argumento fosse suficiente para explicar essa concentração de investimentos, seria facilmente questionável, uma vez que, segundo o próprio gestor do Grupamento de Bombeiros de Atendimento Pré-Hospitalar (GBAPH), tenente-coronel Gustavo Walter Falcão, os atendimentos às vítimas de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI) representam apenas 4% das ocorrências diárias atendidas pelos bombeiros no Recife e Região Metropolitana.

Com base nessas informações e noutros questionamentos que surgiram no decorrer desta pesquisa, conclui-se que a contribuição dos bombeiros no Pacto Pela Vida é mínima. Isto pode ser comprovado ao se considerar os números do serviço de atendimento pré-hospitalar contidos nos relatórios produzidos pelo Projeto Resgate ou, mais especificamente, no estudo estatístico operacional elaborado pelo CBMPE (repassado à Fundação Joaquim Nabuco), que contém os dados referentes às quatro especialidades no biênio 2011-2012. De acordo com esse relatório, apenas no ano de 2012,²² o Corpo de Bombeiros realizou um total de 32.700 atendimentos somente nas três especialidades mais acionadas (incêndio, salvamento e atendimento pré-hospitalar).

Desse total, o maior número corresponde ao de atendimento pré-hospitalar, com 25 mil ocorrências, ou seja, quase 77% dos atendimentos gerais. Depois do atendimento pré-hospitalar, seguem os 3.831 salvamentos (12%) e os 3.691 combates a incêndios (11%). Ocorre que das 25 mil ocorrências no pré-hospitalar global, que incluem outros atendimentos para além das vítimas de homicídios (o foco do Pacto Pela Vida), somente uma pequena parcela está relacionada a essas vítimas (GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO, 2013a, p. 26).

Além disso, permanece a necessidade de se discutir esses dados numa perspectiva mais aprofundada, uma vez que a especialidade

²² O ano de 2012 é o contexto temporal da pesquisa da Fundação Joaquim Nabuco.

de atendimento pré-hospitalar agrega vários subgrupos que ajudam na produção de informações mais específicas sobre as ocorrências. Assim, no relatório apresentado pelo CBMPE para o ano de 2012, dentre os atendimentos que lideraram o número de ocorrências do serviço de resgate em todo o Estado de Pernambuco,²³ estão elencados os acidentes de trânsito/choque (6.630 ocorrências), seguidos por emergências clínicas, que compreendem os casos de mal súbito (5.399 ocorrências), quedas (3.042 ocorrências), e quedas de moto (2.986 ocorrências).

Com relação a esse levantamento, é interessante perceber, que, além desses subgrupos, há um número elevado de deslocamentos de viaturas, um total de 8.467 casos em Pernambuco que, em 2012, não realizaram atendimentos por diversos motivos, como o atraso ocasionado pelo trânsito ou por falta de veículos disponíveis (GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO, 2013a, p. 18). Nesses casos, como admitiram alguns bombeiros entrevistados, a Polícia Militar ou a própria população se incumbem de remover a vítima do local da ocorrência para o local mais próximo, conforme está descrito nos relatórios mais recentes (2013), disponibilizados pelo CBMPE para a pesquisa da Fundação Joaquim Nabuco (GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO, 2013b).

Outro questionamento que se faz à participação do Corpo de Bombeiros no Pacto Pela Vida diz respeito aos critérios utilizados para definir o que vem a caracterizar de fato o Crime Violento Letal Intencional (CVLI) e o que o programa nomeia como Crime Violento Intencional (CVI), sigla que define a ocorrência de tentativa de homicídio, também atendida pelos bombeiros. É comum verificar que os relatórios do Projeto Resgate sempre contêm dados que agrupam os números de ocorrências de acidentes (a maioria esmagadora) com os CVIs e os CVLIs, com destaque para

²³ O relatório não apresenta dados específicos desses subgrupos concentrados no Recife e Região Metropolitana.

as vítimas com risco de morte e que deram entrada no hospital ainda com vida. Conforme foi explicado por bombeiros no decorrer da pesquisa, a meta estruturante do Pacto para o controle dos índices de homicídios abaixo dos 12% é contemplada, do ponto de vista da metodologia estatística utilizada pela SDS, desde que a vítima não entre em óbito antes de chegar ao hospital, ou seja, se a vítima morrer após dar entrada na unidade de saúde, já não é contabilizado como CVLI.

Finalmente, esses resultados, por si, explicam o objetivo e as metas do Pacto Pela Vida, pois são atribuídos maior importância ao socorro e à remoção das vítimas da violência, ao invés de agir de forma mais efetiva sobre os fatores que antecedem o fato criminoso – pressuposto do modelo de defesa social. Mais que isso, a atribuição e o sucesso da atuação do Corpo de Bombeiros nesse contexto tornam-se questionáveis. Esta hipótese ganha ainda mais profundidade, quando, na fala dos gestores entrevistados, é exposta a consciência sobre a especificidade do papel da instituição na área de segurança pública e da diferença em relação às ações policiais e, mais que tudo, da prioridade de que não dispõe junto à SDS-PE para a boa execução dos seus serviços, como está exposto na fala do comandante geral do CBMPE, coronel Casa Nova:

Os nossos serviços na área da solidariedade humanitária, atendendo emergências, desastres e [...] todas as situações provenientes de todas as situações de risco dentro do Estado de Pernambuco, [...] essa demanda, ela suscita uma qualificação diferenciada da questão policial. Ela suscita uma logística de infraestrutura e de meios diferentes e muito mais caros, em aspectos específicos, em relação à questão policial. [...] A SDS-PE e o sistema criminal de justiça trabalham com a ambiência criminosa. Nós trabalhamos com ambiência de risco [...]. Porém, por exemplo, o nosso resgate, ele já trabalha focando as vítimas de crime, então, o trauma derivado de qualquer fonte, inclusive da área criminal. Só que **essa atividade, ela pode existir independentemente [...] de a instituição do Corpo de Bombeiros estar ou não dentro da Secretaria de Defesa Social.** (Grifo nosso).

A discussão a seguir se move para uma análise geral sobre o trabalho desenvolvido pelos bombeiros, com foco nas quatro especialidades de atendimento executadas na cidade do Recife e Região Metropolitana.

O CBMPE SOB O FOCO ORGANIZACIONAL

Enquanto uma característica doutrinária aceita pelas corporações na maioria dos países, o Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco (CBMPE) também adota como lema a expressão “Vidas alheias e riquezas salvar” que se traduz como a sua missão de preservar e salvar vidas humanas, resguardar o patrimônio edificado e o meio ambiente, por meio das ações de prevenção e extinção de incêndios, resgate, busca e salvamento e atendimento pré-hospitalar, visando o bem-estar social. Formalmente, a corporação adota como objetivos a valorização do homem, o suporte ao desenvolvimento competitivo do Estado, a otimização do desempenho operacional, a modernização da gestão e o fortalecimento da instituição. Com a adoção de valores, como a solidariedade, a disciplina, a coragem, a hierarquia e a ética profissional, o CBMPE imprime em suas ações a visão de ser reconhecido, como referência nacional, pela excelência na prestação de seus serviços à sociedade pernambucana.

A corporação está presente em 22 municípios pernambucanos de um total de 185 com o efetivo de aproximadamente três mil bombeiros. A maior concentração de unidades está no Recife e Região Metropolitana, que possuem dez grupamentos de bombeiros distribuídos nos 14 municípios.²⁴ O Quartel do Comando Geral (QCG) está localizado na Avenida João de Barros, bairro da

²⁴ Os municípios que integram a Região Metropolitana do Recife (RMR) são: Recife (capital), Abreu e Lima, Araçoiaba, Cabo de Santo Agostinho, Camaragibe, Igarassu, Ipojuca, Ilha de Itamaracá, Itapissuma, Jaboatão dos Guararapes, Moreno, Olinda, Paulista e São Lourenço da Mata.

Boa Vista, região central do Recife. Trata-se de um complexo que reúne a maioria dos centros e as diretorias de Planejamento e de Gestão da corporação. Dentro da estrutura do QCG também funciona o 1º Grupamento de Incêndio (1ºGI) que, como o próprio nome sugere, é historicamente a primeira unidade de bombeiros do Estado concentrada na especialidade de combate a incêndio.

As atividades operacionais do CBMPE encontram-se organizadas nominalmente em quatro especialidades: combate a incêndio, concentrado principalmente na extinção de fogo de qualquer natureza em residências, comércios, empresas públicas e privadas e áreas florestais; busca, salvamento e ações táticas, com ações voltadas para o socorro às vítimas de acidentes em vias públicas presas em ferragens, socorro a pessoas presas em estruturas colapsadas em consequência de desabamentos de prédios ou deslizamentos de terra ou, ainda, resgate de animais encontrados em áreas urbanas; Atendimento Pré-Hospitalar (APH), com atuação na área de resgate de vítimas de trauma em via pública, como acidentes de trânsito e homicídios ou mal súbito; e salvamento aquático, por meio de ações de prevenção promovidas por guarda-vidas nas praias e resgate em mar aberto ou em rios, inclusive nas cidades do interior de Pernambuco.

No CBMPE, os grupamentos então divididos em duas categorias: as unidades-sedes, que funcionam como unidades centrais de uma determinada especialidade, podendo também manter pontos-base, com viaturas e efetivo para outros tipos de atendimento; e as unidades-descentralizadas que estão necessariamente vinculadas por especialidade a uma unidade-sede, mas podem servir de ponto-base para atendimentos. Na Região Metropolitana do Recife (RMR), escolhida como o recorte territorial da pesquisa, estão localizadas cinco unidades-sedes: 1º Grupamento de Incêndio (1ºGI), localizado dentro do QCG, no Recife; 2º Grupamento de Incêndio (2ºGI), localizado no bairro de Prazeres, município de Jaboatão dos Guararapes; Grupamento de Bombeiros de Busca,

Salvamento e Ações Táticas (GBSAT), localizado no distrito do município do Abreu e Lima; Grupamento de Bombeiros de Atendimento Pré-Hospitalar (GBAPH), localizado no bairro do Varadouro, na cidade de Olinda; e Grupamento de Bombeiros Marítimos (GBMar), localizado na Avenida Beira Mar, no bairro de Piedade, no Jaboatão dos Guararapes.

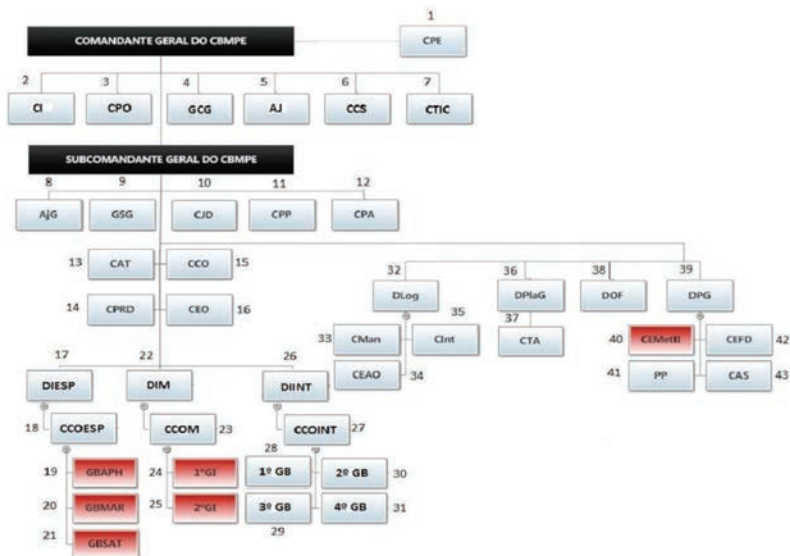
As unidades descentralizadas localizadas na RMR são as seguintes: unidade descentralizada de incêndio, no bairro de Jardim Atlântico, em Olinda; unidade descentralizada de incêndio, no município de Igarassu; unidade descentralizada de resgate e incêndio, no município de São Lourenço da Mata; e a seção de bombeiros de Suape, localizada no Complexo Industrial de Suape, no município de Ipojuca. Embora cada unidade-sede seja nomeada conforme os tipos de ação que executa, estas, assim como as unidades descentralizadas, funcionam como pontos-base para viaturas, com equipes destinadas a outros tipos de atendimento. Já o Centro de Ensino Metropolitano (Cemet II), localizado no bairro do Curado, no Jaboatão dos Guararapes, além de ser um órgão destinado à formação de bombeiros em todas as especialidades, funciona como base de viaturas de atendimento pré-hospitalar e combate a incêndio.

Apesar do lema “Vidas alheias e riquezas salvar,” e da existência de um brasão oficial da corporação, a maioria das unidades do CBMPE possui um bordão e um escudo não oficiais que geralmente contêm imagens ou ícones que remontam à especialidade do atendimento oferecido.

O ORGANOGRAMA DO CBMPE

O organograma do CBMPE é caracterizado pela distribuição hierárquica das funções com a representação dos cargos, a partir do Comando Geral e das diretorias especializadas, centros, coordenadorias e unidades operacionais. Cabe ressaltar que a pesquisa da

Fundação Joaquim Nabuco se restringe à análise dos grupamentos de bombeiros dedicados à atividade operacional localizados no Recife e na Região Metropolitana, num total de nove unidades operacionais (cinco sedes e quatro descentralizadas, estas últimas, que não estão representadas no organograma abaixo) e uma de ensino. As quatro unidades descentralizadas são: unidade descentralizada de incêndio, no bairro de Jardim Atlântico, em Olinda; unidade descentralizada de incêndio, no município de Igarassu; unidade descentralizada de resgate e incêndio, no município de São Lourenço da Mata; e a seção de bombeiros de Suape, localizada no Complexo Industrial de Suape, no município de Ipojuca. As quatro unidades-sede e a de ensino estão marcadas em vermelho no organograma e em negrito na listagem subsequente.



- 1 – Coordenadoria de Planejamento e Resposta
- 2 – Centro de Intendência
- 3 – Comissão de Promoção de Oficiais
- 4 – Gabinete do Comando Geral

- 5 – Ajudância
- 6 – Centro de Comunicação Social
- 7 – Centro de Tecnologia e Informação
- 8 – Ajudância Geral
- 9 – Gabinete do Subcomando Geral
- 10 – Comissão de Justiça e Disciplina
- 11 – Comissão de Promoção
- 12 – Comissão Permanente de Auditoria
- 13 – Centro de Atividades Técnicas
- 14 – Coordenadoria de Planejamento e Resposta a Desastres
- 15 – Centro de Controle Operacional
- 16 – Comissão de Engenharia e Obras
- 17 – Diretoria Integrada Especializada
- 18 – Comando Operacional Especializado
- 19 – Grupamento de Bombeiros de Atendimento Pré-Hospitalar**
- 20 – Grupamento de Bombeiros de Salvamento Marítimo**
- 21 – Grupamento de Bombeiros de Busca, Salvamento e Ações Táticas**
- 22 – Diretoria Integrada Metropolitana
- 23 – Centro de Controle Operacional Metropolitano
- 24 – 1º Grupamento de Incêndio**
- 25 – 2º Grupamento de Incêndio**
- 26 – Diretoria Integrada do Interior
- 27 – Comando de Controle Operacional do Interior
- 28 – 1º Grupamento de Bombeiros (Vitória de Santo Antão)
- 29 – 3º Grupamento de Bombeiros (Serra Talhada)
- 30 – 2º Grupamento de Bombeiros (Caruaru)
- 31 – 4º Grupamento de Bombeiros (Petrolina)
- 32 – Diretoria de Logística
- 33 – Centro de Manutenção
- 34 – Centro de Engenharia, Arquitetura e Obras
- 35 – Não informado

- 36 – Diretoria de Planejamento e Gestão
- 37 – Não informado
- 38 – Diretoria de Orçamento e Finanças
- 39 – Diretoria de Gestão de Pessoas
- 40 – Centro de Ensino Metropolitano II**
- 41 – Pagadoria Geral
- 42 – Centro de Educação Física e Desportos
- 43 – Centro de Assistência Social



Coronel Carlos Eduardo Poças Amorim Casa Nova, comandante do CBMPE

À época da realização da pesquisa O Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco na linha de montagem da defesa social sob focos de lentes, durante o ano de 2011, o comandante geral do Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco (CBMPE) era o coronel Carlos Eduardo Poças Amorim Casa Nova, que assumiu o cargo no dia 1º de janeiro de 2007, desde o início da gestão Eduardo Campos. Coronel Casa Nova, como é chamado, ingressou na corporação em 1982. Ao longo de sua carreira militar, realizou os cursos de Formação, de Especialização e de Aperfeiçoamento de Oficiais oferecidos pela Polícia Militar de Pernambuco. Possui graduação em Engenharia civil pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

e especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho na Universidade de Pernambuco (UPE). Além disso, comandante Casa Nova é destaque nacional e internacional, por sua atuação como presidente da Liga Nacional dos Corpos de Bombeiros Militares do Brasil (Ligabom) e da União dos Bombeiros dos Países de Língua Portuguesa (UBPLP).

A ESTRUTURA FÍSICA DAS UNIDADES ANALISADAS

Nas visitas aos grupamentos, verificou-se a seguinte estrutura geral: uma garagem ou espaço amplo para o estacionamento de viaturas, almoxarifado, rancho (a cozinha onde são preparadas as refeições) e refeitórios, que, na maioria das unidades visitadas, são separados segundo a patente de praças e oficiais. É comum também a existência de um cassino ou grêmio onde os bombeiros aquartelados permanecem nos intervalos entre uma e outra ação e nos períodos de descanso. Geralmente, esses cassinos funcionam em salas que contêm sofás, televisores e ponto de TV por assinatura, além de mesas de sinuca ou pingue-pongue. Em algumas unidades, o cassino não está instalado numa sala propriamente dita, mas funciona num ambiente comum a todos, como, por exemplo, um pátio, como foi observado na unidade descentralizada de Igarassu. Sobre os equipamentos que compõem esses ambientes, os bombeiros informaram que os valores da compra de eletrodomésticos e móveis são divididos entre eles mesmos e cobrados mensalmente.

Alguns grupamentos têm, além do cassino, um ambiente destinado ao lazer em área aberta, conforme observado no 2º GI, no GBSAT, e nas unidades descentralizadas de Igarassu e São Lourenço da Mata. Algumas unidades utilizam as áreas externas como campos para o treinamento diário da tropa (1º GI e GBSAT). O GBMar também mantém um regime de treinamento diário, mas como não possui piscina, utiliza a de um colégio próximo ao grupamento. Outras unidades, no entanto, como a do bairro

de Jardim Atlântico, que não possui sequer uma área de cassino, apenas uma reduzida antessala com equipamentos de musculação, além do estacionamento no qual os bombeiros jogam futebol.

É comum a todas as unidades a estrutura organizacional do Comando (salas do comandante e subcomandantes), além da divisão administrativa, que compreende, basicamente, as salas de divisão de operações (onde se verifica a disponibilidade de viaturas e efetivo), a divisão de pessoal (onde são arquivadas todas as informações do efetivo) e a tesouraria. A estrutura administrativa é formada ainda por sala de coordenação técnica, secretaria, seção de atendimento (setor de uma mesma unidade que pode funcionar fora de sua estrutura: o 2º GI, responsável pela seção de incêndio de Suape; e o GBSAT, que mantém uma seção em Fernando de Noronha, são exemplos), o centro telefônico, a recepção, o almoxarifado de equipamentos operacionais e o depósito (aprovisionamento) de mantimentos.

Estes setores administrativos existem em quase todas as estruturas, mas, dependendo do espaço disponível na unidade, várias funções podem ser executadas numa mesma sala, ou, de modo improvisado, num corredor. A estrutura administrativa possui um aparato tecnológico de computadores, impressoras, fax, telefones e rede de internet, que, dependendo da unidade, está sujeita ao imprevisto, como observado no GBSAT e no 2º GI, onde a sala da central telefônica tem muitas infiltrações e instalações elétricas que põem em risco a segurança dos próprios bombeiros. Sob esse aspecto, foi possível perceber que as unidades mais afastadas do Comando Geral geralmente são as que apresentam algum tipo de dificuldade ou carência, seja pela falta de estrutura do local, pela falta de recursos financeiros para a manutenção de equipamentos, ou por conta da dificuldade de deslocamento, sobrecarregando o efetivo, como é o caso dos bombeiros que trabalham no Complexo de Suape.

OS RECURSOS TECNOLÓGICOS DISPONÍVEIS

Durante as visitas realizadas no período da pesquisa de campo, verificou-se que o que caracteriza e o que diferencia cada especialidade de atendimento e, principalmente, a própria atividade do Corpo de Bombeiros, em relação às demais forças operativas da Secretaria de Defesa Social (SDS-PE), são os tipos de equipamentos utilizados nas operações. Esses recursos tecnológicos dividem-se em: Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), utilizados por cada bombeiro para garantir a sua autoproteção no desempenho das funções e no socorro às vítimas; e equipamentos operacionais, como viaturas, mangueiras, escadas, macas, entre outros.

Nas ações de combate a incêndio, carro-chefe da corporação, os bombeiros usam EPI composto de calça e capa de tecido espesso antichamas, com faixa luminosa, botas, luvas, capacete e cilindro de oxigênio. Os veículos utilizados para operações de combate a incêndio são as viaturas do tipo Autobombas Tanque (ABTs) com esguichos, mangueiras e motor de propulsão de água. Existem ainda caminhões que realizam os serviços de apoio e transporte de água, como o carro-tanque (um reservatório) e um “treminhão” (dois reservatórios). O CBMPE possui ainda uma plataforma autobomba tanque com escada de onze metros, utilizada no combate a incêndio e no resgate em altura, estacionada na garagem do 1º GI, no Comando Geral.

Os EPIs e os equipamentos operacionais utilizados nas áreas de busca, salvamento e ações táticas, atendimento pré-hospitalar e salvamento aquático têm alguma semelhança, inclusive, porque os grupamentos que realizam essas atividades costumam atuar de forma conjunta em operações mais complexas, mas, ainda assim, possuem algumas especificidades. Os bombeiros que atuam na área de busca, salvamento e ações táticas se diferenciam pelo uniforme na cor laranja e pelo EPI de capacete, luvas e óculos. As viaturas que atuam nessa área são picapes, com a inscrição “salvamento” e

caminhões que se parecem com as ABTs, porém equipadas com barco a motor ou botes infláveis, e outros materiais, como desencarceradores hidráulicos (um tipo de “alicate” hidráulico para o corte e remoção de ferragens), motosserras, cilindros de oxigênio e cordas. Além desses recursos, a equipe que atua no GBSAT conta com o auxílio de cães farejadores da raça Labrador, que vivem num canil (K9) dentro da unidade.

As equipes de atendimento pré-hospitalar atuam com o uniforme usual dos bombeiros e com todo o aparato de proteção, impedindo uma possível contaminação do profissional ou da vítima, como luvas, máscaras e óculos de proteção, além de capacete. Os tipos de materiais utilizados são de uso padrão profissional da área de saúde para as ações de imobilização das vítimas e primeiros socorros, como ataduras, prancha imobilizadora, colar cervical, cobertor térmico, mas também equipamentos que ajudam na remoção de vítimas em ferragens, como os desencarceradores hidráulicos. Os veículos utilizados no serviço de APH são ambulâncias e motos equipadas com material de primeiros socorros que seguem ao primeiro chamado, a fim de diminuir o tempo resposta, até que a equipe de emergência chegue ao local da ocorrência.

Os bombeiros do grupamento de salvamento marítimo são os que mais se diferenciam dos demais pelo tipo de treinamento que recebem e pelo equipamento que utilizam nas operações. Estes bombeiros atuam basicamente na área de prevenção nas praias de toda a costa litorânea pernambucana. No Recife e Região Metropolitana, os guarda-vidas atuam em postos distribuídos nas praias. O uniforme dos guarda-vidas consiste num calção vermelho e uma camiseta de manga longa nas cores vermelho e amarelo. O EPI utilizado também é diferenciado, como protetor solar, uma tornozeleira com tecnologia repelente eletromagnética, contra ataques de tubarão, boias e nadadeiras. Os veículos mais utilizados são *jet skis*, botes infláveis e lanchas (aquáticos), além de motos, quadriciclos, ônibus e picapes (terrestres).

Com relação à disponibilidade desses equipamentos, percebeu-se uma espécie de consenso na fala dos gestores entrevistados, quando questionados se a estrutura tecnológica de que o CBM-PE dispunha era suficiente ou não para o qual a resposta sempre apontava para o fato de a corporação não ser uma prioridade para o sistema de defesa social. O comandante das unidades de bombeiros da Região Metropolitana, coronel Manoel Teles, se refere a essa situação como uma dificuldade financeira, em virtude do alto custo dos equipamentos:

Dificuldades financeiras. Existem também. Porque a atividade de bombeiro é uma atividade muito cara. Hoje pra se adquirir um caminhão de bombeiro, um caminhão de combate a incêndio, o Estado tem que investir em torno de 500 mil reais pra apenas um caminhão. Uma autoplatформа pra ter acesso a 40 metros de altura em um combate a incêndio, em um resgate, em uma edificação elevada, custa 6 milhões de reais. Pra se fazer um atendimento pré-hospitalar ou a remoção de uma vítima de um local de risco para um hospital com maior rapidez. Aquela vítima que tenha um nível de comprometimento tal que necessite da remoção com certa urgência, é necessária uma aeronave, um helicóptero, que custa de 6 a 7 milhões de reais. [...] Uma ambulância custa 300 mil reais, 350 mil reais... [...] Um equipamento de proteção individual, completo, fica em torno de 5 a 7 mil reais. Então pra distribuir isso pra três mil homens... (SILVA, 2012).

O comandante do Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco, coronel Casa Nova, relaciona a dificuldade para a aquisição de equipamentos ao fato de que no Brasil (e na América Latina) não existem indústrias de fabricação desses materiais. Por esse motivo, os governos recorrem aos produtos estrangeiros, o que implica altos investimentos e dispêndio de tempo para a importação

dentro da defesa social, o bombeiro é um nicho disso que é um serviço de alta qualificação e um serviço caro. Caro, por quê? Por que o Brasil... no Brasil ainda não existe um mercado de consumo de viaturas, embarcações e produtos na área

de emergência e desastre e Corpo de Bombeiros. Como não há esse mercado garantido, conseqüentemente, boa parte das empresas não são nacionais, são estrangeiras, por isso que nós temos que importar muitos produtos. Por que nem o Brasil nem a América Latina possuem mercado pra dá um suporte de investimento pra se desenvolver essas empresas. E, sendo assim, muita coisa é cara porque a tecnologia é importada. É cara pra comprar, demora-se pra comprar e é caro pra manter, e tem que saber como operar muito bem pra não diminuir o tempo de depreciação (CASA NOVA, 2012).

De forma mais incisiva, o comandante das unidades de bombeiros da Região Metropolitana do Recife (RMR), coronel Teles, reafirma o que havia sido dito por outros bombeiros que conversaram com os pesquisadores da Fundação Joaquim Nabuco, e admite que, em algumas situações, o número insuficiente de viaturas afeta diretamente na capacidade de realizar atendimentos simultâneos em determinadas especialidades

não é comum acontecer, mas se tivermos hoje um incêndio de grande proporção, em uma determinada área, que contenha edificações elevadas e naquele mesmo instante acontecer outro incêndio em outra área, que também tem edificações elevadas. Isso pode ser um grande problema para a instituição. Por quê? Porque nós só dispomos de uma autoplatформа, que atinge 44 metros de altura. Se tiverem dois incêndios, um desses não vai ter o apoio da autoplatформа. Então, eu diria que a dificuldade maior é pra essas áreas onde a gente não tem ainda investimentos considerados adequados para a estrutura da cidade que nós temos e para a possibilidade de grandes eventos (SILVA, 2012).

A questão financeira/orçamentária remete inevitavelmente à discussão sobre a destinação do que é arrecadado pela Taxa de Prevenção e Extinção de Incêndio (TPEI), conhecida como “taxa de bombeiros,” que existe com base na Lei nº 7.550 de 1977, anexada à Lei nº 13.643 de 28 de novembro de 2008, que dispõe sobre a Taxa de Fiscalização e Utilização de Serviços Públicos (TFUSP) e que regulamenta a cobrança de um valor anual para indústrias,

estabelecimentos comerciais, imóveis residenciais e sobre o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) (GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO, 2008). A discussão sob o ponto de vista jurídico não será aprofundada neste relatório, embora a existência da taxa seja um ponto de controvérsias²⁵ para a explicação do uso da receita arrecadada, diante da carência e das dificuldades sofridas pelo CBMPE.

De modo geral, os gestores do CBMPE entrevistados preferiam não se aprofundar na explicação sobre o uso da taxa de bombeiros para melhorias na corporação, alegando, inclusive, que a quantia nem sempre poderia ser tratada como a solução para as dificuldades enfrentadas, uma vez que a aplicação da receita no efetivo, por exemplo, resultaria na necessidade de aquisição de mais equipamentos e viaturas, o que caracteriza algo impossível, já que o valor arrecadado não é suficiente, diante do alto custo material.

Após diversas tentativas para a obtenção de informações mais claras sobre o uso da TPEI, foi disponibilizado pelo comandante do CBMPE, coronel Casa Nova, um material referente à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), elaborado ao final de cada ano, que contém a previsão de gastos do Governo para o ano seguinte. De acordo com a LDO Nº 15.090/2013, no seu capítulo III, seção I, artigo 14, há uma orientação explícita sobre o uso de, no mínimo, 50% da arrecadação da taxa, para, entre outras ações, a aplicação na folha de pagamento dos bombeiros:

Art.14. Os órgãos da Administração Direta do Poder Executivo que contarem com Recursos Diretamente Arrecadados (RDA) destinarão, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do produto da arrecadação desses recursos ao seu custeio administrativo e operacional, inclusive os compromissos com a folha de pagamento de pessoal e encargos sociais, ressalvados os casos em contrário, legalmente previstos (GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO, 2013c, p. 11).

²⁵ Há debates em torno da suposta inconstitucionalidade da “taxa de bombeiros.

Segundo informações fornecidas pelos bombeiros, os valores são depositados diretamente na Conta Única do Estado e já chegam descontados à conta do Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco que, então, pode definir a prioridade dos investimentos. Os valores arrecadados desde 1995 até o mês de março de 2013 estão dispostos na tabela abaixo que contém a receita obtida com a Taxa de Prevenção e Extinção de Incêndios (TPEI), com as vistorias em imóveis realizadas pelo Comando de Bombeiros de Serviços Técnicos (CBST) e com a taxa cobrada no IPVA, pelo Departamento Estadual de Trânsito de Pernambuco (Detran-PE).

ANO	DADOS DA ARRECAÇÃO TFUSP			TOTAL
	TPEI	CBST **	DETRAN	
1995	R\$ 3.058.536,66	R\$ 346.922,27		R\$ 3.405.458,93
1996	R\$ 5.503.087,01	R\$ 409.881,74	R\$ 6.000.000,00	R\$ 11.912.968,75
1997	R\$ 6.053.582,39	R\$ 416.430,36	R\$ 5.818.900,58	R\$ 12.288.913,33
1998	R\$ 6.070.533,74	R\$ 335.820,84	R\$ 5.919.308,79	R\$ 14.325.663,37
1999	R\$ 6.989.043,91	R\$ 447.028,00	R\$ 6.105.654,00	R\$ 13.541.725,91
2000	R\$ 7.311.405,52	R\$ 436.126,48	R\$ 6.332.799,63	R\$ 14.080.331,63
2001	R\$ 7.585.242,98	R\$ 408.207,91	R\$ 6.644.481,41	R\$ 14.637.932,30
2002	R\$ 11.711.351,78	R\$ 521.256,13	R\$ 8.828.759,85	R\$ 21.061.367,76
2003	R\$ 2.516.345,77	R\$ 1.769.464,91	R\$ 8.533.669,86	R\$ 22.819.480,54
2004	R\$ 13.065.316,69	R\$ 617.857,22	R\$ 11.293.872,83	R\$ 24.977.046,74
2005	R\$ 15.088.716,80	R\$ 1.089.274,84	R\$ 13.928.027,31	R\$ 30.106.018,95
2006	R\$ 16.043.771,49	R\$ 1.169.848,48	R\$ 14.694.518,91	R\$ 31.908.138,88
2007	R\$ 20.815.601,78	R\$ 1.650.486,25	R\$ 15.931.099,26	R\$ 38.397.187,29
2008	R\$ 17.663.349,18	R\$ 1.942.157,10	R\$ 15.205.595,25	R\$ 34.811.101,53
2009	R\$ 20.486.412,73	R\$ 1.807.204,87	R\$ 20.624.927,93	R\$ 42.918.545,53
2010	R\$ 22.932.377,90	R\$ 1.787.228,16	R\$ 23.660.565,79	R\$ 48.380.171,85
2011	R\$ 23.294.276,33	R\$ 2.177.522,73	R\$ 27.571.733,63	R\$ 53.043.532,69
2012	R\$ 26.501.269,25	R\$ 2.031.022,35	R\$ 33.191.730,72	R\$ 61.724.022,32
TOTAL	R\$ 232.690.221,91	R\$ 19.363.740,64	R\$ 230.285.645,75	R\$ 494.339.608,30

** valor repassado representa 82,5% do total arrecadado. Fonte: Comando geral do CBMPE.

OS RECURSOS HUMANOS

De acordo com dados disponibilizados pelo diretor-geral de Operações do Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco (CBMPE), coronel Daniel Ferreira Filho, no ano de 2012, a corporação contava com o efetivo de 2.925 bombeiros. Desse total,

2.017 bombeiros estavam envolvidos diretamente na área operacional, sendo 1.317 na Região Metropolitana do Recife (RMR) e outros 700 distribuídos nos municípios do interior pernambucano. Numa escala nacional, tais números representam um dado alarmante e eram tratados pela maioria dos gestores entrevistados como um dos pontos críticos no funcionamento da corporação e que requeria atenção especial nos investimentos para a realização de novos concursos. Essa situação se mostra ainda mais crítica em municípios mais afastados, como na região do Agreste e do Sertão, onde, em muitos casos, não há sequer um grupamento e, quando precisam do serviço, são atendidos por bombeiros vindos de municípios vizinhos, implicando a demora do trajeto da unidade de origem até o local da ocorrência.

O comandante das unidades de bombeiros da Região Metropolitana do Recife (RMR), coronel Manoel Teles, também explicita a questão do efetivo distribuído na capital e nos municípios do interior do Estado, enfatizando que esse número é inferior às necessidades da instituição, resultando em problemas na capacidade de prestação do serviço, que é reduzida à metade:

Suficiente [o efetivo] não é. Tanto que nós temos a previsão de efetivo pra 4.800 homens. Mais precisamente, 4.891. Mas temos apenas 2.800. Então, só avaliando essa questão, percebendo que tem um déficit praticamente de 50% do efetivo, significa que estamos atendendo hoje praticamente metade da demanda que deveríamos estar atendendo. Muitos municípios ainda não são contemplados com a presença do Corpo de Bombeiros mais pra o interior do Estado. [...] Então nós temos, em termos de meios, dez quartéis situados na região metropolitana. Que estão [...] colocados em oito municípios basicamente dos dezessete, mas em pontos estratégicos que facilitam o deslocamento e a ação pra qualquer um dos municípios da região metropolitana [...] nós temos disponibilizado 2.800 que nós dispomos 1.600 [...] para a região metropolitana. Então, **infelizmente não é a quantidade adequada, mas todos os esforços são canalizados para minimizar qualquer risco [...]. A estratégia nessas situações é trazer, migrar efetivo, de onde tem uma demanda menor pra atender aquela**

demanda específica, daquela ação específica que porventura venha a acontecer (SILVA, 2012, grifo nosso).

Como foi apontado na fala do gestor, houve vários outros relatos²⁶ de bombeiros que confirmaram a existência da prática da mudança de efetivo de unidades com menos demanda por atendimento para outras com maior fluxo de chamados, não como uma forma de equilibrar o efetivo empregado, mas de sanar a falta de um contingente mínimo adequado. Situações como essa reforçam a discussão apresentada no tópico anterior sobre as mudanças no efetivo ocasionadas pela inclusão do Corpo de Bombeiros no Programa Pacto Pela Vida, e que resultaram na transferência de efetivo de outras especialidades para o serviço de atendimento pré-hospitalar, como forma de responder à demanda por atendimentos às vítimas dos Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLIs).

A ORGANIZAÇÃO E O FUNCIONAMENTO DO TRABALHO DOS BOMBEIROS NA RMR

A análise sobre a organização e o funcionamento do trabalho desenvolvido pelos bombeiros na Região Metropolitana do Recife (RMR) é um dos pilares metodológicos desta pesquisa. O procedimento consiste exatamente na observação da rotina de cada grupamento de acordo com as suas especialidades e área de abrangência: como é realizado o planejamento das operações; as principais ocorrências atendidas; e a forma como esse atendimento se dá desde o chamado que pode ocorrer em parceria com outras entidades.

Sobre esse aspecto, o primeiro ponto considerado são os critérios para a instalação das unidades do Corpo de Bombeiros nos municípios. De acordo com o comandante de bombeiros da RMR, coronel Manoel Teles, o critério para a instalação de um

²⁶ Alguns desses relatos foram dados por comandantes dos grupamentos e estão contidos na quinta parte deste relatório, em que estão apresentados o funcionamento e a estrutura de cada unidade pesquisada.

grupamento se dá após um levantamento de dados sobre os principais eventos, o que não figura uma responsabilidade exclusiva da corporação, mas envolve a participação dos municípios e da própria sociedade:

procuramos identificar quais os municípios que têm uma demanda maior de acidentes de veículos, de acidentes..., de incêndios ou necessidades de prevenção aquática ou ações de salvamento aquático, e isso nos mostra um mapa, um retrato, dos municípios da região metropolitana. [...] Embora se pense, a própria sociedade pode pensar que a responsabilidade é específica do Governo do Estado em instalar corpos de bombeiros, em disponibilizar o serviço de bombeiro para a sociedade. E ele tem essa responsabilidade, mas quando existe a participação de todos, até da própria sociedade, uma ação comunitária pode favorecer a instalação de um bombeiro em uma determinada área [...]. E a gente tem, hoje, nós temos instalados exatamente onde tivemos, conseguimos o apoio desses municípios. É Recife, Olinda..., que são os polos principais. Aliados a Jaboatão [...], Cabo de Santo Agostinho, com o posto montado em Suape. Ipojuca que disponibilizou um posto pra instalação dos bombeiros. Temos em Paulista, Igarassu e Fernando de Noronha (SILVA, 2012).

No que se refere ao planejamento das ações do CBMPE, o diretor-geral de Operações, coronel Daniel Ferreira Filho (2012), explica que as operações são divididas em três fases: operacional, que tem como base a doutrina da Secretaria Executiva de Defesa Civil do Estado de Pernambuco; o planejamento estratégico, que envolve a produção de um mapa sobre as vulnerabilidades da área de atuação e a montagem de um esquema com a participação de outras entidades no apoio às operações; e o planejamento de execução, que consiste na atuação propriamente dita do Corpo de Bombeiros, por meio das especialidades de atendimento. No que diz respeito à categoria das operações, coronel Ferreira Filho se refere à existência de eventos sazonais, que são os esquemas montados para a atuação dos bombeiros, por exemplo, em festividades do calendário estadual, como Carnaval e São João; e eventos ordinais (rotineiros), que

são as eventualidades diárias que envolvem um planejamento mais imediato das condições locais e da probabilidade de ocorrência de determinados tipos de acidentes. De acordo com o diretor-geral de Operações do CBMPE, o planejamento para ações sazonais e ordinárias responde a uma série de critérios que antevêm a caracterização de possíveis cenários de risco:

Essas operações seguem uma estratégia de planejamento e se baseia basicamente na definição de possíveis cenários. Observando também as ameaças, as vulnerabilidades, as nossas potencialidades e baseadas nesses possíveis cenários, nós procuramos elencar planos de emergência o que nós chamamos de “plano de intervenção” pra cada possível cenário que acontecerá no evento. Um exemplo: o Carnaval. Então, no Carnaval nós temos o Galo da Madrugada. [...] Então, a gente mapeia todos os riscos, levanta todas as vulnerabilidades, definimos quais são os possíveis cenários e é partindo deste cenário que nós montamos toda uma estratégia operacional dos planos de intervenção. [...] E existe o planejamento em ordinário, que é o planejamento das operações do dia a dia. Então, nessas operações, nós procuramos enfatizar, mais uma vez, o mapeamento de risco, ou seja, todo o Estado, região metropolitana e interior. [...] porque o nosso serviço está muito ligado ao tempo resposta. Qual o tempo de reação que nós temos para alcançar as possíveis vítimas (FILHO, 2012).

Como forma de compreender a atuação dos bombeiros, do ponto de vista prático, é necessário explicar como os serviços são acionados e como as ações são desenvolvidas no dia a dia da corporação. Como uma das forças operativas que integram a Secretaria de Defesa Social (SDS-PE), o Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco (CBMPE) recebe os chamados direcionados ao número 193, por meio do Centro Integrado de Operações da Defesa Social (Ciods). O Ciods funciona como uma central de atendimento das quatro forças operativas que integram a SDS-PE e é responsável por repassar o conteúdo dos chamados para as unidades de bombeiros especializadas no tipo de atendimento solicitado.

De acordo com o diretor-geral de Operações do CBMPE, coronel Daniel Ferreira Filho (2012), o Ciods possui uma central telefônica com funcionários responsáveis por receber as ligações e repassá-las para um despachante, que neste caso é um bombeiro militar, para que este acione o grupamento mais próximo e com disponibilidade de efetivo e viaturas, para que efetue o deslocamento até o local do evento o mais brevemente possível. Este fato remete, mais uma vez, à necessidade de um tempo-resposta satisfatório que, no entanto, não ocorre, conforme a maioria dos gestores entrevistados.²⁷

²⁷ As dificuldades que resultam da questão do tempo-resposta foram aprofundadas na parte V deste relatório, a partir das entrevistas com os gestores das unidades-sedes e das unidades descentralizadas de bombeiros localizadas no Recife e Região Metropolitana.

OS BOMBEIROS SOB FOCOS DE LENTES

INCÊNDIO

O 1º GRUPO DE INCÊNDIO (1º GI)



Fachada do Comando Geral do CBMPE

O 1º GI é uma das unidades-sede que executam a atividade de combate a incêndio e funciona dentro da estrutura do prédio do Quartel do Comando Geral (QCG) do Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco (CBMPE). Localizado na Avenida João de Barros, nº 399, bairro da Boa Vista, no Recife, o 1º GI tem essa denominação por ter sido o primeiro quartel do CBMPE, criado após a instituição ter sido anexada à Polícia Militar, a então Força Pública do Estado, na década de 1930. Também na Avenida João

de Barros, em frente ao QCG, está localizado o Centro de Assistência Social (CAS) da corporação.

A área construída do QCG é bastante extensa, sendo considerado o maior quartel de bombeiros da Região Metropolitana do Recife. O prédio está localizado numa das vias mais movimentadas do bairro da Boa Vista e é vizinho de vários imóveis residenciais e comerciais. É interessante ressaltar o fato de que a Avenida João de Barros é uma via de mão única, o que, em determinados momentos, pode vir a dificultar a saída de viaturas e, conseqüentemente, o tempo resposta das ocorrências, por conta do trânsito caótico nesta área da cidade e às vezes da impossibilidade de se deslocar na contramão.

À época da realização da pesquisa de campo, o 1º GI tinha como comandante o tenente-coronel Alfredo Batista da Silva e contava com um efetivo entre 150 e 250 bombeiros distribuídos nesta unidade-sede e em mais duas seções de combate a incêndio na região do Recife Antigo, próxima ao Forte do Brum, e no Aeroporto Internacional do Recife/Guararapes – Gilberto Freyre. Além disso, o 1º GI possuía um ponto base, com uma ambulância e efetivo vindo do Grupamento de Bombeiros de Atendimento Pré-Hospitalar (GBAPH), para atender a toda a região central do Recife.

Estrutura física

O 1º GI é uma das unidades-sede que executam a atividade de combate a incêndio, considerada o carro-chefe das operações realizadas pelo Corpo de Bombeiros. O grupamento compreende apenas uma pequena área de dois andares e funciona independentemente do restante da estrutura do QCG. Desta maneira, a estrutura física do 1º GI está distribuída num corredor de salas, numa parte do primeiro andar do prédio, onde funcionam o comando e o setor técnico-administrativo, e no térreo, onde estão a garagem de viaturas, o rancho e os alojamentos.

Esta separação, no entanto, não impede o trânsito de bombeiros entre as dependências do 1º GI e do QCG que se comunicam constantemente conforme a necessidade de responder demandas comuns, como, por exemplo, entrega e busca de documentos. Assim, embora haja uma delimitação da área do 1º GI, da área administrativa da corporação e do Comando Geral, existem áreas de uso comum, como os refeitórios ou o estacionamento.

A fachada da área do prédio onde funciona o Comando Geral está mais visível e possui uma passarela elevada de acesso. Abaixo da passarela, está a área do estacionamento de veículos particulares, um espaço de recepção e duas vagas para estacionamento de carros oficiais utilizados pelo Comando Geral. A entrada de veículos no estacionamento é rigorosamente regulada pelo bombeiro que trabalha na guarita. Há uma restrição clara à entrada de alguns veículos particulares, porque o estacionamento está sempre lotado.



Estacionamento e acesso às dependências do Comando Geral

Atrás do prédio onde funciona o Comando Geral, existe outro espaço destinado ao estacionamento de viaturas de serviço administrativo e operacional. Nesta área, tem-se a fachada do prédio do 1º GI, que tem ligação com as dependências do Comando

Geral. No térreo do prédio do 1º GI, funciona a garagem de viaturas.

Como foram realizadas duas visitas ao 1º GI, a primeira, em 2 de outubro de 2012, e a segunda, em 4 de dezembro de 2012, notaram-se algumas diferenças na estrutura, em decorrência de uma reforma para o aperfeiçoamento da estrutura física de todas as unidades de bombeiros da Região Metropolitana do Recife. Assim, durante a primeira visita ao 1º GI, foi possível observar a presença de andaimes e de dois bombeiros, que trabalhavam sobre estas estruturas sem uso de equipamentos de proteção.



Bombeiros trabalham sem equipamentos de proteção

Atrás do espaço da garagem, existem: um pátio interno com uma cantina onde os bombeiros podem comprar lanches, uma área de convivência com alguns bancos de praça e um memorial chamado Refúgio do Guerreiro, criado para homenagear os bombeiros mortos em serviço. Neste pátio, estão também dispostos dois extintores de incêndio antigos que são mantidos dentro da

estrutura do 1º GI, como peças que guardam um pouco da história do CBMPE. Os bombeiros do 1º GI explicaram que estes extintores, cilindros de mais ou menos um metro de altura, quando ativados, poderiam ser utilizados apenas uma vez. Provavelmente, esse tipo de equipamento foi usado pela corporação, no início da virada do século XIX para o século XX, antes do uso de veículos motorizados, uma vez que ainda possui rodas de ferro que serviam para facilitar o transporte do extintor.



Área de convivência e memorial Refúgio do Guerreiro, em homenagem aos bombeiros mortos em serviço



Pátio interno do 1º GI: frase traduz o espírito da corporação

Existe apenas um alojamento feminino (o único alojamento que pôde ser fotografado) que é utilizado pelo efetivo do 1º GI e da ajudância geral em serviço na unidade. O espaço do alojamento

feminino está em boas condições, porém é pequeno para a acomodação de todas as bombeiras. Na ocasião da visita, algumas bombeiras que estavam no local relataram dificuldades, por conta da falta de espaço para acomodação. O alojamento é dividido em dois ambientes: uma área de dormitório e vestiário, com três beliches, armários, cadeiras e um banco de madeira. E uma sala pequena, com alguns utensílios, como micro-ondas, tábua para passar roupas e ferro elétrico.



Alojamento feminino: roupas de aproximação sobre os armários

No mesmo corredor de salas ao lado do pátio interno, está o rancho, que é o local onde são preparadas todas as refeições distribuídas para o efetivo do 1º GI e os demais bombeiros concentrados na ajudância geral e nos setores administrativos. O rancho apresenta aspecto diferente do que foi encontrado nas outras dependências do grupamento, principalmente no que diz respeito à higiene e organização. A impressão é de que o rancho foi o único

local até então excluído da reforma que estava sendo realizada na unidade.

A estrutura do rancho é composta por um fogão industrial, uma coifa industrial, panelas e utensílios, como travessas, pratos, garrafa térmica, entre outros. Modo geral é possível verificar que o espaço é suficiente, mas muito sujo e desorganizado, talvez por falta de equipamentos novos que facilitassem o trabalho e impedissem, por exemplo, que as panelas fossem colocadas diretamente no chão. Além disso, a maioria dos bombeiros que trabalham no rancho vestia apenas um avental por cima do fardamento de educação física, quando havia necessidade de utilizar peças para a melhor proteção e higiene, como toucas, máscaras e calçados adequados.

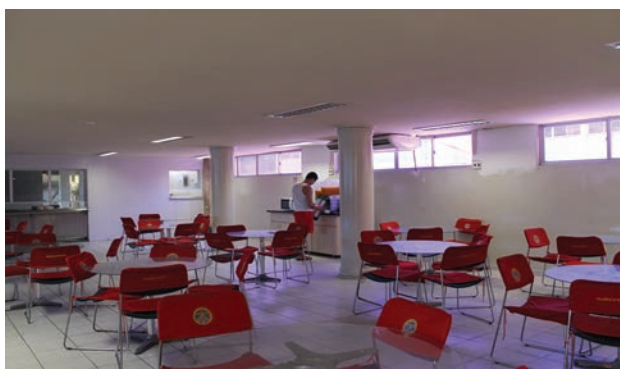


Rancho do 1º Gi: utiliza-se um prato para revirar o arroz na panela



Cozinha: bombeiro sem vestimenta apropriada, cortando legumes

Diferentemente do rancho, os refeitórios que são compartilhados pelo efetivo do 1º GI e de todo o QCG apresentam condições adequadas de higiene e organização. Existem três refeitórios que agrupam pelo menos duas patentes da escala hierárquica da corporação: refeitório dos cabos e soldados, de subtenentes e sargentos, e dos oficiais. Todos os refeitórios parecem ter passado por reforma e apresentam portas de vidro, ambiente climatizado, mesas para quatro lugares com tampo de vidro, cadeiras com capas na cor vermelha e com o brasão do CBMPE, balcão onde são entregues as refeições, armários, estufa térmica e refresqueira (reservatório para sucos). Naturalmente, como o efetivo de praças é maior, o refeitório destinado a esses bombeiros possui maior espaço e maior número de mesas e cadeiras.



Refeitório de cabos e soldados é amplo, com cerca de dez mesas



Refeitório dos oficiais oferece condições diferenciadas

Próximo às salas onde funcionam o rancho e os refeitórios, está o cassino, que é o local onde o efetivo do 1º GI pode usufruir de momentos de descanso nos intervalos do serviço. Durante a visita, percebeu-se a existência de dois cassinos, sendo um deles localizado próximo aos refeitórios, destinado aos praças, e outro, na área do Comando Geral, reservado ao efetivo que compõe o setor da administração e ajudância. O cassino do 1º GI possui espaço e organização adequados e está dividido em dois ambientes: uma sala de TV e uma área com mesas de jogos.



Ambientes do cassino: sala de televisão e salão de jogos

Do interior do 1º GI, é possível ter acesso aos fundos do grupamento que também é uma área comum ao QCG. O espaço dos fundos é relativamente extenso e poderia acomodar outras estruturas do grupamento, mas era subutilizado como estacionamento para veículos particulares e viaturas danificadas ou fora de uso. Segundo a Assessoria de Comunicação do CBMPE, o local antes era utilizado para treinamentos e prática de exercícios, mas teve de ser desativado. Na ocasião da visita, apenas se via o prédio anexo onde funcionam o Centro de Educação Física e Desportos, uma plataforma desativada e uma quadra de esportes, que estava servindo como estacionamento para motocicletas particulares, viaturas da corporação e do Programa Pernambuco Conduz, do Governo do Estado. Segundo informações repassadas pelo bombeiro que recebeu a equipe, esse centro funcionava apenas como espaço para guardar materiais de treinamento. Naquela ocasião, o local estava fechado.



Carros particulares no fundo do QCG e 1º GI com plataforma desativada

A plataforma que existe no local era utilizada para treinamentos de salvamento em altura, mas teve de ser desativada. Segundo o comandante do 1º GI, tenente-coronel Alfredo, foi dada uma ordem para que a estrutura fosse demolida, mas essa ação foi impedida por ele mesmo que alegou o histórico da plataforma para a corporação. Assim, a plataforma não foi demolida e permanece no local sem uso e sem manutenção. A sua base serve como depósito para diversos tipos de objetos e equipamentos.



Plataforma de salvamento desativada

Em frente ao prédio de Educação Física e Desportos, estão estacionadas várias viaturas danificadas e que não podem ser mais utilizadas. Algumas viaturas já apresentam danos na pintura e mato crescendo ao redor, evidenciando o fato de estarem no local há algum tempo. Estes veículos estão estacionados em meio a alguns que ainda são utilizados.



Viaturas, algumas desativadas, ao lado do prédio onde funciona o Centro de Educação Física e Desportos

Na quadra de esportes que está sendo utilizada como estacionamento, havia cerca de seis ambulâncias do Programa Pernambuco Conduz. Este programa foi desenvolvido pela Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos (SESDSH), com o objetivo de oferecer serviços de mobilidade para pessoas com alto grau de deficiência, que precisam se dirigir a hospitais, centros de reabilitação ou instituições credenciadas na Região Metropolitana do Recife.

Segundo a Assessoria de Comunicação do CBMPE, este serviço antes era realizado por bombeiros em viaturas da própria instituição. Com a criação do programa, as viaturas foram substituídas por veículos próprios para este tipo de serviço, mas ainda há a obrigatoriedade de que um bombeiro seja o responsável pelo embarque e desembarque do beneficiário. Assim, cada veículo é

conduzido por um motorista terceirizado, acompanhado por um bombeiro.



Ambulâncias do Programa Pernambuco Conduz

É importante afirmar que as imagens destacadas até o momento correspondem à estrutura comum do QCG e do 1º GI. O espaço destinado exclusivamente ao 1º GI, com toda a estrutura própria de um grupamento, como a sala do comando, o setor administrativo e de almoxarifado, está localizado num corredor do 1º andar do prédio central. Como todas as salas estão concentradas neste único corredor, porém, existem algumas onde funcionam mais de um setor, como é o caso do subcomando, a divisão de operações e a divisão de pessoal. A secretaria e a 1ª seção de transporte e pessoal também funcionam num mesmo espaço.

No hall de entrada do corredor do 1º GI, que também dá acesso às salas do setor administrativo da corporação, existem algumas paralelas que são tubos de aço, por onde os bombeiros descem direto para um espaço próximo à garagem das viaturas, quando há chamado para alguma ocorrência. Segundo informações fornecidas por bombeiros do grupamento, as paralelas do 1º GI quase nunca são utilizadas e permanecem apenas como símbolo das unidades

de combate a incêndio. Rotineiramente, os bombeiros utilizam as escadas convencionais para se dirigir à garagem das viaturas.



Quatro paralelas protegidas por um gradio com sinalização

Na área destinada ao 1º GI, estão as salas do comando, do subcomando, a divisão de operações, a divisão de pessoal, o almoxarifado, a secretaria e 1ª seção de transporte. A sala do comando tem tamanho satisfatório, segundo os dois gestores, tenente-coronel Alfredo e tenente-coronel Lamartine, que foram comandantes no período entre as duas visitas ao 1º GI. No local, estão alguns móveis que pertenceram ao mobiliário antigo da corporação e hoje são considerados patrimônio a ser preservado, como uma mesa de madeira e um cabide (chapeleiro). A sala possui uma divisória que divide o espaço onde está a mesa de madeira, que deve ser utilizada para reuniões, e um espaço mais reservado, com mesa de escritório e computador.



Aspecto da sala do comando



Espaços da sala do comando: uma divisória compõe dois ambientes

O subcomando, a divisão de operações e a divisão de pessoal funcionam numa mesma sala. Aparentemente, isto não leva a nenhum tipo de transtorno na execução das atividades, a não ser a inegável falta de um espaço mais reservado para o subcomandante, por conta do acúmulo de funções e movimentação intensa de pessoas no ambiente. A sala apresentava boa organização e possuía três mesas separadas, armários, arquivos de ferro e prateleiras, com pastas de arquivos.



Sala do subcomando e das divisões de operações e de pessoal

O almoxarifado se segue às outras duas salas do 1º GI, e é o local destinado ao armazenamento do material de expediente (material de escritório, limpeza e higiene), Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), como roupas de aproximação, além de comportar espaço para prateleiras, com arquivo morto do grupamento. A sala aparenta boa organização, apesar de agrupar vários tipos de materiais num único ambiente, o que, de certa forma, permite atribuir ao local a função de um depósito comum, muitas

vezes fora de uso. Um fato que chama a atenção é que as roupas de aproximação estão colocadas diretamente no chão.



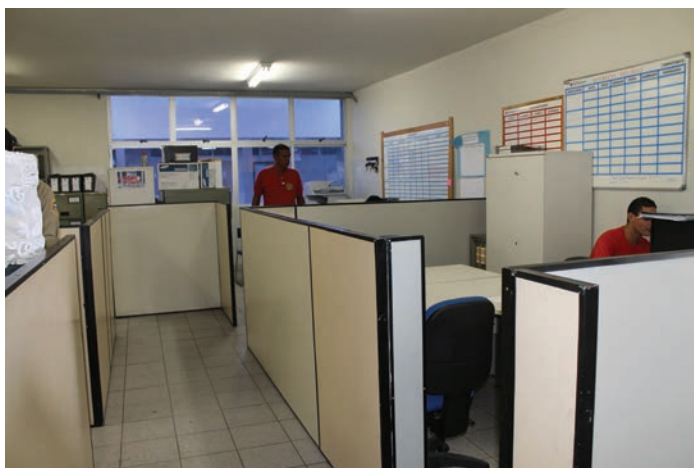
Material de escritório, equipamento técnico e produtos de higiene e limpeza

A última sala do corredor que compõe o espaço físico do 1º GI é identificada como a secretaria e também acumula mais de um setor. Nesta mesma sala, funciona a divisão administrativa, o departamento de pessoal e a 1ª seção de transporte e pessoal, que também é responsável pelas duas seções de bombeiros, localizadas no Aeroporto Internacional dos Guararapes/Gilberto Freyre²⁸ e no Forte do Brum, no Cais do Apolo, Bairro do Recife, e subordinadas ao 1º GI.

A sala da secretaria é ampla, mas as divisórias colocadas para permitir o funcionamento de vários setores tornam o espaço um

28. Alguns meses após a visita da equipe de pesquisa ao 1º GI, o controle da seção de bombeiros do aeroporto foi transferido para o 2º GI, localizado em Prazeres, no Jaboatão dos Guararapes.

tipo de labirinto. Cada espaço entre as divisórias possui ao menos um birô com computador, armários, prateleiras de arquivos e quadro de avisos, com informações sobre o efetivo. Em um das mesas, viu-se um bombeiro, que trabalhava, utilizando um computador pessoal, como um fato corriqueiro, devido à falta de alguns equipamentos.



Na mesma sala, três setores diferentes: administrativo, pessoal e transporte



Bombeiro utiliza computador pessoal para trabalhar

Estrutura tecnológica

A estrutura tecnológica do 1º GI consiste em equipamentos específicos para a especialidade de combate a incêndio com viaturas e EPIs, mas também uma viatura de atendimento pré-hospitalar e efetivo pertencente ao Grupamento de Bombeiros de Atendimento Pré-Hospitalar (GBAPH), que mantém um ponto base nesta unidade. As viaturas e equipamentos ficam disponíveis aos bombeiros no espaço da garagem do 1º GI. Esta garagem é ampla e possui duas vagas para viaturas de grande porte e entre cinco e seis vagas para viaturas menores. Além disso, o espaço do pátio em frente à garagem também é usado para estacionamento de veículos utilizados para serviços administrativos e transporte do efetivo, como, por exemplo, micro-ônibus.

Durante a primeira visita, quando foi realizada a entrevista com o tenente-coronel Alfredo, comandante da unidade na época, o 1º GI mantinha duas seções de atendimento, uma no Aeroporto Internacional do Recife/Guararapes – Gilberto Freyre e no Forte do Brum. Por esse motivo, o número total das viaturas de combate a incêndio pertencente ao 1º GI era dividido para as três unidades, além de outros veículos que constavam como reserva, e, portanto, nem todos estavam estacionados na Avenida João de Barros.

Assim, conforme o tenente-coronel Alfredo, o 1º GI e suas duas seções possuem o seguinte número de viaturas: três viaturas do tipo Autobomba Tanque (ABT), que tem a capacidade de armazenar até cinco mil litros de água e bombeá-la para apagar incêndios; dois caminhões bitrem, também chamados de “treminhão,” um tipo de carro-pipa, que possui dois reservatórios de água na carroceria e tem a função de dar apoio às viaturas ABTs; e uma plataforma autobomba tanque com escada de 11 metros, utilizada para combate a incêndio e resgate em altura geralmente em prédios. Na época, o comandante alegou que a quantidade e a qualidade destes veículos

eram satisfatórias, embora a afirmação possa ser questionada, ao se levar em consideração que a distribuição do efetivo ocorre, de acordo com o número de viaturas disponíveis.

De acordo com o comandante do 1º GI, são em média 50 homens para cada viatura Auto-bomba Tanque (ABT), sendo que este número é um pouco maior na seção do Aeroporto. Como, segundo ele, são três ABTs para o 1º GI e as duas seções, este número é de 150 bombeiros em média. Num outro momento da entrevista, porém, o tenente-coronel Alfredo afirmou que este número é na verdade de 250 homens, sendo a divisão de 50 homens, em média, para cada unidade, podendo variar. Isto porque, segundo ele, somente a unidade do aeroporto possuía 60 bombeiros. Pode-se considerar que o aumento do número nas contas do tenente-coronel seja ou não por conta do efetivo do setor administrativo, que, como foi dito durante a entrevista, também dá suporte à atividade de combate a incêndio. Quando questionado sobre o número de homens para cada carro, o tenente-coronel explicou que são seis homens para cada viatura ABT: um comandante, um motorista e duas duplas que devem manusear as mangueiras.



Autobomba Tanque utilizada em operações de combate a incêndio

Ainda sobre as viaturas disponíveis para a especialidade de combate a incêndio no 1º GI, destaca-se uma plataforma hidráulica sobre a qual o comandante geral do CBMPE e praticamente todo o efetivo, inclusive de outras unidades, atribuem grande valor, provavelmente, em decorrência do esforço da instituição junto ao Governo do Estado, para que ela fosse adquirida. Talvez por esse motivo, a plataforma é mantida em condições impecáveis de limpeza e manutenção, dando a impressão de que é utilizada apenas em operações que requerem grande aparato tecnológico. De acordo com o comandante geral do CBMPE, coronel Casa Nova, este veículo é de fabricação americano-finlandesa e chegou a Pernambuco desmontado em um navio, após uma longa operação burocrática de aquisição. Sabe-se, também, que se trata do único veículo deste tipo no Estado. No entanto, o alcance da plataforma pode ser considerado mínimo se comparado a outras existentes, por exemplo, em Santa Catarina, que, como a pesquisadora pôde verificar em visita à Sociedade Corpo de Bombeiros Voluntários de Joinville, pode atingir mais de 50 metros.



Caminhão bitrem (treminhão) e plataforma Autobomba Tanque



Plataforma Autobomba Tanque, com alcance de 11 metros

Dentre os equipamentos utilizados durante as operações de combate a incêndio, existe uma torre de iluminação, com reboque, que é utilizada quando há pouca visibilidade durante as ocorrências. Segundo o tenente-coronel Alfredo, estes veículos não têm de ficar obrigatoriamente na área do Recife, pois pode haver ocorrências em que há necessidade de suprimir demandas por equipamentos em outras unidades que compreendem a região metropolitana.



Torre de iluminação com reboque

Além do aparato tecnológico das viaturas e equipamentos utilizados no combate a incêndios, os bombeiros contam com EPIs, que é o material utilizado para uso e proteção individual. Conforme foi descrito pelo comandante do 1º GI, tenente-coronel Alfredo, os bombeiros que atuam na área de combate a incêndio possuem EPIs específicos, como: capa de aproximação, que consiste numa calça e casaco de tecido muito grosso e faixa luminosa que não permite que o fogo atinja o corpo do bombeiro; as botas, que também são antichamas e permitem que o bombeiro atue no incêndio sem maiores perigos; luvas antichamas; e um capacete como viseira de proteção contra radiação, que serve para proteger a cabeça do bombeiro como um todo, mas também a visão.

No 1º GI, como é comum em outras unidades, estas roupas são penduradas em araras de ferro na garagem próximas às viaturas, a fim de facilitar a saída dos bombeiros. Observa-se que algumas roupas têm o nome de guerra do bombeiro e seu tipo sanguíneo em destaque. Conforme o tenente-coronel Alfredo, todo este aparato, que é de uso obrigatório, permite ao bombeiro uma “exposição inteligente.” Além dos EPIs, tenente-coronel Alfredo aponta para outros equipamentos que também podem ser utilizados pelos bombeiros no combate a incêndios, como cordas e o malho (um tipo de machado), que ajuda na abertura de locais fechados.



Roupas de aproximação e capacetes na garagem do 1º GI

Funcionamento

O gestor responsável pelo 1º GI, tenente-coronel Alfredo Batista da Silva, concedeu entrevista em seu gabinete a respeito do funcionamento do grupamento e sobre a atuação dos bombeiros como agentes de execução da defesa civil e uma das forças operativas da Secretaria de Defesa Social (SDS-PE), além de força auxiliar do Programa Pacto Pela Vida. Há 28 anos na carreira, sendo oito à frente do 1º GI, o tenente-coronel Alfredo tem formação na área de perícia em combate a incêndio e em cursos de mergulho e de atendimento pré-hospitalar. Ao longo de sua trajetória profissional, já serviu em várias unidades, a maioria na área de incêndio.



Tenente-coronel Alfredo é entrevistado para a pesquisa

Durante a entrevista, o tenente-coronel foi bastante enfático, ao se referir à especialidade de combate a incêndio, carro-chefe dos corpos de bombeiros, como uma ação somente de “combate,” e, portanto, de “execução,” sem considerar as etapas que a antecedem, no caso, a prevenção. Esta percepção se tornou ainda mais evidente, quando, ao longo da conversa, obtiveram-se respostas vagas ou pouco aprofundadas sobre as etapas do planejamento das ações. Segundo ele, o 1º GI responde a “demandas” que fazem parte de um calendário do Estado, que inclui eventos, como o Carnaval, o São João ou, ainda, o início do verão e a temporada de chuvas de inverno. Nas palavras do tenente-coronel:

Existem algumas demandas que são feitas por solicitação de particulares e até do governo, e essas demandas são estudadas no nosso setor, porque nossa unidade, o 1º grupamento de incêndios, é uma unidade de execução. A gente executa. É uma ponta de lança.

Ele completa essa afirmação, dizendo que existe um setor de planejamento responsável por avaliar que demandas requerem a participação do grupamento de incêndio. A unidade apenas responde a tais demandas, quando solicitada. Verificou-se a defesa de um argumento semelhante, quando o tenente-coronel Alfredo aponta para a existência de um setor responsável pelo levantamento estatístico sobre os bairros com maior índice de incêndios. Ele relata que é feito um mapeamento das ocorrências todos os dias, cujo objetivo é detectar as causas e os locais dos incêndios, para que sejam elaboradas ações educativas juntamente à população. Entretanto, o comandante do 1º GI diz se tratar de “outro setor da corporação” em que o grupamento de bombeiros não está envolvido diretamente.

As equipes de bombeiros que atuam na área operacional têm serviço de 24 horas. A rotina destes bombeiros envolve a checagem diária de todo o equipamento operacional utilizado durante o serviço e o treinamento necessário para o seu manuseio. O tenente-coronel explica que o treinamento do bombeiro é necessário, por exemplo, para que seja possível desenvolver habilidades, a fim de melhorar a autonomia dos cilindros de oxigênio. Outro exemplo são os motoristas das viaturas que recebem treinamento específico para aprender a posicionar os veículos e operar as bombas hidráulicas durante o combate a incêndios.

Ainda de acordo com o tenente-coronel Alfredo, é responsabilidade do comandante do grupo que está na viatura, geralmente um sargento ou um cabo, a supervisão do trabalho do motorista e a comunicação com o Centro Integrado de Operações de Defesa Social (Ciods), que encaminha a ligação do número 193 diretamente para a guarnição. Entretanto, quando há necessidade de solicitar reforço, é o comandante da operação que deve solicitar ao Ciods.

Outro ponto abordado durante a entrevista foi o papel do Corpo de Bombeiros, mais especificamente do 1º GI, no

planejamento e na execução das atividades de defesa civil juntamente à Coordenadoria de Defesa Civil de Pernambuco (Codecipe) e à Coordenadoria de Defesa Civil do Recife (Codecir), atualmente Secretaria de Defesa Civil (Sedec/Recife). Na pergunta feita ao tenente-coronel Alfredo, ressaltou-se o fato de os bombeiros exercerem a atividade de defesa civil, e, no final, perguntou-se qual a participação da defesa civil no planejamento das ações realizadas pelos bombeiros do 1º GI. Nas palavras do tenente-coronel, a defesa civil compreende as atividades de prevenção e socorro e explica que os bombeiros atuam nas duas áreas, seja na coordenadoria estadual, municipal ou no atendimento às vítimas.

Com isso, o comandante demonstrou entender perfeitamente o modelo teórico da defesa civil. Na pergunta seguinte, quando questionado se os bombeiros atuam efetivamente no planejamento das ações junto à Codecipe e à Codecir, mais uma vez o comandante reforçou que o seu grupamento se restringe à execução. Ele afirma: “Como eu te disse, eu sou o braço executivo. Eu suponho [que haja planejamento conjunto], porque essa parte de gestão todinha são os setores mais acima do meu, entende? Eu só executo.” Em seguida, ele pondera que os bombeiros participam do planejamento apenas quando solicitados. O tenente-coronel completa: “Mas, com certeza [...], os bombeiros sentam à mesa *pra* discutir defesa civil junto, por solicitação, junto com o Governo do Estado e junto com a secretaria, não só municipal e estadual, como a nacional de defesa civil.”

Outro ponto abordado na entrevista foi a atuação do Corpo de Bombeiros no âmbito da Secretaria de Defesa Social (SDS-PE) e do Programa Pacto Pela Vida. Como foi possível verificar ao longo da pesquisa de campo e nas demais entrevistas realizadas com os gestores das unidades de bombeiros, a unidade que participa mais efetivamente do Programa Pacto Pela Vida é o Grupamento de Bombeiros de Atendimento Pré-Hospitalar (GBAPH). Sobre a

inclusão do CBMPE na SDS e no Pacto, o tenente-coronel afirma que a corporação está bem inserida e que o bombeiro tem um papel na SDS. No entanto, segundo ele, há um braço específico que atua no Pacto Pela Vida, que é o bombeiro que executa o serviço de atendimento pré-hospitalar. Ele inclusive recomenda que procuremos melhores explicações no GBAPH.

Contudo, o tenente-coronel Alfredo respondeu que pode haver situações desse tipo em que há necessidade de alocar efetivo do 1º GI para o GBAPH. Ele explica este fato, afirmando que uma ação pode estar ligada à outra como em situações em que, por exemplo, a defesa civil realiza na prevenção da dengue juntamente ao Governo do Estado ou à Secretaria de Saúde. De modo semelhante, segundo o tenente-coronel, o bombeiro que combate incêndios pode atuar numa “zona especial de interesse social,” o que pode contribuir, de modo sistemático, com a redução da taxa de CVLI.

Quando perguntado se a inclusão na SDS-PE e no Pacto Pela Vida trouxe algum benefício para o 1º GI, o tenente-coronel inicialmente disse estar muito satisfeito com a estrutura e os equipamentos disponibilizados, mas reforçou a sua posição de executor das ações e, portanto, pouco participante das ações de planejamento. Ele explica: “Mas, como eu te disse, eu tô na ponta de lança. Eu executo, entende? Existem os setores mais acima que poderão responder com mais propriedade à sua pergunta.”

A respeito da estrutura física e tecnológica da unidade, o tenente-coronel ressalta apenas o papel que desempenha no cumprimento das demandas, sendo pouco eloquente a respeito do tema, destacando somente que os equipamentos locais têm o mesmo padrão dos utilizados em países europeus.

Sobre como avalia se o Pacto Pela Vida trouxe algum benefício à corporação, o gestor afirmou: “Veja bem, eu não participo deste nível de discussão. [...] E posso dizer que, no meu nível de

atuação, a questão do Pacto Pela Vida não tem interferido. Muito pelo contrário. Ele é satisfatório.”

Sobre a execução da sua atividade cotidiana como gestor da unidade, o tenente-coronel Alfredo nega que haja dificuldades, ao reafirmar que o 1º GI cumpre demandas sem conexão com as demais instituições da SDS, embora admita que haja situações em que há necessidade de se pedir policiamento ou de atuar com outras instituições, como o Ministério Público ou as prefeituras, mas sem citar uma situação específica. O gestor complementa a sua resposta, ao destacar que lhe cabe manter a tropa sempre preparada, para não haver surpresas.

O 2º GRUPAMENTO DE INCÊNDIO (2º GI)



Garagem do 2º GI com viaturas de incêndio e ambulância de resgate

O 2º grupamento de incêndio (2º GI) é uma das unidades-sedes do CBMPE que atende aos municípios de toda a Região

Metropolitana do Recife (RMR), exceto a capital. O grupamento está localizado na Rua Arão Lins de Andrade, n.º 1043, no bairro de Prazeres, em Jaboatão dos Guararapes. A unidade é especializada no serviço de combate a incêndio e também mantém pontos-base com uma ambulância e efetivo do serviço de resgate, vindos do Grupamento de Bombeiros de Atendimento Pré-Hospitalar (GBAPH), e uma viatura de salvamento e efetivo, vindos do Grupamento de Bombeiros de Busca Salvamento e Ações Táticas (GB-SAT). Além disso, o 2º GI é responsável pela seção de bombeiros de Suape e pela unidade descentralizada de incêndio e resgate de Jardim Atlântico, em Olinda.

De acordo com informações cedidas pelo gestor responsável pelo grupamento, major Rodrigo Melo, o terreno onde está localizado o 2º GI foi cedido pela Prefeitura de Jaboatão dos Guararapes em meados da década de 1970. Nesta época, funcionava na unidade o 7º grupamento de incêndio (7º GI), que depois veio a se tornar o 3º GB (3º Grupamento de Bombeiros) e atuava nas áreas de combate a incêndio e salvamento. Na época em que foi realizada a visita ao 2º GI, a equipe de pesquisa foi recebida pelo major Rodrigo Melo, então subcomandante da unidade e gestor responsável no momento. Naquela ocasião, o 2º GI contava com o efetivo de aproximadamente 240 bombeiros, sendo, segundo o gestor, 45 na área administrativa e 200 na área operacional.

Estrutura física

Trata-se de um prédio antigo com maior parte da área construída no andar térreo onde estão localizadas as salas do setor técnico-administrativo. Apenas uma parte menor do prédio possui 1º andar, quase como um anexo, onde estão localizados os alojamentos do efetivo masculino do grupamento. Todo o terreno é cercado com gradido na cor vermelha, que protege a área do pátio interno, com espaço para estacionamento de veículos particulares

e algumas viaturas do serviço administrativo. A entrada e a saída de veículos são controladas por duas cancelas. Entre essas duas cancelas, existe também uma guarita de segurança, mas que não estava sendo utilizada.



Com guarita de segurança desativada, o pátio interno do 2º GI funciona como estacionamento

Durante a visita, verificaram-se alguns problemas relacionados às condições da estrutura física da unidade, por se tratar de um prédio antigo e que, pelo menos aparentemente, não havia passado por manutenções recentes. Foi possível constatar a existência, por exemplo, de infiltrações em algumas paredes e instalações elétricas que expunham os bombeiros ao próprio risco de incêndio em várias salas do grupamento.



Corredor de acesso ao setor técnico-administrativo do 2º GI



Detalhe do teto do corredor que dá acesso às salas do setor administrativo do 2º GI

As salas do setor administrativo do 2º GI estão localizadas no térreo do prédio do grupamento. Trata-se de duas salas onde funcionam a divisão de operações, e outra onde estão concentrados os setores da divisão administrativa, da tesouraria e da divisão de pessoal. A sala da divisão de operações tem tamanho considerável, mas o seu espaço é delimitado por divisórias com birôs e cadeiras, onde estão os bombeiros que concorrem à escala de atividades administrativas. Modo geral, esta sala oferece boas condições de trabalho e de organização e está equipada com um ar-condicionado comum e outros dois do tipo *split*, armários de arquivo, quadros com informações sobre o efetivo e as viaturas, e uma máquina fotocopidora.



Bombeiro trabalha na sala da divisão de operações



Aparelho de ar-condicionado e fiação elétrica e de internet da divisão de operações

Durante a entrevista realizada com o subcomandante responsável pelo 2º GI, major Rodrigo Melo, questionou-se se as condições da estrutura tecnológica do setor administrativo da unidade eram satisfatórias. Segundo o gestor, essa estrutura tecnológica, que corresponde a equipamentos, como computadores, fax, fotocopiadora e ponto de acesso à internet, não era suficiente porque a unidade não possui os tipos de sistemas utilizados para a gestão de pessoas, na divisão de operação e na parte financeira. De acordo com o major, estes softwares ajudariam a aperfeiçoar o trabalho administrativo no 2º GI, mas estão disponíveis apenas para as diretorias do CBMPE. A falta de estrutura tecnológica adequada também faz com que muitos bombeiros que atuam na parte operacional tenham que ser transferidos para o setor administrativo, para dar suporte a este tipo de serviço.

Embora não tenha sido enfatizado pelo gestor entrevistado, outro fato o qual se pode atribuir essas dificuldades é o acúmulo de setores numa mesma sala que, devido à falta de espaço e à circulação intensa de bombeiros, torna o ambiente conturbado. É o caso da sala onde funcionam, ao mesmo tempo, a divisão administrativa, a tesouraria e a divisão de pessoal. Esta sala também possui várias divisórias que ajudam a delimitar os espaços entre os birôs, formando corredores estreitos para a circulação dos bombeiros. Além dos birôs, o local possui computadores, aparelho de ar-condicionado, armários e arquivos de documentos.



Espaços onde funcionam: divisão administrativa, de pessoal e tesouraria

No térreo do prédio do 2º GI, também estão localizados o rancho, a despensa de alimentos (aprovisionamento) e o refeitório. Na ocasião da visita, a equipe de pesquisa teve acesso a apenas um refeitório destinado às patentes dos cabos e soldados, mas, ao que parece, este deve ser utilizado por todos os bombeiros da unidade, já que não existem outros. Além deste refeitório, existe apenas um espaço nos fundos do grupamento com outras mesas, onde as refeições eventualmente são servidas. O refeitório possui três mesas, sendo duas delas de metal com assentos fixos de uma tubular com cadeiras separadas. No local, existem duas janelas e dois aparelhos de ar-condicionado.



Refeitório de cabos e soldados do 2º GI

O rancho possui paredes revestidas com azulejo e piso revestido com cerâmica. O local possui uma janela onde se pode observar a movimentação no espaço interno, e outra que serve como um balcão, onde são entregues as refeições. No interior do rancho, existe um fogão industrial, uma coifa, duas pias de inox, armários e lixeira, além de diversos utensílios, como panelas, facas e pratos. Na ocasião da pesquisa de campo, havia dois bombeiros que eram responsáveis pelo preparo do almoço da tropa, vestidos com fardamento para atividade física e utilizando aventais. O espaço do rancho é reduzido e as condições das instalações e de higiene imprimem no ambiente um aspecto de desorganização.



Bombeiros preparam as refeições no 2º GI

No rancho, também há uma porta de acesso para a despensa (aprovisionamento), onde estão armazenados os gêneros alimentícios para a produção das refeições ou para consumo imediato. O local é pequeno e está abarrotado de mantimentos. As paredes da despensa são revestidas com azulejos onde existem três prateleiras

repletas de pacotes e caixas de cereais e enlatados. Existe uma pequena mesa de apoio onde estava uma balança, uma embalagem com refrigerantes e várias caixas de ovos. O rancho possui ainda dois freezers horizontais. Na ocasião da visita, um bombeiro estava realizando o trabalho de checagem e abastecimento, enquanto alguns alimentos, como caixas com frutas e de frangos congelados, estavam depositados no chão.



Depensa do 2º GI: mantimentos nas prateleiras e no chão

Próximo à área do rancho, também existe um depósito onde estão guardados materiais que não são mais utilizados ou que estão danificados. O local é bastante apertado e possui algumas prateleiras, onde estão amontoados vários objetos, como garrações de água mineral, recipientes de plástico, cabos de vassoura, um freezer industrial, uma caixa de isopor, entre outros.



Aspecto do depósito do rancho

Ainda no setor técnico-administrativo do 2º GI, está a sala do almoxarifado, para armazenamento de materiais de expediente, como materiais de escritório e produtos de limpeza e higiene. Trata-se de uma sala pequena e com diversas prateleiras de concreto, onde estão dispostos os materiais de acordo com o gênero. O ambiente possui ainda dois birôs de madeira, sendo um deles com computador e impressora, e outro utilizado para organização dos materiais. Percebe-se que o local é pequeno e que possui várias caixas de materiais amontoadas no chão, o que dificulta o trânsito dos bombeiros que trabalham nesse setor. O local possui ar-condicionado, mas parecia não estar funcionando corretamente.

A estrutura de alojamentos destinados ao efetivo do 2º GI mantém a separação por patente, com distinção entre os homens e mulheres. Modo geral, os alojamentos apresentam uma estrutura básica que contempla as necessidades, embora seja notável a diferença nas condições de conforto dos espaços, entre os praças e os oficiais. No total, são quatro alojamentos masculinos, divididos entre as patentes de soldados, de subtenentes e sargentos, dos

oficiais, e um feminino, sem a separação de patentes. O alojamento dos soldados é o que detém o maior espaço, provavelmente por corresponder à maior parte do efetivo do grupamento. Trata-se de um quarto de tamanho considerável, onde estão oito beliches de metal com uma área anexa onde funciona um tipo de vestiário e um banheiro, somente para os soldados.



Almoxarifado do 2º GI



Alojamento de soldados com oito beliches no 2º GI

O espaço onde funciona o vestiário dos soldados possui armários de ferro, cabides, um banco de madeira e uma carteira escolar, servindo de apoio para os bombeiros, na troca da roupa pelo uniforme, e Equipamentos de Proteção Individual (EPIs). É possível perceber que o espaço talvez tenha sido adaptado de outra estrutura, pois possui um tipo de rampa de concreto, que aparentemente não possui nenhuma utilidade, além de fiação elétrica e mangueiras de ar- condicionado expostas de forma improvisada, colocando em risco a segurança dos próprios bombeiros.



Roupas de aproximação e botas de segurança em rampa de concreto e local com infiltrações



Infiltração e mofo no banheiro dos soldados do 2º GI

Em comparação com os alojamentos masculinos das demais patentes, a estrutura destinada aos oficiais é a que, ao menos aparentemente, apresenta melhores condições de conforto, como um sofá e uma tábua para passar roupas, embora esse não seja um grande diferencial. O alojamento está localizado no 1º andar do prédio. Trata-se de um quarto pequeno com duas camas de madeira, um sofá, uma janela do tipo bandeira móvel e um aparelho de ar-condicionado do tipo *split*. O alojamento dos oficiais também possui duas áreas à parte, onde funcionam um vestiário e um banheiro.



Aspecto do alojamento de oficiais do 2º GI



Armários e espelho do vestiário dos oficiais do 2º GI



Banheiro do alojamento dos oficiais do 2º GI

O alojamento destinado ao efetivo feminino do 2º GI funciona no térreo da unidade. É uma estrutura relativamente nova, em virtude da recente admissão de mulheres no CBMPE ocorrida no ano de 2004. Assim, trata-se de um único alojamento para todas as patentes, uma vez que o efetivo feminino é bastante reduzido, em comparação com o masculino. Na ocasião da visita, esse efetivo feminino do 2º GI era de apenas três bombeiras. O alojamento feminino possui um espaço com três camas de madeira do tipo solteiro, janela superior do tipo bandeira móvel, aparelho de ar- condicionado, armários de ferro e um banheiro privativo para as bombeiras.



Bombeiras estudam no alojamento feminino do 2º GI



Boxes do banheiro do alojamento feminino do 2º GI

O espaço que é destinado ao cassino do 2º GI é dividido em duas áreas, uma externa e outra interna. A área interna do cassino consiste numa sala com quatro sofás, uma mesa de centro, uma televisão com ponto de TV por assinatura e uma geladeira. Principalmente nesta sala de TV, nota-se que a estrutura é um tanto precária, pela presença de ligações elétricas improvisadas, oferecendo perigo aos próprios bombeiros. No 2º GI, essa situação acontece pelo fato de o aparelho de ar- condicionado estar danificado, o que fez com que os bombeiros confeccionassem um ventilador, que funciona amarrado a uma carteira escolar de forma totalmente negligente e com risco de incêndio.



Sala de lazer no cassino do 2º GI



Aparelho de ar-condicionado sem funcionar no cassino do 2º GI



Ventilador utilizado pelos bombeiros no cassino do 2º GI

Ainda no andar térreo, está localizada a central telefônica do 2º GI. Nesta sala, existe um balcão de concreto onde estão alguns aparelhos radiocomunicadores, uma mesa de escritório, com um computador, e uma janela, que permite a visualização da garagem. No local, trabalha um bombeiro encarregado de receber os chamados encaminhados pelo Centro Integrado de Operações de Defesa

Social (Ciods). As condições gerais da sala satisfazem as funções, exceto pela presença de vários cabos de internet emaranhados e da fiação elétrica exposta.



Central telefônica do 2º GI

Além da área do cassino, os bombeiros do 2º GI possuem uma área de lazer com refeitório e campo de futsal nos fundos do grupamento. Segundo os bombeiros do 2º GI, o refeitório da área dos fundos também é utilizado pelo efetivo, inclusive em momentos de confraternização e descanso, uma vez que o ambiente é arejado e possui alguns bancos de praça.



Refeitório da área externa e quadra de futsal localizada nos fundos do 2º GI

Também na área dos fundos do 2º GI, existem algumas dependências que servem como depósito para materiais e equipamentos descartados ou fora de uso, e uma sala de almoxarifado para armazenamento de material operacional. Verificou-se que o ambiente dos depósitos está parcialmente organizado, mas o almoxarifado apresenta estrutura precária, pela falta de espaço e vários equipamentos empilhados de forma desordenada.



Depósito de materiais e equipamentos sem uso do 2º GI



Almoxarifado de equipamento operacional do 2º GI

Estrutura tecnológica

A estrutura tecnológica do 2º GI é condizente com a especialidade de incêndio oferecida pelo grupamento e consiste em Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), como capas de aproximação, equipamentos de proteção respiratória, botas, luvas e capacetes. O major Rodrigo Melo afirma que todos esses materiais são de uso individual e não aponta problemas ou falta destes equipamentos. Além de EPIs, a estrutura operacional é composta por materiais, como extintores de incêndio, pás, foices e arado. Na ocasião da visita ao 2º GI, foi possível constatar que esse material encontrava-se em sua maioria empilhado na sala do almoxarifado de materiais operacionais localizada nos fundos da unidade. O almoxarifado possui dois ambientes, sendo que num deles existem algumas prateleiras de concreto, onde estão materiais apenas da especialidade de incêndio.



Material operacional e EPIs no almoxarifado do 2º GI



Capacetes: branco (oficial), vermelho (chefe da guarnição) e preto (guarnição)

Por outro lado, o major se queixa do número insuficiente de viaturas na unidade. Na época da pesquisa, conforme o gestor, o 2º GI contava com 24 viaturas, incluindo as operacionais e administrativas. Deste total, apenas sete viaturas pertencem à parte operacional e isto inclui as que estão na reserva ou em manutenção. Em outro momento da entrevista, o major diz que na verdade são oito viaturas de incêndio: duas no 2º GI, três em Suape e outras três distribuídas em outras unidades. Além disso, a unidade contava com mais duas viaturas como ponto-base: uma ambulância pertencente ao Grupamento de Bombeiros de Atendimento Pré-Hospitalar (GBAPH) e uma viatura de salvamento do Grupamento de Busca, Salvamento e Ações Táticas (GBSAT). Na ocasião da visita, não foi possível produzir imagens de todas as viaturas, pois a maioria estava na rua realizando atendimento a ocorrências. Dos veículos que se encontravam estacionados na garagem do 2º GI, duas viaturas muito antigas foram vistas, uma de incêndio e

outra do serviço de resgate. De acordo com os bombeiros, aqueles veículos estavam sendo utilizados, porque outras viaturas estavam em manutenção, embora não excluíssem a possibilidade de quebra durante o uso, o que implicaria o não atendimento ou o pedido de apoio de outros grupamentos.



Viaturas de incêndio e de resgate na garagem do 2º GI

Funcionamento

No 2º GI havia apenas quatro meses, o major Rodrigo Leal de Albuquerque Melo substituíra na função de gestor o comandante, tenente-coronel Josué, que se encontrava em gozo de férias. Com mais de 20 anos de profissão, o major Rodrigo Melo serviu durante muito tempo na Diretoria de Planejamento do CBMPE. Com experiência na área administrativa e de planejamento, realizou a gestão da Taxa de Prevenção e Extinção de Incêndio (TPEI), e atuou na Secretaria de Defesa Social (SDS-PE), mais especificamente no setor de projetos de captação de recursos, por meio de convênios.

Major Rodrigo Melo afirma que fez o curso de formação de oficiais entre 1992 e 1995, por necessidade institucional e profissional, tendo procurado sempre o aprimoramento das suas funções. Além de atuar profissionalmente como bombeiro, iniciou alguns cursos superiores, embora ainda não tenha concluído: quando a entrevista foi realizada, o oficial cursava o penúltimo período de Filosofia, por *hobby*, e por acreditar que o conteúdo oferecido é útil, não apenas do ponto de vista pessoal, mas também para o exercício da gestão profissional.



Major Rodrigo Melo na garagem de viaturas do 2º GI

Durante a entrevista, o major Rodrigo Melo expôs quais eram a missão da unidade em que atua e a área de cobertura do atendimento. Segundo ele, a missão do 2º GI é basicamente o combate a incêndio e à prevenção, esta última, entendida por ele como a colocação de postos avançados em eventos. Ele afirma que a área de cobertura compreende toda a Região Metropolitana, exceto o Recife, e que para isso conta também com a seção avançada

de bombeiros de Suape e a unidade descentralizada de Jardim Atlântico, em Olinda, ambas subordinadas ao 2º GI.

Dessa maneira, o cotidiano de ocorrências atendidas pelo 2º GI, na sua avaliação, são os vazamentos de produtos perigosos, incêndios de diversos tipos, como em área verde, residências, estabelecimentos comercial, público e industrial. O tipo mais comum, no entanto, é o vazamento de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP), mais conhecido como o “gás de cozinha.” Assim, há pelo menos três chamados para esse tipo de ocorrência diariamente. Por outro lado, há ocorrências mais comuns em determinadas épocas, como, por exemplo, o incêndio em área verde, chamado pelos bombeiros apenas de “fogo no mato,” mais comuns entre os meses de outubro e novembro.

À época da pesquisa, o 2º GI contava com o efetivo de 240 bombeiros, incluindo os oficiais, sendo 200 envolvidos diretamente na área operacional e 45 no setor administrativo da unidade. O major Rodrigo Melo explica que como se trata de 200 bombeiros envolvidos na parte operacional, normalmente o efetivo é dividido em quatro equipes (aproximadamente, 50 bombeiros) que se revezam em escalas de 24 horas em serviço, por 72 horas de folga. De acordo com o major, este número do efetivo não é suficiente pelo fato de o serviço de bombeiros estar comprometido com o tempo-resposta do atendimento. Para sanar o problema da falta de efetivo, segundo ele, alguns bombeiros saem das diretorias da corporação, para atuar na parte operacional. O gestor afirma que ele próprio concorre à escala de serviço.

Embora o major tenha afirmado que o número de veículos era proporcional ao efetivo, ao contar com a prometida compra de mais viaturas até janeiro de 2013, naquele momento, o serviço não correspondia às reais necessidades da população, principalmente por conta da falta de pontos-base de combate a incêndio, nas outras unidades de bombeiros da Região Metropolitana:

Os nossos meios são proporcionais ao nosso efetivo. Agora, não são de acordo com a necessidade da sociedade. Aquilo que se espera de um serviço de bombeiro. E nós poderíamos fazer duas avaliações. Uma é que poderíamos ter guarnições em todos os quartéis do Corpo de Bombeiros da região metropolitana, como eu falei, que é a área de atuação nossa, excetuando o Recife. Então, em todas elas deveríamos ter viaturas. Então, atualmente não temos, por exemplo, no GBSAT, nem no Centro de Ensino Metropolitano. E deveríamos ter uma viatura para termos um tempo-resposta minimamente satisfatório. [...] como nosso principal referencial é a vida, o ser humano, então considerando a pior hipótese, vamos dizer, uma ocorrência de incêndio em que haja uma vítima em parada cardiorrespiratória. Então, não deveríamos demorar mais que cinco minutos para chegarmos até aquela ocorrência e encontrarmos essa vítima numa situação em que seja reversível essa parada cardiorrespiratória e seja reversível danos neurológicos.

Além das falhas ligadas à má distribuição do efetivo e das viaturas no 2º GI, o major Rodrigo Melo relatou outras dificuldades enfrentadas cotidianamente, em especial aquelas relacionadas à falta de água nos hidrantes da RMR, por se tratar de uma rede muito antiga e mal distribuída. A outra dificuldade, diz ele, tem a ver com o tempo-resposta das ocorrências, que, dependendo da distância do local e do trânsito, pode chegar a até 30 minutos.

Em contrapartida, o major indica como aspecto facilitador a ação da Polícia Militar, que atua de forma mais ostensiva e muitas vezes se encarrega de isolar os locais de ocorrência e acionar o Corpo de Bombeiros. O gestor também aponta a própria população como agente facilitador, por tentar ajudar na extinção do fogo, mesmo antes da chegada dos bombeiros, ao indicar que a dificuldade de acesso do CBMPE a determinados locais faz com que os populares tomem a iniciativa de conter os focos de incêndio:

Apesar de, por vezes, o brasileiro ser relacionado àquele que gosta de tirar vantagem em qualquer situação, por outro lado, há um perfil de solidariedade do brasileiro. Então, quando tem alguém que está passando por uma situação difícil, há uma tendência natural dos vizinhos a acudir e de atuarem mesmo que de forma precária e até arriscada pra eles, a tentar

minimizar os efeitos da ocorrência. Então, acontece por vezes, de nós chegarmos ao local da ocorrência, saímos do quartel como incêndio, mas chegamos até lá e o incêndio já tem sido debelado por populares. Então isso seria um agente facilitador.

Sobre outros agentes parceiros do Corpo de Bombeiros, o major Rodrigo Melo cita a Polícia Militar, a Polícia Civil, as secretarias de turismo dos municípios, a Coordenadoria de Defesa Civil de Pernambuco (Codecipe), as defesas civis municipais e a Diretoria de Controle Urbano (Dircon) do Recife.

A respeito da integração do CBMPE à SDS-PE, o gestor ressalta que a relação entre os agentes operativos acontecia antes da criação da secretaria e cita o exemplo dos bombeiros de São Paulo, que, mesmo subordinados à Polícia Militar, não sofriam óbice ao seu desempenho. O militar ressalta a importância que o Governo do Estado atribui à integração entre as forças operativas, mas, por outro lado, afirma que há um clamor da população, por segurança pública, que implica uma maior atenção institucional às polícias e não ao Corpo de Bombeiros:

há uma tendência de que se resolvam as coisas conforme a demanda pública. Quer dizer, conforme a demanda da população. Então, desse ponto de vista, a sociedade clama muito mais por um serviço de polícia do que pelo serviço de bombeiro. Então, considerando um princípio, uma doutrina econômica de que as necessidades e os desejos são ilimitados e os recursos sempre são escassos, na hora de traçar a curva de opção, então entre escolher mais policiais, mais armamentos para os policiais, mais viaturas para os policiais ou atender às necessidades dos bombeiros, há uma tendência natural que se atenda primeiramente às necessidades das polícias.

Com relação à participação no Programa Pacto Pela Vida, o major Rodrigo Melo diz que o 2º GI não atua diretamente para contribuir com a meta estruturante do programa – a diminuição dos índices de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLIs) –, a não ser quando há um caso de incêndio criminoso que envolva homicídio. Fora isso, ele conclui que o Pacto trouxe mudanças

significativas apenas para os bombeiros da área de Atendimento Pré-Hospitalar (APH), que, para os grupamentos de incêndio, como o 2º GI, ao contrário, trouxe prejuízos, inclusive em relação ao número do efetivo:

A gente pode colocar pra se ter uma ideia aqui na região metropolitana, em 2004, quando eu trabalhava como coordenador de operações no Ciods, então nós tínhamos em torno de três viaturas para atendermos todas as ocorrências de atendimento pré-hospitalar. [...] Agora, em relação ao grupamento de incêndio, não percebo assim... melhorias que sejam consideráveis. Até porque, nós muitas vezes perdemos efetivo que foi lotado aqui para o grupamento de atendimento pré-hospitalar. Quer dizer, sob o aspecto que o objetivo é salvar vidas, isso daí é relevante, né? Mas, olhando isoladamente o 2º GI, eu observo como havendo certo prejuízo para a nossa atividade. [...] De efetivo.

De acordo com o major, há uma diferenciação também na aplicação de recursos, que tendem a priorizar o serviço de APH, por sua relevância para o Pacto, o que o gestor tenta justificar positivamente como a valorização da vida em detrimento da preservação do patrimônio:

Vamos dizer que receba um milhão de reais pra gastar. E tem-se a opção de se adquirir viaturas de combate a incêndio ou viaturas de atendimento pré-hospitalar. Então, como a demanda é maior, o clamor público, a inserção dentro e um programa de governo é maior para o atendimento pré-hospitalar, logicamente nós sabemos que a vida é um bem maior do que o patrimônio das pessoas. [...] Então, logicamente, o recurso vai pender para essa situação. [...] Se o grupamento de bombeiros de atendimento pré-hospitalar não necessita de novas demandas de viatura, de efetivo, e os grupamentos de incêndio necessitam, logicamente esse recurso vai ser alocado a grupamentos de incêndio.

Por fim, o major Rodrigo Melo aponta que o CBMPE busca constantemente um aperfeiçoamento da sua estrutura, a ponto de poder se igualar a outros serviços de bombeiros de referência no

mundo. Na corporação, o gestor afirma que há uma influência da estrutura do Corpo de Bombeiros norte-americano, que serve como referencial, embora reconheça que esta é uma ambição em longo prazo, para um país ainda em desenvolvimento, como o Brasil.

A SEÇÃO DE BOMBEIROS DE SUAPE



Fachada lateral da seção de Suape

A unidade de bombeiros de Suape é uma seção de incêndio do 2º GI. Trata-se de uma unidade descentralizada, que, mesmo sem orçamento próprio, possui características de seção independente. A primeira unidade de bombeiros em Suape foi implantada no ano de 2007, num terreno cedido provisoriamente pelo Complexo Industrial e Portuário de Suape. Em 2008, foi inaugurado o

atual prédio da unidade, que está localizado na rodovia PE-60 Km 10 Complexo de Suape, s/nº, em Ipojuca. Segundo informações do gestor responsável pela unidade, capitão Sandro Bartolomeu Cintra Borba, a seção de bombeiros de Suape foi criada com o intuito de suprir as demandas antes encaminhadas para o 2º GI, mas também por causa do crescimento de complexo industrial nos últimos anos.

Apesar de ser uma seção de incêndio, a unidade atua nas especialidades de atendimento pré-hospitalar e de busca e salvamento. A maioria dos atendimentos é voltada para as ocorrências de combate a incêndio em área verde e acidentes rodoviários em Suape e redondezas, incluindo um número considerável de praias do litoral sul. À época da pesquisa, a unidade contava com um efetivo de 64 bombeiros nas três especialidades que concorriam à escala de serviço de 24 por 72 horas, sendo transportados, diariamente, do Quartel do Comando Geral (QCG) para Suape, de onde fazem o caminho inverso no final do dia.

Estrutura física

A seção de incêndio localizada em Suape possui um dos prédios mais novos dos grupamentos de bombeiros. Os edifícios estão localizados no Recife e região metropolitana. O primeiro aspecto que chama atenção é exatamente a proporção entre a estrutura da unidade de bombeiros e a dimensão territorial ocupada pelas indústrias que compõem o Complexo de Suape. O prédio está localizado às margens de uma rodovia, com bastante movimento de veículos pesados, e é vizinho de várias indústrias. Trata-se de uma estrutura de dois andares com uma garagem para viaturas no térreo e uma área externa para estacionamento de outras viaturas e veículos particulares. Em frente à unidade, há ainda uma estrutura, com três mastros, com as bandeiras do Estado de Pernambuco e do Brasil, além de uma guarita de segurança.



Seção de bombeiros de Suape vista da rodovia PE-60



Garagem de viaturas da seção de bombeiros de Suape

No 1º andar do prédio da seção de bombeiros de Suape estão localizados a sala de reuniões, a sala do comando, a sala da administração, o refeitório, além dos alojamentos do efetivo masculino e feminino, e os banheiros. O acesso a esta área se dá por uma escada localizada na garagem da unidade e que permite a livre circulação dos bombeiros. A primeira estrutura a ser visitada foi a sala de reuniões, que, conforme o comandante da unidade, capitão

Bartolomeu, é utilizada para a transmissão de instruções ao efetivo. Entretanto, conforme o próprio comandante afirma, o local tem necessidade de equipamentos multimídia, como projetores, o que facilitaria o trabalho de instrução. A sala de reuniões possui várias cadeiras e uma mesa de plástico, que lembra um ambiente de sala de aula. A sala tem tamanho razoável e possui duas janelas esquadrias com película escura. Uma das paredes da sala está com a pintura danificada e com manchas, que indicam possíveis pontos de infiltração.



Sala de reuniões da seção de bombeiros de Suape

Ao lado da sala de reuniões, está localizada a sala da administração, onde também funciona a sala do comando da seção de bombeiros de Suape. Segundo informações dadas pelo comandante da unidade, a sala deveria funcionar como um setor administrativo, com uma área à parte, onde funcionaria o comando, e uma área chamada no jargão militar de “reservado,” que é um quarto que pode ser utilizado pelo comandante durante o serviço. No

entanto, a sala onde deveria funcionar o “reservado” é mantida como um depósito de objetos da administração. Assim, não existe uma sala exclusiva para o comandante que, nesse caso, passou a dividir espaço com a administração.

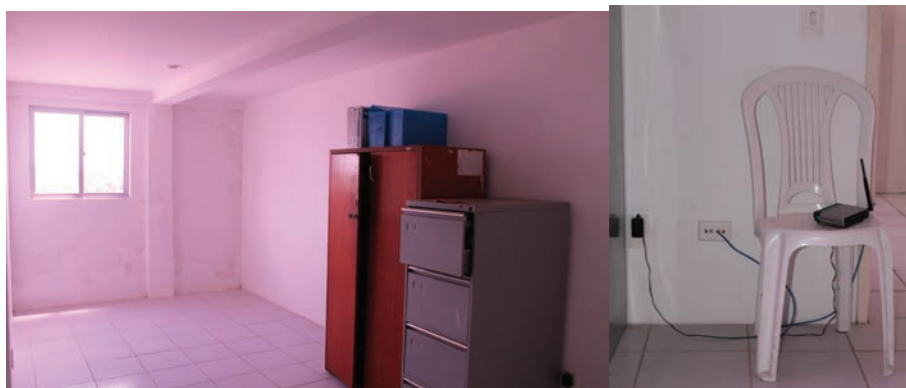
A sala da administração da seção de bombeiros de Suape agrupa as funções dos setores da divisão operacional (distribuição de viaturas e efetivo para cada tipo de operação) e da divisão de pessoal (dados do efetivo e sua disponibilidade). No local, existem três mesas encostadas a uma parede. Uma destas mesas é um birô onde estão alguns papéis e uma impressora pequena. A outra mesa é pequena e possui um computador, já com algum tempo de uso e, ao lado desta, uma mesa de apoio com uma máquina fotocopadora. No fundo da sala, existe outro birô, que é utilizado pelo comandante da unidade no qual está um notebook, provavelmente de uso pessoal, e alguns papéis. A sala é equipada com aparelho de ar-condicionado.



Sala de serviço administrativo na seção de Suape

A porta da sala onde deveria funcionar o comando da seção de bombeiros de Suape fica no interior da sala da administração. A sala possui um armário de madeira, um arquivo de metal e um aparelho roteador de internet sem fio (*wifi*), e funciona como

depósito e arquivo para documentos. A sala do comando possui ainda um banheiro que seria privativo para o comandante.



Aspectos da sala do comando da seção de bombeiros de Suape

No mesmo corredor onde funcionam a sala de reuniões e o setor administrativo, também está o refeitório. A seção de bombeiros de Suape é o único grupamento da Região Metropolitana do Recife que não possui rancho para o preparo diário das refeições. Conforme o comandante da unidade, capitão Bartolomeu, as refeições dos bombeiros de Suape são fornecidas por uma empresa terceirizada. Segundo ele, esta modalidade de serviço traz algumas dificuldades para o efetivo, porque, devido à distância e às dificuldades do trânsito até Suape, as refeições quase sempre chegam atrasadas. Provavelmente, o próprio fato de não se ter a estrutura do rancho, pode estar relacionado às dificuldades no abastecimento de alimentos, devido à distância.

O refeitório da unidade de Suape tem espaço considerável, revestido com cerâmica, e está dividido em duas partes: uma área onde são servidas as refeições e uma área semelhante a uma copa, com estrutura para preparo de lanches. Na área do refeitório, há várias mesas de plástico que formam uma mesa maior com várias

cadeiras. No fundo da sala, há um armário, uma mesa de plástico com um micro-ondas, um raque de madeira com uma televisão e utensílios de cozinha, como uma sanduicheira e condimentos.



Refeitório da seção de bombeiros de Suape



Detalhe do refeitório da seção de Suape



Bombeiros levam as refeições do carro da fornecedora para o refeitório

Também no 1º andar do prédio, estão localizados o alojamento feminino, o alojamento de subtenentes e sargentos e dois alojamentos de cabos e soldados. Todos os alojamentos possuem estrutura semelhante, com camas, beliches, armários e um banheiro à parte. De acordo com o comandante, capitão Bartolomeu, há apenas um alojamento destinado ao efetivo feminino, uma vez que a seção de Suape conta com apenas uma bombeira. Nesse alojamento feminino, existe um beliche com apenas um colchão e mais dois colchões empilhados no chão. Ao lado destes colchões, existem duas cadeiras de plástico e um armário de ferro. O dormitório possui duas janelas pequenas e um ar-condicionado do tipo *split*.



Alojamento feminino na seção de Suape

Os demais alojamentos seguem uma estrutura semelhante, com beliches, armários, aparelhos de ar-condicionado e mesas de apoio. Cada alojamento possui um banheiro privativo onde os bombeiros de cada patente podem tomar banho e se trocar. Modo geral, esses ambientes possuem espaços arejados, com boa estrutura e organização.



Alojamento de cabos e soldados na seção de Suape

Os banheiros dos alojamentos possuem estrutura padrão, que pode variar de tamanho, dependendo do efetivo que o utiliza. Geralmente, esses banheiros dispõem de mais de um box, pias e mictórios (no caso dos alojamentos masculinos). Em alguns, como é o caso de um dos alojamentos destinados a cabos e soldados, há um suporte de alumínio para pendurar toalhas. Devido ao volume de peças penduradas num ambiente fechado, o ambiente se torna propenso à umidade.



Banheiro de um dos alojamentos de cabos e soldados

No andar térreo da seção de bombeiros de Suape, além da garagem das viaturas, funciona o centro operacional (central telefônica), o almoxarifado de material operacional, e, num tipo de piso superior, o cassino. A central operacional funciona numa sala pequena e possui três mesas, um arquivo de ferro, um armário de madeira e um frigobar. Um dos lados da sala possui duas mesas, uma com um computador e outra que serve de apoio. Um terceiro birô está no lado oposto da sala e possui um telefone e um aparelho radiocomunicador grande. A sala possui ainda um ar-condicionado do tipo *split*, uma cama e um banheiro privativo, para o bombeiro que fica em serviço na central.



Central operacional/telefônica da seção de bombeiros de Suape



Espaço da central operacional/telefônica

Modo geral, o ambiente da central operacional é adequado à finalidade de receber ligações e encaminhar os chamados para o efetivo que está em serviço em Suape, exceto o banheiro que apresenta condições um pouco degradantes, por funcionar também como depósito para materiais de limpeza e outros objetos dos bombeiros.



Banheiro da central de operações que funciona também como depósito

Quase em frente à sala da central operacional, está a sala do almoxarifado de materiais operacionais. Trata-se de uma sala grande em dimensões. O espaço é dividido entre materiais de expediente (materiais de limpeza e higiene, como sabão em pó, detergentes, papel higiênico e objetos descartáveis), de um lado, e equipamentos operacionais e Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), de outro. De um lado da sala, é possível ver vários equipamentos arrumados de forma ordenada no chão, como pás, foices, enxadas, mangueiras de combate a incêndio, galões de plástico, cones, cilindros de oxigênio, boias, extintores de incêndio, além de algumas latas que parecem ser de tinta ou massa corrida.



Almoxarifado da seção de Suape

Numa das paredes da sala do almoxarifado, existem algumas prateleiras que comportam equipamentos, como roupas de proteção, fitas zebreadas para isolamento dos locais de ocorrência, botas de borracha e caixas que parecem ser de capacetes *gallet*, utilizados nas operações de combate a incêndio. É possível verificar que, próxima a essa prateleira, há uma coluna de concreto danificada. A coluna parece ter uma estrutura oca, pois é possível observar que há um cano de PVC que passa por dentro. Não se sabe se esse dano compromete ou oferece algum perigo à estrutura do prédio como um todo. Na parede oposta, há outras prateleiras com

equipamentos, como motosserras, botas de borracha e pranchas para imobilização.



Equipamentos de proteção individual armazenados em prateleiras

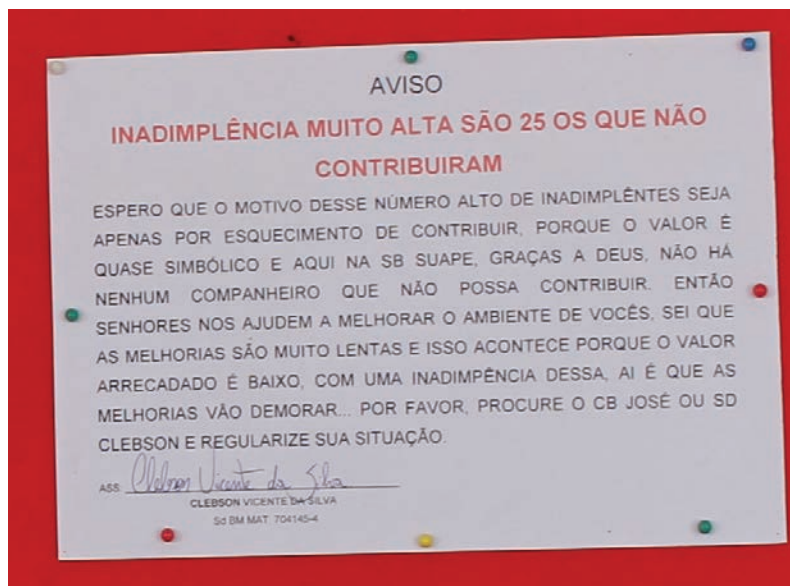


Equipamentos operacionais

No piso superior à garagem da seção de bombeiros de Suape, funciona o cassino, que também é chamado de grêmio, e é o local onde os bombeiros podem ficar nos horários de descanso. Na unidade de Suape, bem como em outros grupamentos, a compra de equipamentos e manutenção do cassino é feita com a contribuição financeira dos bombeiros. Em Suape, o cassino possui dois sofás, algumas cadeiras plásticas, um raque com uma televisão e ponto de TV por assinatura, e uma mesa de sinuca. No ambiente, também existe um quadro de avisos confeccionado exclusivamente para divulgação da planilha para a divisão dos valores arrecadados e avisos de inadimplência. Modo geral, o espaço é arejado e possui estrutura aparentemente satisfatória para os bombeiros.



Televisor e mesa de sinuca no cassino da seção de bombeiros de Suape



Apelo para a necessidade de contribuir para melhorias do cassino

No mesmo ambiente do cassino, há uma sala chamada de reserva operacional, que é utilizada como depósito para o material operacional utilizado nas ocorrências de resgate e que é enviado pelo Grupamento de Bombeiros de Atendimento Pré-Hospitalar (GBAPH), de Olinda. Dentre os materiais, estão: algodão, gaze, soro fisiológico, talas e coletes serviçais. Vê-se que a sala é minúscula, sem ventilação, e não responde às condições mínimas de acondicionamento desse tipo de material, que fica, muita coisa, no chão. Pelo que se pôde perceber em conversa com os bombeiros, existem alguns materiais que ficam sob a responsabilidade do efetivo da especialidade de atendimento pré-hospitalar, sob o risco de sofrer penalidades, caso algum material seja utilizado indevidamente. Por conta disso e por falta de espaço, esses materiais são armazenados de forma inadequada.



Caixas de material pré-hospitalar armazenadas em prateleiras e no chão

Estrutura tecnológica

Como foi dito, a seção de bombeiros de Suape atua em três especialidades: incêndio, atendimento pré-hospitalar e busca, salvamento e ações táticas. Assim, a unidade dispunha de uma Autobomba Tanque (ABT), um autotanque (caminhão de apoio para transporte de água), um autorresgate (ambulância), uma viatura de salvamento e um ônibus, para transporte da tropa. Na ocasião da visita, apenas dois veículos estavam estacionados na garagem: uma viatura de salvamento e uma ABT. A viatura de salvamento era nova e aparentava boas condições de uso, ao contrário da ABT, que era um modelo bastante antigo e com defeitos aparentes, como vazamento de água e problemas no emplacamento. Quando perguntado sobre o uso dessa ABT, alguns bombeiros relataram

que o veículo ainda funcionava, embora o utilizassem com bastante receio de ocorrer alguma falha mecânica, tanto durante o trajeto, como durante uma ocorrência, o que requereria o pedido do reforço de outra unidade de bombeiros, e, assim, mais atraso no atendimento.



Viatura de salvamento e autobomba tanque



Autobomba tanque da seção de Suape é antiga e apresenta vazamento no reservatório



Viatura com placa de identificação danificada condena o seu uso

Os equipamentos operacionais disponíveis na seção de bombeiros de Suape correspondem às três especialidades de atendimento que oferece. Os materiais são diariamente dispostos na área da garagem das viaturas, entre os veículos, para checagem e organização. Dentre os equipamentos dispostos na área da garagem, estavam pás, arados, pranchas de imobilização, esguichos de mangueiras, extintores de incêndio, cones de sinalização, cordas, boias e uma arara com roupas de aproximação utilizadas para ações de combate a incêndio.



Equipamento operacional entre as viaturas de incêndio e salvamento



Roupas de aproximação para combate a incêndio

Funcionamento

O comandante responsável pela seção de bombeiros de Suape, capitão Sandro Bartolomeu Cintra Borba, iniciou a sua trajetória no Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco (CBMPE), em 1996, ao ingressar na Academia de Polícia Militar de Paudalho. Formado aspirante, atuou no então grupamento de bombeiros de medicina hospitalar, atual Grupamento de Bombeiros de Atendimento Pré-Hospitalar (GBAPH). Posteriormente, trabalhou no antigo 3º GB (o atual 2º GI) de onde seguiu para os setores internos

da corporação (Diretoria de Planejamento, Diretoria de Logística, Subcomando e Diretoria-Geral de operações). Em 2008, assumiu o posto de comandante da recém-criada seção de bombeiros de Suape.



Capitão Bartolomeu em seu gabinete

A seção de bombeiros de Suape foi criada com o objetivo de suprir as demandas de atendimentos antes encaminhadas para o 2º Grupamento de Incêndio (2º GI), localizado em Prazeres, município do Jaboatão dos Guararapes, com o objetivo de aperfeiçoar o tempo-resposta. Segundo o capitão, quando o 2º GI era responsável pela área de Suape, o tempo-resposta era em média de 45 minutos, o que, com os congestionamentos, poderia se estender para até mais de uma hora.

Além disso, o gestor aponta o fato de que, em 30 anos, nunca havia sido instalada uma unidade de bombeiros no interior do Complexo Portuário e Industrial de Suape, o que se tornou uma necessidade, em vista da sua grande extensão territorial e do

volume de investimentos financeiros recebidos anualmente de forma progressiva.

A atuação dos bombeiros juntamente às indústrias de Suape não é, no entanto, tão direta, porque cada uma possui a sua própria brigada de incêndio.

O máximo de articulação que existe entre as empresas e a corporação é o planejamento das ações de prevenção, por meio do Plano de Auxílio Mútuo (PAM), quando os bombeiros visitam as indústrias para conhecer a natureza da atividade que desempenham, a fim de detectar pontos de risco e elaborar um plano de ações que os oriente, por exemplo, na hora de realizar uma ação de combate a incêndio nesse ambiente.

Uma questão relevante também é o fato de que, embora a seção de bombeiros de Suape seja vista como uma unidade descentralizada de caráter independente, ela faz parte da seção do 2º GI e, portanto, está subordinada a este grupamento. Assim, a seção de Suape não possui orçamento próprio, o que, segundo o capitão Bartolomeu, traz certas dificuldades em relação ao recebimento de materiais para as especialidades de atendimento que oferece:

Tudo, a gente depende do 2º GI. É até uma questão diferenciada das outras seções descentralizadas. É que nós temos aqui, além de incêndio, por sermos um grupamento de incêndio, nós temos aqui também o serviço de salvamento e o serviço de atendimento pré-hospitalar. Então, isso gera um pouco de conflito, tanto de doutrina, quanto de fornecimento de materiais, aquisição de novos materiais, porque o grupamento de incêndio recebe materiais de incêndio. Então, a gente fica com o serviço de salvamento e de atendimento pré-hospitalar um pouco órfão nesse sentido aí, né. Então, a gente fica dependendo das unidades pra tá dando apoio pra a gente com relação à manutenção de atendimento pré-hospitalar, como soro, gases, luvas, esse tipo de coisa que a gente fica pegando de outra unidade.

O efetivo de Suape também pode representar uma questão problemática, ao levar em consideração a diferença entre as

especialidades que, teoricamente, requereria a especialização dos bombeiros para atuarem em cada uma dessas áreas de atendimento. De acordo com o capitão, os profissionais de Suape atuam em sistema de rodízio de tal forma que possibilita aos bombeiros, mesmo àqueles sem especialização numa determinada área, atuar nas ações de incêndio, salvamento e atendimento pré-hospitalar.

O efetivo da seção de Suape é de 64 bombeiros, sendo 7 sargentos, 25 cabos e 32 soldados. Este contingente era fracionado de acordo com o número de viaturas disponíveis, porque, de acordo com o capitão, não adianta ter viaturas à disposição se o efetivo é reduzido. Ainda com relação ao efetivo, há mais um agravante: a demora no trajeto a ser realizado todos os dias do Quartel do Comando Geral (QCG) até a seção de Suape. Sobre isso, o gestor explica que os bombeiros que trabalham em Suape costumam ultrapassar as 24 horas de serviço, devido ao tempo de deslocamento. Esse “isolamento” implica outras dificuldades, como o abastecimento das refeições que não são preparadas na unidade e sempre são entregues com atraso.

As viaturas que existem na seção de Suape abrangem as três especialidades de atendimento: uma Autobomba Tanque (ABT); um autotanque; uma auto-resgate (ambulância); uma viatura de salvamento e um ônibus para transporte da tropa. Segundo o capitão Bartolomeu, o número de viaturas não é suficiente, pois a área de cobertura dos atendimentos é grande, o número de ocorrências de incêndio é elevado, bem como os acidentes rodoviários e as ocorrências simultâneas.

A seção cobre, além de Suape, as áreas do Paiva, Ipojuca, Porto de Galinhas, Gamela, Sirinhaém, Barra de Sirinhaém, Tamandaré, Barreiros, São José da Coroa Grande e outras. Apesar de se tratar de áreas de praia, é interessante ressaltar que a seção não conta com o atendimento de salvamento marítimo. Dessa forma, o número elevado de ocorrências com incêndio em determinadas épocas do ano e de acidentes rodoviários recorrentes também é um

fator que demanda maior número de viaturas, efetivo e tempo, que incapacitam a seção de bombeiros de Suape, segundo o seu gestor, para o atendimento de ocorrências simultâneas.

Com relação à contribuição da seção de bombeiros de Suape ao Programa Pacto Pela Vida, capitão Bartolomeu alega que não tem como avaliar, uma vez que a maior participação da corporação se dá por meio do efetivo de atendimento pré-hospitalar. Por outro lado, ele reconhece que o período entre a emancipação do CBMPE e a integração à Secretaria de Defesa Social (SDS-PE) foi muito positivo, porque os projetos da corporação não tinham que passar pelo crivo da SDS e, portanto, não teriam que disputar as prioridades com os demais agentes operativos. Assim, o gestor de Suape sintetiza as dificuldades vividas na sua unidade, principalmente em relação à distância do CQG, que implica o deslocamento dos bombeiros, e a carência de apoio material, como no caso da falta de viaturas, ou a existência de veículos que quebram constantemente e não são substituídos. Capitão Bartolomeu é enfático, quando afirma que a estrutura atual da seção de Suape está aquém do desenvolvimento do complexo como um todo:

A nossa unidade hoje ela tá aquém da necessária para a realidade existente no complexo de Suape. E considerando que essa estrutura de Suape tá crescendo em progressão geométrica, e as notícias que nós temos é de mais investimentos e mais investimentos, então, a princípio a gente precisaria de que? Descentralizar a unidade aqui de Suape dentro do território do complexo pra reduzir os tempos-respostas. Pra isso, a gente teria que transformar essa unidade aqui, essa seção de bombeiros, em uma unidade de bombeiros, ou seja, um grupamento de bombeiros, aí temos as seções descentralizadas. Pra isso, a gente teria que aumentar o efetivo. Nós temos efetivo de seção de bombeiros. A gente precisaria ter efetivo de um grupamento de bombeiro, que é de cerca de duzentos bombeiros. Além disso, aumento do número de viaturas, por conta da descentralização. E, além do aumento das viaturas, a aquisição de novas viaturas para atendimentos específicos [...], por termos muitas praias na região, também precisaríamos de uma estrutura de salvamento aquático.

A UNIDADE DESCENTRALIZADA DE BOMBEIROS DE JARDIM ATLÂNTICO



Unidade descentralizada de bombeiros de Jardim Atlântico

A unidade descentralizada de bombeiros de Jardim Atlântico corresponde à 2ª seção de bombeiros (assim como Suape é a 1ª seção) do 2º Grupamento de Incêndio do bairro de Prazeres. A unidade é especializada na atividade de prevenção e combate a incêndio e manuseio de produtos perigosos, sendo também um ponto-base para guarda-vidas vindos do Grupamento de Bombeiros Marítimo (GBMar), que atuam nas praias, e como ponto de apoio para o serviço de moto resgate do Grupamento de Bombeiros de Atendimento Pré-Hospitalar (GBAPH). A unidade foi criada em 2004 e pertencia ao então 3º GB (3º grupamento de bombeiros, nomenclatura anterior utilizada antes da criação das unidades especializadas) e está localizada na Avenida Fagundes Varela, s/nº, no bairro de Jardim Atlântico, em Olinda, uma região movimentada e com alta concentração de estabelecimentos comerciais.

O efetivo que atua na unidade de Jardim Atlântico pertence ao 2º GI, exceto os bombeiros que atuam como guarda-vidas. Na época em que a pesquisa foi realizada, o efetivo total era de 66 bombeiros, sendo que apenas 44 atuam na parte operacional. De acordo com o comandante da unidade, tenente Helton de Lira

Zovka, as ocorrências atendidas têm relação com o período do ano. Modo geral, o maior número de ocorrências atendidas pela unidade de Jardim Atlântico é para incêndios em área verde e incêndios em residências, principalmente nas áreas mais carentes, devido à precariedade das instalações elétricas nesses imóveis. Uma das dificuldades apontadas pelo gestor em entrevista é o número insuficiente de equipamentos operacionais e viaturas, o que torna a situação ainda mais crítica, devido à área de cobertura da unidade, que compreende, além de Olinda, municípios como Paulista, Abreu e Lima, São Lourenço da Mata e Paudalho.

Estrutura física

O prédio onde funciona a unidade descentralizada de bombeiros de Jardim Atlântico possui dois andares. Abaixo da fachada, está a garagem de viaturas, com espaço para dois veículos. No andar térreo, estão: uma sala de recepção, duas salas de almoxarifado, a central telefônica e um banheiro social. No 1º andar, estão: a sala do comando, o rancho, o refeitório, os alojamentos, banheiros e o almoxarifado de materiais do grupamento de salvamento marítimo. O espaço da garagem de viaturas é suficiente para o número de veículos que a unidade dispõe, no caso são dois, e possui um sofá que os bombeiros utilizam para descansar e aguardar os chamados das ocorrências.



Espaço frontal que serve como garagem de viaturas da unidade

Apesar de se tratar de uma construção relativamente nova, o prédio da unidade de bombeiros de Jardim Atlântico estava passando por reformas, na estrutura interna, que causavam transtornos para o efetivo em serviço. Não foram explicadas as razões para a realização dessa reforma, embora fosse evidente que a estrutura disponível não era correspondente às funções desempenhadas. Durante a visita, foi possível perceber a falta de espaço e o imprevisto na adaptação das salas com diversos materiais de construção espalhados, tanto na área externa, quanto interna da unidade. Além disso, foi possível perceber que os bombeiros da unidade recorrentemente adaptavam os espaços à sua necessidade, como foi possível verificar no uso do gradão de proteção, como um varal para secar as roupas de aproximação do serviço de combate a incêndio.



Roupas de aproximação secam ao sol

Diferentemente dos demais grupamentos de bombeiros, a unidade de Jardim Atlântico não possui um espaço para o cassino. Assim, os bombeiros utilizam o espaço do estacionamento e a sala da recepção, como locais de descanso e lazer que corresponderiam ao cassino. O estacionamento fica ao lado da garagem das viaturas e consiste num terreno com areia, e é o local onde, de acordo com tenente Zovka, os bombeiros eventualmente jogam futebol. Já a sala da recepção, que dá acesso às salas do térreo, possui dois equipamentos de ginástica.



Estacionamento de veículos utilizado como campo de futebol



Sala com equipamento de musculação funciona como cassino

A maioria das salas localizadas no andar térreo estava passando por reformas e sendo subutilizadas como depósito de materiais e almoxarifado, com diversos materiais de construção misturados a equipamentos operacionais. Uma das salas estava recebendo acabamento para funcionar como a nova central telefônica da unidade de bombeiros. Nesta sala, havia várias caixas com Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), como botas utilizadas nas operações de combate a incêndio e que estavam depositadas no chão, ao lado de latas de tinta e massa corrida.



Sala em reforma para abrigar a nova central telefônica

Outras duas salas estavam sendo reformadas para que fossem instalados dois almoxarifados para materiais do serviço de atendimento pré-hospitalar. Uma das salas era utilizada como depósito de diversos materiais, como monitores de computador, armários, cadeiras, mesas de escritório, pastas de documentos e caixas com equipamento operacional.



Sala onde funcionará o almoxarifado de material pré-hospitalar

Situação semelhante ocorre num banheiro localizado no 1º andar do prédio, o que denuncia que a falta de espaço é um problema presente no dia a dia da unidade bombeiros. Esse banheiro era destinado ao uso dos oficiais da unidade, mas estava funcionando como depósito de equipamentos, por falta de espaço adequado. Conforme o comandante, tenente Zovka, o banheiro é mantido fechado com chave, pois no local estão guardados equipamentos novos, como roupas de aproximação e capacetes *gallet* (utilizados para combate a incêndio), que atingem o valor de até R\$ 1.500,00 cada. O banheiro possui uma pia pequena e um espelho que, de tão pequeno e amontoado por caixas e sacolas, dificultou o trabalho da equipe de pesquisa na produção de boas imagens.



Banheiro dos oficiais utilizado como depósito de equipamentos

Ainda no andar térreo, existe a sala onde funciona a central telefônica da unidade de bombeiros de Jardim Atlântico. Trata-se de uma sala pequena com uma janela para a área externa e uma tela de vidro, que permite a visualização da sala vizinha. À época da visita, o aparelho de ar- condicionado estava quebrado e o bombeiro em serviço estava utilizando um ventilador. Também havia muita fiação elétrica exposta. O local possui uma mesa em formato “L” onde um bombeiro trabalha com telefone e radiocomunicador.



Infiltração e fiação exposta na sala da central telefônica

Existe outra mesa no mesmo formato, com um aparelho de TV, um DVD e um computador inutilizado. Há ainda uma cama disponível para o bombeiro em serviço, bolsas e caixas de papelão, com roupas de proteção. O comandante, tenente Zovka, afirmou que o computador da central telefônica é utilizado pelo efetivo, para a realização de pesquisa. No entanto, como se pode observar, este não estava funcionando. Com relação às condições gerais do aparato tecnológico, ele admite a necessidade de melhorias no que diz respeito à aquisição de equipamentos para o setor operacional, como impressora e um projetor multimídia para as atividades de instrução.



Local de descanso para o bombeiro em serviço

No 1º andar, está a estrutura do rancho, aprovisionamento e refeitório da unidade de bombeiros de Jardim Atlântico. Nesta unidade, o rancho é chamado de copa, provavelmente por funcionar numa sala pequena e que difere da estrutura dos outros grupamentos. Apenas um bombeiro (rancheiro) é responsável pelo preparo das refeições. A copa tem paredes e piso revestidos com cerâmica. No local, existem: uma pia, um fogão industrial com quatro bocas, uma mesa pequena e uma geladeira. Ao lado da pia, existe uma prateleira com utensílios e outra com condimentos. Sobre a pia, pode-se ver uma peça de carne embalada e um escurridor de pratos. Observou-se que no local havia uma lixeira sem tampa, algo que facilita a proliferação de pragas e insetos.



Aspectos da cozinha da seção de Jardim Atlântico

No mesmo corredor, funciona o provisãoamento onde estão armazenados diversos gêneros alimentícios. O local é pequeno e possui prateleiras com gêneros, como cereais, condimentos, molhos e bandejas com ovos. No chão, abaixo das prateleiras, existem algumas caixas organizadores com sacolas, provavelmente, com legumes. Além disso, a sala possui uma geladeira, um freezer e um botijão de gás. Modo geral, o local mostra-se arejado e com boa organização.



Visão geral do espaço da despensa com gêneros alimentícios

Na unidade de bombeiros de Jardim Atlântico, há apenas um refeitório, que funciona ao lado da copa (rancho), sem a divisão por patentes. O refeitório funciona numa sala pequena e possui uma mesa com tampo de mármore e seis cadeiras, que ocupam o espaço central. No local, existem: uma estufa térmica e um raque, com uma televisão e um aparelho de DVD. Há ainda um suporte com um micro-ondas e uma mesa pequena, com gavetas organizadoras.



Refeitório da unidade de bombeiros de Jardim Atlântico

No mesmo corredor, também no 1º andar, está a sala onde funcionam o comando e a sargenteação (setor responsável pela administração do efetivo). No mesmo local, também funciona a sala do reservado. O espaço onde funciona o comando e a sargenteação é dividido e possui duas mesas, uma de frente para a outra, onde são desempenhadas as atividades. A estrutura disponível é composta por um computador e uma impressora multifuncional. A sala possui aparelho de ar-condicionado e um frigobar. O espaço do reservado possui uma cama simples. Parece ser mais utilizada como um depósito de caixas e materiais de expediente, como pacotes de papel higiênico. Isso confirma a informação repassada pelo comandante de que ele não costuma usar esse dormitório quando está em serviço.



Comandante Zovka em primeiro plano



No mesmo local, espaço de descanso e de depósito

Também no 1º andar, estão os alojamentos destinados ao efetivo da unidade de bombeiros de Jardim Atlântico. O alojamento destinado ao efetivo feminino é pequeno e, conforme o comandante, tenente Zovka, foi adaptado para receber as bombeiras que passaram a ingressar na corporação, a partir de 2004, isto porque a instituição não possuía estrutura física para comportar esse efetivo. O alojamento feminino de Jardim Atlântico possui um beliche, um armário e um colchão, que é colocado no chão e estava forrado com um lençol onde estavam também alguns objetos pessoais, provavelmente, de uma das bombeiras. O local também possuía um banheiro privativo.



Alojamento feminino com banheiro próprio e colchão no chão

Existem dois alojamentos destinados ao efetivo masculino da unidade. Não se verificou se os alojamentos são separados por patentes, mas, ao que tudo indica, não havia distinção. Devido à estrutura física de que o prédio dispunha, os alojamentos possuíam espaços amplos. Inclusive, o formato destes alojamentos parecia com o de um pentágono. Assim, os beliches e camas não eram arrumados em fileiras, mas rentes às paredes, conforme era possível encaixar. Os dois alojamentos possuíam beliches e alguma cama, algumas, sem colchão. Um fato curioso que se verificou é que, dentro de um dos alojamentos, havia uma porta que permitia a passagem para uma paralela que levava direto à garagem das viaturas, algo que parece ter sido resultado de uma organização improvisada dos espaços do prédio.



Alojamento masculino



No alojamento, porta dá acesso à paralela que leva à garagem de viaturas

Próxima aos alojamentos, existe também uma sala de almoxarifado destinada ao armazenamento dos equipamentos operacionais utilizados pelo efetivo vindo do Grupamento de Bombeiros Marítimo (GBMar), chamada também de 2ª Seção de Bombeiros de Salvamento Aquático (2ª SBSAq). Das salas disponíveis para os materiais operacionais, esta era a única que oferecia boas condições de espaço e organização, provavelmente porque essa é uma estrutura à parte e de responsabilidade do efetivo do GBMar. Na sala, havia diversos materiais utilizados por bombeiros dessa especialidade, como boias, capacete e prancha imobilizadora.



Material operacional de salvamento marítimo

Estrutura tecnológica

A estrutura tecnológica disponível na unidade descentralizada de bombeiros de Jardim Atlântico é referente à especialidade de combate a incêndio. Assim, dentre os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) disponíveis, estão as capas de aproximação, os capacetes *gallet*, botas e luvas de proteção e os Equipamentos de Proteção Respiratória (EPRs), que são um tipo de aparato indispensável para que os bombeiros possam atuar em ocorrências de combate a incêndio, sem o risco de inspirar fumaça e outros gases tóxicos e asfixiantes. Conforme foram mostrados pelo comandante da unidade, tenente Zovka, estes equipamentos ficam guardados em compartimentos nas próprias viaturas de combate a

incêndio. Esse equipamento consiste num tipo de cilindro que fica acoplado às costas do bombeiro e é fixado como um colete, tendo fios conectores ligados a uma máscara de proteção.



Equipamento de Proteção Respiratória para incêndio

À época da realização desta pesquisa, a unidade de bombeiros de Jardim Atlântico possuía duas viaturas de combate a incêndio. Apenas uma viatura, porém, ocupava uma das vagas da garagem, enquanto a equipe de pesquisadores esteve no local. Na ocasião, o comandante da unidade, tenente Zovka, explicou que a viatura que estava em serviço era uma Autotanque (AT) que funciona como reservatório e, portanto, não apaga incêndios, tendo capacidade para até 12 mil litros de água. Esta viatura funcionava como apoio para a autobomba tanque, que estava estacionada na garagem, e possui capacidade para armazenar até 5 mil litros de água, além de apagar incêndios de pequeno e médio porte.



Viatura autobomba tanque da unidade de Jardim Atlântico

Funcionamento

O comandante responsável pela unidade descentralizada de bombeiros de Jardim Atlântico é o 2º tenente bombeiro militar, Helton de Lira Zovka, que ingressou na corporação em outubro de 2007, como aluno oficial da Academia Integrada de Defesa Social (Acides), no campo de ensino de São Lourenço da Mata (antiga nomenclatura da Academia de Polícia de Paudalho). Em junho de 2011, passou a comandar a unidade de bombeiros de Jardim Atlântico.



Tenente Zovka comanda a unidade de Jardim Atlântico

A unidade descentralizada de bombeiros de Jardim Atlântico é subordinada ao 2º Grupamento de Incêndio (2º GI), localizado em Prazeres, no Jaboatão dos Guararapes. É no 2º GI, portanto, que estão concentrados o comando das unidades descentralizadas e seções de incêndio subordinadas. Assim, a divisão de operações de Jardim Atlântico apenas recebe ordens de serviço, com base num planejamento prévio realizado pela divisão de operações do 2º GI. Inclusive o efetivo que atua em Jardim Atlântico é descentralizado e formado por bombeiros que atuam em outras unidades, como a localizada em São Lourenço da Mata. Esta situação foi exposta pelo tenente Zovka para explicar por que a estrutura, inclusive dos alojamentos, é limitada. Além deste quadro, a unidade passa por dificuldades quanto ao número do efetivo e à quantidade de viaturas de que dispõe.

O efetivo de Jardim Atlântico, excetuando os guarda-vidas vindos do Grupamento de Bombeiros Marítimo (GBMar), é de 66 bombeiros: um comandante, dois administrativos, três rancheiros

(bombeiros que preparam as refeições), quatro telefonistas, 12 motoristas (que se revezam com outras unidades) e 44 militares bombeiros que atuam na parte operacional, como combatentes. De acordo com o tenente Zovka, há uma carência significativa no número do efetivo e seria necessário um aumento para tornar o serviço mais eficaz. O comandante ressalta que o efetivo reduzido encontra paralelo na falta de viaturas na unidade. As duas viaturas disponíveis não são suficientes para dar conta da área de cobertura do atendimento, que abrange, além de Olinda, outros municípios, como Paulista, Abreu e Lima, Igarassu e Goiana.

Outra dificuldade relatada diz respeito ao número insuficiente de equipamentos, para o efetivo que atua em Jardim Atlântico:

Foram pagos capas, calças e luvas para todo o efetivo que trabalha somente nas guarnições de incêndio, como combatentes. Não foram pagos, porém, para todos os militares, como também não foram pagos capacetes individuais. Os capacetes são do efetivo de serviço do dia. Temos cinco capacetes que são utilizados todos os dias pelas guarnições. Então suficiente, não é. Nós fazemos adaptações pra que todo militar, durante o seu serviço, trabalhe com o equipamento.

De acordo com o tenente Zovka, as ocorrências atendidas pela unidade de Jardim Atlântico são sazonais. Em novembro, o tipo de ocorrência mais comum é o incêndio em área verde, conhecido entre os bombeiros como “fogo no mato,” como consequência das altas temperaturas e da vegetação seca. Outro tipo de ocorrência comum são os incêndios em residências, que, de acordo com o comandante, quase sempre acontecem em comunidades carentes e estão relacionados à precariedade das instalações.

Sobre o tipo de participação que a unidade de bombeiros de Jardim Atlântico exerce no âmbito do Pacto Pela Vida, tenente Zovka esclarece que essa atuação se dá de forma indireta, uma vez que o foco do programa é a diminuição da taxa de homicídios, algo que está mais relacionado com o trabalho realizado pelo Grupamento

de Bombeiros de Atendimento Pré-Hospitalar (GBAPH). Quando questionado se a contribuição dos bombeiros no *Pacto* trouxe algum tipo de melhoria para a corporação, o comandante explica que houve incremento apenas para o efetivo que atua no GBAPH.

Segundo ele, para as outras especialidades, o que ocorreu foi uma modificação na distribuição do efetivo: “Talvez tenha até diminuído,” uma vez que “há necessidade de efetivo do pré-hospitalar e puxam dos outros quartéis.”

No sentido de apontar que melhorias poderiam ser realizadas na unidade de bombeiros de Jardim Atlântico, tenente Zovka, dentre outras questões, aponta para a necessidade de incrementos na estrutura física, na quantidade de equipamentos e no efetivo:

Em termos de estrutura física, o que poderia ser melhorado é o aumento de salas para guardar material operacional, como também, material de almoxarifado, material de limpeza. Infelizmente tem uma carência disso e com isso utilizamos algumas salas que não são próprias para isso [...]. Também relativo à estrutura física, o interessante seria calçar esse estacionamento aqui que é feito de areia, porque facilita até o estacionamento de viaturas, como também de carros civis. [...] Também relativo à estrutura, a equipamentos, o interessante é que nós tenhamos um notebook como um projetor multimídia pra facilitar o trabalho de instrução [...]. E também relativo a pessoas, a pessoal, o interessante é que nós tenhamos mais efetivo para que consigamos até trabalhar com uma quantidade padrão de militares na viatura, coisa que não conseguimos atualmente devido à deficiência do Corpo de Bombeiros.

BUSCA, SALVAMENTO E AÇÕES TÁTICAS

O GRUPAMENTO DE BOMBEIROS DE BUSCA, SALVAMENTO E AÇÕES TÁTICAS (GBSAT)

O Grupamento de Bombeiros de Busca, Salvamento e Ações Táticas (GBSAT) foi criado em 2008, a partir da necessidade da instalação de um serviço focado nessa especialidade, que antes era realizado de forma genérica por outros grupamentos de bombeiros. O prédio onde atualmente funciona já existia há 15 anos e teve que passar por modificações na estrutura, para receber o novo efetivo. Dentre os grupamentos de bombeiros visitados durante a pesquisa, o GBSAT é o que apresenta a estrutura física, tecnológica e operacional mais diferenciada, devido à complexidade dos serviços com atuação em ações de salvamento terrestre, aquático e em altura, resposta em acidentes aeroviários, rodoviários e metroviários, ocorrências com colapso estrutural (desabamento de edificações), resgate de vítimas presas em ambientes confinados, captura de animais selvagens e manuseio de produtos perigosos. A unidade está localizada na Avenida Ingo Hering, s/n, no Distrito Industrial do município de Abreu e Lima, na Região Metropolitana do Recife. À época da realização da pesquisa, o GBSAT contava com o efetivo de 120 bombeiros no grupamento de Abreu e Lima e outros 40 bombeiros na sua seção, que funciona no arquipélago de Fernando de Noronha.



Fachada e estacionamento de viaturas no Grupo de Busca, Salvamento e Ações Táticas

Estrutura física

O GBSAT está instalado num terreno com dimensões consideráveis e que oferece, além do prédio, uma área com dois campos de treinamento e canil. Assim, comparado aos demais grupamentos, o GBSAT possui uma estrutura, principalmente na área externa, que poderia favorecer no desempenho das atividades nessa especialidade. Apesar disso, a estrutura do grupamento possui algumas falhas, como estruturas de salas subutilizadas, devido às reformas de adaptação, e mesmo a falta de mais investimentos em equipamentos e viaturas, o que ficou bastante evidente nas duas visitas realizadas à unidade. Foram realizadas duas visitas ao GBSAT, com intervalo de dois meses entre elas, não sendo possível perceber grandes mudanças, a não ser a conclusão da construção do canil.

O prédio onde funciona a unidade possui apenas o andar térreo e é dividido basicamente em dois blocos, além da área externa,

onde estão os campos de treinamento. Logo na entrada do GB-SAT, há uma rampa que dá acesso à área interna, onde está o estacionamento de viaturas e veículos particulares. Na fachada, existe um letreiro com as identificações da unidade, e uma guarita que está desativada.



Guarita de segurança desativada da unidade de busca e salvamento

Atrás desta guarita, existe uma área onde funciona um dos campos de treinamento e onde também estão estacionadas viaturas inutilizadas ou com algum tipo de defeito. Vê-se que o local também era utilizado para o depósito de lixo produzido na unidade, o que transparece um aspecto de desorganização e abandono na unidade.



Lixo exposto atrás da guarita do grupamento de busca e salvamento



Viaturas inutilizadas estacionadas no campo de treinamento

O GBSAT possui dois campos de treinamento operacional dos bombeiros. Um deles possui estrutura com tubulações subterrâneas para o treinamento de bombeiros para ocorrências de incêndio em ambientes confinados ou submersos. Durante o treinamento, de acordo com informações repassadas pelos bombeiros, é ateadado fogo nas tubulações, ou se coloca água para que os bombeiros realizem os exercícios submersos. Essas tubulações possuem bifurcações que são entrecortadas por aberturas que dão acesso à superfície. Nesse tipo de treinamento com fogo, além de roupas de proteção, os bombeiros utilizam também Equipamentos de Proteção Respiratória os(EPRs), que protegem e permitem a remoção segura das vítimas. Segundo os bombeiros, o campo de treinamento também é utilizado para competições internas.



Campo de instrução operacional em tubulações subterrâneas



Roupa e equipamento de proteção para uso em tubulações e ambientes confinados

Esse campo de treinamento também possui um amontoado de metralhas oriundas de demolições e que são doadas por empresas para que possam servir para simulação de operações de resgate de vítimas soterradas. Nesse caso, os bombeiros utilizam “bonecos” feitos com mangueiras preenchidas com areia, para simular os membros e o peso do corpo de um ser humano.





Boneco de mangueira simula vítima soterrada

No lado oposto a esse primeiro campo de treinamento, há outra área que é utilizada para o treinamento de bombeiros nas ações de remoção de vítimas presas em ferragens em acidentes automobilísticos. A área consiste num campo aberto com diversos carros sucateados e destroços, alguns já bem enferrujados, e que são doados à unidade para a realização dos treinamentos. Nesse

tipo de treinamento, os bombeiros utilizam alicates hidráulicos, que servem para cortar as ferragens para o resgate das vítimas.



Destroços usados em treinamento de resgate de vítimas presas em ferragens

Próximo a esse campo de treinamento também estava sendo instalado um canil com capacidade para quatro ou cinco cães da raça Labrador, com a função de ajudar os bombeiros nas operações com vítimas soterradas.



Bombeiros trabalham na construção do canil do GBSAT



Canil do GBSAT tem cão Labrador

Na área dos fundos do GBSAT funciona a sala da ferramentaria, que consiste num depósito e oficina de materiais operacionais que estão sem uso ou precisam de reparos. A ferramentaria funciona sob um alpendre e tem uma porta de ligação com o almoxarifado de materiais. Também nos fundos do grupamento, próximo ao alpendre da ferramentaria, há um espaço onde são depositados vários tipos de materiais e peças que não têm mais uso no grupamento e formam amontoados, objetos como tonel, galão de combustível, peças de máquinas, roupas, para manuseio de produtos perigosos.



Áreas externas da sala da ferramentaria e do espaço onde são depositados peças e material sem uso

No espaço sob o alpendre onde funciona a ferramentaria, há uma sala que dá acesso ao almoxarifado de equipamentos e também serve para armazenar diversos tipos de máquinas utilizadas pelos bombeiros em suas atividades de salvamento. Nessa primeira sala, é possível ver materiais, como motosserras e uma prateleira com diversos tipos de solventes e galões de combustíveis, que servem para o abastecimento das máquinas utilizadas.



Local com motosserra utilizada no resgate, solventes e combustível

A sala do almoxarifado é organizada com diversas prateleiras de ferro que guardam diversos tipos de materiais. No centro da sala, há três fileiras de prateleiras de ferro onde os materiais estão organizados por categorias, de acordo com as especialidades. Assim, há prateleiras somente com capacetes, motosserras, lanternas, cilindros de oxigênio, entre outros. Há também outras prateleiras fixadas nas paredes ao redor e que comportam outros materiais guardados em caixas.



Equipamento operacional organizado no almoxarifado

A estrutura do prédio do GBSAT é dividida em dois blocos separados. Um dos blocos concentra as salas do setor administrativo, e o outro é ocupado pelo rancho, refeitórios, alojamentos, central telefônica e cassino. O acesso às salas do setor administrativo é feito por uma porta de vidro. Na área da fachada, num canteiro da calçada, é possível ver a escultura de um escorpião, que é o símbolo do GBSAT. Os bombeiros da unidade explicaram que o escorpião

é o símbolo escolhido, por se tratar de um animal que habita as brechas de estruturas de concreto, o que remete às ações dos bombeiros que atuam em operações de busca e salvamento. Na pedra sobre a qual o escorpião está, existe um triângulo laranja, que é o símbolo internacional da defesa civil.



Prédio dá acesso ao setor administrativo com escultura de escorpião, símbolo do GBSAT

Modo geral, as salas do setor administrativo se tornam pequenas para o volume de funções que acumulam e móveis que ocupam os espaços. A sala de operações, por exemplo, funciona na mesma sala que o subcomando, sendo separada apenas por uma abertura na parede. Na área destinada à sala de operações, há três mesas, duas em formato “L”, que ocupam quase todo o espaço disponível, sendo que apenas uma das mesas, a menor, é utilizada. Outra serve como apoio para uma máquina fotocopadora. Além disso, há também um armário que serve como arquivo. Na sala da divisão de operações, é elaborado o planejamento do emprego de guarnições (viaturas) e distribuição do efetivo nas ocorrências.

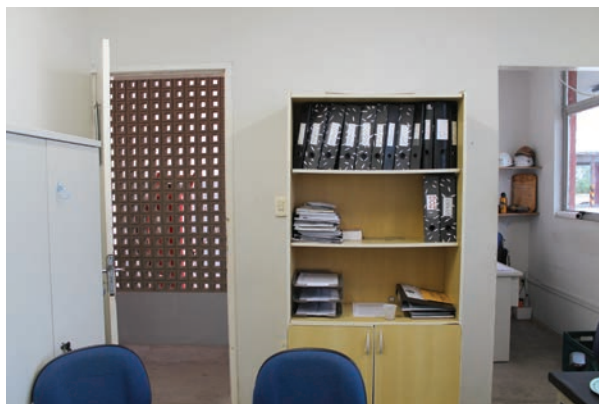


Divisão de operações do grupamento de busca e salvamento



Bombeira trabalha numa das mesas da sala de operações

A porta que dá acesso à sala do subcomando fica ao lado de um dos armários da sala de operações. Trata-se de um espaço pequeno e apertado, com um considerável número de objetos. No local, há uma mesa de escritório, uma estante de metal vazado e duas prateleiras na parede. Há uma gama de objetos espalhados sobre estes móveis, como cafeteira, impressora, caixa de biscoitos, além de livros e objetos de decoração que remetem ao Corpo de Bombeiros, como capacetes e extintor de incêndio, que serve de apoio para um telefone.



Sala de operações dá acesso à sala do subcomando



Subcomando do Grupamento de Busca, Salvamento e Ações Táticas

No GBSAT, há também uma sala que funciona como comando e seção de transportes da unidade de bombeiros instalada no arquipélago de Fernando de Noronha. A sala possui espaço, mas como acumula mais de um setor, possui diversas mesas e armários, com arquivos da unidade subordinada ao GBSAT. A sala possui cinco mesas no total, mas somente duas possuem computador pertencente ao GBSAT. Uma das mesas está com um notebook pessoal de um dos bombeiros em serviço. Verificou-se também que os dois aparelhos de ar-condicionado aparentavam ter bastante tempo de uso e já não funcionavam corretamente.



Sala do comando e da seção de transportes do GBSAT



Sala de comando e da seção de transportes do GBSAT



Sala do comando e seção de transportes do GBSAT

No outro bloco do prédio do GBSAT, há um corredor com diversas salas, onde funcionam o rancho, os refeitórios, a maioria dos alojamentos, além da sala do oficial de operações, a central telefônica e o cassino. Este corredor possui uma grade que permanece aberta durante todo o dia e por onde os bombeiros circulam livremente. Nas paredes do corredor, podem-se ver algumas placas de datas comemorativas e de homenagens da corporação. No centro, está uma mesa de jogo de pebolim.



Corredor dá acesso ao rancho e a outros cômodos do GBSAT

O ambiente do rancho é espaçoso e apresenta boas condições de higiene e organização. Na área central, existem um fogão industrial e um balcão de apoio. Na parede em frente ao fogão, há um balcão extenso com uma pia e compartimentos na parte inferior, onde são guardadas as panelas e outros utensílios de cozinha. O bombeiro responsável pelo preparo das refeições e manutenção do rancho (rancheiro) trabalha com o uso de um avental sobre a farda e um gorro apropriados.



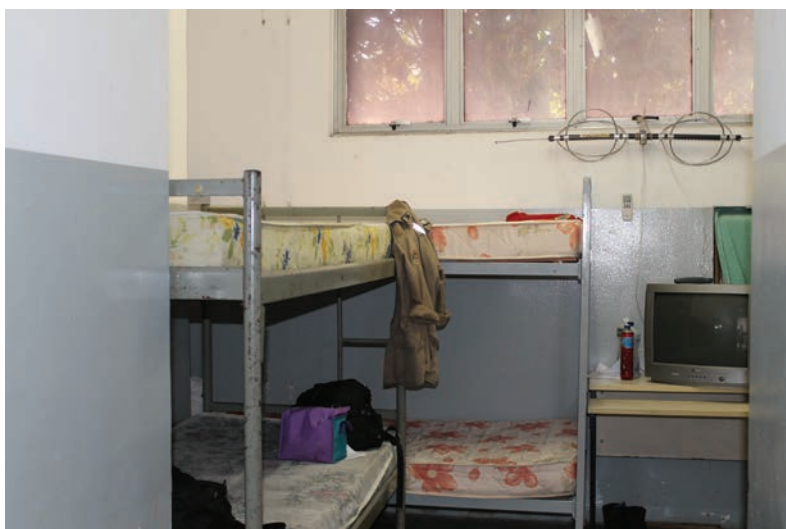
Cozinha da unidade de busca, salvamento e ações táticas

No GBSAT, os refeitórios são divididos de acordo com as patentes dos militares. Trata-se de três refeitórios destinados às patentes de cabos e sargentos, tenentes e oficiais. Embora haja essa separação, todos possuem praticamente a mesma estrutura de mesas, com tampo de granito e cadeiras, estufa térmica e mesa de apoio, com utensílios, como pratos e talheres.



Refeitório dos oficiais no GBSAT

Dentre os espaços que funcionam nesse bloco do prédio do GBSAT, os alojamentos são um dos que apresentam situação mais crítica com relação à estrutura. Na unidade, existem um alojamento feminino (para todas as patentes) e três alojamentos masculinos divididos entre as patentes de oficiais (localizados no outro bloco), subtenentes e sargentos e cabos e soldados. Um dos principais problemas relatados pelos bombeiros sobre os alojamentos diz respeito ao pouco espaço, problemas com vazamentos e infiltrações, além da falta de estrutura dos banheiros. Segundo o relato de bombeiras que prestam serviço no GBSAT, o alojamento feminino possui um ar-condicionado com vazamentos, o que faz escorrer água pelo chão. Por isso, as militares cobrem o aparelho com uma toalha na tentativa de conter o vazamento. O alojamento feminino possui pouco espaço e comporta dois beliches, uma mesa com uma TV e um armário.



Alojamento feminino do GBSAT



Aspecto do alojamento

Dos alojamentos destinados ao efetivo masculino, o de cabos e soldados é o que mais apresenta condições críticas de funcionamento. O primeiro aspecto a ser destacado é o fato de o efetivo pertencente a estas patentes ser geralmente o mais numeroso nos grupamentos, o que requereria um espaço maior. No entanto, o que se viu foi um espaço pequeno repleto de beliches e com diversos pontos, podendo-se ver instalações elétricas precárias, como a que foi confeccionada para ligar um aparelho de ar-condicionado.



Beliches no alojamento de cabos e soldados do GBSAT



Instalação elétrica improvisada oferece risco

O alojamento de cabos e soldados é o único que possui um espaço para vestiário. Esse vestiário segue o modelo de outros grupamentos, ou seja, duas fileiras de armários que formam um corredor com algumas cadeiras no centro para facilitar a troca de roupa dos bombeiros. Nesse alojamento do GBSAT, existem três armários de madeira e um de ferro. Durante a visita ao local, foi possível perceber que num dos cantos da parede havia dois colchões suspensos na forma vertical, que serviam para “cobrir” um ponto de infiltração em que a parede estava com um “buraco,” deixando exposta uma instalação elétrica com conduíte na cor vermelha. Esta parede, de tão úmida, já apresenta lodo.



Vestiário no alojamento de cabos e soldados



Colchões encostados na parede com buraco que expõe rede elétrica

O espaço do vestiário do alojamento de cabos e soldados possui uma porta que dá acesso ao banheiro, destinado aos bombeiros que formam esse efetivo. O banheiro é dividido entre a área da pia, dos mictórios (um deles, interditado), das cabines, com vaso sanitário, e dos boxes, com chuveiro. Ao entrar no banheiro, foi possível perceber que se trata de um ambiente bastante úmido, e como foi possível confirmar, após a escuta do relato de alguns bombeiros do grupamento, torna o local fétido, devido à presença do mofo e por ser abafado. Também a organização, com lixeiros sempre cheios e papel higiênico no chão, que dão conta dos problemas da falta de higiene.



Aspectos do banheiro do alojamento de cabos e soldados do GBSAT



Banheiro tem box com infiltração, mofo e lixeira, transbordando de papel higiênico

As últimas duas salas que compõem o corredor deste segundo bloco do prédio do GBSAT são a sala do oficial de operações e a central telefônica. Estas duas salas parecem ter sido recém-instaladas nesses espaços em meio à reforma que estava sendo realizada na unidade, pois ainda estão passando por acabamento. Modo geral, o ambiente aparenta que está funcionando de forma improvisada. A sala do oficial de operações corresponde a uma função semelhante à que é executada pela divisão de operações e consiste no local onde fica o bombeiro responsável por gerenciar as operações realizadas no dia, levando em consideração o cenário e dados estatísticos, como número de vítimas e recursos utilizados. Essa sala possui um birô muito antigo, com uma cadeira e prateleiras de ferro, que servem para guardar os relatórios produzidos, além de alguns materiais de limpeza e higiene. A sala possui um aparelho de ar-condicionado.



Sala do oficial de operações do GBSAT

A sala do oficial de operações possui uma passagem que foi feita para se interligar com a sala da central telefônica. A central telefônica é, sem dúvida, a sala que mais apresenta pontos problemáticos, como fiação exposta e falta de conforto para o bombeiro em serviço. A sala possui um balcão de concreto com uma TV e vários aparelhos radiocomunicadores. Ao lado do balcão, há uma mesa pequena com um computador e um armário. O local também possui um beliche que fica disponível ao bombeiro em serviço. Nesta sala, o bombeiro utiliza uma cadeira de madeira que oferece pouco conforto, uma vez que o militar deve passar várias horas do dia sentado, recebendo os chamados.



Bombeiro em serviço na sala da central telefônica

A grande quantidade de fios expostos é com certeza a parte mais problemática, pois expõe os bombeiros ao risco de incêndio. Foi possível verificar essa situação no emaranhado de fios originários das caixas da central de internet e dos radiocomunicadores.

Na sala da central telefônica, esses fios estão emaranhados por toda uma parede e sob o balcão que serve de mesa. Observou-se também que foi feita uma emenda no fio, que liga o ar-condicionado à rede elétrica.



Emaranhado de fiação elétrica e de cabos de internet nas paredes da central telefônica



Cabo do ar-condicionado foi emendado e ligado à rede elétrica

A última sala visitada, o cassino, está localizada no início do corredor de salas deste bloco. No GBSAT, o cassino recebe o nome de Grêmio Bombeiro de Ferro. A sala possui uma porta de vidro fumê. O interior é dividido entre os espaços com sofá e raque com TV, e uma mesa de sinuca. O cassino apresenta boas condições de organização e conforto, com ventilador e ar-condicionado.



Grêmio Bombeiro de Ferro tem mesa de sinuca na sala do cassino

Estrutura tecnológica

Durante a pesquisa, foi possível constatar que a estrutura tecnológica disponível no Grupamento de Bombeiros de Busca, Salvamento e Ações Táticas (GBSAT) é bastante diferenciada, com relação aos demais grupamentos localizados no Recife e região metropolitana. Isto se deve à versatilidade da atividade desempenhada pelos bombeiros dessa especialidade, que envolve o contato com produtos perigosos, resgate de animais silvestres, busca de vítimas sob estruturas colapsadas (desabamento de lajes, por exemplo), salvamento em altura, resgate de vítimas em áreas de rios, resgate de vítimas presas em ferragens, entre outras ações. Para isso, os bombeiros do GBSAT contam com diversos Equipamentos

de Proteção Individual (EPIs) e aparato tecnológico composto de equipamentos operacionais e veículos diferenciados. Sobre esse aspecto, o comandante do GBSAT, tenente-coronel Almir da Rocha Silva, ressalta a importância do uso dos EPIs, por parte dos bombeiros, na hora de executar o seu trabalho, uma vez que, sem proteção, ele mesmo pode se tornar mais uma vítima no decorrer do atendimento à ocorrência. O primeiro fator diferencial é o fardamento dos bombeiros que atuam nessa especialidade: é confeccionado na cor laranja, que é adotada internacionalmente para o serviço de salvamento, por ser mais facilmente visualizada nas operações em terra, na água, em altura ou em áreas de mata.



Trabalho na unidade do GBSAT

Alguns dos EPIs disponíveis para o efetivo da especialidade de busca e salvamento são os tradicionais capacetes, capas de proteção e botas de borracha, utilizados pelos bombeiros que atuam na área de combate a incêndio, que são empregados pelo grupamento, por

exemplo, nas ações de busca de vítimas em ambientes confinados em contato com fogo ou fumaça. Outros equipamentos são os coletes com cilindros de oxigênio, que também podem ser utilizados nas ocorrências de resgate de vítimas em ambientes confinados. O equipamento que mais se diferencia, no entanto, é uma roupa de proteção, que aparenta ser um tipo de borracha impermeável na cor amarela e que é utilizada em ocorrências que requerem a proteção contra produtos perigosos. Durante a visita, essa roupa de proteção era vista pendurada em alguns pontos do grupamento.



Coletes com cilindros de oxigênio



Roupa de proteção contra produtos perigosos

Os equipamentos operacionais que melhor caracterizam a especialidade de busca e salvamento executada pelo GBSAT são os desencarceradores hidráulicos (também chamados de alicates hidráulicos) e as almofadas pneumáticas, porque é o aparato utilizado nas ocorrências mais comumente atendidas pelo grupamento, que são os acidentes automobilísticos e o resgate de vítimas sob estruturas colapsadas. Os desencarceradores são equipamentos que possuem uma bomba hidráulica acionada por um motor de combustão, geralmente operado com gasolina comum, que é ligado a uma mangueira e, esta, por meio do uso da pressão, aciona um alicate capaz de cortar ferragens. O equipamento é muito utilizado em casos de acidentes com automóveis, em que as vítimas ficam presas às ferragens ou, como os bombeiros preferem dizer, esses equipamentos retiram as ferragens das vítimas e não o contrário. Segundo o comandante, tenente-coronel Rocha, os desencarceradores são equipamentos importados e com tecnologia de ponta, que reduzem o tempo de trabalho nesse tipo de operação, que antes era de seis horas, para 30 minutos. No almoxarifado do GBSAT, foi possível verificar a existência de cerca de cinco equipamentos desse tipo.



Desencarceradores hidráulicos e equipamento operacional do GBSAT

As almofadas pneumáticas são equipamentos que servem para afastar estruturas colapsadas, como lajes, por exemplo, a fim de permitir que os bombeiros possam ter acesso à vítima soterrada. As almofadas são basicamente um quadrado inflável, que parece ser feito de borracha, que é ligado por uma mangueira com válvula a um cilindro de gás, que faz com que o material seja inflado. Assim, a pressão do gás no interior da almofada é capaz de afastar estruturas pesadas. Na ocasião da visita, uma das pesquisadoras aceitou participar do teste da força desse equipamento, ficando em pé sobre a almofada, que foi sendo inflada aos poucos pelo bombeiro do setor de almoarifado.



Bombeiro conecta mangueira da almofada ao cilindro de gás

Existem outros equipamentos operacionais utilizados no GBSAT, que também são utilizados por grupamentos de outras especialidades. Isto ocorre porque o trabalho desempenhado pelas

equipes de busca, salvamento e ações táticas não é executado de forma isolada. Assim, é possível que numa mesma ocorrência sejam acionados grupamentos de mais de uma especialidade, ou até mesmo que os bombeiros de uma determinada especialidade, mas que detenham conhecimento de outras áreas, também possam realizar o atendimento complementar. No caso do GBSAT, há a utilização de equipamentos das áreas de atendimento hospitalar, como talas, colares cervicais e pranchas de imobilização utilizados na remoção de vítimas, como também embarcações com motor de popa utilizadas para a realização, por exemplo, para intervenções em áreas inundadas, exceto nas regiões de praia, que fazem parte da cobertura de atendimento do grupamento marítimo.



Almoxarifado com material hospitalar



Motores de popa utilizados nas embarcações do GBSAT

Os veículos utilizados pelo GBSAT também são diversificados. O comandante do grupamento, tenente-coronel Rocha, informou que existe uma frota de 12 viaturas, isto é, veículos terrestres, não incluindo embarcações e botes infláveis. Segundo ele, as viaturas são distribuídas nos demais grupamentos da região metropolitana, de forma a descentralizar o serviço e aperfeiçoar o tempo-resposta nos atendimentos. O GBSAT possui uma garagem de viaturas, com capacidade para dois veículos, no entanto, a maior parte do tempo, as viaturas permanecem estacionadas no pátio da unidade. Trata-se de veículos, como ônibus (para transporte da tropa), viatura de resgate (do tipo ambulância) e viaturas de salvamento, do tipo picape e autobomba. Verificou também a existência de muitas viaturas com o tempo de uso avançado, mas que ainda eram utilizadas, como um modelo Toyota Bandeirante, que foi visto sendo conduzido por bombeiros.



Viaturas estacionadas no pátio do GBSAT



Toyota Bandeirante conduzida por bombeiro do GBSAT

Outras viaturas são específicas da especialidade de atendimento oferecida pelo GBSAT, como a viatura autobomba salvamento. Este tipo de viatura se assemelha bastante com o tipo

de veículo utilizado pela especialidade de combate a incêndio, o Autotanque (AT) e autobomba tanque, mas pode ser ainda mais versátil, por possuir, além da capacidade de armazenamento de água, diversos compartimentos para o transporte de equipamentos. Numa das viaturas autobomba de salvamento, existentes no GBSAT, foi possível verificar vários tipos de equipamentos, como Equipamentos de Proteção Respiratória (EPRs), desencarcerador hidráulico, cordas utilizadas em operações de salvamento em altura e prancha immobilizadora. Alguns destes veículos possuem ainda suporte superior, que permite o transporte de embarcações e escadas, ou até mesmo escada do tipo articulada, de médio alcance.



Viatura autobomba de salvamento utilizada pelos bombeiros do GBSAT

A viatura de salvamento do modelo picape também é utilizada para o transporte de equipamentos para os locais de ocorrência. Segundo informações repassadas pelos bombeiros do grupamento, esse tipo de veículo, do modelo Ford Ranger cabine dupla quatro

por quatro, também é utilizado para o transporte dos militares que compõem o comando operacional, ou seja, os chefes de guarnição encarregados do planejamento e para coordenar as ações no local da ocorrência.



Viatura de salvamento utilizada pelo comando operacional do GBSAT

As embarcações do GBSAT consistem em barcos de alumínio e botes infláveis. Essas embarcações são mantidas sobre reboques para que possam ser conduzidas aos locais das ocorrências. Além disso, existe ainda um reboque especial utilizado para transporte de animais que, no caso, pode ser os cães que auxiliam nas operações de busca realizadas pelo grupamento, ou até mesmo nas operações de captura de espécies da fauna silvestre.



Barco de alumínio e botes infláveis utilizados nas operações de resgate e salvamento



Reboque utilizado no transporte de animais do GBSAT

Funcionamento

O gestor do Grupamento de Busca, Salvamento e Ações Táticas (GBSAT), tenente-coronel Almir da Rocha Silva, tem 25 anos de serviços prestados à corporação e ocupa a função de comandante do GBSAT, desde a criação do grupamento em 2008.

De acordo com o comandante, a sua formação profissional de bombeiro foi desenvolvida na especialidade de salvamento que, antes da criação do GBSAT, era realizada de modo genérico por outros grupamentos. Assim, a implantação de um grupamento de bombeiros nessa especialidade se deu, principalmente, pela necessidade de preparo de pessoal para a execução das atividades de salvamento e pelo uso de equipamentos específicos nas ocorrências. A ação se deveu a uma estratégia operacional de hierarquização das especialidades.



Tenente-coronel Rocha durante entrevista em seu gabinete no GBSAT

O GBSAT funciona como um aglutinador de diversos tipos de ações executadas pelo CBMPE, embora seja genericamente conhecido como salvamento. Esta especialidade de busca, salvamento e ações táticas reúne diversos tipos de salvamento, não somente em área terrestre, mas também em água (exceto em praias, que é feito pelo grupamento marítimo); salvamento em altura; socorro de vítimas em acidentes rodoviários, aeroviário e metroviário; resgate de pessoas soterradas ou confinadas sob estruturas colapsadas (desabamentos de prédios), com uso de equipamentos ou de cães farejadores (K9); resposta em ações com produtos perigosos (o gestor cita o caso do transporte desse tipo de material em Suape); intervenção em ocorrências com incêndio que requerem, além do combate ao fogo, a ação de resgate às vítimas em ambientes confinados; e, ainda, a captura de animais silvestres, que, embora realizada, não é uma atribuição da corporação, e sim, das prefeituras.

Essas ações são executadas pelo GBSAT na Região Metropolitana do Recife (RMR) e no interior de Pernambuco. Por ser uma área de atuação multifacetada, exige-se a preparação dos bombeiros para cada tipo de ação, o que é realizada, conforme o comandante, por meio do treinamento específico e de cursos de especialização, como o de resposta em ambientes confinados, resposta

em deslizamento de barreira, resposta em resgate em valas, entre outros, que ocorrem no próprio campo de treinamento que existe no grupamento. Mesmo se tratando de uma ampla atuação, o tenente-coronel Rocha relata que o carro-chefe dos atendimentos do GBSAT são os acidentes com veículos automotivos, que chegam a totalizar uma média de 25 a 30 atendimentos diariamente.

Sobre a estrutura física, tecnológica e de pessoal para a realização das atividades, o gestor se diz satisfeito com o aparato de que dispõe, embora esteja instalado em prédio construído há 15 anos, que passou por adaptações em decorrência da instalação do grupamento especializado e da entrada de mulheres no efetivo da corporação.

O efetivo do GBSAT é formado por 120 bombeiros na unidade de Abreu e Lima e mais 40 bombeiros na seção que funciona no arquipélago de Fernando de Noronha. O comandante disserta a respeito de algumas dificuldades vivenciadas na rotina da unidade:

Esse prédio, ele era destinado a um efetivo um pouco menor e a gente tá promovendo as adaptações estruturais necessárias pra isso daí. Além disso, e mais recentemente, a gente teve a chegada do bombeiro feminino. Então, a estrutura obviamente precisou receber esse tipo de adaptação. Mas, o prédio é o nosso menor problema. Na verdade, a gente tem uma vantagem muito grande em ocupar espaço aqui na cidade de Abreu e Lima, porque o prédio, ele tem todas as condições que o trabalho da gente exige. [...] Então, o enriquecimento que o nosso Centro de Treinamento Operacional trouxe pra o serviço, de certa forma compensou a necessidade de uma adaptação e de uma recuperação que a gente ainda está promovendo estruturalmente. Mas, com o efetivo de 120 bombeiros, que não há necessidade de ser muito maior que isso, porque, como se trata de um serviço especializado, a resposta é feita por um grupo pequeno, mas que tem grande capacidade.

Por outro lado, o tenente-coronel Rocha afirma que “a parte de veículo é a parte mais crítica:” são 12 viaturas utilizadas de forma descentralizada em toda a RMR. Além disso, o comandante

conta que os equipamentos de uso específico e de proteção individual na sua especialidade custam caro. Para ele, deveria haver mais atenção da gestão estadual na atualização e na aquisição de novos equipamentos:

Nosso equipamento, nosso primeiro equipamento, é a nossa roupa. Então, a gente não põe outra roupa por cima, a não ser acessórios. Capacete, máscara, óculos, luvas. [...] Então, a equipe hoje tem um aporte tecnológico e de equipamento muito melhor e diferente, portanto, de vinte anos atrás. Mas, acompanhando um desenvolvimento que aconteceu de maneira geral. Em todo o país. [...] Um equipamento desencarcerador, de cortar carro, por exemplo, uma atividade que a gente executava com quatro, às vezes seis horas de tempo de execução, com um equipamento desse tipo, que são todos importados, são todos de fora do país, esse serviço, ele reduz pra trinta minutos, uma hora. [...] A parte de veículo é a parte mais crítica. Porque uma das características mais importantes do bombeiro é que é um serviço embarcado. O bombeiro, ele só é bombeiro por causa dos equipamentos que ele utiliza, que ele carrega. E, portanto, o carro também tem que ser o primeiro equipamento da gente. [...] Essa frota [do GBSAT], ela tá num número suficiente por enquanto, porém, requerendo uma atualização. Então, é um processo que demora, que não é um carro comum.

A questão do equipamento de trabalho está entre as grandes dificuldades enfrentadas cotidianamente no GBSAT, que costuma recorrer ao auxílio de outras unidades na cessão de aparato tecnológico necessário para enfrentar a grande magnitude de determinadas ocorrências, além do problema do trânsito na RMR, que agrava o problema do tempo-resposta. Segundo o tenente-coronel Rocha, tais dificuldades enfrentadas pelos bombeiros resultam em certa insatisfação da população com o serviço prestado:

No dia a dia, graças a um trabalho histórico, o serviço do bombeiro, ele tem uma aceitação excelente pela população. [...] Eventualmente, você tem um público menos satisfeito, mas ninguém consegue dar uma atenção completa ou

imediatamente a uma emergência que você não tem como planejar. [...] Então, eventualmente você chega numa ocorrência com um aporte, uma equipe operacional, e aquela equipe não é do tamanho da ocorrência. Mas ela tá imediatamente pedindo apoio, tá pedindo recurso, tá pedindo outros equipamentos, que vão levar um tempo pra chegar. [...] Mas existem outras situações em que a gente não tem muito mais como controlar. A situação do deslocamento. Isso aí, sem dúvida, tá sendo um calo pra qualquer instituição de emergência. Então, hoje com o trânsito que você tem com congestionamento manhã tarde e noite. Em todos os lugares. É difícil deslocar. Então, isso aumenta o tempo de resposta e aumenta um pouco essa insatisfação.

A partir da observação das atividades desenvolvidas pelo GBSAT na área de salvamento, principalmente no que diz respeito ao resgate de vítimas de deslizamentos de terra, um tipo de ocorrência bastante comum na RMR durante o período chuvoso, questionou-se qual o tipo de colaboração que o grupamento mantém junto às coordenadorias de defesa civil do Estado de Pernambuco e da cidade do Recife.

De acordo com o tenente-coronel, o trabalho da defesa civil é muito importante nas fases de prevenção e preparação ante o risco de ocorrência de desastres. O Corpo de Bombeiros tem sua participação por meio da intervenção direta, ou seja, nas ações de socorro e resgate das vítimas. Assim, existe um calendário anual elaborado por parte das coordenadorias de defesa civil, com participação do Centro de Resposta a Desastres, que relaciona as festividades importantes do Estado e os eventos realizados no período do verão e do inverno que demanda a participação do CBMPE. Para o comandante, o trabalho dos bombeiros é uma ação continuada e depende do que é planejado pela defesa civil.

Paralelamente, o trabalho desenvolvido pelo Corpo de Bombeiros no âmbito institucional de vinculação à SDS-PE, com posterior participação no Programa Pacto Pela Vida, é visto pelo comandante do GBSAT como continuidade da ação conjunta com as demais forças operativas da secretaria que já ocorria. A novidade foi a institucionalização da integração, em especial por meio do Centro

Integrado de Operações de Defesa Social (Ciods), que concentra profissionais das quatro forças operativas da SDS-PE com o objetivo de promover a ação conjunta integrada com as outras três forças operativas da SDS (Polícia Militar, Polícia Civil e Polícia Científica).

Por outro lado, o gestor alega que, no atual estado da arte do sistema de defesa social em Pernambuco, as polícias têm demandas maiores e, por isso, são mais bem atendidas, o que não significa, garante o militar, que o Corpo de Bombeiros seja “o filho abandonado” desse sistema. De qualquer forma, o comandante aponta para a necessidade de investimentos na estrutura da corporação, tendo como pressuposto a entrada de recursos em Pernambuco, como na construção do Porto de Suape.

O Corpo de Bombeiros é um serviço de grandes necessidades de investimento. Eu falei numa viatura do Corpo de Bombeiros, é uma viatura de alto preço, com equipamentos altamente especializados. A equipe precisa de treinamento, e treinamento continuado, e isto exige investimentos. Isso significa que o Corpo de Bombeiros, ele precisa tá o tempo todo correndo atrás. [...] Além disso, nós tivemos os outros investimentos, que, como são investimentos do Estado, é natural... investimentos com participação ativa do estado, com investimento ou com energia. [...] Então, Suape chegou e a gente teve que ir pra Suape. [...] Há muito ainda por percorrer? Certamente. Então, o bombeiro ainda vai precisar de um aporte de efetivo muito maior pra ficar tranquilo. Nós estamos, com o efetivo que a gente tem hoje, é possível dizer que o bombeiro atende as emergências que existem? Sim. [...] Se você tiver capacidade de resposta, você tem emergência. [...] Como sempre vai precisar de mais carros de bombeiros, mais carro de incêndio, mais equipes de salvamento, mais equipamentos.

ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR

O GRUPOAMENTO DE BOMBEIROS DE ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR (GBAPH)



Fachada do GBAPH (imagem Google Street View-Nov 2013)

O Grupoamento de Bombeiros de Atendimento Pré-Hospitalar (GBAPH) é uma das unidades-sedes localizada na Região Metropolitana do Recife e é considerado o grupoamento de bombeiros que, junto às demais forças operativas da Secretaria de Defesa Social (SDS-PE), participa ativamente do Programa Pacto Pela Vida. Localizado na Avenida Presidente Kennedy, no bairro de Santa Tereza, em Olinda, o GBAPH foi criado em 30 de janeiro de 1995, primeiro com a finalidade de prestar serviços de primeiros socorros e de resgate de vítimas envolvidas em acidentes de trânsito. Ao longo dos 17 anos de existência, o GBAPH já esteve instalado em diversos lugares, entre eles o Quartel do Comando Geral (QCG),

no bairro da Boa Vida, e a Praça do Derby, no bairro do Derby. Antes da sede da Avenida Presidente Kennedy, em Olinda, o grupamento ocupou ainda outro prédio na mesma rua.

De acordo com o comandante do GBAPH, tenente-coronel Gustavo Walter Falcão, foi somente a partir do segundo semestre 2010 que a unidade passou a integrar o programa estadual de segurança pública, o Pacto Pela Vida, com o objetivo de contribuir para o cumprimento da sua meta estruturante, que é a diminuição da taxa de homicídios em 12% em todo o Estado de Pernambuco. Para isto, o GBAPH não concentra seu serviço apenas na unidade-sede de Olinda, mas mantém pontos-base para viaturas Auto-Resgate (AR) em outros grupamentos e unidades descentralizadas de bombeiros, bem como em quartéis da Polícia Militar. Na época da realização da pesquisa, o GBAPH contava com um efetivo de 390 bombeiros e a maior parte das ocorrências atendidas se concentrava na área de resgate a vítimas de acidentes de trânsito.

O Serviço de Atendimento Pré-Hospitalar

Para entender o papel do Corpo de Bombeiros nesta especialidade, é necessário recorrer à história do Serviço de Atendimento Pré-Hospitalar (SvAPH), que, no Brasil, possui características que podem variar de uma cidade para outra, em decorrência do modelo de serviço adotado. Martins e Prado (2003) apontam que sistematização deste serviço no país sofreu influência das duas escolas tradicionais de Atendimento Pré-Hospitalar (APH) surgidas em meados do século passado: o modelo francês implantado por meio do Serviço de Atendimento Médico de Urgência (Samu), e o modelo norte-americano, por meio do Serviço de Emergência Médica (SEM).

Embora o serviço de atendimento a vítimas no local da emergência seja uma prática adotada pelo Corpo de Bombeiros desde o final do século XIX, somente na década de 1980, o serviço passou

a ser realizado por algumas corporações (MARTINS; PRADO, 2003). Durante esse período, a normatização do SvAPH foi bastante discutida entre governos e prefeituras, predominantemente da região Sudeste, por conta da habilitação dos profissionais bombeiros para realizar o Suporte Básico de Vida (SBV) e o Suporte Avançado de Vida (SAV). Este fato gerou a discussão sobre se o Corpo de Bombeiros deveria ou não executar o SvAPH ou se esta seria uma atribuição somente da área de saúde, devido à complexidade de determinadas intervenções.

Até meados da década de 1990, o modelo SvAPH predominante no Brasil foi o norte-americano adotado pelo Corpo de Bombeiros, entretanto, este serviço passou a ser questionado pelos Conselhos Regionais e Federal de Medicina (CRM e CFM) porque, segundo estes órgãos, os bombeiros seriam apenas “socorristas” e não teriam embasamento legal para a atuação. Assim, segundo os conselhos médicos, haveria necessidade de uma regulação médica. Segundo Martins e Prado (2003), porém, esta questão se explica por dois motivos: primeiro, o serviço que seguia o modelo norte-americano foi o mais adotado durante muito tempo, no país, porque era mais barato; depois, a busca de convênios com o Samu francês, primeiro por parte dos gestores estaduais de saúde, e depois, pelas prefeituras.

Para Martins e Prado (2003), esta iniciativa reduziu o caráter multidisciplinar do SvAPH a um tipo de “monopólio” do setor de saúde. De fato, foi o que aconteceu, em 1999, com a normatização do APH em todo o país. Por isso, atualmente, o serviço do Corpo de Bombeiros na área de APH tem de ter supervisão médica direta ou a distância.

Estrutura física

Durante a visita à sede atual do GBAPH, verificou-se que a escolha do prédio e a estrutura de que dispunha não podem ser

classificadas como ideal, uma vez que, após a inclusão do CBMPE no Pacto Pela Vida, o efetivo do grupamento mais que duplicou. O prédio da unidade consiste num imóvel de dois andares e ambientes apertados. Além disso, na época em que a pesquisa foi realizada, estavam acontecendo algumas reformas que causavam um transtorno a mais, além das dificuldades geradas pelas salas, com materiais amontoados, e dos bombeiros, com dificuldade para transitar livremente dentro da unidade. Um incidente que deve ser ressaltado é que, apesar do acordo de cooperação previamente estabelecido entre a Fundação Joaquim Nabuco e o Governo do Estado, o comandante do GBAPH não autorizou a equipe da produção de vídeo para que fizesse imagens de algumas das dependências da unidade, como alojamentos e banheiros.

Na porta de entrada da unidade, no andar térreo, há uma recepção com uma mesa e um sofá, que é um tipo de hall para acesso ao 1º andar. Um bombeiro é encarregado do serviço de receber visitantes. No local, há um quadro com chaves de veículos e das salas do prédio. É possível perceber que se trata de um ambiente apertado e que equipamentos operacionais, como pranchas imobilizadoras, são mantidos atrás de uma porta de vidro.



Recepção do prédio do GBAPH

No 1º andar do prédio, funcionam o comando e o subcomando do GBAPH, o setor técnico-administrativo, a central telefônica e um alojamento masculino. Este espaço do 1º andar parece ter sido uma grande sala que teve de ser dividida em pequenos espaços para acomodar a estrutura do grupamento. É possível perceber este aspecto, uma vez que os espaços das salas são delimitados por divisórias com acesso por um corredor bastante estreito. Na ocasião da visita, chovia bastante em toda a região metropolitana e havia muitas goteiras que passavam pelo forro de PVC (com buracos em algumas partes) e molhavam o piso do corredor. As divisórias possuem grandes janelas de vidro de onde se podem ver as atividades dentro das salas. Como o corredor entre as divisórias é estreito, o tráfego de bombeiros no setor se torna complicado.



Bombeiro entre as divisórias das salas do setor administrativo no 1º andar

Dentre as salas que integram o setor técnico-administrativo, está a seção de coordenação técnica. De acordo com as informações

repassadas pelos bombeiros do grupamento, esta seção é encarregada pelo planejamento e dimensionamento das ações em toda a região metropolitana. Trata-se de uma sala pequena com uma mesa, um computador e um armário. Na parede da sala, existe um mapa que compreende o Recife e os municípios da região metropolitana.



Bombeiro na seção de coordenação técnica do GBAPH

A sala da divisão de pessoal também funciona entre divisórias e é o setor responsável pelo arquivamento das informações de cada bombeiro que compõe o efetivo do GBAPH. Como as demais salas do corredor, o espaço interno é pequeno. A janela possui um tapume improvisado, com uma folha de um material semelhante a papelão. O aparelho de ar-condicionado é compartilhado com o ambiente de outra sala. O local possui um conjunto de três mesas onde, aparentemente, devem trabalhar duas pessoas. Uma das mesas possui um computador muito antigo. Dentre os objetos dispostos sobre as mesas, estão pastas e suportes para papéis. Num

dos lados da sala, há uma fileira de arquivos de metal com etiquetas de organização dos documentos. Ao lado dos arquivos, há um quadro no chão com informações, como o efetivo disponível e os que estão afastados.



Comandante Gustavo Falcão na sala da divisão de pessoal



Arquivos na sala da divisão de pessoal

Numa das salas do corredor, funcionam a divisão administrativa e a tesouraria do grupamento. Trata-se da maior dentre as salas do setor técnico-administrativo. O local possui três mesas em formato “L” e é o que, aparentemente, também possui mais bombeiros em serviço. Numa das paredes da sala, é possível observar um quadro com o orçamento destinado ao GBAPH e o seu emprego, bem como as datas da liberação do investimento e da prestação de contas.



Sala onde funcionam a divisão administrativa e a tesouraria

GBAPH - DIVISÃO ADMINISTRATIVA		TESOURARIA	
VALOR	TIPO	LIBERAÇÃO	PREST. CONTAS
58.322,38	CONSUMO	26.01.12	03.05.12
7.850,00	SERVIÇO	19.09.12	24.10.12
3.000,00	CONSUMO	02.10.12	06.11.12
2.208,16	CONSUMO	02.10.12	06.11.12
2.000,00	CONSUMO	02.10.12	06.11.12

Quadro do orçamento repassado para o GBAPH

Como se trata de uma unidade-sede, o GBAPH possui seções nas unidades descentralizadas, que respondem por essa especialidade de atendimento. Neste caso, o próprio GBAPH forma a 1ª seção de atendimento, e as unidades descentralizadas de bombeiros de resgate e incêndio de Igarassu e São Lourenço da Mata formam, respectivamente, a 2ª e 3ª seções de atendimento. Assim, no GBAPH, há uma sala onde funciona a 1ª seção de atendimento, que é a secretaria responsável pelo gerenciamento da escala de serviço dos bombeiros nesta unidade-sede, mantendo comunicação com as demais seções, de acordo com a disponibilidade de equipamentos e viaturas disponíveis nesta unidade. A sala da 1ª seção de atendimento possui três mesas com dois computadores cada e uma impressora pequena. Com relação à questão de espaço, é uma das salas mais privilegiadas do corredor. A sala possui aparelho de ar-condicionado e diversos quadros com diplomas de cursos realizados pelos bombeiros, além de fotos e de um quadro com a imagem de uma caveira do serviço de operações especiais, mas que, pelo que se sabe, não se trata de um grupamento do Corpo de Bombeiros.



Sala da 1ª seção de atendimento do GBAPH

A última sala do 1º andar a ser visitada foi o centro telefônico que, devido à estrutura do prédio, figura um local bastante estreito, com capacidade para no máximo duas pessoas. Como o prédio possui um formato diferenciado, a sala é triangular, impedindo uma melhor organização do espaço. Assim, foi possível perceber que a estrutura e os móveis se adaptam ao espaço disponível. No fundo da sala e na lateral, há uma estrutura de madeira que serve como uma mesa de apoio e tem uma televisão. O aparelho de ar-condicionado foi instalado numa haste de metal suspensa. Além disso, há objetos que não são usados ou são deixados na sala, vindos de outros setores, como um quadro de avisos que foi colocado no chão. Dois bombeiros cumprem serviço nesta sala. Eles trabalham numa mesa com dois telefones. Sob essa mesa, existem também duas impressoras.



Aspectos da sala da central telefônica do grupamento de atendimento pré-hospitalar

No andar térreo do GBAPH, a falta de espaço fica ainda mais evidente, porque se vê equipamentos e materiais espalhados em vários lugares. No térreo, existem, além da recepção, o cassino, o alojamento dos soldados, o alojamento feminino, o rancho, o refeitório, o almoxarifado de material pré-hospitalar e o almoxarifado de material de expediente. Na ocasião da visita, uma das salas do térreo, que antes era um refeitório, estava passando por reformas, para ser transformada numa despensa de alimentos. Durante

toda a visita, foi possível perceber que o trânsito de bombeiros nas salas era intenso, o que era dificultado pelos corredores estreitos.

O cassino do GBAPH é a dependência que ocupa o maior espaço. Meia parede separa uma área, onde estão alguns sofás, uma televisão e uma mesa de sinuca. O cassino possui dois raques (um está com a TV), um ventilador de parede, um bebedouro e uma janela, que permite a visualização da área externa. No fundo, estão dois dos alojamentos masculinos da unidade dos quais não foi permitida a produção de imagens.



Cassino do grupamento de atendimento pré-hospitalar

O rancho do GBAPH funciona de forma conjugada com o refeitório. Não há separação por patente e todos os bombeiros realizam suas refeições no local. A área do rancho possui paredes revestidas com cerâmica, uma geladeira, uma pia, um balcão de inox e um fogão industrial com coifa. No local, havia diversos botijões de água mineral amontoados no chão e alguns sobre o balcão. Como o abastecimento (despensa de alimentos) estava em reforma, algumas caixas com gêneros eram colocadas sob esse balcão. Já o espaço do refeitório possui três mesas com tampo de

granito, que foram agrupadas para formar uma mesa maior. Há também uma estufa térmica, onde os alimentos são armazenados, uma mesa com utensílios, como pratos e talheres guardados em caixas organizadoras, e um suporte de parede, com uma televisão pequena.



Rancho do GBAPH



Refeitório do GBAPH

No espaço onde iria ser instalado o novo aprovisionamento e que estava em reforma, um bombeiro trabalhava como pedreiro no acabamento de um armário de concreto. Nos outros grupamentos visitados pela pesquisa, também era comum encontrar bombeiros que realizavam o trabalho de pedreiros nas reformas das unidades.



Bombeiro trabalha na reforma da sala de aprovisionamento

Um fato relevante diz respeito às condições do tráfego de bombeiros no dia a dia do grupamento. Durante a visita da equipe de pesquisa, foi possível perceber o trânsito intenso de bombeiros entre as salas, seja para cumprir obrigações administrativas, ou mesmo para responder aos chamados de atendimento nas ocorrências, que eram dificultados pelo pouco espaço para se locomover. No andar térreo, existem corredores muito estreitos que mais lembram labirintos e que são obstruídos por objetos, como bolsas de equipamentos do moto resgate, que são deixados no chão

ou por armários utilizados para guardar os pertences pessoais dos bombeiros.



Corredor de acesso ao térreo dispõe de armários pessoais

Por esses corredores, tem-se acesso às salas do almoxarifado de material pré-hospitalar e do almoxarifado de materiais de expediente. A primeira possui diversas prateleiras de ferro, com algodão, álcool, gaze e diversos outros, utilizados pelo serviço de resgate. Há também uma mesa com pastas de documentos utilizados pelo bombeiro em serviço. Modo geral, o ambiente desse almoxarifado é organizado, apesar do pouco espaço.



Almoxarifado de material pré-hospitalar do GBAPH

Já o almoxarifado de materiais de expediente consiste numa sala de tamanho considerável, mas que se torna bastante apertada, devido ao volume de materiais que acumula. A sala possui teto baixo coberto com PVC e armazena, além dos materiais de expediente, materiais de construção, como vasos sanitários. Além disso, há colchões e inúmeras caixas de papelão empilhadas que se tornam obstáculos ao trabalho dos bombeiros responsáveis pelo setor.



Almoxarifado lotado de materiais de expediente

Na área externa do prédio do GBAPH, há um tipo de pátio com uma parte coberta com telhas de alumínio, onde está a garagem das viaturas. Essa garagem possui vagas para cerca de quatro viaturas, pois outra parte era destinada ao estacionamento das viaturas de motorresgate, que são motocicletas equipadas com material do serviço de atendimento pré-hospitalar.



Garagem de viaturas do GBAPH

Na área dos fundos do grupamento, existe um galpão coberto, que também é utilizado como garagem e oficina para viaturas que precisam de reparos. Sob esse mesmo galpão, funciona uma sala que é utilizada para a realização de instrução periódica, para os bombeiros do GBAPH. A sala é pequena, mas é equipada com carteiras escolares, um armário pequeno e um quadro branco.



Sala de instrução do GBAPH

Na área dos fundos também existe um espaço onde é feita a limpeza das macas, colchões, e pranchas imobilizadoras são higienizadas. Segundo o comandante, tenente-coronel Falcão, todos os dias um bombeiro é escolhido para esta função. O local é revestido com cerâmica e lembra o box de um banheiro. A limpeza dos equipamentos é feita com uma ducha manual, escova e sabão. Durante a visita, verificou-se que um bombeiro que realizava este serviço estava usando botas de borracha, luvas e máscara. Após a limpeza com água e sabão, o bombeiro ainda faz a última higienização com álcool. Parte do espaço do galpão estava passando por reformas para a ampliação de um dos alojamentos da unidade. Assim, no local havia bastante poeira e materiais de construção bem próximos à área de limpeza das macas.



Espaço utilizado para a limpeza das macas do serviço de resgate

Estrutura tecnológica

A estrutura tecnológica de que o GBAPH dispõe é diferenciada pela especialidade do serviço que oferece, mas, também, pelo aparato necessário ao bombeiro, para o exercício da atividade do atendimento pré-hospitalar. O material utilizado pelos bombeiros consiste em óculos, capacetes e luvas de proteção, pranchas imobilizadoras, entre outros. Estes materiais são transportados não somente nas viaturas do tipo ambulância, mas, principalmente, em bolsas que são carregadas pelos bombeiros no serviço de motorresgate. Este serviço foi criado com o objetivo de aperfeiçoar o tempo-resposta dos atendimentos a vítimas de trauma em via pública, como acidentes de moto ou de carro, também em decorrência da lentidão do trânsito no Recife e região metropolitana. Assim, cada moto é equipada com uma bolsa com espaço para carregar materiais, como cilindros de oxigênio, colares cervicais,

algodão, luvas, álcool, kit parto, seringas descartáveis, ou seja, uma série de produtos necessários ao serviço de primeiros socorros que antecede a chegada da ambulância, com a equipe completa de bombeiros, que devem remover a vítima do local da ocorrência para um hospital.



Material de atendimento pré-hospitalar levado em motorresgate



Bombeiro realiza checagem do equipamento na bolsa do motorresgate

Além do uso de materiais essenciais para a realização do serviço de atendimento pré-hospitalar, os próprios bombeiros que atuam na área do motorresgate se destacam pelo uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) para a condução das motocicletas. Assim, todos os bombeiros utilizam, além da farda padrão, capacetes, óculos, cotoveleiras, joelheiras, luvas e botas. A moto é equipada com extintor de incêndio e bagageiro. À época da realização da pesquisa, o comandante do GBAPH, tenente-coronel Falcão, informou que o serviço de motorresgate contava com seis veículos, sendo que foram observadas mais motos estacionadas na garagem do grupamento, embora não fosse possível verificar se todas eram utilizadas neste serviço.



O serviço de motorresgate é parte do atendimento pré-hospitalar

Outras viaturas utilizadas no serviço de atendimento pré-hospitalar são as ambulâncias do tipo furgão. Segundo o comandante do GBAPH, há 15 viaturas desse tipo na unidade. Durante a visita,

verificou-se que cerca de três viaturas permaneciam estacionadas na garagem à espera de algum chamado, enquanto outras passavam por manutenção nos fundos do prédio. Um fato observado durante a visita foi justamente a assiduidade na manutenção dessas viaturas. Segundo os bombeiros ouvidos durante a visita, isto ocorre porque, devido ao número limitado de viaturas, os veículos são utilizados à exaustão e, por isso, quebram com muita frequência. Estes reparos são realizados diariamente pelos próprios bombeiros do GBAPH. Durante a visita ao grupamento, foi possível verificar um número considerável de viaturas, cerca de cinco delas, que estavam fora de serviço, por necessidade de manutenção.



Ambulância do tipo furgão sai para atender uma ocorrência



Bombeiros realizam manutenção em viaturas no galpão do GBAPH

Além das ambulâncias, o GBAPH tem à sua disposição duas viaturas do tipo picape cabine dupla, semelhantes às que são utilizadas pelo Grupamento de Bombeiros de Busca, Salvamento e Ações Táticas (GBSAT), para a locomoção do comando operacional e o transporte de equipamentos. A viatura pertencente ao GBAPH tem a função de transportar o comando operacional, além de equipamentos, como pranchas imobilizadoras e os desencarceradores hidráulicos utilizados para a retirada de vítimas que ficam presas nas ferragens em acidentes com automóveis.



Viatura de salvamento utilizada pelo GBAPH

Uma situação preocupante diz respeito ao uso de outro tipo de viatura, no caso, uma ambulância com UTI móvel, que estava sendo subutilizada pela falta de recursos para a contratação de uma equipe médica especializada. Esta ambulância, que tem a cor verde-limão, para diferenciá-la das demais, permanece estacionada na garagem durante toda a semana, pois é utilizada somente nas segundas e quartas-feiras à noite, quando uma equipe de médicos é cedida pela Secretaria de Saúde do Estado para prestar plantão na unidade. Isto porque os bombeiros são autorizados a realizar apenas o Suporte de Vida Básico (SVB) e, sem equipe médica própria que realize o Serviço de Vida Avançado (SVA), que inclui procedimentos, como punção venosa, administração de drogas e drenagem torácica, o atendimento se torna deficitário.



Ambulância equipada com UTI móvel

Outra questão relacionada ao uso de viaturas é o fato de o GBAPH utilizar uma ambulância, chamada de “papa-macas,” que não é mais empregada no serviço operacional, para o trabalho de coleta das macas do grupamento que ficam retidas nos hospitais do Recife e região metropolitana. Segundo o comandante do GBAPH, isto acontece porque quando os bombeiros realizam o transporte de vítimas, geralmente os funcionários das unidades de saúde retêm as macas que passam a ser utilizadas, improvisadamente, como leitos. Durante a visita, o tenente-coronel Falcão explicou que mesmo havendo um tipo de etiqueta de metal parafusada com a identificação do Corpo de Bombeiros, estes materiais são descaracterizados dentro dos hospitais, inclusive com a retirada das capas dos colchões. Com a recorrente diminuição no número de macas, os bombeiros têm de recorrer ao uso da viatura “papa-macas,” para buscar esses equipamentos nos hospitais. A viatura utilizada para este fim é muito antiga, embora ainda existam modelos que

atuam no serviço de resgate em outros grupamentos de bombeiros da região metropolitana.



Viatura "papa-macas" do GBAPH

Um detalhe com relação às macas utilizadas pelo GBPAH é que elas ficam amontoadas no galpão dos fundos da unidade, em meio às viaturas que estão em manutenção.



Viaturas do GBAPH paradas no grupamento: no detalhe, etiqueta identificadora

Funcionamento

O gestor responsável pelo Grupamento de Bombeiros de Atendimento Pré-Hospitalar (GBAPH) é o tenente-coronel Gustavo Walter Falcão, que ingressou no Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco (CBMPE), em 1991. Desde 2010, é comandante do GBAPH. Possui graduação em Educação Física e Odontologia; é pós-graduado em gestão operacional nas organizações, e especialista em saúde pública.

O tenente-coronel Falcão conta que a missão do GBAPH é oferecer serviços de atendimento pré-hospitalar a vítimas de trauma em via pública, incluindo, com a inserção do CBMPE no Programa Pacto Pela Vida, as vítimas de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLIs). De acordo com o comandante, a unidade atende na Região Metropolitana do Recife (RMR) a uma média de 60 a 70 ocorrências diariamente, por meio de ambulância e motorresgate.



Tenente-coronel Falcão, comandante do GBAPH

A formação necessária para o bombeiro de Atendimento Pré-Hospitalar (APH) demanda uma instrução diferenciada porque, além de possuir especialização em APH, participa de um programa de atualização contínua. Após concluir a formação básica no Centro de Ensino Metropolitano II (CEMET II), os bombeiros que irão servir na unidade recebem instrução especializada para o atendimento a vítimas de acidentes de trânsito e de crimes violentos. Quando já estão prestando serviço na unidade, periodicamente, cerca de 20 bombeiros recebem instruções para atualização, por meio de um curso de operações em atendimento pré-hospitalar, oferecido na própria unidade.

O tenente-coronel explica que, embora não sejam profissionais de saúde, os bombeiros de APH têm formação totalmente voltada para essa área. Por isso, as instituições que mais se relacionam com o GBAPH são justamente as Unidades de Pronto-Atendimento (UPAs) e os grandes hospitais da RMR, que recebem as vítimas atendidas pelo grupamento.

Sobre a atuação concomitante do GBAPH e do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) no socorro às vítimas de trauma em via pública, o comandante disse não enxergar nenhum tipo de concorrência, mas sim complementaridade, uma vez que os bombeiros intervêm como força de apoio autorizado a prestar apenas o Suporte de Vida Básico (SVB), enquanto o Samu realiza outros procedimentos mais avançados. Assim, de acordo com o comandante, a integração entre estes dois serviços acontece em situações, quando, por exemplo, ocorre um acidente massivo com múltiplas vítimas e que requer a integração entre as equipes do Samu e dos bombeiros, como medida para socorrer a totalidade das pessoas envolvidas.

O GBAPH dispõe de 15 viaturas de resgate, duas de suporte às vítimas que pertenciam ao autocomando operacional (do tipo picape), e seis motocicletas do serviço de motorresgate. Um fato interessante destacado pelo comandante é o aumento do número

do efetivo do grupamento de 150 para quase 400 bombeiros e o aumento no número de veículos, de 8 para 26 viaturas distribuídas nas unidades que atuam na especialidade de APH. De acordo com o entrevistado, essa melhora se deve à integração do CBMPE na Secretaria de Defesa Social (SDS-PE) e no Programa Pacto Pela Vida.

Com relação ao planejamento do serviço de atendimento pré-hospitalar na RMR, o tenente-coronel Falcão explica que a primeira ação é a identificação de pontos estratégicos, chamados de “pontos quentes,” para o lançamento das viaturas. Isto porque, segundo ele, não adianta que todas as viaturas estejam concentradas apenas na unidade-sede do GBAPH, mas sim, de forma descentralizada. Por isso, atualmente existem 15 pontos diferentes na RMR onde as viaturas são lançadas, com o objetivo de reduzir o tempo-resposta das ocorrências.

Sobre a atuação dos bombeiros especificamente no atendimento às vítimas de CVLI, questionou-se se havia alguma diferença entre esse tipo de cenário e o que envolve vítimas de acidentes de trânsito. Para o tenente-coronel Falcão, as vítimas de crime possuem um potencial de gravidade maior, porque perfurações geradas por arma de fogo tendem a produzir danos internos mais profundos, implicando algumas limitações por parte da equipe de socorro. Há casos bem-sucedidos, mas em outros há limitação no atendimento pela falta de um Suporte de Vida Avançado (SVA), que poderia ser obtido com o incremento dos médicos e enfermeiros na guarnição. O comandante relata a dificuldade em não possuir o SVA e depender de apenas uma equipe médica, cedida pela Secretaria Estadual de Saúde, por somente dois dias na semana e que, mesmo assim, só atua na ambulância equipada com UTI móvel existente na unidade:

Em muitos casos, a gente consegue fazer um diferencial grande. Mas em outros casos a gente tem limitação e é por isso que a gente precisa tanto desse suporte avançado de

vida [...], exatamente uma equipe integrada de médicos e enfermeiros onde eles podem fazer procedimentos que o suporte básico de vida, os nossos socorristas, não podem fazer. Uma punção venosa, administração de drogas, uma drenagem torácica... São coisas que fazem a diferença entre viver e morrer. Hoje ele [o SVA] existe, mas de uma forma enfraquecida. Afinal de contas, eu só tenho médico aqui nos plantões na segunda e quarta à noite. É um médico da Secretaria Estadual de Saúde, que possui um vínculo aqui no Corpo de Bombeiros.

Questionado a respeito das outras dificuldades enfrentadas cotidianamente nas ações do GBAPH, o comandante da unidade destaca a questão da mobilidade urbana. Ele explica que o grupo tem um planejamento que abrange toda a RMR e a meta é oferecer à população um serviço com tempo-resposta de cinco minutos. Contudo, devido à deficiente mobilidade na RMR, as equipes de resgate não conseguem atingir a meta. Diante disto, o tenente-coronel ressalta a importância que outros setores da gestão pública ajam para minimizar o problema. O comandante ainda espera por parte do comando do CBMPE mais reforço, para aumentar o efetivo e adquirir mais equipamento, para que se possa atingir a meta principal do tempo-resposta em cinco minutos.

Diante disso, perguntou-se sobre que outras melhorias poderiam ser feitas no GBAPH com relação à estrutura física, tecnológica e equipamentos. O tenente-coronel Falcão reafirma a necessidade de ampliação da quantidade de postos estrategicamente distribuídos nos corredores, a fim de permitir uma mobilidade maior. Outro ponto é a necessidade de fortalecer o serviço de moto-resgate, que vem trazendo ganhos para a questão da mobilidade. Neste sentido, ele ressalta pontos positivos, como o programa de atualização continuada, que tem contribuído para uma melhor capacitação técnica dos profissionais do GBAPH.

Por outro lado, ele reforça a carência de profissionais da área de saúde para o serviço SVA que contribuiriam para um atendimento diferenciado em ocorrências que necessitam intervenção

profunda. Sobre o fato de a estrutura atual ser suficiente ou não, o comandante afirma que há sempre a possibilidade de melhorar, mas que tem conseguido extrair o máximo em termos de utilização do efetivo e dos recursos oferecidos. No entanto, ele confessa que ferramentas de tecnologia da informação sempre serão bem-vindas, bem como um aperfeiçoamento no serviço de manutenção preventiva e corretiva das viaturas da unidade.

Ainda sobre a atuação do GBAPH no âmbito do Pacto Pela Vida, o tenente-coronel Falcão enfatiza os benefícios que o grupo recebeu após a inclusão no programa, como a ampliação do efetivo e o incremento de equipamentos e viaturas. Embora o número de atendimentos a vítimas de CVLI represente uma porcentagem insignificante em comparação com o número elevado de outros tipos de ocorrência, como acidentes com motocicletas, ele avalia que o trabalho específico para o programa deve ser também priorizado:

Então, o grande mote do aporte de efetivo, equipamentos e viaturas, foi o atendimento a vítimas de crimes violentos, mas nós não atendemos apenas vítimas de crime violento. Essas vítimas de crime violento, elas hoje importam em apenas 4% da quantidade diária de ocorrências que eu atendo. Então, a coisa foi construída com um objetivo e esse objetivo vem sendo atingido. Só que existe um outro objetivo, a vocação natural dos corpos de bombeiros no atendimento à vítima de trauma em via pública. [...] Juntando com os acidentes motociclísticos, eu acredito que hoje eles importam uma faixa de 60 a 70% das ocorrências que nós atendemos. É aproximadamente isso. Então, esse é um número que não pode ser desprezado.

A UNIDADE DESCENTRALIZADA DE BOMBEIROS DE SÃO LOURENÇO DA MATA



Fachada da unidade descentralizada de bombeiros de São Lourenço de Mata

A unidade descentralizada de bombeiros de resgate e incêndio de São Lourenço da Mata está localizada na Avenida Dr. Pedro Correia, nº 499, Centro, em São Lourenço da Mata. Nesta unidade, funciona a 3ª seção do Grupamento de Bombeiros de Atendimento Pré-Hospitalar (GBAPH), unidade-sede localizada em Olinda, e possui ainda um posto avançado de incêndio do 2º Grupamento de Incêndio (2º GI) no bairro de Prazeres. Segundo o gestor da unidade, a área de cobertura de atendimento compreende todo o município de São Lourenço da Mata, Camaragibe e toda a BR-232, até as imediações da cidade de Moreno. O efetivo da unidade de São Lourenço da Mata é formado por 67 bombeiros, sendo que 20 deles pertencem ao efetivo do 2º GI. De acordo com o comandante da unidade, capitão Eduardo Araripe

Pacheco de Souza, as principais ocorrências atendidas são, além das ocorrências de combate a incêndio, os acidentes com motociclistas, atropelamentos, colisão de veículos e pessoas vítimas de mal súbito por mal crônico, cardiopatia, entre outras causas.

Estrutura física

A unidade descentralizada de bombeiros de São Lourenço da Mata foi instalada num prédio construído na década de 1980, onde funcionou um posto da Polícia Militar. Não foi informado há quanto tempo a unidade de bombeiros estava sediada no local, mas foi possível verificar que a necessidade de adaptação na estrutura requereria uma reforma geral, que já estava sendo realizada na época da realização da pesquisa. Apesar disso, as condições gerais do ambiente e algumas falhas na estrutura operacional e tecnológica serviram para denunciar como os grupamentos mais distantes do Comando Geral geralmente são os que mais sofrem de certas carências.

A unidade de São Lourenço da Mata é uma das menores do Corpo de Bombeiros na região metropolitana. Logo na entrada de veículos da unidade, é possível perceber alguns aspectos marcantes, como o descuido com a estrutura, pelo fato de haver muito mato crescendo em vários pontos. A unidade possui uma garagem de viaturas para cinco veículos em que, por detrás, tem um campo aberto, que serve para o lazer dos bombeiros nos dias em que estão fora de serviço.



Entrada de veículos e garagem de viaturas da unidade de São Lourenço

A área do campo é a única que tem grama baixa e aparada, que serve para a prática de esportes. Ao redor, foi possível verificar a existência de uma plataforma de concreto que era utilizada para treinamentos, mas que parecia ter sido desativada. Como a unidade se encontra mais afastada do Comando Geral e pelo fato de alguns bombeiros residirem próximos ao local, há uma convivência mais próxima entre o efetivo. Alguns bombeiros chegaram a relatar que nos dias de folga preparam churrasco sob um alpendre que existe nos campos dos fundos da unidade, e compartilham com os colegas que estão em serviço.



Área externa da unidade de São Lourenço da Mata com área de lazer e plataforma de treinamento

O prédio onde funciona esta unidade de bombeiros possui apenas andar térreo. Verificou-se a existência de várias salas adaptadas, como as destinadas ao almoxarifado e à sala do comando, que, pelo que foi possível observar, agrega também todo o setor administrativo do grupamento. Uma das primeiras salas visitadas foi a da antiga casa de força, que, naquela ocasião, funcionava como um depósito improvisado para diversos tipos de materiais, como botijões, botas de proteção, extintores de incêndio, mangueiras de tecido, entre outros.



Depósito na antiga casa de força

Outra sala que funciona como depósito e almoxarifado é o chamado almoxarifado-satélite, que serve ao mesmo tempo para o armazenamento de materiais da especialidade de atendimento pré-hospitalar vindos do GBAPH e outros materiais de expediente, como produtos de limpeza. Esta sala é pequena e tem paredes revestidas com azulejos. No interior, existe um armário com prateleiras que guardam materiais do serviço de atendimento pré-hospitalar, como soro fisiológico e algodão. Próximos a esta prateleira, é possível verificar produtos de limpeza, como pás para recolher lixo, além de botijões de água mineral.



Almoxarifado com botijões de água mineral e estante com material pré-hospitalar e produtos de limpeza

O rancho da unidade de bombeiros de São Lourenço da Mata funciona no mesmo espaço que o refeitório. O rancho possui um balcão com pia, um fogão industrial com coifa, uma geladeira, além de outros eletrodomésticos, como micro-ondas. O espaço entre o rancho e o refeitório é dividido por uma divisória, que funciona também como estrutura para uma estufa térmica onde são armazenados os alimentos nos horários das refeições. O espaço do refeitório não possui divisões de paredes e todos os bombeiros do efetivo usufruem do espaço que possuem mesas.



Rancho da unidade de São Lourenço da Mata



Refeitório da unidade de bombeiros de São Lourenço da Mata

A unidade de São Lourenço da Mata possui um total de três alojamentos. Um destinado para o efetivo feminino, sem divisão por patentes, e outros dois para o efetivo masculino das patentes de cabos e soldados e de subtenentes e sargentos. O alojamento feminino possui duas das paredes revestidas com cerâmica. No local, existem dois beliches, um armário embutido, algumas cadeiras e um aparelho de ar-condicionado do tipo *split*.



Alojamento feminino da unidade de São Lourenço da Mata

O alojamento de cabos de soldados possui espaço mais amplo com três beliches enfileirados um ao lado do outro, uma mesa e uma arara de metal, com diversas peças de fardamento penduradas. As paredes do alojamento são revestidas com cerâmica. O local possui uma janela esquadria, que fornece luminosidade. Como a unidade estava passando por reformas de adaptação, o comandante explicou que novos aparelhos de ar-condicionado estavam sendo instalados. Como foi possível verificar, um destes aparelhos foi instalado de forma adaptada sobre uma das portas do alojamento, expondo parte da fiação elétrica.



Alojamento de cabos e soldados da unidade de São Lourenço da Mata



Instalação elétrica do ar-condicionado do alojamento de cabos e soldados

De acordo com informações repassadas pelo bombeiro que recebeu as pesquisadoras, o sargento André, algumas salas, como a do centro telefônico, estavam funcionando de forma improvisada, apenas até o término das reformas no prédio. Na época em que a pesquisa foi realizada, o centro telefônico da unidade bombeiros funcionava num espaço destinado à recepção e local comum onde os bombeiros permaneciam sentados a maior parte do tempo de serviço à espera dos chamados de ocorrência. Os equipamentos do centro telefônico, como os radiocomunicadores, estavam sobre uma mesa do lado de fora da sala reservada para essa função. Além disso, como o efetivo da unidade estava reduzido, segundo os bombeiros, a função de receber os chamados, o de “permanência,” era revezada entre eles em turnos de duas horas.



Recepção onde funciona a central telefônica e onde os bombeiros aguardam os chamados

Próxima à recepção, está a sala onde funcionava provisoriamente o comando da unidade. De acordo com os bombeiros, após a realização da reforma, a sala do comando seria transferida para uma dependência ao lado. Com a reforma em andamento, estavam funcionando numa mesma sala o comando, o subcomando e a sargenteação, palavra que tem origem na expressão “sargento adiante” e que designa o setor encarregado pela elaboração das escalas do efetivo. No local, existiam três mesas. Numa delas, havia um computador e uma impressora multifuncional.



Sala do comando, subcomando e sargenteação

Num dos ambientes em reforma, segundo os bombeiros, iria ser instalada a nova sala do comando da unidade, mas até então apenas algumas paredes havia sido erguidas. No interior da sala, havia uma mesa com um computador, onde dois bombeiros estavam jogando videogame. A sala ainda possuía um aparelho de ar-condicionado, mas que não estava sendo utilizado.



Sala em reforma onde funcionará o novo comando da unidade

O cassino, que nesta unidade é chamado de grêmio, funciona numa sala à parte e, segundo informações dos bombeiros, teve sua estrutura montada com equipamentos eletroeletrônicos adquiridos com uma quantia arrecadada mensalmente entre o efetivo. Segundo alguns praças, a estrutura física, no caso, a sala, é o espaço cedido pelo Estado dentro da unidade, mas os equipamentos têm de ser custeados pelos próprios bombeiros. Eles explicaram, inclusive, que foi necessário comprar todo o material de construção para a realização de uma reforma no espaço que estava em péssimas condições, por conta de infiltrações. A sala tem paredes revestidas com azulejos, dois sofás e um raque com uma televisão LCD, um aparelho de DVD e um ponto para transmissão de TV por assinatura.



Grêmio da unidade de São Lourenço

Estrutura tecnológica

A estrutura tecnológica de que dispunha a unidade de bombeiros de São Lourenço da Mata pode ser compreendida entre os materiais operacionais e Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) das especialidades de incêndio e resgate, como mangueiras, roupas de aproximação, botas, luvas e capacetes, e, também, máscaras de proteção, pranchas imobilizadoras e outros tipos de materiais de atendimento pré-hospitalar. Segundo o comandante da unidade, capitão Araripe, o grupamento também dispunha de três viaturas, sendo duas ambulâncias do serviço de resgate e uma viatura Autotanque (AT) da especialidade de combate a incêndio, e que pertence ao 2º Grupamento de Incêndio (2º GI). Durante todo o período da manhã, em que a equipe de pesquisa esteve na unidade de São Lourenço da Mata, essas duas ambulâncias não foram vistas e apenas a AT estava estacionada na garagem de viaturas. Posteriormente, o comandante da unidade explicou que uma das ambulâncias servia como ponto-base no Centro de Ensino Metropolitano II (Cemet II), no bairro do Curado, em Jaboatão dos Guararapes.



Viatura autotanque da unidade de São Lourenço da Mata

Funcionamento

O comandante da unidade descentralizada de bombeiros de São Lourenço da Mata é o capitão Eduardo Araripe Pacheco de Souza, 35 anos de idade, sendo 14 dedicados ao Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco (CBMPE).

Capitão Araripe possui diversos cursos de especialização, tendo trabalhado também numa unidade de combate a incêndio e nos setores administrativos da corporação. Ele explicou que optou desde o início pela atividade de atendimento pré-hospitalar, por meio do serviço de resgate, estando nesta unidade há cerca de um ano. Além disso, o comandante é graduado em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), com mestrado e doutorado (em curso) em Antropologia nesta mesma instituição.



Capitão Araripe, comandante da unidade de São Lourenço da Mata

A unidade descentralizada de bombeiros de resgate e incêndio de São Lourenço da Mata funciona como 3ª seção do Grupo de Bombeiros de Atendimento Pré-Hospitalar (GBAPH), localizada em Olinda, e como posto avançado do 2º Grupamento

de Incêndio (2º GI), do bairro de Prazeres, no Jaboatão dos Guararapes, há aproximadamente sete anos.

Segundo o capitão Araripe, a unidade possui uma cobertura de atendimento, que abrange, além de São Lourenço da Mata, outras áreas limítrofes, como o município de Camaragibe e toda a rodovia da BR-232, que atinge até a cidade de Moreno. Dentre as ocorrências mais frequentes, o comandante destaca apenas os atendimentos da especialidade de resgate, que são principalmente as colisões de veículos, acidentes com motocicletas, atropelamentos e socorro de vítimas de mal súbito. O número de ocorrências oscila segundo o dia da semana, numa média de 12 atendimentos/dia, o que para ele já é um índice expressivo, levando-se em consideração que cada atendimento (isto é, o socorro e o transporte da vítima ao hospital) leva em torno de duas horas, o que ocupa praticamente toda a jornada de 24 horas de serviço. Nos finais de semana e feriados, esse número pode até dobrar.

Diante desse quadro, percebem-se dificuldades operacionais quanto ao número de efetivo total, de viaturas e de equipamentos, para dar conta de um número tão elevado de ocorrências. O efetivo total que atua em São Lourenço da Mata soma 67 bombeiros, mas, deste total, segundo o comandante, 47 pertencem ao serviço de atendimento pré-hospitalar e outros 20 compõem o efetivo oriundo do 2º GI.

Questionado se esse número era suficiente, o comandante descreve a situação da seguinte forma: “[...] digamos que o efetivo que nós temos hoje atende às nossas necessidades, mas nós esperamos, logicamente, mais contratações, mais aquisições de equipamento.” Isto ocorre porque a unidade possui apenas duas ambulâncias para o serviço de resgate e uma viatura Autotanque (AT) de combate a incêndio, que pertence ao 2º GI. Uma das ambulâncias, inclusive, não fica sediada na unidade de São Lourenço da Mata, mas sim num ponto-base no Centro de Ensino Metropolitano II

(Cemet II) – a unidade de formação de bombeiros no bairro do Curado, no Jaboatão dos Guararapes.

Sobre as viaturas, capitão Araripe afirma que houve melhora considerável na aquisição de veículos, principalmente para a especialidade de atendimento pré-hospitalar, resultante da inclusão do Corpo de Bombeiros no Programa Pacto Pela Vida, mas admite não ser o número suficiente, e aponta para a necessidade de descentralização do serviço:

houve um incremento considerável. Muito grande. Mas, nem por isso eu vou dizer que é um número suficiente, porque quanto mais viaturas nós tivemos, mais postos descentralizados, mais municípios, mais rodovias, vão estar sendo cobertas por esse serviço. [...] aqui em São Lourenço nós temos duas unidades de resgate. Se eu dissesse a você que quatro são suficientes, eu também estaria sendo impreciso porque, esses dois carros que nós temos aqui, eles trabalham todos os dias. Então, seria interessante ter pelo menos mais um pra fazer um revezamento pra que um carro desse pudesse ficar fazendo uma manutenção ou descansando periodicamente? Seria interessante. Mas ao mesmo tempo, seria bom ativar mais um posto? Vamos supor, no centro de Camaragibe sob nossa coordenação? Seria interessante.

Com relação aos materiais e Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), utilizados nas duas especialidades de atendimento oferecidas na unidade, não são considerados suficientes. Mesmo na especialidade de atendimento pré-hospitalar, os bombeiros necessitam utilizar capas de proteção, quando, por exemplo, precisam entrar em contato com ferragens ou combustíveis. Segundo o comandante, porém, esse EPI não existe na unidade em quantidade suficiente para todos os bombeiros do efetivo:

Nós temos um material hoje que atende às necessidades do trabalho. O ideal seria, nós costumamos dizer, seria que cada bombeiro tivesse um conjunto completo com todos esses materiais. [...] Por exemplo, a capa de aproximação que ela é muito mais vista na atividade do combate a incêndio. No nosso caso do pré-hospitalar, a gente faz uso desse equipamento pra uma

atividade onde nós precisamos, por exemplo, cortar as ferragens de um veículo pra retirar uma pessoa que está presa às ferragens. [...] Então, nós não temos uma capa dessa pra cada bombeiro do atendimento pré-hospitalar. Nós temos, vamos supor que, a cada quatro bombeiros, dois conjuntos desse material por dia para serem utilizados. Então, atende à necessidade diária, mas o ideal, lógico, seria que cada um tivesse o seu material.

O comandante ainda indica outra dificuldade vivenciada em São Lourenço da Mata: a estrutura física do prédio é antiga e precisa de reparos, que vêm sendo realizados, mas, diz ele, “assim como o aumento das viaturas, a contratação de pessoal, o investimento numa proporção maior em termos da recuperação da estrutura, esses investimentos são sempre bem-vindos.”

Outra dificuldade relatada pelo gestor diz respeito diretamente à capacidade de locomoção dos bombeiros na Região Metropolitana do Recife, diante da situação caótica do trânsito, com congestionamentos e, também, por conta de que nem sempre os motoristas abrem espaço ao ouvir o som da sirene das viaturas. Além de atrasar o atendimento, prejudica psicologicamente o bombeiro que está prestando o serviço.

A UNIDADE DESCENTRALIZADA DE BOMBEIROS DE IGARASSU



Bombeiro conversa com a população local em frente à unidade de Igarassu

A unidade descentralizada de bombeiros de Igarassu oferece atendimento nas áreas de atendimento pré-hospitalar e combate a incêndio. A unidade é subordinada ao Grupamento de Bombeiros de Atendimento Pré-Hospitalar (GBAPH) e mantém um ponto-base com equipe de incêndio, com efetivo vindo do 2º Grupamento de Incêndio (2º GI). Localizada na BR-101 Norte KM 41, em Igarassu, a unidade é vizinha de uma fábrica de produtos de higiene e de um bairro residencial. Segundo o comandante, capitão Wagner Pereira da Silva, a estrutura do prédio pertencia à Polícia Rodoviária Federal, que depois passou a servir como ponto-base para a Polícia Militar. Desde 2008, o prédio funciona como uma unidade de bombeiros de APH. A área de cobertura do atendimento compreende os municípios de Igarassu, Abreu e Lima, Goiana, Itapissuma, Itamaracá e, eventualmente, o Recife. À época da realização da pesquisa, a unidade possuía um efetivo de 61 bombeiros somente para a área de atendimento pré-hospitalar. O número do efetivo empregado na área de combate a incêndio não foi informado pelo gestor.

Estrutura física

A unidade descentralizada de bombeiros de Igarassu está instalada num prédio que possui apenas andar térreo. Sob um aspecto geral, a estrutura física supre as demandas dos serviços que são oferecidos. Como se trata de uma estrutura antiga, porém, nota-se a necessidade de reformas e melhorias nos espaços, o que poderia contribuir para uma melhor organização.

Logo na entrada da unidade, pode-se ver a área da recepção, onde existem três mesas, uma TV LCD fixa numa das paredes e um banco de concreto na lateral. No local, fica o bombeiro graduado do dia, que é o responsável por recepcionar algum visitante e prestar o serviço de guarda. Uma questão colocada pelo comandante durante a entrevista diz respeito à necessidade de

incremento dos investimentos na parte tecnológica da unidade. O comandante, capitão Wagner, faz menção diretamente às condições dos computadores presentes na unidade, que já não possuem bom desempenho e não suprem as necessidades do trabalho. Por isso, em alguns casos, como na recepção, os bombeiros precisam fazer uso de notebooks pessoais.

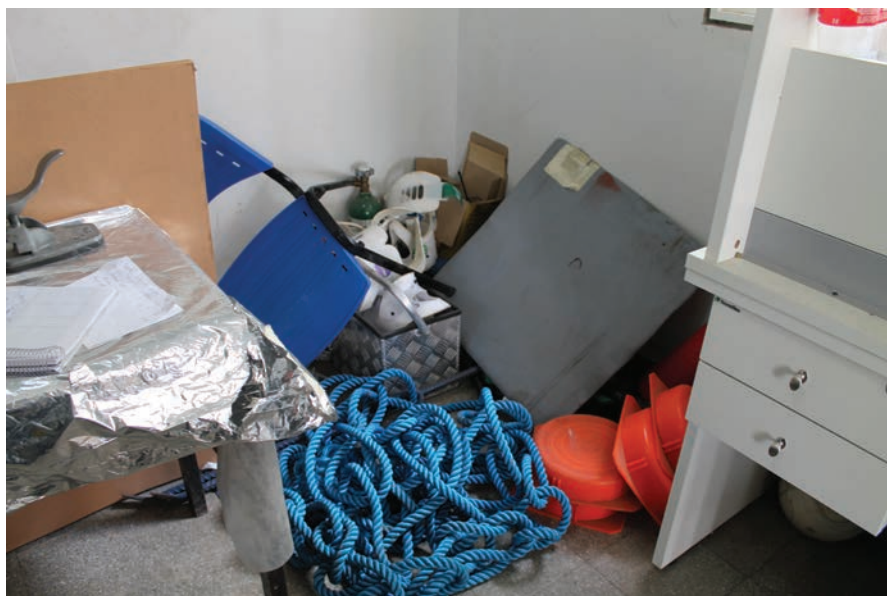


Recepção da unidade de Igarassu onde bombeiro utiliza notebook pessoal

Próxima à recepção, está a sala onde deveria funcionar o setor de administração da unidade de bombeiros, mas, conforme explicaram os bombeiros que recepcionaram a equipe de pesquisa, estava funcionando como depósito de materiais de atendimento pré-hospitalar. A sala possui armários e mesas que estão arrumados de forma desordenada. Um dos armários, contendo materiais de primeiros socorros, como gaze e soro fisiológico, foi encontrado aberto. Num dos cantos da sala havia também outros tipos de materiais amontoados, como cordas, cadeiras e uma caixa contendo diversos colares serviçais, que são utilizados para imobilização de vítimas de acidentes.



Sala da administração que funciona como depósito de material pré-hospitalar



Materiais amontoados na sala onde deveria funcionar a administração

Ao lado da sala da administração, funciona o centro telefônico da unidade descentralizada de bombeiros de Igarassu. Foi possível observar alguns problemas, como a falta de espaço

e equipamentos eletrônicos, como radiocomunicadores e terminais de internet, com fiação exposta. O local é dividido em dois ambientes. Num deles, há uma mesa com um computador e um suporte com o equipamento de internet. Do outro lado, há uma mesa feita de concreto e revestida com cerâmica, com aparelhos de radiocomunicadores, um roteador de internet sem fio e uma impressora multifuncional. Próximos a essa mesa, existem vários extintores de incêndio colocados no chão. Observa-se que o volume de fios, próximos à conexão da rede elétrica, expõe o ambiente a risco de incêndio.



Sala do centro telefônico



Fiação elétrica exposta e equipamentos eletrônicos

A unidade descentralizada de bombeiros de Igarassu possui três alojamentos. Um é destinado ao efetivo feminino, sem divisão por patentes, e outros dois para o efetivo masculino, separados pelas patentes de subtenentes e sargentos e de cabos e soldados. Assim como é comum nos demais grupamentos de bombeiros, o alojamento de cabos e soldados é o que concentra a maior parte do efetivo e de beliches, mas não necessariamente a melhor estrutura. Em Igarassu, o alojamento de cabos e soldados está instalado num ambiente pequeno, com cerca de cinco beliches, armários de ferro que preenchem duas paredes e um aparelho de ar-condicionado *split*. O alojamento possui ainda um banheiro destinado a esse efetivo.



Alojamento de cabos e soldados da unidade de Igarassu



Banheiro do alojamento de cabos e soldados

O rancho é o ambiente mais espaçoso da unidade de bombeiros de Igarassu. Todo o local possui revestimento de cerâmica no piso e nas paredes. A estrutura do rancho possui um fogão industrial, um freezer horizontal, além de um balcão com armários de concreto. Durante a visita, o comandante da unidade relatou algumas dificuldades no

rancho relacionadas à falta de alguns utensílios de cozinha. Modo geral, o ambiente parece ser organizado, mas logo se percebe que, apesar do espaço, há falta de locais adequados para guardar os mantimentos, como se pôde ver numa mesa de centro que era utilizada como mesa de apoio, com todo tipo de alimento. No local, também havia diversos botijões de água mineral.



Rancho da unidade de bombeiros de Igarassu



No rancho, bombeiro prepara refeição no local amplo onde se armazenam botijões de água mineral

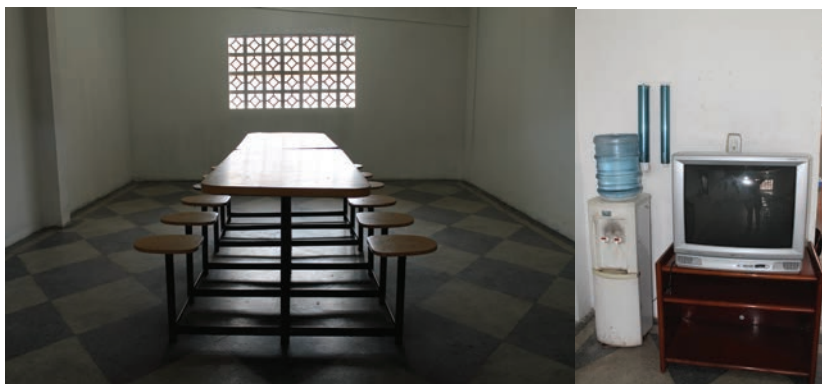
O aprovisionamento da unidade de bombeiros de Igarassu funciona numa sala próxima ao rancho. No momento em que a equipe de pesquisa estava no local, a unidade havia acabado de

receber diversas caixas com vários gêneros alimentícios. Dois bombeiros estavam encarregados de arrumar os mantimentos. O local possui paredes e piso revestidos com cerâmica. O espaço do abastecimento parecia insuficiente para o volume de gêneros e, de fato, alguns eram colocados diretamente no chão, pois ainda dividiam espaço com um freezer.



Bombeiros arrumam mantimentos no abastecimento com freezer ao lado

Na unidade de bombeiros de Igarassu, existe apenas um refeitório. Logo, não há distinção ou divisão do espaço de acordo com as patentes. O refeitório não fica numa área anexa ao abastecimento, e sim, numa sala à parte. O lugar possui duas mesas conjugadas e com assentos fixos. Existem também, no local, um bebedouro “geláguia” e raque, com uma televisão 29 polegadas que, de acordo com o comandante da unidade, capitão Wagner, foi produto de uma doação realizada por terceiros, em decorrência da necessidade e do apelo feito pelos bombeiros. Ele não especificou quem foi o doador.



Aspectos do refeitório da unidade de bombeiros de Igarassu

Como se pode verificar, a falta de espaço adequado para o armazenamento de materiais é uma constante na unidade de bombeiros de Igarassu. Diante do espaço insuficiente do aprovisionamento, alguns mantimentos são guardados na sala do almoxarifado de materiais de expediente que, além disso, também armazenam caixas de arquivo, materiais de construção (louça sanitária, sacos de cimento e tintas) e caixas com luvas de látex utilizadas no atendimento pré-hospitalar. Como se pode observar, o almoxarifado funciona numa sala pequena dividida entre uma prateleira de concreto e outros materiais amontoados.



Sala do almoxarifado onde estão armazenadas caixas de luvas de látex

Foi observado que os bombeiros de Igarassu não possuem uma área de cassino propriamente dita, apenas um espaço que funciona como uma espécie de pátio entre o rancho e o refeitório, além de uma área externa onde existe uma área aberta para a prática de futebol e vôlei de praia. Nessa área do pátio interno, existe uma mesa de pingue-pongue, que, de acordo com o comandante da unidade, não pertence ao grupamento e foi cedida por um dos oficiais que integram o efetivo.



Mesa de pingue-pongue cedida por oficial da unidade de Igarassu

Na área externa, existe um campo aberto com grama aparada para ser um campo de futebol e uma área menor com espaço preenchido com areia e com uma rede de vôlei de praia. Durante a visita na unidade, foi possível perceber o entusiasmo e a admiração com que o comandante e os demais bombeiros do efetivo se referiam a esse espaço, como resultado de um esforço conjunto na aquisição dos materiais para a sua construção e no trato para a sua

manutenção. Sobre isso, capitão Wagner relatou que a construção do espaço foi uma combinação entre a vontade dos bombeiros e a ajuda de empresários da região. Ao citar essa iniciativa como uma espécie de apoio mútuo entre a corporação e as empresas, foi colocada a dúvida sobre se esse tipo de ação não seria desencadeado por uma troca de favores entre um ente público e um particular. Algo que, no entanto, não foi bem esclarecido pelo comandante da unidade de Igarassu.



Campo de futebol na área dos fundos da unidade de bombeiros de Igarassu



Quadra de vôlei de praia com areia fornecida por doação de empresa

A questão da falta e do mau uso dos espaços da unidade de Igarassu também se estende à garagem das viaturas. Na época da realização da pesquisa, a unidade possuía em sua frota duas ambulâncias e uma viatura utilizada no combate a incêndio, embora a garagem possuísse espaço para cerca de cinco viaturas. No entanto, esse espaço vago, utilizado para o estacionamento de carros particulares, em determinados momentos, poderia vir a dificultar a manobra de viaturas no interior da garagem ou mesmo a chegada de outros veículos, vindos de outros grupamentos que ficavam estacionados na rampa de acesso, podendo dificultar a passagem.



Garagem de viaturas da unidade de bombeiros de Igarassu



Veículos privados dividem espaço na garagem com viaturas operacionais

Estrutura tecnológica

As viaturas disponíveis à unidade descentralizada de bombeiros de Igarassu consistem em apenas duas ambulâncias do serviço de resgate cedidas pela unidade-sede da especialidade, o Grupamento de Bombeiros de Atendimento Pré-Hospitalar (GBAPH), de Olinda. De acordo com informações dadas pelo comandante da unidade de Igarassu, capitão Wagner, essas duas ambulâncias possuem compartimento para o transporte de desencarceradores hidráulicos, utilizados pelo serviço de resgate em acidentes com automóveis, além de espaço para o transporte das vítimas.



Ambulância utilizada no serviço de resgate

Os outros dois veículos que foram vistos estacionados na garagem de viaturas são uma viatura Autotanque (AT), que funciona como um ponto-base do serviço de combate a incêndio, vindo do 2º Grupamento de Incêndio (2º GI), localizado em Prazeres, em Jabotão dos Guararapes; e uma viatura do tipo picape cabine dupla, vinda do GBAPH e que é comumente utilizada pelo comando operacional no transporte de bombeiros da guarnição que deve atuar nas ocorrências. Pelo que se pôde perceber, esta última viatura não prestava serviço na unidade de Igarassu.



Viatura Autotanque pertence ao 2º GI, mas presta serviço em Igarassu



Viatura pertence ao GBAPH, sendo usada para transporte do comando operacional

Os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), utilizados pelo efetivo da unidade, estão divididos entre a especialidade de Atendimento Pré-Hospitalar (APH) e combate a incêndio. Durante toda a visita, os materiais utilizados pelo APH eram mantidos guardados na sala da administração. Já os EPIs, utilizados pelo combate a incêndio, não eram guardados numa sala específica, nem tampouco numa arara, como é comum ver nos demais grupamentos. Sendo assim, as roupas de aproximação, os capacetes e as botas de proteção ficavam no chão ou pendurados em cabides improvisados no espaço do pátio interno, onde estava a mesa de pingue-pongue da unidade, que é um espaço comum a todo o efetivo.



Capas de proteção usadas por bombeiros de combate a incêndio

Outros equipamentos operacionais também eram colocados no mesmo espaço, como uma maca utilizada pelo serviço de resgate

e que possuía também uma prancha de imobilização (amarela). Ao lado da maca, havia também algumas mangueiras enroladas.



Maca utilizada pelo serviço de resgate

Funcionamento

O comandante responsável pela unidade descentralizada de bombeiros de resgate e incêndio de Igarassu é o capitão Wagner Pereira da Silva. Aspirante da turma de 2000, com cursos de capacitação nas áreas de salvamento aquático, sobrevivência na caatinga, na área de combate a incêndio e embarcação, capitão Wagner também possui graduação em Enfermagem e é especialista em urgência e emergência, pela Universidade de Pernambuco (UPE).



Capitão Wagner na garagem de viaturas

Um aspecto que chamou a atenção da equipe de pesquisadores durante a visita à unidade de bombeiros de Igarassu foi o fato de que o efetivo mantém uma interação de caráter familiar entre si e na relação com a vizinhança. Os próprios bombeiros admitiram que a manutenção desses laços de amizade e cortesia, que inclui a realização de encontros e cultos evangélicos no prédio onde funciona a unidade, favorece a superação das dificuldades cotidianas. Eles explicam essa postura pelo fato de que, na administração exercida pelo comando anterior ao capitão Wagner, havia diversas denúncias, por parte da vizinhança, de supostos abusos cometidos pelo efetivo: soltavam “cantadas” para as mulheres que passavam em frente à unidade de bombeiros.

A unidade de bombeiros de Igarassu conta com um efetivo de 61 bombeiros: dois oficiais e praças que concorriam à escala de rancheiro (responsável pelo preparo das refeições no rancho), graduado do dia, motoristas e socorristas. O comandante não apresentou o número exato dos bombeiros que compõem o efetivo que atua no serviço de atendimento pré-hospitalar e do combate

a incêndio, mas afirmou que o efetivo que atua nesta última especialidade está subordinado diretamente ao 2º Grupamento de Incêndio e, portanto, são “acolhidos” na unidade de Igarassu.

Com relação ao número de viaturas existentes, duas ambulâncias, capitão Wagner explicou que a unidade não possui veículos próprios, pois estes estão subordinados à unidade-sede, que é o Grupamento de Bombeiros de Atendimento Pré-Hospitalar (GBAPH), em Olinda. Trata-se de duas ambulâncias utilizadas para o serviço de resgate e que possuem estrutura adaptada para transportar um desencarcerador hidráulico, para o resgate de pessoas em acidentes com automóveis, além das próprias vítimas socorridas. A outra viatura que existe é um Autotanque (AT), utilizado pelos bombeiros da especialidade de combate a incêndio, mas que, assim como o efetivo, não pertence a Igarassu, pois está subordinada diretamente ao 2º GI. De acordo com capitão Wagner, a unidade realiza uma média de oito atendimentos/dia, por ambulância. Nos últimos tempos, segundo ele, houve um registro crescente de acidentes com motocicletas e de vítimas de mal súbito.

O comandante da unidade de bombeiros de Igarassu disse que o efetivo de que dispõe é compatível com a demanda de atendimentos, embora reconheça que a ampliação do número de militares e de ambulâncias favoreceria a prestação do serviço – algo imprescindível, ao considerar o crescimento da região do município de Goiana com diversas indústrias.

Mesmo com o argumento positivo do gestor, percebe-se que esse aparato não dá conta de uma área geográfica de tamanha abrangência: além de Igarassu, atende aos municípios de Abreu e Lima, Goiana, Itapissuma, Itamaracá e, eventualmente, do Recife. Sobre isso, o capitão Wagner admite que, dada essa área de abrangência, o tempo-resposta é comprometido e o máximo que os bombeiros atingem é o tempo de dez minutos, entre o chamado

e a chegada da viatura no local da ocorrência, isto se o fato não tiver acontecido no Recife.

Por vezes, há situações que os obrigam a recorrer a terceiros que encaminham doações para auxiliar na manutenção da unidade. O capitão Wagner informou que uma coberta com telhas de alumínio estava para ser erguida na garagem para que os equipamentos utilizados nas ambulâncias pudessem ser lavados. Os materiais e a mão de obra para a realização dessa melhoria foram encaminhados como doação, por uma empresa da região que atua na comercialização desse tipo de material.

Dentre as dificuldades apontadas pelo capitão Wagner, inclui-se a necessidade dessas doações, porque não há um orçamento próprio, posto que a unidade funciona como uma seção subordinada ao GBAPH, o que dificulta o repasse de recursos para serem aplicados na melhoria da estrutura e na aquisição de equipamentos, como, por exemplo, viaturas:

nós temos dificuldades porque não temos orçamento próprio e o que nós tentamos fazer é parceria com empresas, parceria com a comunidade e nós temos tido respostas positivas. Então, existem áreas aqui que nós conseguimos fazer, construir, praticamente tudo, com doação. De alvenaria, de material de construção de modo geral ou até outros materiais, como, por exemplo, material para lazer. Então, televisão que nós recebemos na terça-feira agora, a doação foi através de contatos e solicitações a outros órgãos. [...] O que poderia melhorar, que aí eu acho que sim, é tentar reduzir o tempo de substituição das viaturas. As viaturas estão com uma quilometragem muito alta e isso faz com que ela quebre um pouco mais, então isso diminui a quantidade de ambulâncias que a gente poderia ter, e, principalmente, do ar-condicionado que vem dando problema nas viaturas. Então, acho que isso só nesse sentido. Seria a questão de manutenção de veículo.

Sobre as melhorias realizadas após a inclusão do Corpo de Bombeiros no Programa Pacto Pela Vida, capitão Wagner afirma que há uma consequência direta no aumento do efetivo, principalmente

para a especialidade de atendimento pré-hospitalar, mas os benefícios devem ser ampliados em relação à aquisição de equipamentos e viaturas e uma necessidade primordial de aumento do efetivo, “para cada vez mais cobrir um território maior e diminuir o tempo-resposta, diminuir o tempo de sofrimento da vítima no momento do agravo.”

SALVAMENTO MARÍTIMO

O GRUPOAMENTO DE BOMBEIROS MARÍTIMO (GBMAR)



Fachada do GBMar no bairro de Piedade, Jaboatão dos Guararapes

O Grupoamento de Bombeiros Marítimo (GBMar) foi criado em 1994, ano em que foi institucionalizado o serviço de salvamento aquático no Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco (CBM-PE). De acordo com o comandante do grupamento, major André de Souza Ferraz Alves, antes da institucionalização, o serviço de salvamento aquático era realizado por bombeiros das outras especialidades e por guarda-vidas municipais. Neste período, os guarda-vidas se concentravam na colônia Z1, no Pina. Somente após a criação de um convênio firmado entre o Corpo de Bombeiros e a Prefeitura

do Recife, o serviço passou a funcionar num antigo posto de saúde ao lado de onde hoje está instalada a atual sede do GBMar, na Avenida Beira Mar, nº 606A, no bairro de Piedade, em Jaboatão dos Guararapes. Com o fim do convênio entre o Corpo de Bombeiros e a Prefeitura, a corporação assumiu o serviço que passou a atender, além do Recife, parte do território de Olinda e Jaboatão. Segundo informações do comandante da unidade, a estrutura do GBMar é mantida por meio de um sistema de comodato entre a Força Aérea Brasileira (FAB), a Aeronáutica, que é proprietária do terreno, e o Corpo de Bombeiros.

A missão do GBMar é a preservação da vida em meio aquático na área de litoral. Apesar de se tratar de um grupamento marítimo, o GBMar também desenvolve atividades de apoio em casos de enchentes ou grandes eventos, como campeonatos de surf em Fernando de Noronha, e operações com mergulho de difícil acesso ou muito prolongadas na região da Zona da Mata, Agreste ou Sertão. Na época da realização da pesquisa, esta unidade-sede contava com um efetivo de 260 bombeiros, sendo uma média de 50 deles concentrados nos setores administrativos, e o restante na área operacional. Segundo o major André Ferraz, embora o litoral pernambucano tenha 187 quilômetros de extensão, os guarda-vidas do GBMar atendem apenas 20 quilômetros. São 28 postos distribuídos nas praias, sendo 16 concentrados no Recife, mas que, segundo ele, nem sempre podem ser ativados, justamente pelo número insuficiente do efetivo.

Estrutura física

O Grupamento de Bombeiros Marítimo (GBMar) funciona num prédio de dois andares com um pátio central que é utilizado como área para estacionamento de veículos aquáticos semelhante às garagens de viaturas existentes nas demais unidades de bombeiros de outras especialidades. Como foi apontado pelo comandante da unidade, major André Ferraz, o grupamento funciona

no prédio de um antigo posto de saúde e, portanto, foi planejado para ser apenas uma seção, e não, um grupamento. Essa situação implica, segundo o gestor, a necessidade de expansão da estrutura do prédio, o que se intensificou ainda mais com o ingresso de mulheres no Corpo de Bombeiros, a partir do ano de 2004, quando algumas seções tiveram que ser relocadas para que fosse instalado um alojamento, para o efetivo feminino recém-chegado à corporação.

Após passar pelo portão de entrada no GBMar, pode-se ver o espaço do pátio coberto por uma estrutura feita de metal e tecido (brelone) e que é destinado ao estacionamento de veículos aquáticos e outros equipamentos operacionais, como botes infláveis e motores de popa utilizados nas embarcações. Na ocasião da visita à unidade, não foi possível ver todos esses veículos, pois muitos estavam em manutenção ou cobertos com capas de proteção.



Pátio do GBMar utilizado para o estacionamento de veículos aquáticos

O andar térreo do GBMar concentra as salas do setor administrativo da unidade e outras dependências, como o alojamento feminino, o rancho, os refeitórios e almoxarifado de materiais de expediente e material operacional. A primeira sala visitada foi a central telefônica, onde são recebidos os chamados de ocorrências encaminhados pelo Centro Integrado de Operações de Defesa Social (Ciods), por meio do número 193. Nesta sala, existem duas janelas esquadrias de vidro, sendo que uma delas possui persiana.

Existem duas mesas com duas cadeiras. Numa das mesas, é possível ver que existem um aparelho de telefone comum, um telefone sem fio e radiocomunicador. Na outra mesa, onde uma bombeira está, existe um computador. Entre as duas mesas, há um suporte com uma televisão pequena. A sala é pequena, mas ainda comporta um armário de arquivos e uma cama disponível para o bombeiro em serviço. Na ocasião, havia muitos desenhos fixos na parede próxima à cama o que os bombeiros explicaram como sendo uma atividade promovida no dia das crianças, ocorrido há algumas semanas antes da visita à unidade. Durante a visita, verificou-se também que todos os bombeiros que prestam serviço administrativo na unidade utilizam apenas o fardamento utilizado para a prática de educação física e chinelos de dedo.



Bombeira trabalha na sala na central telefônica do GBMar



Cama destinada ao bombeiro em serviço na central telefônica do GBMar

Próxima à central telefônica está a sala do comando do GBMar. Trata-se de uma sala pequena, mas que oferece conforto. No local, há uma mesa de granito escuro com uma poltrona ergométrica e três cadeiras. Sobre esta mesa, estão alguns objetos, como um aparelho de telefone, um porta-objeto e alguns livros de

anotações. Na parede frontal, vê-se um quadro de nós e amarrações (comum a outras unidades de bombeiros). Em frente à mesa de granito, há um raque, que parece guardar alguns equipamentos eletrônicos, como um aparelho de som e um DVD. Sobre esse raque, também estão dispostos alguns quadros, objetos e emblemas do Corpo de Bombeiros.



Sala do comando do GBMar em Piedade, Jabotão dos Guararapes

Com relação ao aparato tecnológico verificado no setor administrativo do GBMar, major André Ferraz fez questão de enfatizar a presença satisfatória de aparelhos de ar-condicionado do tipo *split* em todas as salas, como uma necessidade, devido a altas temperaturas causadas pela proximidade da praia. Sobre os equipamentos de informática, o comandante explicou que eles existem em número “justo” para o cumprimento das demandas do grupamento. Segundo ele, em 2011, foi implantado um sistema de segurança para os arquivos do grupamento. Em 2012, este processo foi otimizado para permitir a comunicação entre todos os computadores, a fim de dinamizar a troca de documentos. Além

disso, ele afirma que a impressora utilizada na unidade é locada com o sentido de controlar o número de impressões.

Dentre as salas do setor administrativo do grupamento, está a divisão de operações, onde é feito o planejamento do emprego de guarnições (viaturas) e distribuição do efetivo. Nesta sala, existem duas mesas em formato “L”. Numa destas mesas, há um computador antigo, um telefone, um calendário e um porta papéis. Ao lado desta mesa, existe uma mesa com uma impressora multifuncional e uma caixa de papelão, que provavelmente serve para recolhimento de papel para a reciclagem. Na parede frontal, existem três quadros verticais com imagens cartográficas do litoral pernambucano. Já na parede lateral, há uma tabela com a inscrição *Calendário de Prevenções*.



Sala da divisão de operações do GBMar em Piedade, Jaboatão dos Guararapes

Como foi possível verificar na fala do gestor responsável, o grupamento passa por problemas na administração dos espaços das salas, pela necessidade de expandir a sua estrutura física para uma melhor acomodação do efetivo e dos setores administrativos. Essa situação foi verificada, por exemplo, na estratégia de manter

o trabalho de alguns setores numa única sala, o que não acarreta, necessariamente, a ineficiência do trabalho como um todo.

Essa situação foi verificada na sala onde funcionam, ao mesmo tempo, a secretaria do grupamento, a 1ª e 2ª seção de guarda e a seção de transportes e meios operacionais. Esta sala é dividida em duas partes. Uma onde são vistos duas a três mesas, agrupadas com dois computadores, e também um quadro com informações sobre o efetivo empregado em atividades administrativas e na área operacional, como motorista e piloto de veículos aquáticos, guarda-vidas e mergulhadores. Na outra parte da sala, existem outras três mesas com folhas e documentos, um arquivo de ferro e dois armários.



Bombeiros trabalham na sala onde funcionam, ao mesmo tempo, a secretaria, a 1ª e 2ª seção de Guarda e a seção de transportes e meios operacionais do GBMar

No mesmo corredor de salas do setor administrativo, foi instalado o alojamento feminino do GBMar, considerando-se a entrada recente de mulheres na corporação, em 2004, e a necessidade de adaptação da estrutura física. O alojamento foi instalado numa sala onde funcionava uma seção administrativa. Como o efetivo feminino do GBMar é relativamente baixo, foi escolhido um local pequeno, com espaço para apenas dois beliches. Entre esses dois beliches, é possível ver uma porta que dá acesso a um banheiro.



Alojamento feminino do GBMar em Piedade, Jaboatão dos Guararapes

Ainda no andar térreo do prédio do GBMar funcionam a estrutura do rancho e a estrutura que auxilia a manutenção da cozinha. O espaço do rancho é pequeno e possui apenas um fogão industrial, com coifa, um balcão com pia inox e uma mesa plástica de apoio. Todo o local tem piso e paredes revestidos com cerâmica. Nesse espaço, trabalham o rancheiro e alguns auxiliares. Num espaço anexo ao rancho, funciona o local onde as panelas e pratos são lavados. Esse espaço é um corredor onde existe um balcão longo, prateleiras onde são colocadas as panelas e outros mantimentos, como botijões de água mineral, além de dois freezers horizontais e um bebedouro “geláguia”.



Rancheiro prepara o almoço da tropa na unidade do GBMar, no Jaboatão dos Guararapes



Bombeiro na área anexa ao rancho do GBMar

Próximo à área do rancho, há um acesso para o refeitório dos soldados. No GBMar, existem apenas dois refeitórios e são divididos entre as patentes de soldados e oficiais. Os dois ambientes são bastante semelhantes e diferem apenas por esta separação. O refeitório dos soldados possui quatro mesas com tampo de granito, todas com cadeiras plásticas. Próximos à mesa, no contorno da sala, é possível observar duas estufas térmicas, uma pia pequena e um raque com uma televisão. O refeitório também é equipado com ar-condicionado modelo *split*.



Refeitório dos soldados do GBMar

Ainda na área do térreo do prédio, existem duas salas de almoxarifado, uma que guarda materiais de expediente, e outra destinada ao depósito de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e outros materiais operacionais. Somente foi permitida a entrada da equipe de pesquisa no primeiro almoxarifado. Este possui prateleiras feitas com ripas de madeira que se encontram e guardam materiais de expediente, como produtos de limpeza e utensílios de escritório, descartáveis, caixas de arquivos e alguns materiais operacionais, como colares cervicais utilizados na imobilização de vítimas. No centro da sala, existem um birô de madeira e um computador, que é utilizado pelo bombeiro em serviço no almoxarifado para administrar a entrada e saída dos materiais.



Almoxarifado de materiais de expediente do GBMar

No primeiro andar do prédio do GBMar, estão os dois alojamentos masculinos do grupamento, um vestiário e uma sala de treinamento. Os alojamentos masculinos são separados entre as patentes dos cabos e soldados, dos subtenentes e sargentos e dos oficiais. A estrutura dos alojamentos segue um padrão de organização comum, com beliches e móveis de apoio, como mesinhas e cadeiras plásticas. O alojamento de cabos e soldados possui cinco beliches arrumados de forma a se encaixar numa estratégia de aproveitar melhor o espaço. O local possui um aparelho de ar-condicionado. Já o alojamento dos oficiais possui um beliche e uma mesa pequena, que serve de apoio para guardar roupas e objetos pessoais dos bombeiros.



Alojamento de cabos e soldados do GBMar



Alojamento dos oficiais do GBMar

Próxima aos alojamentos, há uma sala onde funciona um vestiário, que é utilizado por todo o efetivo. O local possui armários de madeira distribuídos nas paredes e com vários compartimentos numerados. No centro do vestiário, existem uma mesa e uma cadeira plástica que serve como apoio na hora em que os bombeiros precisam se trocar.



Vestiário utilizado pelos bombeiros do GBMar

No mesmo corredor do 1º andar, existe uma sala que é chamada pelos bombeiros de Núcleo de Treinamento Aquático (NTA) onde estão guardados alguns equipamentos operacionais utilizados em atividades de treinamento, bem como troféus e premiações dadas aos bombeiros na área de salvamento aquático em competições esportivas. Com base na explicação dada pelos bombeiros do grupamento, acredita-se que a sala funciona como um centro de instruções básicas, uma vez que todo o treinamento dos bombeiros é realizado na área externa da unidade. No local, viu-se um tipo de “boneco” na cor laranja e que é utilizado para simular ocorrências com vítimas de afogamento.



Núcleo de Treinamento Aquático

Também do 1º andar tem-se a possibilidade de avistar parte do terreno vizinho onde funciona o Hospital da Aeronáutica e que funciona como estacionamento de viaturas do GBMar e depósito de veículos e aquáticos e de equipamentos quebrados. Segundo os bombeiros, os objetos são deixados no local, por falta de espaço no prédio do grupamento.



Veículos do GBMar são colocados em terreno vizinho da Aeronáutica

Um aspecto que foi verificado no desenvolvimento da pesquisa foi a instalação de novos postos de guarda-vidas em substituição aos antigos, que eram feitos de concreto. Segundo informações repassadas pelo Corpo de Bombeiros, esses novos postos, todos construídos com madeira de reflorestamento, são integrados aos postos de atendimento da Polícia Militar, para realizarem, além do trabalho de salvamento marítimo, o monitoramento, por meio de câmeras de segurança instaladas na via pública. No entanto, conforme os bombeiros do GBMar, esses novos postos pouco atendem aos anseios do Pacto Pela Vida e da própria corporação. Isto porque, dizem os bombeiros, apenas o Posto Cinco, localizado na praia de Boa Viagem, possui um terminal de videomonitoramento instalado com os equipamentos necessários. Sendo assim, os demais postos distribuídos na orla entre o Recife e Jaboatão dos Guararapes funcionam apenas como posto de guarda-vidas durante o dia e, durante a noite, como ponto de vigilância contra crimes ao patrimônio. Além disso, bombeiros do GBMar relataram que, apesar da estrutura de alto padrão, os novos postos não possuem banheiros, o que obriga que um dos integrantes da dupla tenha que ficar em alerta, para que o outro desça, e para utilizar o banheiro do grupamento.



Posto integrado de guarda-vidas do GBMar localizado em Piedade

Estrutura tecnológica

A estrutura tecnológica de que dispõe o Grupamento de Bombeiros Marítimo (GBMar) é composta por uma gama de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e equipamentos operacionais que o diferencia totalmente das demais especialidades de atendimento da corporação. De acordo com o comandante do grupamento, major André Ferraz, a estrutura tecnológica do grupamento, com relação à quantidade de materiais disponíveis, pode ser considerada satisfatória.

Durante a entrevista, o comandante elencou os equipamentos disponíveis, dando ênfase primeiro aos EPIs utilizados pelos bombeiros guarda-vidas. Trata-se de tubos de protetor solar com Fator de Proteção Solar (FPS) 58. Segundo o gestor, o efetivo que atua na escala pronto, ou seja, como guarda-vidas nas praias, recebe um protetor solar por mês, e os bombeiros do setor administrativo recebem um a cada três meses.



Protetor solar utilizado pelos bombeiros

Um EPI que é utilizado permanentemente pelo efetivo de guarda-vidas do GBMar é o uniforme, que antes era um short e uma camiseta, mas que foi modificado na intenção de oferecer uma melhor cobertura e proteção, passando a ser uma bermuda maior e uma camisa de manga longa. Apesar de já existir no mercado tecidos que contêm proteção contra Raios Ultravioleta (UV), os uniformes utilizados no GBMar ainda não são confeccionados com essa tecnologia, o que os obriga a ter que aplicar o protetor por debaixo da roupa várias vezes ao dia. Além disso, os bombeiros também recebem óculos de sol, mas muitos preferem utilizar peças compradas por eles mesmos.

Os bombeiros do GBMar também fazem uso de um aparelho que libera ondas magnéticas e tem função repelente para tubarões. Este aparelho, chamado de *Shark Shield*, é utilizado como EPI devido à alta incidência de ataques de tubarão nas praias do litoral pernambucano, concentradas principalmente entre o Recife e Jaboatão dos Guararapes. O comandante do grupamento explicou que este aparelho é uma compra recente e, embora alguns bombeiros tenham resistência ao uso, não há ocorrência de ataques contra o efetivo. Sobre o uso do equipamento, alguns bombeiros demonstraram não confiar muito na sua eficiência e relataram que muitas vezes o incômodo causado por pequenos choques que, apesar da baixa frequência, incomodam a pessoa que o utiliza.



Guarda-vidas utiliza o Shark Shield no tornozelo, aparelho com repelente magnético contra tubarões

Outros materiais podem ser considerados equipamentos operacionais, mas também, como EPIs, uma vez que proporcionam segurança aos guarda-vidas no momento em que os utilizam para realizar o resgate de vítimas na água. É o caso dos flutuadores, chamados simplesmente de boias, que são utilizadas permanentemente pelos bombeiros que prestam serviço nas praias. Existem dois modelos que são usados pelos bombeiros, um é o *rescue can*, que possui o formato de um torpedo com três alças de segurança, e o *rescue tube*, com formato de um tubo e uma corda com alça que pode ser presa no tornozelo. O comandante do GBMar, major André Ferraz, explica que não existe *rescue tube* em quantidade suficiente para todos e o *rescue can* é um modelo fora de uso, mas, mesmo assim, tem sido possível realizar os atendimentos, até porque outros tipos mais antigos, como as boias circulares, estão sendo utilizadas.



São poucos os flutuadores do tipo rescue tube no GBMar

Também estão sendo solicitadas novas nadadeiras, porque as que existem no grupamento também são de um modelo antigo e que não é adequado ao uso dos guarda-vidas. Segundo o comandante, a nadadeira utilizada pelos bombeiros que atuam como guarda-vidas não é do tipo comum das equipes de mergulho, pois é um pouco mais aberta e mais curta, a fim de aumentar a capacidade de pernada e a rapidez na água.



Não há número suficiente de nadadeiras para todos os guarda-vidas

Os veículos que existem no GBMar podem ser divididos em grupos de veículos aquáticos e de viaturas terrestres para o serviço de apoio. Entre os veículos aquáticos utilizados em salvamentos, o gestor afirma que em 2012 foram adquiridos 12 botes infláveis de diversos tamanhos. No total, são 25 embarcações, entre lanchas, botes, motos aquáticas e motores de popa. Segundo o comandante, os veículos mais antigos continuam sendo utilizados e existem outros na reserva ou em manutenção.



Bombeiro guia quadriciclo e jet ski até a praia



Motores de popa colocados sobre cavaletes de madeira no pátio do GBMar

Os veículos de apoio consistem em viaturas terrestres utilizadas para a ativação dos postos de guarda-vidas, transporte de bombeiros para treinamentos e serviços internos. Trata-se de um ônibus, dois carros modelo Gol, cinco picapes Chevrolet, modelo S-10, um caminhão, uma picape modelo Saveiro (busca e salvamento) e uma moto. Além disso, uma viatura de resgate também faz ponto base na unidade para o atendimento de ocorrências na orla. O gestor do GBMar, major André Ferraz, apontou que há necessidade de mais um veículo de busca e salvamento utilizado para ativação de postos, pois, segundo ele, é comum ter que pedir empréstimos de viaturas de outras unidades para grandes operações, uma vez que não existem veículos deste tipo na reserva.



Ambulância do serviço de resgate, picape do comando operacional com reboque e bote inflável

Funcionamento

O comandante do Grupamento de Bombeiros Marítimo (GBMar) é o major André de Souza Ferraz Alves, há pouco tempo no cargo de gestão, mas desde 1996 na unidade. Ingressou na corporação em 1992 e formou-se oficial em 1994. A sua trajetória profissional inclui cursos na área de salvamento aquático, como o de mergulho autônomo (1993), especialização no curso de salvamento no mar (1996) e de mergulho e resgate (1997); estes dois últimos na Universidade de Pernambuco (UPE), além de uma pós-graduação na área de ambientes aquáticos, pela Universidade Católica de Pernambuco (Unicap). Major André Ferraz também atua como vice-diretor social da Sociedade Brasileira de Salvamento Aquático.



Major André Ferraz no gabinete de comando do GBMar

Apesar de ser um grupamento que realiza ações de resgate em ambiente marítimo, mais comumente nas praias, a unidade também é responsável pelas ações em rios no interior do Estado. Quanto às semelhanças entre o trabalho desenvolvido pelo GBMar e as ações do Grupamento de Busca, Salvamento e Ações Táticas (GBSAT), o major André Ferraz explicou que, apesar da semelhança e das ações desenvolvidas em conjunto, como, por exemplo, operações de mergulho em água-doce, o GBMar é o único grupamento autorizado à realização de resgate marítimo. Antes da criação do GBSAT, o GBMar era responsável por realizar operações, como busca de cadáver, tanto no mar, quanto nos rios. Ele explica que os dois grupamentos possuem embarcações, mas que os bombeiros do GBMar já “trabalham embarcados” e, por isso, têm uma expertise maior para determinados tipos de operações. Assim, as embarcações do GBMar também são distribuídas em pontos do litoral norte e sul ou, quando há necessidade, em Fernando de Noronha ou Petrolina.

Essa especificidade das operações realizadas pelo GBMar também se relaciona com a formação diferenciada dos bombeiros que atuam na área de salvamento marítimo. Ele compara o grupamento com um tipo de batalhão especializado da Polícia Militar. Assim, para o major André Ferraz, o grupamento marítimo também requer um tipo de qualificação específica para os bombeiros guarda-vidas. O gestor reforça que nem todo bombeiro pode ser guarda-vidas. Por outro lado, os guarda-vidas conseguem desenvolver bem todas as outras atividades que existem na corporação: ele exemplifica, como ilustração, a participação dos bombeiros guarda-vidas nas ações do desabamento do edifício Areia Branca e na queda do avião da empresa NoAr, em 2011, no bairro de Boa Viagem.

Nem todos os bombeiros que atuam no GBMar compõem o corpo de guarda-vidas, isto porque há outras divisões de funções, como a do corpo de mergulhadores, o corpo de pilotos e o

corpo do pessoal administrativo. Assim, de acordo com o major André Ferraz, há uma preocupação constante com a formação do bombeiro guarda-vida porque, diz ele, “nem todos os guarda-vidas têm a qualificação de guarda-vidas.” O bombeiro que deve atuar na área de salvamento marítimo passa por cursos de formação e especialização específicos, como o curso de guarda-vidas, de salvamento em barco e de mergulhador. Este último, com duração de oito semanas. No caso específico do bombeiro guarda-vida, o comandante explica que a formação não pode começar do “zero” ou, nas suas palavras, não se pode ensinar o bombeiro a nadar, uma vez que ele já deve ter uma base sólida para poder se submeter à especialização. Por isso, ele explica que todo guarda-vida do GBMar deve se submeter a uma avaliação a cada três meses.

Apesar disso, aponta o major André Ferraz, nem todos os bombeiros do GBMar possuem o curso de guarda-vidas. Ele remete esse fato a falhas no processo de formação dos bombeiros, desde a primeira fase da escola de soldados. Segundo ele, em Pernambuco, o bombeiro sai da escola de soldados sem nenhuma noção de salvamento aquático e terá que passar por uma longa fase de especialização, que pode durar até sete meses. Além disso, o curso adota um critério de seleção que não permite o ingresso de todos, pois o nível de aprovação é baixo, apesar de sobrares vagas. Esta situação, diz ele, é “compensada” com a realização de instruções diárias que, inclusive, pela falta de um campo de treinamento próprio, são realizadas numa piscina emprestada por um colégio particular da região onde a unidade está localizada. Para o comandante, essa formação deficitária é a principal dificuldade vivida pelo grupamento, uma vez que esse processo de instrução realizada já durante o serviço se assemelha à situação de ter que “construir um avião voando,” o que resulta em afastamentos, como o que foi relatado por ele no caso de alguns bombeiros que estavam preenchendo o protocolo de afogamento especializado, que é bastante

específico, como se fosse um protocolo utilizado num acidente de rua comum.

A rotina diária do GBMar se inicia às 6h45 da manhã com atividades físicas, que, como diz major André Ferraz, não se reduz ao exercício em si, mas a um treinamento profissional contextualizado. Assim, são realizadas atividades, como natação equipada, natação com vítima, corrida na areia fofa e busca de material. Após este treinamento, os guarda-vidas têm uma pausa para um lanche e iniciam duas horas de serviço na praia. Enquanto estão na praia, os guarda-vidas mantêm contato por rádio com uma central para o repasse e controle das ocorrências. Quando há uma situação mais grave, por exemplo, um afogamento com óbito, os escalões superiores são convocados. No término do serviço, são recolhidos os materiais, documentações e relatórios de ocorrências. Neste momento, os bombeiros ficam de sobreaviso e aguardam a liberação após as doze horas de serviço. Existem situações em que esta liberação não acontece quando estão ocorrendo enchentes, pois é necessário que o efetivo esteja em serviço. Esta rotina dos guarda-vidas é diferente do serviço do efetivo que atua na área de mergulho e que tem serviço de apenas quatro horas.

Segundo o comandante do GBMar, a unidade possuía um efetivo de 260 bombeiros divididos entre a área operacional e administrativa. A maior parte do efetivo se concentra nas atividades operacionais, porque o serviço do bombeiro marítimo, ao contrário das demais especialidades, não é aquartelado. Por outro lado, é necessário que existam bombeiros com a função de motorista e rancheiro (cozinheiro) para que o grupamento funcione. O comandante explica de forma rápida como se dá esta divisão e diz que, dos 260 bombeiros, menos de onze são oficiais, cerca de 40 ou 50 são administrativos e o restante é operacional. Perguntou-se se esse número poderia ser considerado suficiente. O major respondeu de forma negativa ao considerar a extensão do litoral pernambucano com relação ao número baixo

de postos que são ativados, exatamente por falta de efetivo. Essa questão está atrelada também ao número de veículos disponíveis na unidade, que, segundo o major André Ferraz, é suficiente para a demanda atual, mas que, no caso de uma grande ocorrência, haveria necessidade, como já ocorreu antes, de ter que hipotecar veículos de outras unidades, o que impede também a expansão do serviço.

Segundo ele, existe um total de 28 postos distribuídos em dias não úteis. Deste total, 16 estão no Recife e existem situações em que somente sete ou oito podem ser ativados. Existem outros postos no litoral norte, como, por exemplo, em Itamaracá e Porto de Galinhas, que são ativados apenas nos finais de semana. Esta questão do efetivo é tratada com certo tom de gravidade pelo comandante que confessa muitas vezes ter de transferir um posto de guarda-vidas de um lugar para outro e, inevitavelmente, ter de deixar alguma região sem o serviço. Nessas situações, na falta de bombeiros, a própria população intervém na tentativa de salvar vítimas nas praias, o que maximiza os riscos, podendo causar mais acidentes e mortes:

[o efetivo] Tá longe de ser suficiente. Por quê? Por que a gente é só uma questão de matemática pura. Eu tenho 187 quilômetros de praia. E com esse efetivo, com as escalas de serviço mais otimizadas que a gente tem, eu trabalho no máximo em 20, vinte e poucos quilômetros de praia. E muitas vezes existem demandas de outros locais, que eu tenho que tirar um posto pra colocar em outro lugar. [...] Então, o lençol é muito curto. Se precisar ativar qualquer posto, e meu efetivo, todo ele, está empregado, eu não tenho de onde tirar. Então, vou desativar um posto que já tem um risco “D” pra colocar um posto que tem o risco. Então, nossa cobertura é essa. [...] Aqui no Recife, nós temos, talvez, 16 postos relacionados no Recife que eu consigo manter sete ou oito. Mas naqueles outros postos, o que é que tá acontecendo? Talvez tenha ocorrência e o civil está resgatando. E acontecem as mortes. Em qualquer local desse acontece.

Contudo, major André Ferraz ressalva que em nenhum lugar do mundo haverá um número suficiente de bombeiros, mas que em outros grupamentos marítimos no Brasil existe, pelo menos, uma dupla de guarda-vidas a cada 500 metros. Caso isso fosse implantado no litoral de Pernambuco, seriam necessários 90 postos de atendimento por dia. Atualmente, o grupamento mantém apenas 30 postos em todo o Estado, ou seja, um terço do que seria necessário.

Para ele, o paradigma desse tipo de atendimento é o grupamento de bombeiros marítimo do Rio de Janeiro, que possui três grupamentos marítimos e cada unidade tem o efetivo, em média, de 800 a 1.000 bombeiros. Assim, no Recife, de acordo com ele, seriam necessários pelo menos 1.000 bombeiros para executar o serviço de forma satisfatória. No entanto, essa é uma realidade diferenciada de unidades especializadas em salvamento aquático concentradas nos Estados das Regiões Sul e Sudeste, como o Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Santa Catarina.

Com relação à atuação do Corpo de Bombeiros ao lado das demais forças operativas da SDS-PE, mais especificamente com o GBMar, o comandante relata que esse diálogo sempre existiu, por exemplo, no apoio à Polícia Militar e nas operações de busca de cadáveres com a Polícia Científica, algo que é anterior à integração promovida pela secretaria. Já com relação à articulação promovida pelo Pacto Pela Vida, que é gerenciado pela SDS-PE, ele não aponta melhorias, mas diz ter sido positiva nos resultados, independentemente do foco do programa, uma vez que os bombeiros sempre estiveram prontos para salvar vidas em qualquer circunstância. No entanto, reitera o fato de que a prioridade da SDS-PE e do Pacto é a diminuição da taxa de homicídios, o que envolve principalmente a ação das polícias sem que se considerem as limitações dos bombeiros devido à falta de efetivo. Isso acontece porque, segundo ele, um batalhão da polícia pode ser deslocado para outra área e um delegado também, mas um grupamento de bombeiros não. Então,

quando há necessidade de deslocar o serviço de guarda-vidas de um lugar para o outro na tentativa de prestar apoio às polícias nas ações de segurança pública, é inevitável que uma das áreas fique sem bombeiros, por falta de efetivo.

Sobre esse fato, inclusive, ele relata uma situação, quando, diante da repercussão pública de casos de assaltos ocorridos, há dez na praia de Tamandaré, no litoral sul, embarcações dos bombeiros tiveram que ser emprestadas à Polícia Militar para a realização do trabalho de patrulha, o que implicou a desativação de postos de guarda-vidas em áreas onde havia o risco potencial de afogamentos. O comandante do GBMar relaciona essa questão ao fato de haver as chamadas “demandas superiores” que, para cumprir a meta do Pacto – a diminuição da taxa de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLIs) –, terminam por comprometer o trabalho dos bombeiros. Durante a entrevista, o major André Ferraz descreveu essa situação, como algo que foge do planejamento e das condições atuais do grupamento que fica à disposição dos critérios e prioridades adotadas pela SDS-PE nas ações de combate ao crime:

Um gargalo desse, por exemplo, foi o problema daquele assalto em Tamandaré, que foi veiculado na televisão. Então a polícia tava sem embarcação na época. [...] Foi determinado que nós mandássemos uma embarcação nossa [...]. Então eu tirei essa embarcação que tinha lá, em um mês, havia tido duas mortes. [...] Assim, pra quem tem um foco na área de salvamento aquático, a prevenção que a gente sabe que se não tiver morre. [...] E se a SDS-PE levanta daqui pra lá, embarca lá. E tem risco, tem. Não deixa de ter. Não é errado? É. Pode ter afogamento? Tem. Mas eles não mandam a gente trabalhar lá? Mandam. Mas às vezes tem essa questão da demanda política que a gente tem que atender e a gente também esclarece. Diz: “olhe, tá saindo um posto de tal lugar.” “Tal lugar o risco é esse.” Então, a única coisa que foge do nosso planejamento é nesse sentido. Quando vem uma demanda externa. [...] E a gente fica meio assim temeroso de acontecer algum problema maior.

Nesse sentido, o comandante aponta que mesmo o grupamento tendo conseguido certas melhorias, como a ativação de postos de guarda-vidas, está sempre atrelado aos objetivos do Pacto Pela Vida, o que acaba limitando as ações na especialidade de salvamento marítimo. Assim, major André Ferraz relata que às vezes as solicitações que os bombeiros fazem de equipamento têm que ser justificadas como algo que vá colaborar com o Pacto, por correr o risco de não serem atendidos. Isso ocorre porque a SDS-PE adota uma visão de defesa social, que, segundo ele, mantém o foco na Polícia, enquanto que a visão dos bombeiros é a da defesa civil. Ele explica: “[...] talvez a gente só como bombeiro não tenha força política pra conseguir que chegue recurso,” isto é, “só pela questão do bombeiro” e “só pela questão da defesa civil.” Em contrapartida, o próprio afogamento, diz ele, não é visto no Brasil como uma questão de defesa civil, embora seja a causa da morte de mais de 290 pessoas por ano em Pernambuco, sendo a maior parte em água-doce, ou seja, no interior do Estado, onde muitas vezes não há estrutura de bombeiros nem de defesa civil.

Major André Ferraz reitera esses problemas ao fato de o Pacto Pela Vida ter como foco de suas ações as vítimas de violência, o que, segundo ele, termina por transformar o trabalho do GBMar e as mortes por afogamento numa questão secundária e que, por isso, é tratada com menos importância pelo Governo do Estado:

Então, assim, a gente acha que nossa participação aí, nessa integração aí, é muito tímida e pra o que a gente trabalha. Porque existe aquele tipo de demanda. Se fizer só um registro pra todo o grupamento, é em torno de 150 cadáveres que a gente pega por ano. Dá quase um cadáver a cada dois dias. Quantas pessoas morreram de ontem pra hoje? Se você fizer uma relação, você vai ver a realidade. Nosso quartel a cada dois dias pega um cadáver. E aí a gente seguindo esse ponto, poderia melhorar muito. [...] Não só indo a reboque porque tá integrado, mas com uma importância, se não a mesma [da que é dada à polícia], mas bem maior que a reboque. [...] Aí a gente compra *jet ski* por causa do tubarão. Tubarão matou

vinte, trinta em dez anos. Só nessas três semanas morreram três. Por que eu não tenho essa estrutura pra poder atender meu afogamento? Aí tem que morrer o cara de tubarão? Tem que ter o CVLI pra poder chegar alguma coisa pra gente? Ou nosso morto, que, por que tá embaixo d'água, tá num açude, que ninguém vê, não tem o mesmo valor do morto que levou um tiro? O nosso pensamento é esse. Existe. É bom, mas a gente acha que é muito tímido. Poderia melhorar.

Por fim, o comandante do GBMar apresentou sugestões de melhorias para o grupamento. Além do que foi relatado sobre a estrutura física, operacional e, principalmente, sobre a falta de efetivo, major André Ferraz fez questão de destacar a necessidade de qualificação para os bombeiros guarda-vidas. Ele explica que de nada adianta o investimento em quartel e equipamentos se não existem guarda-vidas bem preparados, e justifica isso dizendo que o serviço de guarda-vidas não pode ser considerado caro, uma vez que o trabalho é feito por uma dupla com apoio de EPI básico, como protetor solar, nadadeira e bolsa de primeiros socorros. Além disso, ele aponta para a necessidade das ações de educação para a prevenção, que ajudariam a diminuir a mortalidade por afogamento no Estado de Pernambuco.

FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO

O CENTRO DE ENSINO METROPOLITANO II (CEMET II)

O Centro de Ensino Metropolitano II (Cemet II) é a única unidade de bombeiros na Região Metropolitana do Recife destinada exclusivamente à formação de bombeiros. Localizado na BR-232 KM 14,5, no bairro do Curado, em Jaboatão dos Guararapes, a unidade mantém uma estrutura com salas de aula, campo de treinamento de combate a incêndio e plataforma de salvamento em altura. Antes de ser um centro de ensino, na década de 1980, o prédio do Cemet II sediou o 2º Grupamento de Incêndio (2º GI), que depois foi transferido para a sua sede atual em Prazeres, também em Jaboatão dos Guararapes. Diante da necessidade de um centro de treinamento exclusivo para os bombeiros, em 1991, a unidade tornou-se o Centro de Ensino e Instrução de Bombeiros Militares (Ceibom), que, após a integração da corporação à Secretaria de Defesa Social (SDS-PE), mudou a nomenclatura para Cemet II. O Centro Metropolitano de Ensino I (Cemet I), que é destinado à formação de policiais militares, funciona no prédio vizinho. À época da realização desta pesquisa, o Cemet II contava com um efetivo de 90 militares, entre bombeiros e policiais, distribuídos nos setores administrativos e de ensino.



Fachada do Cemeteiro II e entrada da recepção

Foram realizadas duas visitas a essa unidade num intervalo de aproximadamente seis meses. Da primeira vez, o Cemeteiro II mantinha um ponto-base com uma viatura de resgate e efetivo, vindo do Grupamento de Bombeiros de Atendimento Pré-Hospitalar (GBAPH), o que, na segunda visita, deixou de existir. Uma questão que chamou a atenção, no entanto, é o fato de a estrutura do campo de treinamento da unidade privilegiar apenas as especialidades de incêndio, salvamento em altura e atendimento pré-hospitalar. Segundo o responsável que foi indicado pelo comando do Cemeteiro II para receber a equipe de pesquisadoras, o subtenente Eduardo Lopes Corgosinho, por não possuir um campo de instrução específico para a especialidade de salvamento marítimo, por exemplo, as atividades de treinamento devem ser realizadas em lugares, como os diques de Olinda e outras praias da região metropolitana. Ainda assim, verificou-se que até o campo de treinamento destinado à área de combate a incêndio necessita de manutenção.

Estrutura física

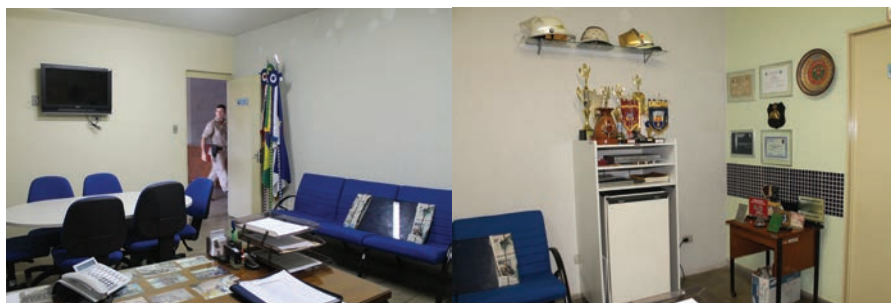
O Centro de Ensino Metropolitano II (Cemet II) possui uma das maiores estruturas, dentre os grupamentos de bombeiros localizados no Recife e região metropolitana. Como sediou primeiro uma unidade operacional, a estrutura física ainda possui alguma semelhança com outros grupamentos, como o 1º Grupamento de Incêndio (1º GI), onde também funciona o Quartel do Comando Geral (QCG), mas é totalmente voltado para a área de ensino. O prédio do Cemet II possui dois andares e sua estrutura está dividida entre os setores administrativos, secretarias, seção técnica de ensino e a área destinada às aulas propriamente ditas, que consiste em dez salas de aula, um auditório, um campo de instrução, uma quadra de esportes, uma sala para depósito de equipamentos, rancho, cassino e um espaço de mata, que também é utilizado para passeios ecológicos e treinamentos.

A área interna da unidade possui amplo espaço de estacionamento de veículos particulares e uma pista circular, que é utilizada pelos bombeiros durante o treinamento. Próximo a essa área, está o acesso à recepção do Cemet II. No espaço da recepção, existem um balcão de granito, algumas poltronas e fileira com cadeiras de espera. Há também uma televisão LCD e um ventilador. Os bombeiros graduados do dia ficam nesse local para recepcionar visitantes. No ambiente, também é possível visualizar uma das escadas que dá acesso às salas do setor administrativo e salas de aula no 1º andar do prédio.



Sala da recepção do Cemeter II

Dentre as salas que funcionam no 1º andar, está o comando do Cemeter II. Esta sala possui acomodações bastante confortáveis, com um birô, uma mesa com seis cadeiras para a realização de reuniões, um sofá e uma TV LCD, além de um armário com frigobar e a estrutura de um quarto, o “reservado,” para uso exclusivo do comandante da unidade.



Visão geral da sala do comando do Cemeter II que é contígua ao quarto reservado ao comandante

Algumas salas funcionam como setores administrativos do Cemet II, como é o caso da secretaria e divisão de pessoal, que se dedica exclusivamente ao controle de fichas dos militares que compõem o efetivo e integram o corpo de ensino da unidade, e também informações sobre os alunos que ingressam no curso de formação. Modo geral, essas salas apresentam semelhança na sua estrutura, composta por mesas, armários de arquivo, computador e impressora multifuncional.



Sala da secretaria e divisão de pessoal do Cemet II

Em outras salas, como as que são voltadas para a atividade burocrática de controle dos alunos que ingressam e que concluem o curso de formação no Cemet II, foi possível observar o uso de computadores pessoais no exercício do trabalho interno. Esse foi o caso da seção técnica de ensino, que é local onde há o controle de alunos com relação aos cursos oferecidos na unidade.



Sala da seção técnica de ensino do Cemet II

Outra estrutura que desempenha função importante na administração do Cemet II é a sala do corpo de alunos onde é feito o planejamento das disciplinas oferecidas no curso de formação e de especialização, e onde estão arquivadas as fichas dos alunos que ingressam na unidade. Esta sala apresenta boas condições de conforto e de organização para o desenvolvimento das atividades, como mesas, computador, armários de arquivo, um pequeno sofá e um frigobar.



Sala utilizada pelo corpo discente do Cemet II

Ainda no 1º andar do prédio do Cemet II, existe uma sala destinada ao corpo docente dos cursos de formação e especialização oferecidos na unidade e algumas salas de aula. A sala é equipada com um aparelho de ar-condicionado, uma TV LCD, e possui um birô, uma pequena mesa para reuniões, uma mesa com computador e um sofá.

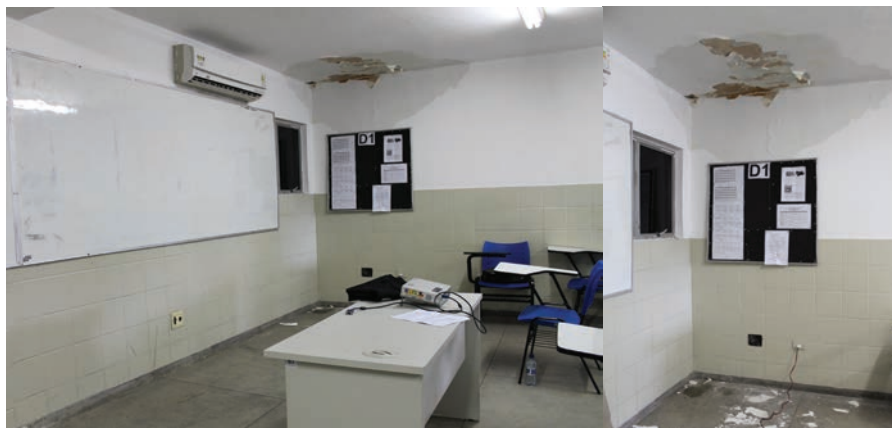


Sala utilizada pelo corpo docente do Cemet II

As salas de aula do Cemet II seguem um padrão, com a exceção de algumas que estão localizadas num prédio anexo, caracterizadas por um espaço amplo e equipadas com aparelhos de ar-condicionado, quadro branco e projetor multimídia. As salas possuem carteiras escolares e têm uma capacidade para, em média, 40 ou 50 alunos. Na sala em que foi permitida a entrada das pesquisadoras, foi possível verificar a existência de infiltração numa parte do forro do teto, que danificou a pintura e a fez descascar por completo.



Sala de aula do Cemet II



Aspectos das salas do Cemet II com equipamento multimídia e infiltração no teto

Durante a visita ao Cemet II, foram observadas que, além da sala de aula, outras estruturas apresentavam algumas condições críticas de funcionamento, como é o caso do banheiro destinado ao efetivo feminino. Tratava-se do único banheiro feminino da unidade. Apesar do espaço amplo com chuveiros e algumas cabines com vaso sanitário, viu-se que algumas destas estruturas estavam interditadas por estarem quebradas. Na ocasião, uma das cabines estava interditada e também a torneira de uma das pias. Materiais de higiene também eram colocados diretamente sobre essa pia.



Banheiro feminino do Cemet II tem cabines interditadas



Pia com torneira interditada e produtos de higiene

No 1º andar do prédio também existe uma escada de ferro que dá acesso a um pavimento superior onde foi construída uma estrutura para a realização de treinamentos da especialidade de salvamento em altura. A estrutura é coberta com telhas de alumínio e possui estruturas tubulares de ferro, que são utilizadas para amarrações das cordas utilizadas que os bombeiros usam para descer. Essa descida é realizada sobre uma “caixa” com pedaços de borracha colocados no pátio do Cemet II e que servem para amortecer e diminuir o impacto no contato com o chão.



Escada para a estrutura de treinamento em altura



Campo de treinamento de salvamento em altura



Chão de chinelos de borracha amortece queda

Essa caixa preenchida com pedaços de borracha, tá localizada no pátio interno do Cemet II e ao lado da estrutura do cassino da unidade. Assim como nos grupamentos de bombeiros da área operacional, o cassino é utilizado nos momentos de descanso. No caso do Cemet II, o cassino é destinado aos bombeiros em formação ou àqueles militares, inclusive policiais militares, que realizam cursos na unidade. O cassino funciona numa estrutura à parte e possui sofás, cadeiras e mesas de sinuca e pebolim.



Cassino do Cemet II



Policiais que fazem especialização jogam no cassino do Cemet II

Nesta área do pátio interno, também funcionam uma quadra e um prédio anexo, chamado de campo de instrução. Nesta quadra ocorrem exercícios de instrução e formação dos alunos ingressos no Cemet II. Na ocasião da primeira visita à unidade, foi possível ver uma turma de alunos em formação e que recebiam informações de um instrutor que ficava no alto da escada que dá acesso a algumas das salas de aula do prédio.



Alunos em forma no pátio do campo de instrução do Cemet II

No andar térreo deste prédio anexo, funciona a seção de oficinas de treinamento. Essa sala é na verdade um almoxarifado de materiais operacionais e Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) utilizados pelos alunos do Cemet II, durante os cursos oferecidos na unidade. A sala é equipada com aparelho de ar-condicionado e possui um balcão e dois birôs; um deles, com computador. Além disso, há alguns armários que guardam equipamentos, como lanternas, roupas de aproximação e outros tipos de ferramentas utilizadas pelos bombeiros. Apesar de se tratar de uma unidade de ensino e que os materiais não são utilizados para a atividade operacional, notou-se que o volume de materiais talvez pudesse ser insuficiente para o número de alunos que ingressam na unidade.



Sala da seção de oficinas de treinamento

Atrás desse prédio anexo, há ainda outra área onde foi construído o campo de treinamento de combate a incêndio do Cemet

II. Próxima a esse campo de treinamento, também há outra sala de almoxarifado onde são guardados outros tipos de equipamentos mais complexos, como cilindros de oxigênio, capacetes, mangueiras, além de outros EPIs. A entrada nesse almoxarifado é controlada por uma grade que permanece sempre fechada com cadeado. Do lado de fora, é possível avistar também botijões para combustível, mangueiras e uma tubulação que é conectada aos tanques de óleo diesel do campo de treinamento de combate a incêndio. Segundo os bombeiros, essa tubulação possui um registro que regula a pressão do diesel que é liberado para os tanques onde é ateadado fogo, durante as atividades de treinamento.



Sala do almoxarifado de equipamentos operacionais



Registro da tubulação controla pressão do diesel no tanque de treinamento

Em frente a essa sala de almoxarifado, está o campo de treinamento da especialidade de combate a incêndio. Trata-se de uma extensa área aberta com alguns tanques de óleo diesel (onde é ateadado fogo) organizados como forma de estabelecer etapas de treinamento, cada um com sua especificidade. Apesar de ter sido apontado pelo bombeiro entrevistado durante a visita, o 2º tenente Eduardo Corgosinho, como uma estrutura de referência em todo o Norte-Nordeste, é possível perceber que o campo apresenta condições deficitárias, como placas e algumas estruturas de metal muito antigas e enferrujadas. Além disso, vale destacar que os bombeiros atuam em quatro especialidades e que o campo privilegia apenas o treinamento na área de combate a incêndio, o que, por si só, põe em cheque o nível da qualificação dos bombeiros formados pelo Cemet II.



Campo de treinamento da área de combate a incêndio



Estrutura que simula um tanque de combustível está enferrujada

O campo de treinamento é organizado por “etapas” denominadas de oficinas, que são tanques em formatos diferentes, onde é ateadado fogo e que correspondem a um determinado tipo de incêndio e com riscos específicos, por isso requer o uso de EPIs e de agentes extintores adequados para cada caso. Verificou-se a existência de tanques em formato circular, chamado de “maracanã,” e também em formato de crucifixo e ferradura, um tanque pipa (que lembra o tanque de um caminhão), uma casa que simula uma central de GLP (gás de cozinha) e uma casa utilizada para treinamento de incêndio em ambiente confinado. O diesel é liberado pela válvula que está em frente ao almoarifado e preenche os tanques. Cada oficina possui uma numeração da etapa de treinamento e homenageia o nome de um bombeiro da corporação, falecido em serviço.



Placa da Oficina 1 que tem formato de crucifixo



O crucifixo é preenchido com diesel

A casa, utilizada para treinamento de ocorrências de incêndio em ambiente confinado, consiste numa estrutura pequena com alguns compartimentos internos. De acordo com informações dos bombeiros do Cemet II, nesses treinamentos é ateado fogo na casa onde os bombeiros entram, devidamente equipados com o EPI, e realizam os procedimentos necessários às operações de combate a incêndio. Por causa do uso recorrente de fogo na casa, as paredes internas são todas escuras, pela ação do fogo e da fuligem.



Casa para treinamento de combate a incêndio em ambientes confinados

Como parte complementar da estrutura que compõe o Cemet II, há também uma área de uso comum do efetivo administrativo da unidade e do corpo de alunos em fase de formação. Essa estrutura se assemelha à dos grupamentos operacionais do Corpo de Bombeiros, com a existência de um rancho, refeitórios e até uma lanchonete. O rancho funciona num prédio anexo que é mantido próximo ao pátio interno e ao cassino. Durante a visita, foi possível observar que a estrutura física desse prédio, onde funcionam o rancho e os refeitórios, aparenta necessidade de manutenção e organização.



Prédio anexo onde funcionam o rancho e os refeitórios do Cemet II

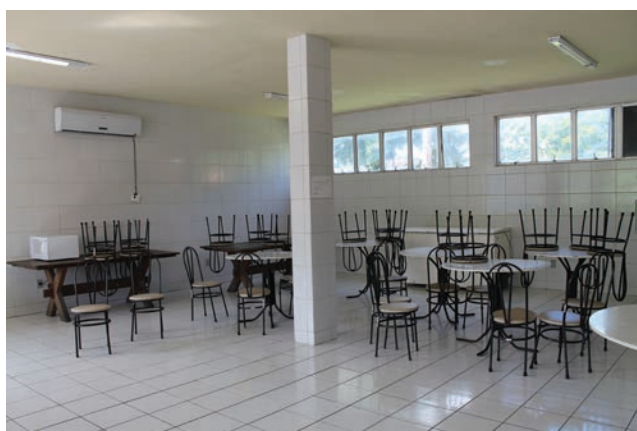
A área interna do rancho apresenta boa organização. O rancho do Cemet II possui dois balcões com pia, dois balcões de apoio e um balcão com estufa térmica. Além disso, foi possível observar a existência de uma estufa térmica. Não foi permitida a

entrada numa área interna do rancho reservada para o preparo das refeições.



Rancho do Cemét II

Os refeitórios são divididos entre aqueles destinados para o corpo de alunos e para o efetivo administrativo e dos docentes do Cemét II. A estrutura do refeitório para os alunos parece ser recente e possui pisos e paredes revestidos com cerâmica, um freezer horizontal, um aparelho de ar- condicionado e diversas mesas.



Refeitório destinado aos alunos do Cemét II

Os refeitórios destinados ao efetivo e ao corpo docente do Cemet II são divididos entre as patentes de subtenentes e sargentos e de oficiais. Estes refeitórios apresentam basicamente a mesma estrutura, com mesas circulares, uma estufa térmica, um aparelho de ar-condicionado e uma televisão de LCD, além de um armário com utensílios e um bebedouro do tipo “geláguá”.



Refeitório dos subtenentes e sargentos do Cemet II

Além da estrutura do rancho, o Cemet II possui uma área onde foi construída uma lanchonete, onde os alunos e o próprio efetivo da unidade podem comprar lanches durante o dia todo. De acordo com o responsável pela unidade, o 2º tenente Eduardo, o local onde funciona a lanchonete foi alugado pela corporação a um particular que é responsável pela venda dos produtos, dentro do Cemet II. Durante a visita, foi possível verificar que vários alunos, entre bombeiros e policiais, compravam lanches ou conversavam nas mesas dessa lanchonete. Inclusive, no período em que foram feitas as fotos desse ambiente, uma das pesquisadoras foi chamada por um dos alunos do Centro de Ensino Metropolitano I (Cemet

I) – destinado à formação de policiais militares –, por meio de uma cerca que o separa do Cemeter II, para que fizesse a compra de um refrigerante.



Área da lanchonete que existe dentro do Cemeter II



Balcão da lanchonete e locatário

Estrutura tecnológica

No que diz respeito à parte da estrutura tecnológica de que dispõe o Centro de Ensino Metropolitano II (Cemet II), o primeiro aspecto a ser destacado é a existência de um campo de

treinamento que privilegia apenas a especialidade de combate a incêndio, que, apesar de ser o carro-chefe da atividade dos bombeiros, não constitui sua única especialidade de atendimento. Apesar disso, foi possível verificar a existência de equipamentos operacionais e Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) utilizados nas quatro especialidades, mas o que, ainda assim, dava margem ao questionamento se o tipo de material e a quantidade eram suficientes para ser utilizados durante os cursos de formação e especialização. Um questionamento sobre isso recai sobre a inexistência de veículos próprios da unidade para a utilização, durante a instrução dos bombeiros. As únicas viaturas existentes na unidade eram um ônibus, da ouvidoria da Secretaria de Defesa Social (SDS-PE), um micro-ônibus, da Academia Integrada de Defesa Social (Acides), uma picape, do serviço de salvamento, dois reboques com um bote inflável cada um, e uma ambulância do serviço de resgate, vinda do Grupamento de Bombeiros de Atendimento Pré-Hospitalar (GBAPH), de Olinda, e que, naquela época, possuía um ponto-base no Cemet II.



Viaturas estacionadas no pátio externo e na garagem do Cemet II

Especificamente na sala da seção de oficinas de treinamento, estão guardados os EPIs e alguns equipamentos operacionais utilizados em atividades de cunho teórico e prático, durante a formação dos bombeiros. Modo geral foi possível observar que para fins de instrução, os equipamentos parecem estar em boas condições, mas talvez não em quantidade suficiente, como foi dito pelo 2º tenente Eduardo, ao alegar a possibilidade de formação de turmas de no máximo 40 alunos. Dentre estes equipamentos, estão as capas de proteção utilizadas no combate a incêndio, além de lanternas, dois esqueletos usados para aulas de anatomia e simuladores *Resusci Anne*, que são manequins utilizados para treinamentos de ações de socorro do serviço de atendimento pré-hospitalar.



EPIs e equipamentos operacionais guardados na sala de oficinas de treinamento



Simulador Ressuscitação Anne

Outros equipamentos operacionais, como capacetes, cilindros de oxigênio, extintores de incêndio, mangueiras e esguichos utilizados no combate a incêndio são guardados na sala do almoxarifado, localizado próximo ao campo de treinamento da área interna do Cemet II.



Equipamentos operacionais na sala do almoxarifado do Cemet II

Funcionamento

O comandante do Centro de Ensino Metropolitano II (Cemet II), coronel José Francisco de Arruda Filho, não pôde comparecer à entrevista. Por este motivo, designou o 2º tenente Eduardo Lopes Corgosinho para representá-lo.

O 2º tenente ingressou na corporação em 2007 e, logo em seguida, realizou sua formação na Academia de Oficiais, em 2010, de onde saiu como aspirante. Na época, ele atuava no Cemet II, como chefe da seção técnica de ensino, onde se realiza o controle dos cursos oferecidos e dos alunos que ingressam. Além disso, o 2º tenente também atuou como auxiliar da divisão de ensino, o setor onde estão reunidos os dados dos aspirantes do curso de formação, que irá definir o corpo de alunos para cada período.

O Cemet II tem o funcionamento diferenciado dos demais grupamentos de bombeiros, por se tratar de um centro de formação e qualificação daqueles que, respectivamente, querem ingressar na corporação e aqueles militares que precisam realizar algum tipo de especialização. Assim, o ingresso dos interessados em se tornar bombeiros ocorre por meio de concurso. O 2º tenente Eduardo não especifica que matérias são cobradas na prova, mas explica que se trata de disciplinas que fornecem as noções mínimas para o desempenho da função de bombeiro. Além disso, para ser considerado aprovado, o candidato precisa ter o que ele chama de “aquacidade,” que é a capacidade de nadar pelo menos 25 metros em no máximo dois minutos e passar por um teste físico, com no mínimo seis barras.

Além do curso para a formação básica dos bombeiros, o Cemet II também funciona como centro de requalificação para bombeiros que já atuam na corporação. Sobre isso, ele deu o exemplo do 2º Estágio de Operações de Combate a Incêndio (2º Eoci), que será oferecido para o efetivo do 1º Grupamento de Incêndio

(1º GI), por dez dias: aulas e treinamentos para a atualização dos conhecimentos na especialidade.

Com relação ao corpo de instrutores que integram o Cemet II e são responsáveis pelas etapas de formação e de especialização, o 2º tenente Eduardo explica que é composto com base num cadastro da Academia Integrada de Defesa Social (Acides), que mantém um *ranking* com os militares que possuem especialização em diversas áreas e estão habilitados para dar aulas. Dentre estes militares, existem bombeiros e policiais militares. Segundo o gestor, os bombeiros sempre dão aulas específicas da área operacional, mas outras disciplinas podem ser ministradas por policiais, como foi o caso do Curso de Conductor de Veículos de Emergência (CCVE), que estava sendo ministrado na época em que foi realizada a segunda visita à unidade.

Na fase de formação, os bombeiros recebem a mesma instrução e saem qualificados para atuar em qualquer uma das quatro áreas de atendimento (incêndio, salvamento, pré-hospitalar e salvamento marítimo). Posteriormente, recebem cursos de especialização quando já estão exercendo as suas funções nos grupamentos. Diante do questionamento se essa seria a formação ideal, o entrevistado descreve o processo com naturalidade:

pra formação, quando a gente pega a formação, a formação atual é uma carga horária de 800 horas. A malha curricular. E nessa formação, eles entram, tanto a parte de incêndio, como a parte de atendimento pré-hospitalar, a parte de salvamento, tanto terrestre, como salvamento em altura, como também a parte de incêndio. Então, atualmente, hoje em dia, tem feito todas as especialidades de formação aqui na formação. A formação militar, ou melhor, o candidato que chega aqui vindo do mundo civil, ele vai ver todas as áreas.

O efetivo que compõe o Cemet II é formado por 90 militares, mas o 2º tenente Eduardo não especificou se todos são bombeiros ou se nesse total também estão incluídos policiais militares e policiais civis envolvidos nas atividades de formação. Foi possível

perceber que muitos policiais militares transitavam na unidade por ocasião da realização do Curso para Condutor de Veículos de Emergência, ministrado para as turmas das duas instituições. Além disso, havia o efetivo oriundo do Grupamento de Bombeiros de Atendimento Pré-Hospitalar (GBAPH), que cumpria serviço na unidade com o auxílio de uma ambulância, que servia como ponto-base do serviço de resgate com abrangência em toda a região da BR-232.

Por outro lado, aparentemente, a estrutura tecnológica do Cemet II não condiz com o que se supõe ser o nível de formação de bombeiros desejável nas quatro especialidades, porque as condições do campo de treinamento e o aparato de material operacional privilegiam a área de combate a incêndio. Apesar disso, o 2º tenente Eduardo afirma que o campo de treinamento é considerado o melhor do Norte-Nordeste, mas admite que os bombeiros que precisam de treinamento nas áreas de busca e salvamento e de salvamento marítimo têm de recorrer, respectivamente, ao campo de treinamento do Grupamento de Bombeiros de Busca, Salvamento e Ações Táticas (GBSAT) e às praias e diques de Olinda.

Essa questão material e os custos para a realização das etapas de formação e de treinamento dos militares implicam número reduzido de turmas, que não podem ultrapassar 40 alunos. Apesar de julgar a estrutura tecnológica como suficiente e satisfatória, o 2º tenente Eduardo explica esse fato como uma necessidade de manter turmas reduzidas para facilitar o trabalho de instrução e concentrar a quantidade dos materiais de que dispõe:

A gente tem uma estrutura hoje que pra turmas não pode ter mais de 40 alunos. Se eu tenho turmas que não podem ter mais de 40 alunos, então eu já concentro aqueles materiais pra essa turma. Então ela atende muito bem. Aí qual é a situação? Se eu tenho dez turmas aqui no campus, aí eu não posso colocar 10 turmas na mesma aula, então só tenho que organizar pra que cada turma fique com uma instrução diferente, porque se não a gente tem uma turma de 448, a gente

não tem como atender 448, mas a gente tem como atender uma turma por inteiro. A gente tem capas de incêndio, capas de aproximação, botas para uma turma inteira. Tranquilo. Pra duas turmas, se não me engano.

Sobre a participação do CBMPE no Programa Pacto Pela Vida, por meio do serviço de atendimento pré-hospitalar, o 2º tenente Eduardo respondeu que, independentemente do Pacto, os bombeiros sempre atuaram salvando vidas em qualquer circunstância, embora veja como positiva a decisão do comando da corporação de apresentar projetos, a fim de contribuir com a diminuição da taxa de mortes por homicídio. Por outro lado, o entrevistado afirmou que, quanto ao Cemet II, a participação no Pacto deu autonomia para modificar a capacitação dos bombeiros pela necessidade de adequar os currículos dos cursos de formação e aperfeiçoamento ao momento institucional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao mergulhar na realidade vivida pelo Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco (CBMPE) enquanto força operativa da Secretaria de Defesa Social (SDS-PE), para a consolidação da meta de redução dos índices de Crimes Violentos Letais e Intencionais (CVLIs) do Programa Pacto Pela Vida, foi possível constatar alguns aspectos importantes e caros ao estudo sociológico da corporação, como uma instituição que atua em cenários de risco, relacionados, tanto à violência branca, quanto à violência vermelha. Em outras palavras, os bombeiros, por ter sua atividade ligada à defesa da vida, tanto podem exercer a sua atividade numa situação decorrente da ausência do Estado na área de infraestrutura e moradia – casos de desastres por deslizamentos de terra –, como no resgate de vítimas de homicídios. O que se verifica, no entanto, é que as deficiências da estrutura física, tecnológica e de pessoal, que caracterizam o CBMPE, comprometem a sua capacidade de atendimento, tanto na área que recebe mais atenção do Governo do Estado (a segurança pública), quanto nos demais campos de atuação da corporação, quando o seu serviço é avaliado como pouco eficiente pelos próprios bombeiros e também pela população.

Com o objetivo de elaborar um diagnóstico sobre a situação da estrutura física, tecnológica e do funcionamento dos grupos e unidades descentralizadas do CBMPE – localizados na Capital e na Região Metropolitana do Recife (RMR) –, os pesquisadores da Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj) lançaram-se no desafio de entender o tipo de atuação realizado por uma instituição vinculada à defesa civil, mas que também integra o sistema de defesa social em Pernambuco. Assim, os resultados da pesquisa *O Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco na linha de montagem da defesa social sob focos de lentes*, como parte do projeto *A linha*

de montagem da defesa social sob focos de lentes, são apresentados na forma de relatório que reúne os dados coletados, a fim de apontar os avanços e retrocessos na instituição. A partir deste diagnóstico, a Fundaj se propõe a apresentar sugestões sobre determinados pontos críticos detectados no estudo teórico e aplicado (as visitas às unidades de bombeiros e entrevistas com os seus profissionais) com o objetivo de oferecer ao Governo do Estado um material que possa contribuir para a melhoria da prestação de serviço à sociedade.

São estas as sugestões:

AUMENTAR O EFETIVO

Esse foi o primeiro aspecto constatado no decorrer da pesquisa e que constitui um verdadeiro óbice à eficiente e eficaz prestação dos serviços dos bombeiros, não somente na Região Metropolitana do Recife (RMR), mas em todo o Estado de Pernambuco. Com relação ao número exato do efetivo do CBMPE, ainda durante a primeira fase da pesquisa, em 2012, a Diretoria-Geral de Operações informou que se tratava de 2.925 bombeiros, com 2.017, deste efetivo (1.317 no Recife e Região Metropolitana e 700 no interior do Estado), envolvidos diretamente com a parte operacional.

Na entrevista realizada com o comandante geral do CBMPE, coronel Casa Nova, nos foi informado que não existe nenhuma determinação da Organização das Nações Unidas (ONU) a respeito da relação proporcional necessária entre o número de bombeiros e o número total de habitantes. Segundo o gestor, o planejamento para a distribuição do efetivo é feito de acordo com a extensão territorial, embora não tenha sido evidenciado qual o déficit do número de bombeiros no Estado de Pernambuco.

Segundo o pesquisador do Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo (IPT), José Carlos Tomina, existe uma norma estabelecida internacionalmente, que aponta para a

seguinte relação: deve haver um bombeiro para cada 1.000 habitantes. No Brasil, de acordo com os dados de pesquisa do IPT,²⁹ apenas o Distrito Federal e os Estados do Amapá e do Rio de Janeiro cumprem tal normatização.

Diante desse quadro, Pernambuco apresenta uma situação específica, porque, logo após o comando geral apresentar a proposta de contribuição do Corpo de Bombeiros para o Pacto Pela Vida, por meio do serviço de resgate de vítimas de homicídios, o efetivo das outras três especialidades teve de ser remanejado como forma de fortalecer o Atendimento Pré-Hospitalar (APH). Esse cenário fica claro na fala dos gestores militares entrevistados, ao destacar que isso teve efeitos negativos, pois comprometeu a eficiência no atendimento, por exemplo, dos grupamentos de combate a incêndio, uma vez que o serviço de APH tornou-se uma prioridade.

ADQUIRIR EQUIPAMENTOS

Semelhante à situação do efetivo, o CBMPE também tem tido problemas com relação à falta de equipamentos operacionais, como viaturas e, até mesmo, Equipamentos de Proteção Individual (EPIs). Uma constante observada na maioria dos grupamentos é o uso de viaturas à exaustão, o que resulta em quebras constantes e veículos em manutenção. Os veículos são utilizados dessa forma, porque, conforme alguns gestores expuseram, muitas vezes não há viaturas de reserva e, por isso, é comum que sejam realizadas manutenções, além do que seria necessário.

Durante a realização da pesquisa, foi possível detectar casos desse tipo na unidade descentralizada de bombeiros de São Lourenço da Mata e na seção de incêndio de Suape. Em São Lourenço da Mata, que oferece atendimento nas especialidades de combate a incêndio de Atendimento Pré-Hospitalar (APH), o gestor apontou

²⁹ Dados do diagnóstico produzido no âmbito do Projeto Brasil Sem Chamas.

a necessidade de mais uma ambulância de resgate (havia apenas uma para atender São Lourenço, Camaragibe e toda a BR 232) para “revezar” nas saídas para o atendimento às ocorrências.

Já em Suape, a viatura de combate a incêndio, uma Autobomba Tanque (ABT), era bastante antiga e apresentava vazamento (a imagem está registrada no corpo deste relatório). De acordo com informações repassadas por um bombeiro da unidade de Suape, esse veículo antigo estava sendo utilizado até que a viatura mais nova voltasse da manutenção. Além disso, com relação às condições do carro, o bombeiro chegou a admitir a possibilidade de haver falhas durante o trabalho de combate a incêndio, o que acarretaria na necessidade de solicitar apoio de outras unidades.

Além de problemas com as viaturas, cabe destacar a falta de Equipamento de Proteção Individual (EPI), conforme relatado pelo comandante da unidade descentralizada de Jardim Atlântico, em Olinda. O gestor revelou a falta de capacetes *gallet* utilizados nas ocorrências de combate a incêndio. Na mesma unidade de Jardim Atlântico, o comandante admitiu que a compra de novos veículos está atrelada à capacidade do efetivo. Naquela unidade, havia um problema relacionado à falta de efetivo mínimo para a tripulação das viaturas ABT.

PROMOVER A DESCENTRALIZAÇÃO DAS UNIDADES

Diante do exposto a respeito do déficit de efetivo e equipamento, torna-se evidente a deficiência da corporação em cobrir toda a RMR, que compreende um total de 14 municípios, incluindo a capital. Essa deficiência, inclusive, tem sido comprovada ao longo dos últimos meses, por meio de reportagens da imprensa local, que apontam para os problemas de mobilidade que resultam em demora no atendimento, falhas dos equipamentos e dificuldade para atender a ocorrências simultâneas. Dentro desta problemática, a alternativa mais eficaz, inclusive colocada por alguns

gestores ao longo da pesquisa, seria a descentralização das unidades, com a criação de mais postos avançados. Outra questão sobre a descentralização diz respeito à falta de determinadas especialidades de atendimento.

Um exemplo claro disso é o Grupamento de Busca, Salvamento e Ações Táticas (GBSAT), em Abreu e Lima, que não mantém ponto base com viaturas de combate a incêndio. Assim, numa situação de incêndio no município de Abreu e Lima, por exemplo, a viatura mais próxima viria da unidade descentralizada de Igarassu. Caso a unidade de Igarassu não tivesse esse tipo de viatura disponível, teria que ser acionada a unidade mais próxima, no caso, as de São Lourenço da Mata, Olinda ou Recife, o que demandaria mais tempo de deslocamento e de resposta.

Como foi possível verificar no desenvolvimento da pesquisa, essa situação também ocorre na seção de bombeiros de Suape. Apesar de a unidade cobrir uma extensa área litorânea, não há nenhum ponto base com equipamentos e efetivo de bombeiros guarda-vidas. Além disso, os bombeiros que atuam em Suape precisam se deslocar num ônibus da corporação do Quartel do Comando Geral (QCG), localizado na Avenida João de Barros, na ida e na volta, diariamente. Por este motivo, estes bombeiros acabam ultrapassando a escala de 24 horas de serviço. Além disso, em Suape, há dificuldades de abastecimento, uma vez que os bombeiros não têm suas refeições preparadas no rancho, mas as recebem de uma empresa terceirizada que quase sempre faz as entregas com atraso, por causa do trânsito da região.

ORGANIZAR ESPAÇOS ADEQUADOS PARA TREINAMENTO

Durante a pesquisa, visitou-se também o Centro de Ensino Metropolitano II (Cemet II), localizado às margens da BR-232, no Curado, município do Jaboatão dos Guararapes. Na ocasião, verificou-se que o centro possui um campo de treinamento que, com

alguns problemas, contempla apenas a especialidade de combate a incêndio. Por esse motivo, algumas especialidades que requerem uma estrutura diferenciada, como é o caso do salvamento aquático e de algumas modalidades de busca, salvamento e ações táticas, não estão contempladas na unidade.

Por esse motivo, os alunos que devem prestar serviço no GB-SAT são levados até o campo de que existe treinamento, nessa unidade (em Abreu e Lima), para poder treinar. De modo semelhante, os bombeiros instruídos para atuar na área de salvamento marítimo têm de ser levados às praias ou aos diques de Olinda, já que a unidade não possui estrutura para esse tipo de treinamento. Durante a visita ao Grupamento de Bombeiros Marítimo (GBMar), em Piedade, foi possível observar um micro-ônibus tripulado por bombeiros que, segundo informações repassadas no local, faziam treinamento durante a manhã, numa piscina cedida por um colégio particular da região.

INSTITUIR EQUIPES MÉDICAS NO GBAPH

Sabe-se que o principal elo entre o CBMPE e o Programa Pacto Pela Vida é a prestação do serviço de resgate a vítimas de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLIs). No entanto, durante a visita ao Grupamento de Bombeiros de Atendimento Pré-Hospitalar (GBAPH), no Varadouro, em Olinda, verificou-se a existência de uma ambulância equipada com Unidade de Tratamento Intensivo (UTI móvel), mas que somente era utilizada quando havia um médico na unidade. Como os bombeiros não possuem médicos em seu efetivo, estes eram cedidos pela Secretaria de Saúde do Estado.

Na época da realização da pesquisa, o gestor do GBAPH chegou a admitir que os médicos (dois) prestavam serviço na unidade em dois plantões, apenas nas segundas e quartas-feiras. No restante dos dias, a viatura ficava estacionada no pátio e não poderia ser

utilizada. Pelo que foi possível constatar, já na fase de redação deste relatório, no final de 2013, o serviço foi finalmente extinto e a ambulância com UTI móvel, identificada pela cor verde-limão, foi transformada numa viatura comum de resgate.

Segundo informações repassadas pelo comandante geral, coronel Casa Nova, foram feitas várias solicitações e projetos que expunham as necessidades e as justificativas para a implantação de um serviço de resgate com UTI móvel, com médicos permanentes no quadro efetivo da corporação. Contudo, não houve respostas positivas para essa demanda, por parte da SDS-PE, nem do Governo do Estado.

Mesmo ao considerar que a situação da maioria das corporações de bombeiros é assemelhada entre os diversos Estados brasileiros, no que diz respeito à falta de estrutura física, tecnológica e de pessoal, ainda, assim, é possível afirmar que o CBMPE figura como um caso significativo de falta de investimentos, sobretudo porque Pernambuco é um dos Estados do país que mais cresceram na última década.

Logo, por mais que a participação dos bombeiros no cumprimento da meta estruturante do Pacto Pela Vida – manter a taxa de homicídios abaixo dos 12% – tenha significado um maior repasse de recursos para a área de atendimento pré-hospitalar, é importante ressaltar que tal ocorreu ao custo da transferência de efetivo de outras especialidades e, portanto, da falta de atenção às necessidades de melhorias na estrutura física e tecnológica das demais unidades.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO JUNIOR, João Marcello de. Os grandes movimentos da política criminal de nosso tempo: aspectos. In:_____. (Org.). *Sistema penal para o Terceiro Milênio*: (atos do Colóquio Marc Ancel). 2 ed. Rio de Janeiro: Revan, 1991. p. 65-79.
- BOMBEROS DE CHILE. Junta Nacional de Cuerpos de Bomberos de Chile. Administración y Finanzas, 2014. Disponível em: <<http://www.bomberos.cl>>. Acesso em: 26 mar. 2014.
- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2011.
- _____. Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil – PNPDEC. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 1º out. 2012. Seção 1, p. 1-4. Disponível em: <<http://www.defesacivil.gov.br/legislacao/index.asp>>. Acesso em: 27 jun. 2012.
- _____. Decreto nº 7.257, de 4 de agosto de 2010. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Defesa Civil (Sindec) e o Conselho Nacional de Defesa Civil, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/Decreto/D7257.htm>. Acesso em: 24 abr. 2012.
- _____. Presidência da República. *Plano Nacional de Segurança Pública*. 2 ed. Brasília, 2001. p. 54 (Coleção documentos da Presidência da República).
- BRAUN, Armin Augusto. *A análise do trabalho voluntariado no Sistema Nacional de Defesa Civil*. 2006. 39 p. Monografia (Curso de Especialização em Planejamento e Gestão em Defesa Civil) – Centro Universitário de Estudo e Pesquisa sobre Desastres, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.
- CAMARGO, Aspásia. The uses of oral and life history: working with the political elite. ENCONTRO DA ANPOCS, 4., 1982. [S. l.: s. n.], [1982]. Mimeo.
- CARVALHO, V.A.; SILVA, M.R.F. Política de Segurança Pública no Brasil: avanços, limites e desafios. *R. Katálysis*, Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 59-67, jan./jun. 2011.

- CASTRO, Antonio Luiz Coimbra de. *Glossário de defesa civil, estudos de riscos e medicina de desastres*. 5 ed. Brasília: Ministério da Integração Nacional, Secretaria Nacional de Defesa Civil, 2004. 191 p.
- CAVALCANTI, Carlos Bezerra. *Guerreiros da paz*. 5. ed. Recife: Ed. do Autor, 2007. 134 p.
- COSTA, D'ísep Carlos Marcelo. *Os Corpos de Bombeiros Militares emancipados das polícias militares: prospecção e análise dos parâmetros norteadores do seu “desenho” organizacional*. 2002. Dissertação (Mestrado Executivo) – Centro de Formação Acadêmica e Pesquisa, Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro, 2002.
- COTTLE, Robert G. Burgess. Personal documents, oral and life histories. In: FIELD research a sourcebook and field manual. [Chicago]: University of Chicago Press, 1982. p. 108.
- DEFESA CIVIL NO BRASIL 2012. *Defesa civil no Mundo*. Disponível em <<https://www.defesacivil.gov.br/historico>>. Acesso em: 3 maio 2012
- DEFESA CIVIL NO MUNDO 2012. *Defesa civil no Brasil*. Disponível em: <<http://www.defesacivil.gov.br/historico>>. Acesso em: 3 maio 2012.
- IBOPE. *Cai a confiança dos brasileiros nas instituições*. 2013. Disponível em: <<http://www.ibope.com.br/pt-br/noticias/paginas/cai-a-confianca-dos-brasileiros-nas-instituicoes-.aspx>>. Acesso em: 3 abr. 2014.
- MELO, Ronivalva de Andrade. Repressão à violência e defesa social. In: LIMA, José Fernandes de; NASCIMENTO, Afonso. *Fórum Pensar Sergipe: políticas públicas*. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2000. v.11. p. 503-516.
- _____. Entendendo a relação defesa social e defesa civil. In: *Fórum de Defesa Civil*, 2012, Recife. Arquivo de áudio (101min). Formato Som WAF. Conferência concedida ao Ministério Público de Pernambuco.
- _____. O protagonismo da polícia e a defesa social. In: RATTON, José Luiz; BARROS, Marcelo (Coord.). *Polícia, democracia e sociedade*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007. p. 231-244.
- MOVIMENTO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS (MNDH). *Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci): uma leitura à luz dos direitos humanos, uma versão ainda em construção*. Brasília: Coordenação Nacional do MNDH, 2007.
- PALMER, V. M. Personal documents, oral and life histories. In: BURGESS, Robert G. In: FIELD research a sourcebook and field manual. [Chicago]: University of Chicago Press, 1982. p. 108.
- PERNAMBUCO. Lei nº 13.643, de 28 de novembro de 2008. Dispõe sobre a Taxa de Fiscalização e Utilização de Serviços Públicos – Taxa

- FUSP. Disponível em: <<http://legis.alepe.pe.gov.br/>>. Acesso em: 7 out. 2014.
- _____. Secretaria da Casa Civil. *Pacto Pela Vida*: Plano estadual de segurança pública do Estado de Pernambuco. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 2007.
- _____. Secretaria de Defesa Social. Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco. *Estudo Estatístico Operacional*: biênio 2012 e 2011. Recife, 2013a.
- _____. Secretaria de Defesa Social. Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco. Subcomando Geral. Centro de Controle Operacional. *Mapas CVI e CVLI*: 27 a 30 de Novembro de 2013. Recife, 2013b.
- _____. Lei nº 15.090, de 16 de setembro de 2013. Estabelece as diretrizes orçamentárias do Estado de Pernambuco para exercício de 2014. *Portal Transparência Pernambuco*. Recife, 16 set. 2013. Capítulo II, Seção I, p. 11. Disponível em: <<http://www2.transparencia.pe.gov.br/web/portal-da-transparencia/lei-de-diretrizes-orcamentarias>>. Acesso em: 8 out. 2013c.
- REPORTAGEM ESPECIAL. *Fantástico*, Rio de Janeiro: Rede Globo, 7 abr. 2013. Programa de TV.
- RIO DE JANEIRO. Secretaria de Estado da Defesa Civil. Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro. *Histórico do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro*. 2003. Disponível em: <<http://www.cbmerj.rj.gov.br>>. Acesso em: 15 mar. 2014.
- SÉGUIN, Élide. A lei de defesa civil: algumas considerações. *Revista Interdisciplinar de Direito da Faculdade de Direito de Valença/Fundação Educacional D. André Arcoverde*, Juiz de Fora, ano 1, n. 1, p. 207-229, maio 1998.
- SEGURANÇA PÚBLICA 2012. *Ministério da Justiça*. Disponível em: <<http://www.portal.mj.gov.br>>. Acesso em: 27 jun. 2012.
- TERNES, Apolinário. *Os voluntários do imprevisível*. 2. ed. Joinville, SC: Editora Letradágua, 2007. 175 p.
- TOMINA, José Carlos. *Relatório Brasil Sem Chamas* [2013?]. 1 apresentação em formato Power Point. 34 p. Disponível em: <<http://www.cipanet.com.br/alesp.pdf>>. Acesso em: 19 ago. 2013.
- VALE, Adriane do. Segurança contra incêndio em debate. *Revista Incêndio*, São Paulo, n.77, p. 40-7, out. 2011.
- VALENCIO, Norma. O Sistema Nacional de Defesa Civil (Sindec) diante das mudanças climáticas: desafios e limitações da estrutura e dinâmica institucional. In: VALENCIO, N.; SIENA, M.; MARCHEZINI, V.; GONÇALVES, J.C. (Org.). *Sociologia dos desastres*:

construção, interfaces e perspectivas no Brasil. São Carlos: Rima, 2009c. p. 282. (versão eletrônica).

_____. Da 'área de risco' ao abrigo temporário: uma análise dos conflitos subjacentes a uma territorialidade precária. In: VALENCIO, N.; SIENA, M.; MARCHEZINI, V.; GONÇALVES, J.C. (Org.). *Sociologia dos desastres: construção, interfaces e perspectivas no Brasil*. São Carlos: Rima, 2009. p. 282. (versão eletrônica).

VALENCIO, Norma; SIENA, Mariana; MARCHEZINI, Victor. *Abandonados nos desastres: uma análise sociológica de dimensões objetivas e simbólicas de afetação de grupos sociais desabrigados e desalojados*. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2011. 160 p.

APÊNDICE (relação de gestores entrevistados)

- ALVES, A. S. F. *André de Souza Ferraz Alves*: entrevista [out.2012] Entrevistadora: A. Castilho e I. Medeiros. Recife: Fundaj, 2012. Arquivo digital (73min). Formato Som WAV. Entrevista concedida à Fundação Joaquim Nabuco.
- BORBA, C. *Cláudio Borba*: entrevista [abr.2013] Entrevistadora: A. Castilho, A. Amorim, I. César e R. Melo. Recife: Fundaj, 2013. Arquivo digital (166min). Formato Som WAV. Entrevista concedida à Fundação Joaquim Nabuco.
- BORBA, S. B. C. *Sandro Bartolomeu Cintra Borba*: entrevista [nov.2012] Entrevistadora: A. Castilho. Recife: Fundaj, 2012. Arquivo digital (34min). Formato Som WAV. Entrevista concedida à Fundação Joaquim Nabuco.
- CASA NOVA, C.E.P. A. *Carlos Eduardo Poços Amorim Casa Nova*: entrevista [jan. 2012]. Entrevistadores: R. Melo, A. Amorim e A. Castilho. Recife: Fundaj, 2012. Arquivo digital (103min). Formato Som WAV. Entrevista concedida à Fundação Joaquim Nabuco.
- CORGOSINHO, E. L. *Eduardo Lopes Corgosinho*: entrevista [abr.2013] Entrevistadora: A. Castilho. Recife: Fundaj, 2013. Arquivo digital (41min). Formato Som WAV. Entrevista concedida à Fundação Joaquim Nabuco.
- FALCÃO, G. W. *Gustavo Walter Falcão*: entrevista [out.2012] Entrevistadora: A. Castilho. Recife: Fundaj, 2012. Arquivo digital (30min). Formato Som WAV. Entrevista concedida à Fundação Joaquim Nabuco.
- FILHO, D. F. *Daniel Ferreira Filho*: entrevista [mai.2012] Entrevistadores: A. Amorim e A. Castilho. Recife: Fundaj, 2012. Arquivo digital (85min). Formato Som WAV. Entrevista concedida à Fundação Joaquim Nabuco.
- MELO, R. L. A. *Rodrigo Leal de Albuquerque Melo*: entrevista [out.2012] Entrevistadora: A. Castilho. Recife: Fundaj, 2012. Arquivo digital (70min). Formato Som WAV. Entrevista concedida à Fundação Joaquim Nabuco.
- SILVA, A. J. B. *Alfredo José Batista da Silva*: entrevista [out.2012] Entrevistadora: A. Castilho. Recife: Fundaj, 2012. Arquivo digital (63min). Formato Som WAV. Entrevista concedida à Fundação Joaquim Nabuco.

- SILVA, A. R. *Almir da Rocha Silva*: entrevista [out.2012] Entrevistadora: A. Castilho. Recife: Fundaj, 2012. Arquivo digital (62min). Formato Som WAV. Entrevista concedida à Fundação Joaquim Nabuco.
- SILVA, M. T. *Manoel Teles da Silva*: entrevista [mai.2012] Entrevistadores: A. Amorim, A. Castilho e R. Melo. Recife: Fundaj, 2012. Arquivo digital (57min). Formato Som WAV. Entrevista concedida à Fundação Joaquim Nabuco.
- SILVA, W.P. *Wagner Pereira da Silva*: entrevista [nov.2012] Entrevistadora: A. Castilho. Recife: Fundaj, 2012. Arquivo digital (26min). Formato Som WAV. Entrevista concedida à Fundação Joaquim Nabuco.
- SOUZA, E. A. P. *Eduardo Araripe Pacheco de Souza*: entrevista [nov.2012] Entrevistadora: A. Castilho. Recife: Fundaj, 2012. Arquivo digital (35min). Formato Som WAV. Entrevista concedida à Fundação Joaquim Nabuco.
- ZOVKA, H.L. *Helton de Lira Zovka*: entrevista [nov.2012] Entrevistadora: A. Castilho. Recife: Fundaj, 2012. Arquivo digital (20min). Formato Som WAV. Entrevista concedida à Fundação Joaquim Nabuco.

Assessoria Editorial:

TIKINET

www.tiki.net.br

